

AMYRA EL KHALILI

editora nova
consciência



COMMODITIES
AMBIENTAIS

EM MISSÃO
DE PAZ

NOVO MODELO ECONÔMICO
PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE



COMMODITIES
AMBIENTAIS

AMYRA EL KHALILI

editora nova
consciência

COMMODITIES AMBIENTAIS

EM MISSÃO DE PAZ

NOVO MODELO ECONÔMICO
PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE



© 2009 Amyra El Khalili

EDITORA NOVA CONSCIÊNCIA
Rua Dr. Miranda de Azevedo, 248 – Pompéia
CEP 05027-000 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: 11 3736-0700 – Fax: 11 3736-0707
E-mail: editora@universodasletras.com.br

1ª edição eletrônica – Maio de 2009

É autorizada a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

EDITOR EXECUTIVO
Cristian Fernandes

PROGRAMAÇÃO VISUAL DE CAPA
Fred Aguiar

PROJETO GRÁFICO DE MIOLO
Bruno Diogo Prandini Tonel

REVISÃO
Juarez Segalin

FOTO DA AUTORA
Andréa Camargo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE

El Khalili, Amyra
Commodities ambientais em missão de paz – novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe / Amyra El Khalili. – São Paulo, SP : Nova Consciência, 2009.
271 p.

ISBN 978-85-60223-38-1

1. Meio ambiente. 2. Commodities ambientais. 3. América Latina. 4. Caribe. I. Título.

CDD 551.52

O *Caribe* (português brasileiro) constitui uma região do continente americano, formada pelo Mar do *Caribe*.

SUMÁRIO

Agradecimentos	8
Nota do Revisor	9
Prefácio	11
Apresentação	13
A trajetória de Amyra El Khalili.....	15
CAPÍTULO 1 – Educação, Informação e Comunicação	18
BECE – um projeto de vidas	19
Princípio norteador do Projeto BECE.....	27
O que é a Aliança RECOs? Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras	30
Mais de uma década tecendo redes latino-americano- caribenhas	32
Redes de Solidariedade - Conquistando mentes e corações.....	35
Mídias ambientais: por que financiá-las?	39
Mídias ambientais: financiando uma economia sustentável	43
CAPITULO 2 – Questionando o Sistema	46
A responsabilidade socioambiental do sistema financeiro – O case da Aliança RECOs.....	47
O que são <i>Commodities Ambientais</i> ?	57

Enquanto os cães ladram	60
<i>Space commodity</i> : quando os economistas enlouquecem!	
<i>Commodity espacial</i>	64
O papel da engenharia e do urbanismo em debate.....	67
Respondendo aos “comos” de BECE	69

CAPÍTULO 3 – Negócios Sustentáveis..... 72

Mercado de trabalho e qualidade de vida são meio ambiente.....	73
Que são os CTAs (<i>Consultants, Traders and Advisors</i>)?.....	77
Falando com sua eminência parda, o Mercado.....	79
Forjados no sofrimento.....	82
A inserção dos excluídos no mercado.....	84
Chocolate: da Costa do Cacau à Costa do Marfim	88
A caminho de outro mundo	94
Coreografando um novo mercado	98
Uma nova abordagem socioeconômica.....	100

CAPÍTULO 4 – Preservação e Conservação Ambientais 104

O presente, o futuro e o papel da pesquisa	105
O valor da biodiversidade na “rota da biopirataria”	108
Os biomas brasileiros para a inclusão social.....	119
Metodologias para a valoração dos recursos naturais	124

CAPÍTULO 5 – Mudanças Climáticas e Mercados 127

O que são créditos de carbono? Certificados de Redução de	
Emisões (CERs).....	128
Namastê Katrina! O que estamos aprendendo de Kyoto.....	136
Sob o signo de Kyoto - as sementes estão lançadas.....	141
Mudanças climáticas: entre erros e acertos	148
Créditos de Carbono para Quem? A história se repete	151

CAPÍTULO 6 – Conflitos Político-Sociais..... 153

Carta aberta ao senhor Oportunista! Em defesa das sete Mães	
Ambientais.....	154

Quem é o dono da água	159
A quem podem interessar as guerras?	163
Água e petróleo, mesma moeda.....	167
Reconstruindo cidades sustentáveis.....	171
Qublát Falastinía – os mártires do ambientalismo brasileiro	177
Monsanto: a demonização de uma marca.....	180
Sobre prostitutas e patrocínios.....	183

CAPÍTULO 7 – Os Desafios da Aliança RECOs 185

As discussões eletrônicas e suas estratégias	186
Os efeitos econômicos da poluição das guerras	190
A fome com a vontade de comer carbono.....	194
Os rumos no processo de certificação no Brasil.....	199
A economia no mercado de emissões e o futuro do planeta	203
A Revolução Econômica – Invadiremos sua mente por terra, água e ar	207

CAPÍTULO 8 – Cultura e Paz, Quebrando paradigmas 213

Química de pele é uma questão de amor.....	214
Dança pela água em missão de PAZ! Dança, identidade e guerra.....	217
Uísque, fingimento e soda.....	223

Posfácio	226
----------------	-----

ANEXOS

A estratégia é mudar o sistema	230
Todos podem fazer a diferença	237
Indicações... ..	242
Lista de Siglas.....	249

Referências Bibliográficas	252
----------------------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Fiquei com um tremendo dilema ao citar os nomes das pessoas que tiveram importância para que esta obra se realizasse, porque são muitas as envolvidas. São pessoas que direta e indiretamente colaboraram para o primeiro livro de uma série.

É claro que tenho alguns nomes especiais, mas, por receio de um ato falho, “esquecimento” e para evitar magoar alguém, prefiro não os citar. Aproveito o ensejo, porém, para agradecer especialmente aos que tentaram me prejudicar, ou seja, os oportunistas, os invejosos, os incautos e os picaretas porque realmente sem eles nada disso teria acontecido.

Foram eles que deram o sabor para redigir estes artigos; eles é que me inspiraram e diariamente ainda me inspiram neste combate.

Sem eles, provavelmente, eu ainda estaria em alguma salinha cheirando a fumaça de cigarros, observando as cotações das bolsas, à espera de mais um otário para ser garfado numa distração entre as altas e baixas nos mercados de *commodities* e derivativos, o que não faz, nem nunca fez, parte da minha natureza.

Devo realmente agradecer a todos eles - os oportunistas de plantão -, pois sem eles nada disso teria acontecido. Sou-lhes imensamente grata. Afinal, enquanto os cães ladram, a caravana da história passa, inclusive sobre eles!

AMYRA EL KHALILI

NOTA DO REVISOR PALAVRAS... PALAVRAS... NADA MAIS?

Na função de cuidador de palavras, com toda a atenção devida à ortografia e à construção sintática, pela consciência de suas consequências lógicas, fui surpreendido, no tópico *Mudanças Climáticas – entre erros e acertos*, pela informação de que a cada ordem emitida nos sistemas das *clearing houses* em alguma parte do mundo morriam, proporcionalmente às toneladas de ouro compradas e vendidas, alguns árabes, judeus, africanos ou curdos...

Qual a lógica entre palavras e fatos?

Por trás da função do “revisor” existe um leitor privilegiado com sua consciência. Na leitura do *Commodities ambientais*, não havia como não sentir a mensagem, principalmente por essa informação estarrecedora sobre os bastidores do lado truculento do mundo da economia de mercado. Daí a pergunta.

Amyra informa que o choque provocado por este fato tem levado alguns de seus colegas operadores a formas diversas de fuga ou autopunição. Nela, a decisão de não mais compactuar nem ser conivente com o sistema. Esta atitude, curiosamente, veio acompanhada de uma consciência de missão. Enquanto para outros aquele aperto de gatilho abriu a boca do inferno, para ela, por conta de seus sólidos valores morais e espirituais, parece ter sido o “caminho de Damasco”.

Importa analisar o seu processo. Por necessidade de autorredenção, traduziu missão por “virar o jogo”... Afinal, seu sonho passara a

ser uma sociedade solidária. mas com um novo roteiro: sem mortes, fome e exclusão.

O discurso obedece a nova lógica, e dela me ocupei durante o trabalho de rastreador. Acompanhei a palavra se alinhando com um novo princípio: o da grande teia da vida. Coerentemente, acompanhavam novos verbos, tipo rever valores e conceitos; quebrar paradigmas; criar redes de pensamentos diversos, construir a grande teia da vida. Por trás, como matriz da missão e do livro, a grande tese: água, terra, ar e recursos naturais, *commodities* à disposição de todos, justamente por serem de todos.

O livro até pode parecer uma celebração da missão, que, nos anos oitenta, bem poderia ter sido mais uma aventura quixotesca contra poderosíssimos moinhos de vento. Não foi, porque já integrava a conspiração que hoje até elege um poderoso chefe de Estado por seus programas de mudança, pois é preciso mudar o sistema.

A palavra aqui escrita tem mais do que celebrar: continua uma missão complicada, com a vantagem de hoje contar com o apoio da muita gente arregimentada em ong's, BECEs, RECOs, mídias ambientais... Vai precisar muito mais do que de bom português. Vai precisar de muito “economês, advoguês, cientifiquês e todos os atuais complicadíssimos “ês”, afora coragem e argumentos, porque tem a missão de abalar *mentes impenetráveis*¹ – a fonte do bem e do mal. Para chegar là, precisa gerar mais inquietação do que tranquilidade, pois, sem inquietação não há questionamento. Sem questionamento, não se encontram alternativas, principalmente quando a alternativa ao toque de teclado que gera morte e fome é um mundo solidário e de paz, cuja base são *sólidos valores morais e espirituais*.

JUAREZ SEGALIN
Membro da Unipaz

¹ Augusto Cury, *O vendedor de sonhos*.

PREFÁCIO

DESAFIOS E NOVOS CAMINHOS

Este livro, da economista Amyra El Khalili, tem como objetivo convidar os leitores para uma reflexão e interlocução entre eles e seus amigos e familiares. Não é um livro-fim, é um livro-meio. Através de seus diversos artigos, temos acesso ao pensamento desta mulher de origem palestina, um exemplo de luta a serviço da paz entre os povos, entre o gênero masculino e o feminino, entre progresso e preservação ambiental.

Amyra coloca o dedo na ferida e aponta caminhos práticos, viáveis, para um outro jeito de viver em harmonia entre os povos, entre os gêneros, entre nossa espécie e o Planeta.

Desde que saímos das cavernas, temos enfrentado o desafio de sobreviver e a natureza vem sendo tratada irresponsavelmente por sucessivas gerações de humanos, como uma espécie de armazém de recursos infinitos, por um lado e, por outro, como uma lixeira igualmente infinita para receber nossos restos e poluição. Este modelo não gerou apenas agressões ambientais e esgotamento de recursos, mas uma brutal concentração de riquezas, por um lado, e miséria e exclusão social, por outro. Amyra nos ensina que as mesmas forças que superexploram o planeta superexploram também a mão-de-obra humana, sob o pretexto de atender às necessidades de sobrevivência da espécie humana.

Amyra conheceu bem de perto como funcionam estes mecanismos perversos de exploração da natureza, do trabalho e da inteligência

humana e teve a grandeza e a dignidade de “dar a volta por cima”, à custa de abrir mão de uma vida financeira confortável, para escolher viver em paz com sua consciência e lutar por um mundo melhor (no qual acredita), mais fraterno, mais pacífico, mais ecológico.

Em sua peregrinação por todo o País e pelo exterior, em palestras e cursos, Amyra tem demonstrado que é possível inverter a pirâmide da economia tradicional e colocar os excluídos no poder de um novo modelo, ambientalmente sustentável e socialmente mais justo.

Amyra nos faz acreditar que um mundo melhor não só é possível, mas está bem ao alcance de nossas mãos.

VILMAR SIDNEI DEMAMAM BERNA

Prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente, é fundador e superintendente da REBIA – Rede Brasileira de Informação Ambiental – e editor do portal, do jornal e da

Revista do Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO

Eu não poderia deixar de atender ao tão prazeroso convite que me faz Amyra El Khalili de apresentar seu livro, resultado natural de suas lutas em várias frentes, todas elas sempre voltadas para um mundo melhor.

Amyra é bela em todos os sentidos. Sua militância pela dignidade humana, pelo respeito à mulher, contra a discriminação de ordem racial e étnica tem merecido o respeito e a admiração de todos quantos privam de sua amizade e daqueles que leem os seus artigos. Como economista, acima de tudo, Amyra empenhou-se em demonstrar que é possível conciliar uma economia de mercado com a proteção do meio ambiente. E este empenho não é mera retórica. Sua peleja em favor de *commodities ambientais* é louvável.

E o mais louvável é o seu caráter probo e democrático. Em seus informativos virtuais, ela sempre abriu espaço para as mais diversas e até antagônicas opiniões. Por este motivo, sofreu pressões e insultos daqueles que temem a liberdade. Ao conhecê-la, fiquei impressionado com seu dinamismo e capacidade de trabalho. Ela estava em todas as frentes e convocou-me para um grande combate em defesa do Código Florestal. Convocação irrecusável, pois interesses poderosos se insurgiam contra nossas florestas.

Daí em diante, nossa amizade foi se estreitando dia a dia. Embora uma grande distância espacial nos separasse, estávamos junto em ideias. Economista progressista, diversas foram as vezes em que Amyra se levantou contra os economistas frios e quantitativos, lembrando-

os sempre dos valores humanos e da existência do meio ambiente.

Mas, ao dizer que Amyra é bela em todos os sentidos, não posso esquecer sua sensibilidade artística. De origem palestina, embora brasileira, Amyra dedica-se à dança étnica, como preito à cultura árabe. Sua inteligência, aqui, funde-se com seu corpo, numa nítida combinação grega. Embora muçulmana, eu diria que ela é ecumênica convicta. Estou aqui a lembrar um artigo que escrevi sobre a profanação que o regime talibã praticou contra um monumento budista, quase a lhe pedir desculpas. Sua reação foi vigorosa. Com clareza, ela me mostrou que o islamismo não é sinônimo de fanatismo.

Esta é Amyra. Aliás, estas são algumas facetas desta mulher admirável que reúne agora seus artigos em livro, para felicidade nossa, que poderemos lê-los em conjunto e conhecer melhor seu pensamento criativo e original.

ARTHUR SOFFIATI

Professor da Universidade Federal Fluminense, mestre e doutor em História Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de nove livros sobre meio ambiente e cultura

A TRAJETÓRIA DE AMYRA EL KHALILI

Amyra El Khalili, nascida no Brasil, mas com uma “swingada” cidadania palestino-brasileira, formada em economia, trabalhou por duas décadas no mercado de futuros e de capitais (sendo uma das primeiras operadoras de pregão da Bolsa de Mercadorias & de Futuros – BM&F).

Ocupou cargos relevantes em corretoras e bancos de investimentos. Foi “dealer” do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil, da Bombril S/A e do Grupo Vicunha, entre outros. É profunda conhecedora do Sistema de Garantias e Salvaguardas da Bovespa/BM&F. Foi professora de Engenharia Financeira e Estratégias de Operações de Risco em cursos de extensão da USP (FEA/FIPE/ESALQ), da FGV, da BM&F, do BCSP, entre outras.

Nesse tempo, deixou como resultado um trabalho invejável. Desenvolveu quatro corretoras de *commodities* e derivativos; treinou uma gama significativa de operadores de mesa, pregão e liquidação, além de clientes e usuários do sistema financeiro. Participou do lançamento dos contratos de *commodities agropecuárias* da BM&F; em especial, fez a “rota da soja”², com 30.000 km e dezenas de voos implantando instrumentos derivativos. Em 1996, deixou o mercado para se dedicar exclusivamente ao Projeto BECE (sigla em inglês) - Bolsa Brasileira

² HEINER, Cosme. *A saga do grão de soja – história da soja em Mato Grosso*. Documentário de Cosme Heinar (2005), um vídeo de 52 minutos, com produção executiva de Andréa Glória, da Cor Filmes.

de *Commodities Ambientais* -, com a missão de construir um novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe.³

Crítica do papel de alguns colegas “que só querem defender os interesses das grandes corporações e, em nome destas, ainda têm coragem de dizer que falam em nome do mercado como um todo”, Amyra entende que o economista tem de enxergar o “lado social e ambiental”, trabalhando em prol do bem-estar da população mais necessitada. É por isso que a essência deste trabalho é fazer com que os instrumentos financeiros sirvam à sociedade, ao contrário do que faz uma minoria, que manipula de uma forma escusa os interesses políticos e econômicos.

Na década de 1990, Amyra convenceu-se de que a nossa civilização planetária não terá futuro algum caso seja mantido o atual caráter predador nas relações humanas. Mais cedo ou mais tarde, acredita, chegarão crises permanentes e incontroláveis. É daí que vem a certeza de que nada que não seja sustentável dará certo, principalmente em relação à gestão das águas e das fontes energéticas (binômio água e energia). Estas conclusões têm por base um profundo estudo, cujo resultado são as *commodities ambientais*.⁴

Buscando com isenção e independência este trabalho, Amyra fundou, em 2001, a ONG CTA que, com várias entidades e Ongs, forma hoje a Aliança RECOs - Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras. Para a operacionalização de projetos autossustentáveis de médio e longo prazo, estão sendo habilitados e credenciados CTA's, geradores de negócios socioambientais nos mercados de *commodities*, conectados numa perspectiva intercontinental totalmente orientada por parâmetros ecológicos (economia, ecologia e sociologia). Congregam-se, deste modo, as mais fortes correntes do pensamento ambientalista e dos direitos humanos do País, visando a envidar esforços para a preservação e conservação ambiental com um novo conceito de atividade econômica⁵.

³ SILVA, Jairo. Entrevista Amyra El Khalili: “Uma profissional de visão e ações ecléticas”. *Jornal do Economista*. Conselho Regional de Economia 2ª Região / Corecon SP São Paulo. nº 138. Agost/2000. Pag. 11.

⁴ SIL, Antônio Carlos. Entrevista Amyra El Khalili: “Ou renovamos ou barbarizamos”. *Revista Brasil Energia*, n. 246. Rio de Janeiro, mai. 2001.

⁵ SCHERER, Fernando. “Economista de origem palestina lidera movimento pela paz”. *Gazeta do Povo*, Caderno Mundo. Curitiba, 30/3/2003. Pag. 3.

Na coordenação desse movimento, Amyra ministra o curso, de extensão e disciplina de pós-graduação e MBA, “economia socioambiental”, especializada em finanças e mercados emergentes (*commodities* ambientais, espaciais e derivativos), nos quatro cantos do Brasil por meio de parcerias entre a rede e entidades locais, universidades e centros de pesquisa, formando multiplicadores, CTAs, lideranças comunitárias que elaboram coletivamente relatórios com visão holística, mas com enfoque regional (de acordo com o princípio *Pense globalmente, aja localmente*), para servirem como referência documental em diversos fóruns.

Ainda arranja tempo – e fôlego!!! – para se dedicar a outras atividades. Como militante pelos direitos humanos, é fundadora do Movimento Mulheres pela P@Z! e da rede para a difusão da cultura árabe-brasileira, “Samba do Ventre”⁶. Também foi membro fundador do projeto “Portas abertas: dois estados para dois Povos”, em parceria com a revista *Caros Amigos*. Ministra a oficina “Dança pela água em missão de PAZ” em diversas comunidades no Brasil e no exterior, com três décadas de estudos e pesquisas de ritmos árabe-brasileiros na direção de sua premiada Cia El Khalili Arabian Dances.⁷

Como se não bastasse toda esta irretocável trajetória em favor da justiça socioambiental no Brasil, santuário de consideráveis riquezas biosféricas, no ano de 2004 Amyra El Khalili foi indicada por diversas entidades e lideranças para o “Prêmio 1.000 Mulheres para o Nobel da Paz”, com endosso de pacifistas israelo-palestinos. Foi indicada para o Prêmio Bertha Lutz em 2005 pela Comunidade Baha’i do Brasil e, novamente, em 2007, pela Confederação das Federações das Entidades Árabes Brasileiras – Fearab/Brasil.

Para Amyra, todas essas indicações são o verdadeiro prêmio maior. Mais que prêmios, são demonstração de poder e força, “resistência” e respeitabilidade.

MARCELO BAGLIONE
Publicitário e escritor

⁶ SÁ, Xico. “Samba do ventre põe Jorge Ben Jor no Alcorão”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Ilustrada. São Paulo, 1996.

⁷ GÓES, Hércules. “Amyra El Khalili: 8 de Março – Dia Internacional da Mulher”. *Jornal e Revista Ecoturismo* (www.revistaecoturismo.com.br). Edição 151, Ano 16, març. /2006. Pag. 28.

CAPÍTULO 1 –
EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



BECE - UM PROJETO DE VIDAS

De vós deve surgir uma nação que pregue o bem, recomende a probidade e proíba o do ilícito.

Esse é o caminho da vitória!

O Alcorão

A ONG CTA (*Consultants, Traders and Advisors*) - Geradores de Negócios Socioambientais nos Mercados de Commodities - nasceu do projeto de educação financeira nos mercados de capitais que idealizei e coordenei (1996 a 2003) para o Sindicato dos Economistas (SP)⁸. Este projeto era, a princípio, uma consultoria para a Bolsa de Mercadorias & de Futuros (1990) na gestão de Dorival Rodrigues Alves, falecido em 1999, vítima de câncer, um dia antes de terminar o segundo curso patrocinado pela BM&F para formação dos CTA's.⁹ Desde sua morte, decidi que este projeto seguiria seu caminho natural como Organização da Sociedade Civil.

⁸ SCHARF, Regina. "Commodities ambientais chegam às bolsas". *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 4 de Maio de 1998.

⁹ SPÍNOLA, Noenio. *Como exportar e dialogar melhor com o mercado financeiro na alvorada do E-trade*. Futura, São Paulo, 1998.

A CTA está implantando, há mais de uma década, o Projeto BECE (sigla, em inglês, de Bolsa de Commodities Ambientais), que até então era apenas uma proposta, debatida por seis anos em redes internautas, com mensagens eletrônicas, palestras, seminários, cursos e atividades culturais no Brasil e no exterior. O nome está em inglês em função também da linguagem financeira universal e, em especial, por uma saudável provocação ao Banco Central, pois o codinome **BECE** significa: **B** de Banco, **E** de Ecologia, **C** de Central, e **E** de Economia. Hoje, a ONG CTA conta com a parceria de centenas de lideranças, entidades e instituições de peso nacional e internacional.¹⁰

O estudo técnico-científico de origem brasileira ocorreu no final de 1989 e começo de 1990, motivado pela concentração de riscos nos mercados de futuros, chamados derivativos, quando um grupo de operadores de *commodities convencionais* discutia o quanto ganhavam seus clientes e, proporcionalmente, quantas pessoas morriam nas guerras para cada dólar lucrado nas bolsas de *commodities* e futuros com petróleo, metais e moedas. Fizemos, então, uma aposta: quem conseguiria desenvolver uma engenharia financeira que invertesse o modelo ortodoxo das operações financeiras e, ao invés de ganhar com a morte, criar um mecanismo que oferecesse ganhos com as vidas de mais e mais pessoas. Destes apostadores, fui a única pessoa que sobreviveu e levou a aposta adiante (meus amigos faleceram em acidentes, cometeram suicídio ou tiveram enfarto porque não aguentaram a pressão dos mercados).

Considerando a militância pacifista desde meus 14 anos de idade na questão árabe-israelense, em 1990 comecei a estudar o binômio Água e Energia. Estava convencida de que a ganância sobre os recursos naturais estratégicos era a verdadeira causa das guerras no Oriente Médio.¹¹

Em 1993, tive a oportunidade de contribuir com o Projeto Solidarie, do então Premier do Líbano Hafic Hariri, assassinado em uma emboscada (2005).¹² O Projeto Solidarie financiou a reconstrução do Líbano. Isso,

¹⁰ PETTI, Carin Homonnay. “Commodities ambientais podem ganhar bolsa”. *O Estado de S. Paulo*, Agrocast – Agronegócios, 12/7/2000.

¹¹ ASAZU, Claudia. “Ouro ainda é refúgio, diz analista”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro. São Paulo, 11/7/1999.

¹² O ex-primeiro ministro do Líbano, Rafik Hariri, morreu numa explosão de um carro-bomba na capital do país, Beirute, no Líbano, em 2005. Este atentado comprometeu todo o processo de paz na região e, em especial, a integração do continente latino-americano com o Oriente Médio.

no entanto, somente foi possível em virtude dos Acordos de Oslo (1993) em apoio ao Estado Palestino.¹³ Condicionados à estabilidade geo-político-econômica, os investidores e bancos multilaterais creditaram ao Projeto Solidarie alguns milhares de dólares para reconstruir Beirute, completamente dilacerada pela guerra civil e pelos bombardeios de Israel.

Em 1999, a Rede CTA (hoje BECE-RECOs) passa a ser reconhecida e indicada como fonte de estudos e pesquisas na Biblioteca Virtual de Economia do IE/UFRJ, com o Prossiga/CNPq.¹⁴

Apresentei originalmente o Projeto BECE no “I Seminário sobre Recursos Florestais da Mata Atlântica”, realizado entre os dias 29 de junho e 2 de julho de 1999, na sede do Instituto Florestal (SP), para o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, inventário este patrocinado pelo Fundo para a Biodiversidade do Banco Mundial (Funbio).¹⁵

Este seminário teve a coordenação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, juntamente com a Fundação SOS Mata Atlântica, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Embrapa-Cenargen. O evento trouxe a público uma pesquisa que identificou produtos com características ambientais singulares, de alto valor econômico para populações extrativistas que vivem das e nas florestas – orquídeas, bromélias, erva-mate, xaxim, palmito, plantas medicinais, caixetas etc. Esta cadeia produtiva, que necessitava de financiamento desde a produção até a comercialização, e exigia também um novo mercado financeiro que atendesse a estes excluídos.¹⁶

¹³ EL KHALILI, Amyra. *Projeto de Reconstrução Econômica do Líbano*. Feira de Produtos e Serviços Brasileiros – Expo Brasil 93. American Lebanese Shipping. Beirute – Líbano. Nov.1993. mimeo.

¹⁴ Biblioteca Virtual de Economia - Computação do IE/UFRJ com o Prossiga/CNPq, provedor de informações especializadas em economia que seleciona, classifica e comenta sites do interesse de professores, pesquisadores, estudantes e técnicos da área. Rede CTA Business: Mailing list que tem por objetivo a discussão de temas sobre a gestão econômica ótima do meio ambiente (incluindo instrumentos econômicos), tais como, commodities ambientais sobre água e reciclagem de resíduos industriais. Prossiga Cnpq – NUCA. link: www.prossiga.br/nuca-ie-ufrj/economia

¹⁵ SCHARF, Regina. “Milhões de reais em recursos florestais na mata atlântica”. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 6 de julho de 1999.

¹⁶ *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. Luciana Lopes Simões e Clayton Ferreira Lino (organizadores). São Paulo: Editora SENAC – SP. 2002.

Em dezembro de 1999 apresentei-a novamente no seminário *Commodities ambientais, a experiência brasileira* - na sede do Ministério do Meio Ambiente, promovido pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do MMA¹⁷. Naquele dia, palestrei para mais de 140 técnicos do governo, formadores de opinião, líderes ambientalistas, empresários e imprensa, destacando a importância econômica dos biomas deste Brasilzão e desafiei-os com a provocação BECE. A resposta aos questionamentos estaria registrada nos DOCs BECEs!¹⁸

Em 2000, proferi palestra na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, promovida pelo Consulado dos EUA, que contou com a presença do fundador e ex-presidente da Associação dos Banqueiros Ambientalistas dos EUA, o vice-presidente para Meio Ambiente do Bank of América, Evan C. Henry. Nesse evento, o reconhecimento do esforço e da autoria destes conceitos por parte do governo e de especialistas foi destacado em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*.¹⁹ Em seguida, na Ecolatina, o reconhecimento da comunidade científica e dos ambientalistas: *Brasil é o 1º país do mundo a criar commodity ambiental*.²⁰

Em 23 de abril de 2003, proferi de Brasília, via satélite, a palestra *Commodities ambientais: o presente, o futuro e o papel da pesquisa*”, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), transmitida para suas 38 unidades em comemoração aos seus 30 anos. A proposta BECE passa à condição de projeto nesse momento, quando a diretoria executiva se posicionou publicamente, apoiando os estudos científicos e de pesquisa destes trabalhos em matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*.²¹

¹⁷ BELMONTE, Gecy. “Economistas propõem criação de bolsa de commodities ambientais”. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Economia & Negócios. São Paulo, 7/12/1999.

¹⁸ ASAZU, Claudia. “Mata atlântica poderá ter produto negociado em bolsa”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro. São Paulo, 13/10/1999.

¹⁹ ÂNGELO, Claudio. “Ong propõe ‘commodity ambiental’”. *Folha de São Paulo*. Caderno Ciência. 18 de agosto de 2000. Pag. A16.

²⁰ Ecolatina 2000 (www.ecolatina.com.br). *Brasil é o 1º país do mundo a criar ‘commodity ambiental’*. Belo Horizonte, MG. 27/10/2000.

²¹ MURPHY, Priscilla. “Embrapa adota desenvolvimento sustentável. Estatal de pesquisa agropecuária comemora 30 anos e realiza ciclo de palestras”. *O Estado de São Paulo*, Caderno de Economia, 24 de Abril 2003.

Em 16 de julho de 2004, proferi palestra²² na Sexta com Ciência do Ministério da Ciência e Tecnologia.²³ Novamente na Embrapa, entre 15 e 18 de fevereiro de 2005, no *II Seminário de Experiências Comunitárias de Meios de Vida Sustentáveis no Cerrado*²⁴ e, em 11 de março de 2005, na Sexta Feira Ambiental, promovida pela diretoria de Ecossistemas/Cgeco, no auditório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA/SEDE, em Brasília, além de várias reuniões entre outras palestras.

Em 7 de junho de 2005, palestrei nos eventos comemorativos da Semana do Meio Ambiente, realizada pela Caixa Econômica Federal, conjuntamente com o Banco Central do Brasil, no auditório do Bacen, em Brasília, com o tema *A responsabilidade socioambiental do sistema financeiro*. Em 4 de dezembro de 2008, por ocasião da comemoração do 4º aniversário da Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen), retornaria com o mesmo tema, confirmando as previsões feitas há mais de uma década sobre a crise financeira mundial.²⁵

A logomarca CTA foi concebida e doada pelo artista gráfico Ozéas Duarte que, juntamente com o ilustrador “Tuco”, idealizou os selos *commodities ambientais*, entre outras. Na concepção de

²² Commodity ambiental: bolsa brasileira será debatida. “A Sexta com Ciência”, que ocorre às 16h, no auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia, vai debater o projeto Bolsa Brasileira de Commodities Ambientais. Para tratar do assunto foi convidada a economista Amyra El Khalili, considerada uma das maiores referências brasileiras em commodities ambientais. Economia Agrícola. Agenda 17/09/2004. Acesso em 2008: www.estadao.com.br/arquivo/economia/2004/not20040917p48.htm

²³ VILHENA, Valéria. “Commodities ambientais é o tema desta Sexta com Ciência no Ministério da Ciência e Tecnologia”. 16/09/2004. *Produção sustentável promove inclusão social*. Assessoria de Imprensa do MCT. 17/09/2004 (<http://agenciact.mct.gov.br>).

²⁴ CAVALCANTE, Talita. “Subsistência que vem da natureza”. *Jornal de Brasília*. Caderno Cerrado 04/03/2005.

²⁵ TALITA, Sitta. Jornada ensina a lidar com crise e ter responsabilidade socioambiental. Palestras deram dicas a servidores e ao público externo de como se comportar durante período de tensão econômica e mostraram ligação direta entre sistema financeiro e meio ambiente. Assessoria de Imprensa do Banco Central do Brasil. TV Bacen. 05/12/2008. Acesso em 2008: www.bcb.gov.br.

Ozéas, a imagem procurou manter a ideia de uma rede orgânica, como uma planta. Baseou sua ideia nas hiperesferas, nas mandalas dos cruzamentos das sete matrizes das *commodities ambientais*, demonstrando algo que se expande a partir de um indivíduo, formando uma grande rede. Esses indivíduos abraçam o planeta, que é o centro das atenções do nosso cuidado e meio de sobrevivência destes grupos. A cor azul remete diretamente ao ar, ao mar e ao planeta Terra.

Em memória do ambientalista Álvaro Marques, brutalmente assassinado no ano de 1999, em Angra dos Reis (RJ), ao se manifestar contra todo e qualquer tipo de violência, fundei em 2000 o Movimento das Águas pela PAZ. Lançamos, então, um selo comemorativo para o Dia Mundial da Água (22 de março) e o selo “Olho de Álvaro” – Água, o Ouro Azul do Século XXI.²⁶

Em seguida, eclode a Segunda Intifada Palestina; recrudescer o conflito árabe-israelense em 2000. Na sequência, ocorrem os atentados de 11 de setembro em 2001 e, posteriormente, em nome da luta contra o terrorismo, o governo Bush invade o Iraque em 2003, justificando seu gesto ao acusar Sadam Hussein de produzir e manter em seu domínio armas químicas e nucleares.

O Movimento Águas pela Paz ganha essência feminina com a *Dança pela Água em Missão de PAZ!* e centenas de ações cybernautas na internet, transformando-se em Movimento Mulheres pela P@Z! em 8 de março de 2002, Dia Internacional da Mulher, com a participação de mulheres árabes, judias, palestinas e brasileiras.²⁷

Também com a participação de homens e mulheres pela paz, formamos uma frente representativa de ação pró-ativa com o Move On na América Latina e a coalizão liderada pelo Bispo Desmond Tutu, da África do Sul.²⁸

²⁶ O artista gráfico Ozéas Duarte teve também como inspiração o texto “Nós e as Águas”, de Alfredo Marques. Os selos *Ouro Azul do Século XXI* e *22 de Março, Dia Mundial da Água* existem em três línguas: inglês, espanhol e português, que podem ser usados por todos que apoiam a Paz. Também concebeu a marca Mulheres pela P@Z!, entre outras.

²⁷ BIDERMAN, Iara. “Paz, substantivo feminino”. *Revista Criativa*. Editora Globo. Ano XIII, nº 152. dez. 2001.

²⁸ BITTENCOURT, Ana Cris. “Agenda a favor da paz”. Agência IBASE. Disponível em www.ibase.org.br. Acesso em: março de 2006.

Uma mobilização com a participação de ativistas de 142 países em vigília contra a invasão do Iraque pelos EUA. Um dia antes da invasão, estávamos “conectados” com velas acesas e orações, pedindo paz no mundo.²⁹ Depois, via internet, nos juntamos ao Codepink, Movimento Mulheres pela Paz dos EUA, apoiando a petição on line para a retirada das tropas estadunidenses e de seus aliados do Iraque. O Codepink contabilizou 100 mil assinaturas. Junto com uma carta-protesto, elas foram entregues na ONU, em Nova Iorque, em março de 2006.

Em 2006, a dra. Claude Fahd Hajjar encaminha ao Primeiro Congresso Fearab -América Federación de Entidades Americanos Árabes e Liga dos Estados Árabes - , realizado no Cairo, Egito, entre 10 e 12 de julho, o tratado *Água e Petróleo, a mesma moeda*, elaborado por mim, pelos doutores Eduardo Felício Elias e Além Garcia, sendo este o mais importante debate econômico-socioambiental, na esperança de que pudesse representar uma luz na construção de uma paz justa e duradoura entre árabes e israelenses, judeus e palestinos, a partir da América Latina e do Caribe.

Fui indicada ao Prêmio “1.000 Mulheres para o Nobel da Paz” 2004 e pela Comunidade Baha’i do Brasil ao Prêmio Bertha Lutz 2005; ao Prêmio Bertha Lutz 2007 pela Confederação das Federações das Entidades Árabes Brasileiras (Fearab-Brasil), indicada e ratificada por dezenas de comunidades, lideranças e formadores de opinião, com depoimentos registrados em vários e-mails e cartas. A legitimidade destas indicações está nos trabalhos efetivados e nos resultados que constataam a importância das posturas e atitudes que, com todos os ônus e alegrias, venho assumindo.

Considero estas indicações verdadeiros prêmios. Muito me honra citá-las em meu currículo como troféus de grandes vitórias, pelo respeito conquistado diante de frentes polêmicas, da diversidade étnica, religiosa, política e dos combates contra a corrupção, além das conhecidas trincheiras árabe-israelenses, mas, sobretudo, pelo compromisso com o trabalho voluntário. Não persigo prêmios. Faço meu trabalho por missão espiritual, por convicção. Mas temos que considerar a importância dos reconhecimentos que são estas indicações. Mais que um prêmio, uma indicação é um aval, tão ou mais poderoso que uma fiança bancária. Uma indicação, por mais humilde que seja, vale OURO!

²⁹ EATON, Janet. Fórum Social das Águas abre com tema Água e Paz. CIM – Brasil, centro de mídia Independente. Disponível em www.midiaindependente.org. Acesso em: março de 2006.

É nesse contexto histórico, nessa longa, porém sustentável caminhada, que fundamentamos este projeto para milhares e milhares de vidas, alicerçados no tripé *Legitimidade, Credibilidade e Ética*, esperança para toda a humanidade e uma contribuição para a paz.

PRINCÍPIO NORTEADOR DO PROJETO BECE

Projeto é uma etapa que precede a realização de um grande feito, na medida em que a complexidade deste feito requer um estado de amadurecimento um processo de maturação para sua concretização.

O projeto BECE não foge a esta regra. Para ser implementado, foi necessário, ao longo do tempo, ganhar a maturidade suficiente para sua completa implementação, passando por um intenso processo de mutação, transformação, evolução, adaptação, etc.

Durante este longo processo, muitas vezes o foco do projeto pôde, facilmente, desviar-se de suas finalidades primordiais. Por essa razão, foi preciso estabelecer um princípio norteador que, em qualquer hipótese do processo de maturação, mantivesse o foco do projeto, fossem quais fossem os caminhos adotados ao longo do percurso.

Uma das características fundamentais do Projeto BECE, certamente a mais importante, é a existência de um princípio norteador traçado de forma objetiva, nítida e clara, que é alcançar em sua plenitude o desenvolvimento social, econômico e ambiental, valorizando a dignidade da pessoa humana e o meio ambiente, tendo como fundamento de articulação a possibilidade de garantir o direito de uso dos bens ambientais dentro dos fundamentos estabelecidos na Constituição Federal.

O desdobramento do princípio norteador do Projeto BECE prima por sua capacidade de agregar e gerar conhecimento contínuo por in-

termédio de profissionais atuantes nos mais variados campos da ciência, afastando qualquer forma de benefícios individuais, de subserviência política ou de reserva de mercado por solidariedade corporativista.

Por essa razão, é correto afirmar que o Projeto BECE não foi concebido para agradar segmentos e determinados setores da sociedade, pois, em face da sua independência, caracteriza-se pela interpretação sistêmica das necessidades das comunidades carentes e excluídas do mercado.

É nessa perspectiva holística que as considerações e opiniões propagadas e difundidas pela Aliança RECOs se transformam em elementos essenciais para a edificação e aprimoramento do Projeto BECE, servindo como base crítica ao modelo socioeconômico atual.

A diretriz traçada pelo Projeto BECE encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, especialmente na Constituição Federal, que define como bens ambientais os que, no plano normativo, são considerados essenciais à sadia qualidade de vida (art. 225 da CF).

Os bens ambientais são considerados juridicamente essenciais aos valores diretamente organizados, sob o ponto de vista jurídico, em face da tutela da vida da pessoa humana (o próprio patrimônio genético, a fauna, a flora, os recursos minerais, etc.), como, principalmente, em face da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), verdadeiro fundamento a ser seguido no plano normativo.

Nossa Constituição Federal, para garantir os direitos considerados essenciais à dignidade da pessoa humana, destinou e assegurou aos brasileiros e estrangeiros residentes no País os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade, à proteção à infância e a assistência aos desamparados como um verdadeiro piso vital mínimo, a ser necessariamente assegurado por nosso Estado Democrático de Direito.

Conforme estabelece essa carta, a ordem econômica tem por fim assegurar a brasileiros e estrangeiros residentes no País uma existência digna, conforme princípios explicitamente indicados no art. 170 (incisos I a IX).

A defesa do meio ambiente (art. 170, VI), associada à soberania nacional (art. 170, I), assume importante destaque, influenciando evidentemente toda e qualquer atividade econômica.

Os princípios que iluminam juridicamente a ordem econômica em nosso país é que o poder público - não só como agente gestor, normativo e regulador da atividade econômica, mas principalmente no

sentido de assegurar a efetividade do direito ambiental em face dos recursos ambientais (art. 225, § 1º) - deverá exigir, como regra, ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL para a instalação de toda e qualquer obra, ou mesmo atividade, que potencialmente possa causar significativa degradação do meio ambiente - natural, artificial, cultural e do trabalho -, em face daqueles que pretendam licitamente explorar recursos ambientais.

O bem ambiental, conforme explica o art. 225 da Constituição, é “de uso comum do povo”, isto é, não é bem de propriedade pública, mas de natureza difusa, razão pela qual ninguém pode adotar medidas que impliquem gozar, dispor, fruir do bem ambiental, destruí-lo ou fazer com ele de forma absolutamente livre tudo aquilo que é da vontade, do desejo da pessoa humana no plano individual ou meta-individual.

Ao bem ambiental é somente conferido o direito de uso, garantido o direito das presentes e futuras gerações.

A natureza jurídica do bem ambiental como de único e exclusivo uso comum do povo, elaborada pela Constituição de 1988 e vinculada à ordem econômica do capitalismo, visando assim a atender às relações de consumo, mercantis e a outras importantes relações destinadas à pessoa humana, tem na dignidade da pessoa humana seu mais importante fundamento.

Ressalte-se que a obrigação daqueles que exploram recursos naturais não se esgota na recuperação do meio ambiente natural degradado (art. 225, § 2º, da Constituição Federal), mas decorre também do impacto ocasionado sobre a vida em todas as suas formas, o que levará ao controle do meio ambiente em todas as suas manifestações (natural, cultural, meio ambiente artificial e meio ambiente do trabalho), na forma da lei.

Conselho Jurídico do Projeto BECE

Alessandro Fuentes Venturini – OAB/SP 157.104

Carlos Alberto Arikawa – OAB/SP 113.031

Maria Helena Batista Murta – OAB/MG 55200

Paulo Nelson do Rego – OAB/SP 87559

Renato Pasqualotto Filho – OAB/SP 90.087

O QUE É A ALIANÇA RECOs?

REDES DE COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA SEM FRONTEIRAS

A Aliança RECOs é uma teia de intensas relações afetivas (clusters), ou seja, é uma rede solidária que une produtores e difusores de informações com o objetivo de registrar a história do desenvolvimento sustentável, fomentar e estruturar o mercado de *commodities ambientais* e *commodities espaciais*.

As *commodities ambientais* são mercadorias originadas de recursos naturais em condições sustentáveis, cujas matrizes são: água, energia, madeira, biodiversidade, reciclagem, minério e controle de emissão de poluentes (água, solo, ar), bem como as *commodities espaciais*, assim entendidas as que tratam da propriedade intelectual, das ideias, dos saberes, da cultura dos povos, das artes, da qualidade de vida, das pesquisas e de todos os valores abstratos originados da capacidade humana, individual ou grupal.

Seus “núcleos de estudos” têm por meta um fórum de alto nível estratégico, de caráter multi e interdisciplinar, que se propõe a contribuir com a produção de documentos, esclarecimentos, orientações, reflexões e bibliografias, com o intercâmbio de experiências e a promoção e fomento da produção de bens e serviços das comunidades regionais.

Tem por missão contribuir com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável no Brasil, implantando mercados emergentes socioambientais a serem controlados pela sociedade brasileira com base na democratização da infor-

mação, com a reunião de pessoas interessadas numa economia mais solidária, ética e comprometida com as atuais e futuras gerações.

Atende às reivindicações da Agenda 21 - Pense Globalmente e Aja Localmente - pela conscientização da responsabilidade social empresarial, pelo comércio justo, por diversos programas educacionais, de pesquisa, de ciência e tecnologia.



MAIS DE UMA DÉCADA TECENDO REDES LATINO- AMERICANO-CARIBENHAS

Em 1996, inicia-se uma forte ruptura com o modelo econômico neoliberal, com a formação de uma rede constituída por profissionais do sistema financeiro, alunos de diversos cursos, amigos e familiares, que, diante das mazelas e incertezas do cenário econômico mundial, procuravam construir uma teia de pensamentos e atitudes em que seus conhecimentos fossem utilizados de forma produtiva a serviço da sociedade e do meio ambiente.

A princípio, este *cluster* se organiza por laços afetivos, trocas e com o mote solidário, compartilhando conhecimentos, convites, mensagens, encontros, agendas, ainda fora da internet, com cartas por correio, telefonemas, fax e muito restrito ao estado de São Paulo, capital.

O grupo foi crescendo aos poucos, mas consistentemente, pois os pais começaram a trazer os filhos; as mulheres, por sua vez, trouxeram as amigas, as primas. Os laços afetivos se fortaleciam a cada nó, dia após dia. Alguns se cruzaram quase 20 anos depois; outros vieram e descobriram que conheciam outro alguém da infância. Uns foram namorados, outros amaram outras; e outras conheceram e tiveram também seus enteveros com outros. Mais uma vez, os laços foram se solidificando, constituindo-se num campo magnético extrassensorial.

A partir de 1998, estes relacionamentos entraram na era virtual. Todos foram cadastrados na internet. Aumentou indefinida e exponencialmente o volume de pessoas, tecendo mais e mais *clusters*, debatendo temas os mais variados. Desta vez, o meio ambiente constituía o mote de unificação de interesses e pessoas³⁰.

Na passagem do século XX para o XXI, eu estava na internet meditando sobre os destinos de um século passado e sobre o que fazer com tantos e-mails, com tantas pessoas e tantos desafios. Foi quando recebi, da França, um e-mail de Lucas Matheron, solicitando auxílio numa *cyberação* contra a empresa Totalfina, cujo cargueiro afundara no mar de Bretanha com barris de petróleo, pronto para explodir, eventualidade que detonaria toda a costa marítima daquele frágil ecossistema da Europa.

Na virada do século, Lucas e eu falávamos pela *Net* e estudávamos estratégias de combate e pressão ao estrago que estava por acontecer, caso não fôssemos rápidos o suficiente para uma ação de peso internacional.

Naquele dia, na virada de um século para outro, ficou claro que a missão era muito maior do que trocar informações, juntar pessoas, construir uma rede de “afetos”, pois estávamos sendo fortemente “afetados” por mais um desastre ecológico que descambava nas festividades de Natal e Ano Novo.

Mais de dez anos se passaram desde o embrião desta rede. Tantos embates, alegrias e tristezas dividimos com vocês que me leem neste boletim. Amamos, nos apaixonamos, odiamos, choramos e vibramos dia após dia no mundo virtual, trazendo informações, formando opiniões e demonstrando poder de articulação para o mundo real.³¹

De alguns, nunca vimos os rostos. Outros se foram, no meio do caminho, sem que pudéssemos sequer ouvir suas vozes. Ficaram seus textos, seus e-mails, suas forças. Uns entram e outros saem. Alguns se afastam para depois, em melhores condições, retornar. Cada um com seu tempo e sua história. Cada um com sua missão, mas sempre conectados nesta pulsante rede de informação.

Para todos vocês que fazem essa história e que escrevem global-

³⁰ GATTI, Alexandra. Entrevista Amyra El Khalili. “Ambiente Brasil”, 03/9/2003. Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em: abril de 2006.

³¹ LOBO, Marcos. “Commodities ambientais: democratização do capital e preservação do meio ambiente”. Rede de Informações para o Terceiro Setor. 11/8/2001.

mente página após página o “desenvolvimento sustentável”, agindo localmente, desejamos que, nos próximos anos, possamos comemorar mais e mais vitórias com fortes laços afetivos, como tem sido esta grande família internauta.

Uma família que não vê cara, mas sente e deixa vibrar o coração.
Qublát Falastínia! (Beijos Palestinos!)

REDES DE SOLIDARIEDADE

CONQUISTANDO MENTES E CORAÇÕES

A Aliança RECOs inspirou-se no fenômeno das “correntes” e vem, a partir daí, incentivando o crescimento da informação pela internet com responsabilidade, defendendo a liberdade de expressão dos grupos que lideram o terceiro setor e demais cidadãos para que este instrumento seja uma ferramenta potencial para o desenvolvimento sustentável, com justiça social por meio da formação de redes solidárias.

As mensagens abrem uma nova possibilidade de integração, anteriormente limitada ao universo da escola, do trabalho, da família e dos amigos. Nossos co-listados são indivíduos que procuram seu espaço na comunicação para a interação com a comunidade. Daí a necessidade de transformar esta energia positiva disseminando conteúdos, informações construtivas e promovendo a educação para o desenvolvimento com profissionalismo do terceiro setor.

A internet está construindo uma outra forma de democratização da informação, pela qual as redes desempenham a função de rastrear fontes, identificar tendências e lideranças e, acima de tudo, permitir que as versões dos fatos sejam divulgadas nas suas mais diferentes faces. Na internet, não é possível disseminar somente aquilo de que se gosta ou que um determinado grupo ou indivíduo acha conveniente, porque outras redes paralelas cruzam estas informações e desmontam a argumentação daquele que pretende manipular o debate – ou impor uma única visão.

A internet é uma outra forma de comunicação que nos fascina e ao mesmo tempo amedronta. Ainda não sabemos como lidar com ela e não estamos preparados para a abertura da informação. Na internet, não é possível fingir que não se viu ou que não se recebeu esta ou aquela notícia, uma vez que a redona está sendo invadida por uma enxurrada de informações, sejam elas de boa ou duvidosa qualidade, honesta ou caluniosa.

Nosso trabalho na edição, manutenção e monitoramento desta grande rede é voluntário. Trabalho voluntário não é trabalho de “graça”.

Este trabalho não tem preço, porque é feito com a mesma, ou com muito maior dedicação, empenho e responsabilidade do que o que é remunerado. Compare quantas pessoas você estará ajudando ao retransmitir nossos boletins, produzido voluntariamente por um batalhão de profissionais. Depois disso, sinta-se importante, porque você estará efetivamente cumprindo com seu dever de cidadão, uma vez que não precisamos de quantidade, mas de qualidade. Estamos aqui para isso: apoiar e sermos apoiados, solidariamente.

“Toque de M(i)dias”

Consideramos parceiros desta rede os jornalistas investigativos, como verdadeiros Tistus: eles apontam o dedo verde, enterram sementes de informações (ora denúncias; ora sinais de esperança), conduzem a busca por soluções viáveis para velhos problemas.

A mídia exerce papel fundamental na democratização da informação. Traduz linguagens inacessíveis do economês, advoguês, cientifiquês e de todos os complicadíssimos “ês” para uma linguagem que atinja de fato a quem deve atingir.

É a mídia que faz a ponte entre a informação e o público. Assim, é também proporcionalmente responsável pelo sucesso ou fracasso de uma grande ideia. É aqui que está o “Toque de Míd(i)as” da imprensa.

Como o dedo verde de Tistu, a mídia tem o poder de tocar num assunto e disso fazer crescer algo novo, seja cobrando maior transparência, atitudes, seja apontando soluções, reconhecendo esforços, demonstrando a força popular. Já dizia um dos maiores comunicadores de massa no Brasil, Abelardo Barbosa, mais conhecido como Chacrinha: “Quem não se comunica, se trumbica!”.

Chacrinha já pregava, com seu estilo buzina e fantasia, o poder da comunicação, a importância de ser didático e popular e de falar os vários “dialetos” do português: a língua da doméstica, do professor, do engenheiro, do empresário, do advogado, do economista, do médico e por aí vai, na multidisciplinaridade que compõe os vários segmentos da sociedade.

Quando a mídia alternativa procura, acha. Acha problemas, apresenta meios de como resolvê-los, aponta caminhos para os erráticos. Afinal, quando estimula a consciência social e ambiental, consegue sensibilizar aquele que está na contramão do que se prega. Não o contrário. Não precisamos sensibilizar ambientalistas, nem tampouco sensibilizar ativistas dos direitos humanos para as causas sociais. São os empresários, os banqueiros, os empreendedores, os políticos e governos, a sociedade em geral que devem ser sensibilizados.

A mídia alternativa que tem conduzido o debate sobre este projeto. É a mídia que tem registrado essa história, que é nossa, porque os problemas socioambientais são nossos e a solução só poderá partir de nós, embora ainda haja desavisados que insistem em afirmar que as soluções eficientes devem vir de fora. Esses continuam acreditando que aqui ainda é a “senzala” à espera de ordens da “Casa Grande...”

Não basta, porém, ter apenas mais uma boa ideia na cabeça e uma câmera na mão, como dizia Glauber Rocha. É necessário ter conteúdo, muito conhecimento, criatividade sedutora, além de coragem para se expor nesta pendenga. Estamos aprendendo a lidar com esta maravilha - a tecnologia da informação -, que pode colaborar muito, assim como pode causar estragos irrecuperáveis se mal conduzida.

Vivemos o dilema de como administrar tanta informação e de como depurá-la. Os anos passaram, a tecnologia digital avançou e o cinema não acabou por causa do vídeo; muito pelo contrário, reaqueceu e trouxe uma perspectiva diferente para a produção cinematográfica. O mesmo ocorrerá com a internet e outras formas de comunicação.

O “Toque de Míd(i)as” deve ser autêntico e sincero como o olhar de uma criança. Mais do que ter dedo de Tistu, a mídia deve ter compromisso com a ética, procurando diferentes fontes, dando espaço para o pluralismo, confrontando situações e opiniões.

É por essas e outras experiências acumuladas que não nos furtaremos ao debate aberto e democrático, sempre zelando para que todos possam dizer o que pensam, para que digam, falem e, principalmente, para que as outras versões dos fatos cheguem ao conhecimento do público pela liberdade de expressão, em defesa da democratização da informação. Do contrário, recairá sobre o que tocamos a maldição de Midas, que se sufocou ao transformar-se em ouro com as suas próprias mãos.

MÍDIAS AMBIENTAIS: POR QUE FINANCIÁ-LAS?

Quem atua no mercado financeiro costuma ouvir aquela afirmação: “O mercado sobe no boato e cai no fato.”

Se alguém me perguntasse “como você conseguiu saber que o petróleo teria suas cotações disparadas, com altas sucessivas até atingir a maior marca dos últimos 20 anos”, responderia: mídias ambientais.

Já tinha gritado que a US\$ 26.00 o barril era para entrar comprando e que abaixo de US\$ 34.00 o mercado nunca mais retornaria. Disse isso num evento em Brasília, sobre mudanças climáticas, e por isso fui ridicularizada. Como não opero mais *commodities convencionais* por questões de princípio, fiquei só observando quando o mercado do petróleo virou na cara de todos e começou a subir, subir, subir.

Neste caso, não era boato, não. Era guerra mesmo, conflitos, e a tão propalada invasão no Iraque. Mas antes disso tudo, quando gritei alto e bom som, nem se cogitava da 2ª Intifada Palestina, do 11 de setembro, ou de quaisquer um desses fatos.

Depois de anos analisando mercados de capitais, balanços de empresas, conjunturas econômicas, comércio exterior, política internacional, índices e cotações, o que leio no jornal diário já não me convence mais. É certo que todo analista um dia se cansa. Descobre que

a notícia de hoje foi o boato de ontem. E não tem mais confiança em dados de mesmos subsídios para tomar decisões.

Quando a internet não existia, operávamos com o sistema viva voz, cotações on line de sinais por satélite. No traquejo do vaivém das bolsas, acompanhávamos informações instantâneas calculando com a cabeça na velocidade do computador. A matemática é apenas a constatação das nossas avaliações e a execução da ordem de compra e venda nos pregões, o resultado da confiança dos investidores em nós depositada. Estas variáveis todas juntas formam o preço.

Hoje, a moçada recém-formada sai da faculdade com um laptop repleto de programas e softwares com ene calculadoras e mal consegue entender o que água tem a ver com floresta. Essa turminha não lê, não se informa e fica à deriva da mídia convencional, esperando o boato para fazer dele um fato, para azar dos investidores e players.

As mãos invisíveis do mercado

Se você olha essa mídia ambiental como gritona, que só sabe denunciar e reclamar, pode ir mudando de ideia. Os melhores negócios e investimentos têm sido apontados por esta mídia, que tem o olhar sobre os fatos. A cada dia nascem mais e mais jornais de bairro, rádios comunitárias, blogs, sites, boletins, livros, revistas, vídeos que se incorporam às redes de comunicação na internet. A internet é o palco de transformação da mídia convencional, que acaba por se nutrir das informações produzidas pelas mídias ambientais. Busca a informação de ponta que circula em redes.

Não espere que esta informação vá aparecer no balanço da empresa que se apresenta para captar dividendos com suas ações nas bolsas. É evidente que ela não apresentará seus passivos, suas deficiências, nem tampouco seus processos. Mas, se você acompanhar as mídias ambientais, descobrirá se o setor de investimentos é ou não o mais apetitoso. Apesar de estas mídias excomungarem palavras-chave, como mercado, *commodities*, bolsas, economistas, são o melhor e mais transparente indicador econômico que você poderá ter. Ninguém mais do que as mídias ambientais apontam onde dá lucro, por mais contraditório que seja, ou, pelo menos, onde você poderá ter um belo prejuízo.

Medo de quê? Quem não deve não teme!

Mídias ambientais não vendem opinião; vendem espaço. Se seu negócio é bom, que seja para todos, incluindo seus investidores e parceiros, porque negócio bom para um só não é negócio, mas manipulação. Alguém vai quebrar ou ficará sem “mercado”.

As questões ambientais fazem parte da rotina de cada cidadão. Os jovens nas escolas querem saber o que é transgenia, biotecnologia, querem entender os debates e as denúncias que circulam na internet. Se antes seus universos se restringiam à televisão, à escola e a amigos, hoje acessam a internet, navegam em sites, procuram blogs, abrem comunidades em sites.

A dona de casa quer entender por que aquele furacão com um simpático nome feminino destruiu a cidade do jazz nos EUA. Ela provavelmente nunca verá o lado pobre da grande nação Big Brother. O taxista quer compreender o que foi essa tal de “tsunami”, e por que o padre fez greve de fome pelo Rio São Francisco, ou por que o jornalista Franselmo³² se imolou num protesto ambientalista. Minha mãe me pergunta por que a Amazônia está secando.

Os protestos ganham espaço na mídia e avançam sobre os olhares dos comuns. Não dá para ficar indiferente a esta realidade, ainda mais com a cobertura on line das mídias ambientais.

Estas mídias estão atuando com suas ‘mãos invisíveis do mercado’. São ignoradas pelos grandes agentes financeiros, temidas por muitos empresários, tratadas pela conveniência dos governos e subestimadas pelo poder das mídias convencionais, que insistem em fazer de seus veículos a máxima da cartelização da informação, tendenciosa e concentradora, para fomentar o boato. Enquanto isso, as empresas anunciam nos mesmos veículos de sempre e gastam fortunas para terem suas marcas reconhecidas por sua “eminência parda, o mercado”, que somos todos nós, os consumidores.

³² Ambientalista, presidente da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, que ateou fogo a si mesmo em Campo Grande (MS), no dia 12 de novembro de 2005, em protesto contra a intenção do governo do estado de permitir a instalação de usinas de açúcar e álcool na Bacia do Alto Paraguai, região do Pantanal. Morreu no dia seguinte, em razão das graves queimaduras sofridas no corpo.

E assim, as cotações das bolsas vão subindo, subindo, subindo no boato, e o mercado financeiro se esvaziando, se esvaziando no fato. “Me engana que eu gosto”. A questão é saber por quanto tempo os analistas sustentarão a enganação, traduzida em preço e prejuízos consideráveis. Não diga que a culpa é da política econômica, porque até isso as mídias ambientais apontaram há tempo com as contradições entre os ministérios e os ministros. Foi você, meu amigo, que não viu, digo, não leu nas mídias ambientais.

Os analistas do mercado de capitais, brokers, traders competentes e veteranos, se converteram em ambientalistas pela lógica da inteligência, pois se cansaram de ser enganados. Hoje, querem se nutrir desta mídia que aponta os fatos, doa a quem doer. Estes analistas aprenderam a respeitar estas “mãos invisíveis” e a não subestimar o poder de “sua eminência parda, o mercado”.

Colega, agora analise bem, faça suas continhas, consulte seus gráficos, acesse seus programas e me responda: Mídias ambientais: por que alguém deveria financiá-las?

MÍDIAS AMBIENTAIS: FINANCIANDO UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL³³

Meio ambiente não é uma pauta simples. Exige, de quem relata, muita atenção, pesquisa, leitura e respaldo de diversas fontes. Por se tratar de um tema inter e multidisciplinar, falar sobre meio ambiente tornou-se um ato pedagógico. É necessário traduzir os dialetos para que os mortais leitores consigam alcançar sua importância e envergadura nos debates e compreender o que isso pode significar no dia-a-dia de cada cidadão. O que uma coisa tem a ver com a outra, como, por exemplo, o que água tem a ver com florestas?

Num país de dimensões continentais, colonizado por várias etnias e com uma cultura extrativista, é natural que as pautas ambientais sofram todo tipo de resistência, retaliação e, como não poderia deixar de ser, divergências entre os modelos implantados pelas cartilhas econômicas ortodoxas que reproduzem a mentalidade de países industrializados, como preconiza o tão ambicionado “desenvolvimento sustentável”.

Há de se compreender que, entre os desafios de informar, está o de

³³ Palestra apresentada no I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, realizado entre os dias 12 e 14 de outubro de 2005, na cidade de Santos (SP). Painel: “Meio Ambiente e Economia Sustentável (13/10)”. Debatedor: Edvaldo Nunes. Palestrantes: Amyra El Khalili e Adalberto Marcondes.

educar, de conscientizar. Portanto, quando nos referimos a uma mídia especializada, como são as mídias ambientais, estamos, em primeiro lugar, nos posicionando como “educadores”, que formarão quadros para liderar, estimular e orientar jovens para assumir responsabilidades e representar as futuras gerações, as dos que estão aí, saindo das faculdades ou entrando nelas, à procura de empregos, em busca de oportunidades para estar na mesma pirâmide social a que o atual modelo de consumo aspira.

Quando as mídias ambientais procuram no seio de suas redes a estratégia para suas organizações estão também se confrontando com o mesmo desafio que nós, desta teia, enfrentamos ao implantar um modelo econômico sustentável.

Há tudo por e para se fazer, uma vez que esta casa fora construída sobre uma perspectiva ultrapassada em relação às necessidades de consumo e à capacidade de se obter a matéria-prima, os insumos utilizados pela indústria, pela agricultura e o comércio, predatoriamente extraídos do meio ambiente para suportá-los.

As mídias ambientais acabam por produzir uma quantidade enorme de informação, tendo que pesquisá-la, traduzi-la, estudá-la, para digerir tudo isso no menor espaço que lhe é disponibilizado na grande mídia. Quando o consegue, precisa disputá-lo a tapas com as pautas convencionais para introduzi-la nos cadernos de economia, ciência, agricultura, entre outros. Mas, a mais complexa e desafiadora de todas as situações é quando este tema se cruza com finanças.

Finanças é o forrobodó do Ó.

Assunto árido, chato, enfadonho e cheio de números, dados, estatísticas, curvas e percentuais. Difícil até para os mais apaixonados. Procurar uma narrativa que atraia o interesse do leitor comum - daquele que mal sabe o que a intervenção do Banco Central no mercado tem a ver com o salário mínimo, ou se isso vai aumentar ou diminuir as tarifas de água, luz e gás - é quase uma tragédia grega. Quando há algum êxito, por menor que possa parecer, é preciso comemorar com bandas e fanfarras.

No entanto, tenho-me deparado com relatórios, propostas e projetos “inspirados” em artigos, debates, informações, comentários e centenas de textos produzidos pelas mídias ambientais em redes de comunicação *on line*. Muitos destes trabalhos convertem-se em consultorias bem co-

bradas, regiamente bem pagas. Lamentavelmente, sequer citam as fontes. Poderiam, ao menos, citar: mídias ambientais. Nem isso os incautos que se utilizam destes serviços têm coragem de fazer.

E assim caminha a humanidade. Para o abismo, evidentemente. Nem a fonte mais pura dos mananciais aguenta tanta usurpação deliberada e irresponsável desta turba. É o que chamamos de ecoparasitismo.

As mídias ambientais têm literalmente financiado a migração do modelo neoclássico ortodoxo para fomentar uma economia sustentável. Muitas vezes pagam e, na maioria dos casos, com voluntarismo, boa vontade, compromisso e abnegação, sem ter a contrapartida dos que dela se utilizam para manter seus empregos, suas consultorias, seus cargos nos governos, seus currículos de bacharéis, mestres e PhDs promovendo suas palestras, cursos e eventos. É uma tremenda falta de respeito com este setor, que tem contribuído diuturnamente, suando em bicas para uma revolução socioambiental sem derramar o sangue dos outros.

Como todo projeto tem começo, meio e fim, também terá que apresentar “resultados” no curto prazo; uma hora, inevitavelmente, a fonte secará. O fôlego vai acabar. Quem precisou uma vez, retornará. E como águas revoltosas, as informações que municiaram tantas propostas podem se converter em números contra aqueles que não souberam delas tratar.

Será uma reviravolta contra aqueles que não souberam tratar deste “assunto” com o respeito e a responsabilidade que estas mídias merecem, pois democratizar a informação ambiental é, em especial, fornecer graciosamente tudo aquilo que tem custo, valor, e não vem de bandeja para ninguém. Mídias ambientais também têm seu preço. Não pague para ver!

Agora, respondam: por que as mídias ambientais deveriam continuar a financiar uma “Economia Sustentável”?

Afinal, quem são os maiores interessados?

CAPITULO 2 –
QUESTIONANDO O SISTEMA



A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO SISTEMA FINANCEIRO – O CASE DA ALIANÇA RECOS

O conceito que norteia o Projeto BECE nasceu no Brasil, mais precisamente em 1990, com o Projeto CTA, na gestão de Dorival Rodrigues Alves para a BM&F – Bolsa de Mercadorias & de Futuros. É mais chique dizer que a expressão “*commodities ambientais*” nasceu em Chicago; dá um ar de intelectualidade e o nome em inglês chama a atenção. Coisas da corte...

No mercado internacional, esses pretensos ativos são denominados *ecobusiness*, ou *ecopapers*, *ecosecurity*, e assim vai, eco adiante. Mas a questão é que lá não tem muito eco. Eco, de verdade, tem aqui.

Eco não combinava bem com a nova versão de Brasil privatizado, uma vez que eco, na concepção e cultura dos latinos, se parecia com lazer, turismo e muito romantismo tropical. O que não deixa de ser “negócio”. Porém, para atingir o público do mercado financeiro — este povo frio, insensível e nada romântico —, a denominação precisava ser outra.

Bastou a publicação de uma matéria sobre *commodities ambientais*, feita por jornalista especializada em meio ambiente³⁴, para toda essa questão

³⁴ SCHARF, Regina. Commodities ambientais chegam às bolsas. Gazeta Mercantil. São Paulo, 4 de Maio de 1998.

de *ecobusiness* virar um reboleço. De uma hora para outra, vários pretendentes apareceram reivindicando a paternidade da criança. Gênios atropelando-se na imprensa, apregoando a invenção da circunferência há muito inventada. Inventar a roda, qualquer um inventa. Queremos, no entanto, ir mais além: fazê-la girar. Iniciativa e propriedade intelectual ainda não são coisa séria neste continente — é lamentável quando este desrespeito é cometido por formadores de opinião e educadores.

Em maio de 1998, estávamos a poucas semanas da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em Bangkok, capital da Tailândia. E também a algumas semanas do 1º Climate Change and Development, promovido pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Porém, atrasados 1.998 anos da vinda de Jesus Cristo e outros 5.000 anos antes dele. E, pasmem, nesta época (1998), um dos homens mais antigos da região fora descoberto em São Raimundo Nonato (PI), neste Brasil — as ossaturas do indivíduo datavam de 48 mil anos. Alegar que a nação tem apenas 500 anos não cola!

O mercado de *commodities ambientais*

Elas, as tais matrizes das *commodities ambientais*, sempre estiveram aqui junto com um desses homens mais antigos. Meninas lindas e virgens, ou quase. Muita gente ganhou e ganha dinheiro com elas. E dessa gente toda, a maior é a indústria de marketing, com astros como o Lulu Santos cantando *jingles*, em propagandas para vender sandálias de polietileno (matéria-prima que leva 100 mil anos para deteriorar no fundo do mar).

Muitos nos perguntam como funciona este mercado lá fora. Bem, é assim que funciona lá fora.

No Oriente Médio bebem, comem e tomam banho com água dessalinizada. A água potável é vendida em potinhos de iogurte, com preços iguais ou superiores aos da Coca-Cola; refrigerante lá não entra por questões culturais — mas até isso os marketeiros estão conseguindo inverter.

Na França, os hotéis controlam os banhos dos hóspedes; da torneira sai mais vinho do que água. Em Londres, na Suécia e em outros cantos do mundo, durante o inverno escurece às 15h00 — a indústria de depressivos fatura alto. E dá-lhe horário de verão no Brasil!

Em Kyoto, no Japão, os parceiros — se é que podemos chamá-los assim — fazem encontros e conferências para discutir o ar que se deveria respirar. Na Costa Rica, as florestas são tombadas e nos Estados Unidos patentearam o chá do Santo Daime para a indústria farmacêutica, enquanto orquídeas são tão caras quanto tulipas nos tempos da febre holandesa, quando a flor chegou a ter o mesmo valor que uma mansão. Sem contar que, nos EUA, a reciclagem reduz em torno de 70% o custo de matéria-prima da indústria.

Na Malásia, detonaram as florestas vendendo insumos para a construção civil e hoje compram qualquer palito de dente que estiver pela frente. As madeireiras asiáticas compraram extensas áreas na Amazônia a preço de banana e hoje estão arrebetando com tudo o que há no caminho para transformar a Sumaúma, árvore-mãe da floresta, em madeira compensada. É assim que funciona lá fora o mercado de *commodities ambientais*. E não esqueça que lá é Eco.

Quanto a números, dados estatísticos, tabelas, gráficos e curvas, perguntem à CIA, ao Pentágono, aos militares. Eles têm tudinho de que você precisa — logística também é com eles. Essas “*commodities*” são assunto de segurança nacional. Ou melhor, internacional.

Mas o que é *commodity*?

Segundo o minidicionário Michaelis, “*commodity*” é artigo ou objeto de utilidade, mercadoria padronizada para compra e venda; conveniência. Neste caso, as duas primeiras alternativas são, de forma simplificada. Segundo a definição do mercado financeiro, contratos a vista e futuros negociados nas bolsas de mercadorias ou balcões (fora dos mercados organizados de bolsas); assim sendo: contratos a termo, futuros e opções, ou também contratos *spot*, ou seja, mercados de ativos físicos, negociados com pagamento e entrega a vista.

De forma complicada: papéis, fundos verdes, títulos e cédulas, balanços de empresas analisados os passivos ambientais, projetos de gestão ambiental quantificando os valores reais das ações cotadas em bolsas, certificados com direito de poluir, securitização de dívidas, operações agroambientais, relações entremercados e intramercados, travas e tripés com custos cruzados, enfim, uma parafernália de instrumentos sofisticados a serem produzidos e utilizados pelo mercado

financeiro que deve, a todo custo, ter como meta a preservação da ética e do meio ambiente, além de incentivar, fomentar e financiar o desenvolvimento da agricultura do País. Difícil, não é?

Dinheiro pra isso tem; o que não tem é cultura, vontade política e credibilidade.

Quais são as matrizes das *commodities ambientais*?

São: água, energia, controle de emissão de poluentes (água, solo, ar), madeira, biodiversidade (plantas medicinais e ornamentais, animais exóticos e em extinção, etc.), reciclagem, sem contar o minério, que é ativo financeiro desde a idade da pedra. Não é por acaso que o ouro é a rainha das *commodities*. Não subestime essa matriz (ouro) somente pelo silêncio dos últimos sete anos. Está historicamente provado que ela costuma causar um baile entre uma década e outra. Saber das coisas do ouro é como saber sobre o mundo, já dizia Michel Foucault, estudioso do comportamento humano.

Estamos falando da cadeia produtiva, do complexo que envolve todas essas matrizes. Experimente viver sem elas; você morre. Não precisa ir muito longe. Fique apenas um dia sem água, luz ou gás: você enlouquece. Com os sequestradores do empresário Abílio Diniz³⁵ aprendemos mais uma: greve de fome não mata, pelo menos não no curto prazo, mas greve de água líquida com o sujeito rapidinho. Mídia também é cultura, além de marketing.

O que são negócios sócio e agroambientais?

E da água vive a agricultura. As matrizes das *commodities ambientais* são os insumos vitais para a produtividade agrícola, que é o insumo da pecuária, é elementar meu caro Watson. O elementar nem sempre é visível.

³⁵ Abílio Diniz, empresário do Grupo Pão de Açúcar, sequestrado no dia 11 de dezembro de 1989, por dez integrantes de uma quadrilha internacional, composta por cinco chilenos, dois argentinos, dois canadenses e um brasileiro, pertencentes ao Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), do Chile. Em 1998, os nove sequestradores estrangeiros fizeram greve de fome em protesto pelo não-cumprimento das promessas feitas pela justiça e o governo brasileiros de conceder regime semiaberto da pena e de transferi-los para seus países de origem.

Pela ótica mercadológica deste trabalho, a agricultura brasileira está estrangulada pelas taxas de juros, pelo descrédito, pelo resultado da falta de planejamento financeiro, pelo monopólio de compradores de produtos agrícolas, pela logística de continente mal-administrado e pela cultura de senzala que faz do pequeno e médio produtor rural cabresto de escravo.

Por outro lado, com a desenfreada ocupação do cerrado e da colonização do “Brasil Fazenda”, a agricultura passou a ser a maior inimiga do meio ambiente, derrubando árvores, queimando matas, assoreando rios, salinizando o solo, causando erosões e desertificação, empestecendo o ar com um turbilhão de drogas, pesticidas e adubos, muito mais eficientes no combate à vida humana do que às pragas, provocando o caos do descontrole biológico.

Na participação ativa deste show, assistido e televisionado de camarote, a mídia internacional acompanha com precisão esta devastação da maior biodiversidade da terra, a única tábua de salvação para a cura de doenças crônicas e de fonte desconhecida que, ironicamente, atacam inclusive os homens mais ricos e poderosos do planeta (eles não morrem de vermes, nem de inanição) porque muito mais da metade das plantas que curam e alimentam já foi dizimada.

A mídia marketeira tem o talento de fazer-nos esquecer do passado e também o de fazer com que as taxas de juros dos empréstimos internacionais subam estratosféricamente, projetando na telinha a imagem do holocausto ambiental e social, o descrédito brasileiro. Ela tem razão. Está cumprindo seu papel; alguém tem que gritar. E quando a mídia grita, o dinheiro troca de mãos na mesma velocidade e dimensão com que ecoam seus berros. On line.

Onde está o dinheiro que o gato não comeu?

Enquanto isso, no mercado internacional flutuam algumas fortunas párias, dinheiros sem pátria, valores adquiridos de negócios espúrios; outros, de operações produtivas à custa da mão-de-obra barata de crianças e jovens, sangue e suor de adultos e velhos, procurando desesperadamente a redenção, a remissão. O milagre santeiro são os valores destinados aos investimentos em pesquisas e projetos socioambientais.

Há também o dinheiro beato, santificado, rezado e benzido pelos cânones religiosos de várias correntes; aquele que excomunga todo pagão e cristão que investe e incentiva a indústria do tabaco, da cachaça, das armas, da jogatina, da exploração de mão-de-obra infantil, da extorsão, da prostituição, da pornografia, da usura (pra quem não sabe, juros é pecado nos três pilares do monoteísmo, base do cristianismo: o islamismo, o judaísmo e o catolicismo), da política corrupta e outras *cositas*. O sangue de Cristo tem poder.

Esta grana toda está por aí, em busca de projetos, fundos, pesquisas e estudos que se credenciem e se enquadrem em suas exigências de investimentos, em suas crenças, que perdoem seus pecados. É dinheiro esperto, cheio de manhas e não entra fácil, não. Não dorme 24 horas em conta corrente; não vem para taxas de juros; não quer saber de bolsa; corre da especulação e, principalmente, pelas referências de suas origens; não investe em degradadores do meio ambiente, ou seja, o agricultor brasileiro.

Para a agricultura, sobra aquele maldito que vem para lavar a porcaria ou a ínfima esmola do governo. Vamos a caminho das pedras, irmãos, salvai vossas almas, desenvolvemos projetos, estratégias e negócios agroambientais.

Assim, é o que produz agricultura sustentável, de preservação e manejo florestal, de proteção a mananciais, que casa a produção agrícola com a utilização de parte das terras para plantio e pecuária e outra parte para reflorestamento, pesquisa de plantas ornamentais e medicinais, piscicultura, apicultura, criação de animais e aves exóticas e em extinção; é o que explora conscientemente o turismo rural/ecológico, com planejamentos de educação e treinamentos agroambientais para o agricultor, seus filhos e comunidades nos mais diversos níveis, desde a infância até o idoso, estimulando-os e abstraindo-lhes a total produtividade e experiência. Enfim, valorizando a natureza e o ser humano. Fará muito bem ao espírito e ao bolso. Romântico, não?

Mudar nossa vida de hereges ainda não será suficiente. Precisamos dizer o que pretendemos fazer, o que faremos e o que estamos fazendo. Precisamos do sistema financeiro, do Projeto BECE, das entidades de classe, de cooperativas, sindicatos, associações, universidades, imprensa, empresários, geradores de negócios socioambientais nos mercados de commodities, igreja, corintianos, gregos e troianos e muito “marketing verde-amarelo”.

Meu amigo, ou se dá a revolução ética e moral nacionalista que limpa a barra pesada da imagem deste Brasil, ou você pega o País, embrulha, devolve para os portugueses e pede desculpas pelos estragos.

As abençoadas relações entre e intramercados

Veja o exemplo da cana-de-açúcar. Dela derivam o álcool e seu subproduto, o bagaço, energia substitutiva de combustíveis fósseis. A cana, assim, pode ser candidata a *commodity agroambiental* que possibilita a realização de estratégias e negócios com relações entre-mercados e intramercados. Ou seja, cruzando produtos agrícolas com produtos ambientais, trocando insumos agropecuários com insumos industriais, esta *commodity* estará apta a receber os investimentos necessários para tornar competitiva a operação de gaseificação do subproduto bagaço, desde que os usineiros se enquadrem nas normas e exigências de projetos agroambientais comprometidos com a geração de empregos e investimentos socioeducacionais, elaborados, evidentemente, por técnicos e engenheiros financeiros confiáveis. Será Madame Ética a assinar os cheques no 3º Milênio e a cobrar com lupa de cientista seus resultados.

Vamos mais adiante. Verifique as potencialidades dos muitos óleos vegetais brasileiros, além do dendê e do coco do babaçu. Segundo o professor Bautista Vidal, em entrevista para a revista *Caros Amigos*:

... Além das centenas de óleos vegetais, a mamona, o girassol, a colza, a soja, etc... Só de dendê na região amazônica são 70 milhões de hectares com baixíssima produtividade de floresta, sem nenhuma tecnologia — são 4 toneladas por hectare por ano. Dá para produzir 6 milhões de barris/dia de óleo diesel. Isso é praticamente a produção de petróleo da Arábia Saudita.

Mais do que a Arábia Saudita, porque o babaçu, esse coquinho, tem várias partes. Tem a amêndoa central da qual você extrai óleo e substitui o diesel; depois tem uma parte dura de celulose pura, que é o excepcional carvão natural, sem nenhuma poluição.

Nós estávamos desenvolvendo tecnologias de grandes siderúrgicas baseadas nesse coque do babaçu, com resistência mecânica espetacular. Depois você tem outra camada que é amido, no mesmo coco. Com esse amido, você faz o álcool. Da amêndoa, você faz o substituto do diesel; do amido, faz o substituto da gasolina e ainda tem a parte externa, que é palha, que produz calor. Então, quando você transforma aquele mesocarpo do babaçu, que é carbono praticamente puro, em carvão vegetal de altíssima qualidade, altíssima resistência mecânica, você tem uma quantidade enorme de produtos químicos, quer dizer, do coco do babaçu você pode construir um gigantesco complexo petroquímico e energético jamais visto no mundo, e para sempre, mantendo a floresta.

Na visão perspicaz e matuta do professor Bautista Vidal, grande especialista em energia, nacionalista convicto e assumido, estamos executando a pior estratégia agroambiental. Indelicadamente e sem pedir desculpas pelos estragos, estamos devolvendo o País aos portugueses, vendendo-o aos americanos, distribuindo-o aos japoneses, usando como papel de embrulho (reciclado) os juro do FMI. Pai, perdoa-os, eles não sabem o que fazem. O professor Bautista Vidal sabe e prova o que diz.

Os geradores de negócios socioambientais nos mercados de *commodities*

Batizados de Consultants, Traders and Advisors (CTA's) — como comentado no princípio, é mais chique e chama a atenção —, são os geradores de negócios socioambientais nos mercados de *commodities*, paridos da urgente necessidade de depurar e pulverizar o mercado financeiro que separou o trigo do joio e ficou com o joio. Inspiraram-se nos *Commodities Trading Advisors* (CTA's) das bolsas internacionais (isto também dará mais charme ao sujeito). A sigla idêntica é proposital, mas o conteúdo é bem diferente. É tupi-guarani do parto à puberdade. A criança tem vocação profissional definida; já sabe o que vai ser quando o Brasil crescer.

Serão geradores de negócios sócio e agroambientais, entre outros *business*, verdadeiros soldados treinados dos mais diversos setores da economia,

armados até os dentes com um arsenal de instrumentos financeiros, estratégias, operações e marketing agressivo em defesa do patrimônio econômico desta tribo que vai do Oiapoque ao Chuí, ou do que resta dela.

Para não correremos o risco de uma recaída no moral das tropas, baixas, súbitos ataques e ofensivas do lado inimigo, o nosso “front” de batalha será permanentemente monitorado pela Aliança RECOs. Não pouparemos mulheres e crianças. Invadiremos por terra, água e ar. O exército, a marinha e a aeronáutica BECE precisam de você; aliste-se, digo, cadastre-se!

A chancela BECE

Com o objetivo de proteger este incrível “Exército de Brancaleone” de predadores de ideias, cursos e projetos, de oportunistas, batedores de carteira, estelionatários, entreguistas, entre outros, e defender o fomento de mercado, a ONG CTA registrou a marca CTA, a Marca BECE e os selos “*Commodities Ambientais*”, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Protocolou, por seu Conselho Jurídico, o “Dossiê BECE” na pessoa de Amyra El Khalili, na Faculdade de Direito de Campos de Goytacazes (RJ). Fundou os Núcleos de Estudos para produzir estudos sobre projetos, estratégias e operações sócio e agroambientais. A Aliança RECOs realiza acordos, protocolos, propostas, conjuntamente com diversas entidades –universidades, ONGs, associações, etc. Está formando o Conselho Técnico-Científico com representantes de diversas instituições nacionais e internacionais para realizar a implantação dos mercados emergentes, promover a fiscalização conjunta com diversas entidades representativas. A propósito, os geradores de negócios socioambientais tupis-guaranis estarão fechando, no momento oportuno, contratos de parceria com os geradores internacionais - é o inevitável efeito da globalização - e pleiteando o reconhecimento desta categoria multidisciplinar nos fóruns financeiros. Primeiro ,vem o bang-bang; depois vem o xerife. Espere e verá.

O futuro do futuro

O futuro do Planeta está diretamente relacionado ao futuro dos novos mercados de *commodities*: as *commodities ambientais* e *espaciais*.

Estas *commodities* são peça principal da engrenagem que movimenta a economia agrícola e industrial; são moeda forte, necessária para garantir a liquidação dos negócios do falido sistema financeiro no mundo, resultado da emissão irresponsável de papéis sem lastro, causadores da avalanche de movimentos virtuais nos mercados de bolsas. Esse movimento coloca em risco, a todo o momento, o sistema de garantias dos contratos futuros, certificados, títulos e fundos de investimentos, afetando direta e indiretamente a nova onda de economia globalizada e, principalmente, as próprias bolsas, consequência da concentração de poucos participantes.

O Projeto BECE propõe-se disseminar conhecimentos técnicos que esclareçam como funciona esta engrenagem, procurando aumentar a base de participantes do mercado e pulverizar os riscos do sistema, pois, aos olhos da população desnordeada, as bolsas não passam de incógnitas caixas-pretas, convencida de que seu conteúdo são informações exclusivas da privilegiada e bem-alimentada elite. Vale lembrar que nem todo economista e jornalista é bem-alimentado.

A teoria darwiniana da seleção natural provou que sobrevive quem é capaz de se adaptar ao *habitat* em constante mutação. Os minúsculos insetos possuem espetacular resistência, mantendo-se durante milhares de anos na terra, enquanto os enormes dinossauros se extinguiram. A Aliança RECOs é o laboratório biológico de pesquisa deste sistema, preparando o vírus CTA para contaminar o “establishment”. É a guerra biofinanceira pela sobrevivência do ser humano e do Planeta.³⁶

“Oxallah” nos ajude!

³⁶ Artigo escrito em parceria com o jornalista Flávio Gut, originalmente publicado no site do Grupo de Estudos e Negócios de Marketing em Agribusiness (Genoma) da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Fev/1999.

O QUE SÃO COMMODITIES AMBIENTAIS?

As *commodities ambientais* são mercadorias originadas de recursos naturais em condições sustentáveis e são os insumos vitais para a manutenção da agricultura e da indústria. Constituem um complexo produtivo que envolve sete matrizes: água, energia, minério, biodiversidade, madeira, reciclagem e controle de emissão de poluentes (água, solo e ar).

As *commodities ambientais* obedecem a critérios de extração, produtividade, padronização, classificação, comercialização e investimentos e dá um tratamento diferente aos produtos que no jargão do mercado financeiro são chamados de *commodities* (mercadorias padronizadas para compra e venda). Não são mercadorias que se encontram na prateleira dos supermercados, na lista de negócios agropecuários, nem entre os bens de consumo em geral industrializados, mas estão sempre conjugadas a serviços socioambientais - ecoturismo, turismo integrado, certificação, educação, marketing, comunicação, saúde, pesquisa e história, entre outros.

Mercado de *commodities ambientais*³⁷

³⁷ BERNA, Vilmar . Entrevista Amyra El Khalili: “O que são commodities ambientais?” *Revista do Meio Ambiente* – Niterói. Ano VI , nº 63 e 64. Rio de Janeiro. mar./abr. de 2001. Pag. 7. Disponível em: www.portaldomeioambiente.org.br. Acesso em: agosto de 2006.

Para melhor compreensão, as *commodities tradicionais* (ou convencionais) são mercadorias padronizadas para compra e venda. É tudo o que está na prateleira do supermercado. Por exemplo, encontram-se, dentre as *commodities tradicionais*, garrafas de água mineral, todas iguais e com a mesma quantidade, mesmo critério de engarrafamento, mesmo tratamento fitossanitário. O consumidor que compra uma *commodity tradicional* exige certificado de qualidade, selos que comprovem a fiscalização sanitária e, nos dias de hoje, questiona se se trata de alimentos transgênicos ou orgânicos.



Para ser uma *commodity*, o produto passa por uma série de exigências de comercialização, tributação e transporte, além de enfrentar negociações com os agentes internacionais na sua colocação no mercado externo. A *commodity* disputa espaço enfrentando embargos, barreiras tarifárias e não-tarifárias, como se pôde verificar recentemente no caso da carne brasileira, embargada por um curto período em decorrência de suspeitas infundadas de contaminação pelo vírus da vaca-louca.³⁸

Pelo mesmo crivo passam as *commodities tradicionais*. Assim, *comoditizar* não é algo tão simples como retirar orquídeas, bromélias, xaxins, entre outras espécies da Mata Atlântica, e vender em mercados e estradas, tal qual muitos fazem, sem qualquer sustentabilidade.

Justamente por obedecerem a critérios de padronização, as *commodities* poderiam ser chamadas de moeda, pois rapidamente se transformam em dinheiro em qualquer parte do mundo. Como diriam os economistas, as *commodities* têm liquidez, pois há vendedores dispostos a oferecer os produtos do meio ambiente retirados em condições sustentáveis e compradores

³⁸ MOREIRA, Nelson. Entrevista Amyra El Khalili: “Commodity Ambiental”. *Revista Rural*. Ano III – nº 24. nov./1999.

dispostos a pagar por esses produtos, mesmo que por um preço mais alto do que pagariam por aqueles retirados sem sustentabilidade.

No centro do modelo estratégico das *commodities ambientais* há o “cidadão” (legítimo representante do Mercado), que unifica o sistema financeiro e o meio ambiente.



Não são, assim, mercadorias que se encontram na prateleira dos supermercados, na lista de negócios agropecuários, nem, em geral, entre os bens de consumo industrializados.

Diferentemente das *commodities tradicionais*, as *commodities ambientais* obedecem a um modelo em cujo topo se encontram os “excluídos” (aqueles que não têm emprego e renda); à direita está o mercado financeiro e, à sua esquerda, o meio ambiente. A diferença está na base do modelo monetário deste novo mercado que está sendo construído no Brasil.

Construção participativa do modelo

O desenvolvimento desse novo mercado requer a conscientização de todos os segmentos da sociedade civil organizada e a sensibilização de **empresários, banqueiros, empreendedores, políticos e governos** sobre a importância de se criar condições para uma economia justa, socialmente digna e politicamente participativa e integrada. Isto se dará por meio de discussões que envolvam princípios filosóficos de desenvolvimento sustentável e debates sobre as interações entre meio ambiente, direitos humanos e mercado financeiro.

Não poderia ser diferente, uma vez que seria praticamente impossível desenvolver mecanismos para gerar negócios, financiados pela democratização do capital, sem o envolvimento e o comprometimento daquele que será seu proprietário e maior beneficiário: o povo brasileiro!

ENQUANTO OS CÃES LADRAM...

O leitor deve estar se perguntando: por que circulam tantos “Documentos BECE”³⁹ pela rede, assinados por centenas de pessoas, debatendo desde a certificação de produtos (*commodities*) até a regulamentação de novos contratos, entre políticas públicas e reflexões sobre os mercados futuros e de capitais?

A explicação é a seguinte: a cada curso *Commodities Ambientais* realizado são gerados em sala de aula documentos que registram as discussões com o objetivo de identificar as percepções e subsídios para debatê-los nos fóruns regionais BECE (*in loco*) e RECOs (*virtual*).

O documento BECE pioneiro foi produzido em 1999, na cidade de Porto Alegre (RS), pelos participantes do curso promovido pela Univer-

³⁹ A proposta BECE foi apresentada originalmente no “I Seminário sobre Recursos Florestais da Mata Atlântica”, realizado entre os dias 29 de junho e 2 de julho de 1999, na sede do Instituto Florestal/SP para o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, inventário este patrocinado pelo Fundo para Biodiversidade do Banco Mundial (Funbio).

sidade Sebrae de Negócios⁴⁰. A turma era composta de 40 pessoas, com diferentes formações. A atividade profissional da maioria dos alunos era diretamente vinculada à produção agropecuária. A multidisciplinariedade do grupo possibilitou um amplo debate a partir dos diferentes aspectos da cadeia do agronegócio e suas interações com o econegócio.

Desde então, esta beduína, filha de Allah, não parou mais de viajar pelas entranhas do Brasil e no exterior, palestrando sobre *Commodities Ambientais* e implantando fóruns nesta América Latina e no Caribe⁴¹.

As *commodities ambientais* são mercadorias originárias de recursos naturais, produzidas em condições sustentáveis, e constituem os insumos vitais para a indústria e a agricultura. Estes se dividem em sete matrizes: 1. água; 2. energia; 3. biodiversidade; 4. madeira; 5. minério; 6. reciclagem; 7. controle de emissões poluentes (solo, água e ar)

Segundo o ativista ambientalista francês Lucas Matheron:

O Projeto BECE (Bolsa Brasileira de Commodities Ambientais) é nada menos do que a criação de um novo mercado financeiro com conceitos totalmente renovados, embasados na responsabilidade social e ambiental, na ética e na transparência.

Destinado à implantação de um novo mercado, cuja produção objetiva adotar critérios de justiça social e responsabilidade ambiental, este Projeto prevê, em acordos e protocolos, que estas receitas sejam voltadas para o meio ambiente e para as comunidades que as terão produzido. As quantias reverterão diretamente para o financiamento autossustentável de projetos sociais ou ambientais na escala local. Gerenciado localmente através dos seus Fóruns Regionais e virtualmente monitorados em redes, o Projeto BECE é de fato um instrumento concreto para fomentar e operacionalizar

⁴⁰ Foi produzido em 1999, na cidade de Porto Alegre-RS, pelos participantes do curso promovido pela Universidade Sebrae de Negócios, apoiado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), na primeira versão do “Programa Formação de Empreendedores em Agronegócios”.

⁴¹ MATHERON, Lucas. O fator clima na Bolsa, Revista Eco 21. Rio de Janeiro. Ano XI, nº 58, Set/2001. Pag 50

efetivamente a Agenda 21 pela qual nenhum dos signatários da ECO-92 pôde honrar seus compromissos!

Convém notar que, contrariamente a todos os produtos dos mercados de Bolsas, digamos *commodities* “convencionais”, o mercado de BECE é construído de forma transparente, elaborando seus Estatutos, seus critérios de funcionamento e o estudo de toda a cadeia produtiva até a sua comercialização em fóruns públicos dos quais participarão governo, pesquisadores e universitários, organizações sociais e ambientais, jornalistas e empresas. E’ principalmente nisso que o Projeto BECE é inédito no mundo, bem como pelo fato de que ele abre as portas do “Mercado” aos pequenos produtores, associações e cooperativas pelo viés dos acordos firmados pela Aliança RECOs. Inclusive promover a possibilidade para que os compradores tenham acesso livre e direto com os vendedores, sem intermediários e especuladores.⁴²

Quem assina os “DOCs BECE”?

Os participantes dos cursos são pessoas das mais diferentes atividades profissionais, indicadas por sua atuação, importância e interesse nas causas socioambientais, além de líderes comunitários e formadores de opinião. BECE é um projeto de brasileiros para construir um mercado financeiro novo e limpo.

Acreditamos que esse novo mercado seja possível, mas, para o seu estabelecimento, é preciso que haja também contribuição, monitoramento e fiscalização permanente de parte dos grupos ambientalistas e dos direitos humanos para a questão ambiental, de modo que seus recursos não venham a se transformar em mais um negócio sem lastro nas bolsas de mercado futuro, em vez de numa realidade de preservação ambiental e de justiça social, conforme argumenta Lucas Matheron.

A experiência de Lucas Matheron, participante da ECO 92, bem como a de vários renomados ativistas ambientalistas e dos direitos

⁴² MATHERON, Lucas. “Au Brésil, un nouveau modèle économique pour un développement durable”. Publicado no site L’Association e-Développement (AEDEV), em 13 de agosto de 2005. Disponível em: www.aedev.org/article.php?id_article=1151&var_recherche=lucas. Acesso em maio de 2006.

humanos, reafirma a importância do “Dossiê BECE” e seus fóruns, cuja finalidade é, a partir de políticas públicas regionais, fornecer diretrizes para a política macroeconômica do Estado e tornar realidade os projetos econômico-financeiros para o emergente mercado socio-ambiental, por uma economia justa, ambientalmente sustentável, socialmente digna, politicamente participativa e integrada.

Enquanto isso... os cães ladram e a caravana BECE-RECOs passa!

SPACE COMMODITY: QUANDO OS ECONOMISTAS ENLOUQUECEM!

COMMODITY ESPACIAL

É isso mesmo. Agora seus olhos estão estatelados, sua boca seca, seus cabelos arrepiados. E você se pergunta: será mesmo este o título? O que é que inventaram desta vez? Será que terei que entender mais isso, se nem compreendi ainda o que são *commodities ambientais*? Nem bem entrei na onda de uma *commodity* e já vem outra, uma tal *space commodity*?

Calma, não se apavore. Acontece, porém, que daqui a uns 20 anos as *commodities espaciais* constituirão o grande mercado. São necessários, em média, dez anos para criar um “novo” mercado. Então, por que não começar desde já? Ninguém inventou a roda; o conceito *space commodity* existe desde os tempos da pedra.

Os arqueólogos estudam minuciosamente a arte rupestre, pesquisam há séculos o valor dessas informações. Os romanos já conheciam profundamente o poder das *space commodities* quando botaram fogo na biblioteca de Alexandria. O fogo destruiu, supõe-se, 1 milhão de papiros contendo a solução dos problemas do mundo, a descoberta para a cura de doenças, histórias sobre o misterioso mundo extraterreno, entre outras maravilhas da ciência. O Ocidente retrocedeu desde então, e o Oriente perdeu sua autoestima, deixando-se dominar.

As *commodities espaciais* são produtos de atividade intelectual. Englobam, assim, propriedade intelectual, cultura, conhecimentos que passam de pais para filhos, tecnologia e serviços, pesquisa e todas as informações que se relacionam com o ciberespaço, a astronáutica, ou seja, o que está acima da atmosfera, incluindo o estudo dos fenômenos paranormais, astrologia e outras descobertas do mundo espacial.

Não, não se trata de nenhuma seita religiosa ou de fanatismo extremista.

Mas há investidor para isso? É claro que existe. Não faltam especuladores literalmente lunáticos e investidores ousados, que acreditam no que voa por cima de nossas cabeças. Perguntem ao Bill Gates e imaginem sua reação.

Foi num sonho, na realidade, num pesadelo que a ideia surgiu. Depois de ter passado mais de duas semanas consecutivas negociando duas toneladas de ouro por dia na Bolsa, estava louca para me livrar de Fernandinho, meu grande cliente, que me telefonou de suas belas férias em Miami ao final da tarde:

– Amyra, como é que está o ouro?

– Caiu.

– Puxa, mas como?

– Caiu.

– Que droga! Vire-se!

Era sempre assim. Investidores ligando de Miami, outros de Florença e a Amyrinha na mesa rolando, ou melhor, ralando. Fui dormir desejando desaparecer do mapa. No meu sonho, imaginava um lugar onde os meus clientes não me encontrariam: um lugar além da estratosfera.

Quando percebi, estava vestida de astronauta, num foguete a caminho de Júpiter.

A aeronave vagava pelo espaço, enquanto eu ficava imaginando se a cotação do ouro havia subido ou caído; se a Bolsa de Valores estava em baixa; como estava a taxa de juros, a tendência da famigerada TR. Suspirava pensando com as posições de risco dos clientes no mercado de *commodities* e derivativos.

O meu pensamento voltou à aeronave a caminho de Júpiter quando, satisfeita, me lembrei que finalmente me havia livrado deles. A alegria, porém, durou pouco: uma luz vermelha tocou (pensei: mas não é possível. Tem telefone nesta nave?). Apertei o botãozinho

gritante e ouvi a voz trepidante do Fernandinho:

– Puxa, Amyrinha, compra aí umas toneladas de *space commodities*, mas ponha na conta da minha *holding*!

Acordei do pesadelo, mas desde então essa *space commodity* me persegue. Lanço agora aqui o mais novo desafio para a comunidade científica e demais interessados: classificar as matrizes, o segmento que divide o mercado de *commodities espaciais* em nichos de produtos (ex.: informação, tecnologia e serviços, cultura e conhecimento, etc.) das *space commodities*.

Em tempo: a Nasa pesquisa mudanças climáticas e seus efeitos na camada de ozônio.

As commodities espaciais serão ainda coisa de louco?

O PAPEL DA ENGENHARIA E DO URBANISMO EM DEBATE

Em 2002, tive a oportunidade de debater sobre o tema *Commodities Ambientais*⁴³ com as lideranças dos profissionais que congregam os CREA's – Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura. Discutimos sobre o importante papel destes profissionais na formação deste mercado emergente.

Quando lidamos com meio ambiente, estamos tratando de assuntos que exigem uma série de especializações em função das peculiaridades de cada projeto. Nos projetos socioambientais, será fundamental a multidisciplinaridade para que os economistas possam desenvolver ferramentas e estruturar projetos econômico-financeiros de acordo com as necessidades de cada setor.

Existem várias oportunidades de trabalho que se abrem a partir da formação deste novo mercado, sendo necessário treinar profissionais para exercer atividades em: a) projeto e implementação; b) monitoramento; c) avaliação e perícia; d) auditoria e certificação.

⁴³ IIIº Seminário de Água-Negócios, tendo como tema central a “Bacia Hidrográfica do Rio Doce”, promovido pela Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos (SMEA), juntamente com a prefeitura municipal de Governador Valadares, a EMATER/MG, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Comitê da Bacia do Rio Doce, no período de 14 a 16 de agosto de 2002, no Garfo Clube, em Governador Valadares.

Cada uma destas funções deve ser atribuída a profissionais distintos, para evitar conflitos de interesses, ou seja, quem monitora não pode ser o implementador do projeto e aquele que audita ou certifica não pode ser o mesmo que faz avaliação ou realiza a perícia. O mesmo acontece quando lidamos com as especificidades da profissão de economistas; assim, o economista, quando está trabalhando no projeto econômico-financeiro, não pode ser auditor financeiro e contábil.

O objetivo deste mercado emergente é promover para as comunidades, por meio da produtividade agroambiental, agroflorestal, industrial, de comércio e serviços com planejamento urbano e socioeconômico, a geração de ocupação e renda, estimulando a migração da população das grandes cidades para as cidades do interior, destacando a importância da agricultura sustentável e o ordenamento da construção civil em harmonia com o meio ambiente.

A engenharia de produção e planejamento proporcionará os subsídios necessários à operacionalização da engenharia financeira, cuja função primordial será captar recursos para o financiamento dos projetos e torná-los economicamente viáveis.

A participação dos profissionais de engenharia e arquitetura no fomento e regulamentação deste novo modelo, em conjunto com outros conselhos profissionais classistas, é fundamental, uma vez que a conscientização ambiental não acompanha a degradação do meio ambiente. Este é um reflexo da degradação social e da desumanização do capital.

Não há como preservar o meio ambiente sem buscar, como prioridade, o mercado de trabalho para todos.

RESPONDENDO AOS “COMOS” DE BECE

Quando um bebê nasce, ninguém pergunta: “Como ele conseguiu descobrir alimento no peito da mãe?” “Como ele sabe que ao chorar chama a atenção de outros seres humanos?” “Como ele sente o cheiro da mãe e sabe identificar, com o tempo, quem é seu pai?” “Como ele sente falta da mãe que sai para o trabalho e sente amor e carinho por essa criatura?” “Como ele crescerá, se desenvolverá e o que será?”

Ficamos imaginando como serão nossos filhos, como crescerão, como e se serão felizes, como o mundo estará daqui a algum tempo. Nossas indagações e preocupações sobre os *comos* nos perseguem a vida inteira, porque nem sabemos como conseguiremos sobreviver neste planeta e muitas vezes nos admiramos como outras pessoas, em situação de degradação humana, de revolta e indignação, conseguem manter-se vivas.

Os *comos* serão sempre nossas dúvidas e perguntas eternas, porque delas derivam as soluções dos nossos problemas. Sem os *comos*, ficaríamos dependentes de um pensamento único e perderíamos a capacidade de raciocinar. Sem os *comos*, não haveria estímulo, nem tampouco a curiosidade de aprender, entender e compreender para crescer.

O Projeto BECE tem a função de levantar questões sobre todos os *comos* necessários para buscar as respostas às centenas de *comos* que nos incomodam e angustiam no dia-a-dia desta árdua luta pela sobrevivência.

BECE tem provocado uma centena de *comos*. Por exemplo:

– Como vamos pagar nossas contas no fim do mês com estas taxas de juros escorchantes?

– Como nossos filhos poderão estudar e se capacitar para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo?

– Como conseguir um trabalho?

– Como poder trabalhar?

– Como é possível ter esse trabalho e onde procurar por ele?

– Como poderemos acompanhar o crescimento econômico utilizando nossos recursos naturais sem destruir o Planeta?

– Como poderemos conciliar preservação ambiental com dignidade social?

– Como poderemos dialogar com setores conflitantes entre si: os grupos de direitos humanos, os ambientalistas, o setor público e a iniciativa privada?

– Como poderemos comercializar nossas riquezas naturais sem que este patrimônio seja explorado de forma irracional e desequilibrada?

– Como faremos a captação dos recursos financeiros necessários para desenvolver projetos sustentáveis, sem ter que pedir mais dinheiro ao FMI?

– Como poderemos eleger governantes sérios sem ter que fazer uma revolução armada?

– Como poderemos ter um mercado justo, participativo e economicamente ativo sem ter que viver em confronto permanente com setores resistentes e ortodoxos?

– Como poderemos atuar com justiça, denunciando arbitrariedades, defendendo direitos humanos sem arrebentar com a nossa vida nem ter nosso nome exposto a todos os riscos de exclusão e perseguição?

Puxa, se for escrever todos os *comos* que nos ocorrem quando expomos a proposta BECE em seminários, palestras, entrevistas e cursos, a lista não teria fim.

Descobrimos que muitas respostas aos nossos *comos* estão relacionadas à nossa profunda ignorância sobre o nosso próximo. Ignoramos tudo o que está ao nosso redor: o sofrimento do outro, sua capacidade profissional, a experiência daqueles que se aposentaram, a competência dos que trabalham muito e recebem pouco, o talento dos jovens, os sonhos dos poetas. Ignoramos o valor das pessoas sim-

ples, a sabedoria dos humildes, a vida dos cientistas e seus esforços, o amor do outro.

Passamos a maior parte das nossas vidas ignorando... Ignoramos o que as pessoas têm a nos dizer e o que as pessoas têm a nos oferecer. Vivemos no mundo dos pacotes tecnológicos de consumo, com os quais todos recebem respostas prontas. Ignoramos que engolimos leis, projetos, regras, ordens, governantes, contratos financeiros, contratos imobiliários, cartões de créditos, talões de cheque. Enfim, um monte de respostas é imposto aos nossos *comos* sem ao menos termos a chance de perguntar: como isso é possível?

O Projeto BECE – por meio de seus fóruns virtuais e *in loco* – tem como missão estimular a cada um a formular quantos *comos* sejam necessários para que este comportamento autoritário, autofágico, degradador e desumano dos mercados futuros e de capitais seja repensado, reavaliado e reformulado.

Você pergunta para BECE:

“Como conseguiremos inverter esse modelo monetário globalizante, concentrador e excludente?”

BECE responde:

“Quando você começar a questionar como foi que este modelo se fortaleceu e se consolidou.”

Que tal começar a fazer sua listinha de *comos* agora?

CAPÍTULO 3 – NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS



MERCADO DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA SÃO MEIO AMBIENTE

Quando crianças, ouvimos nossos pais questionarem num coral orquestrado: o que meu filho vai ser quando crescer? Como se o momento mais importante da vida de uma criança fosse decidir seu destino profissional. Nossos pais idealizam e projetam para nós o que gostariam que fôssemos, ou, como reza a teoria psicossomática, o que de fato gostariam de ser e não foram.

Observando os jovens, descobrimos que em nossa geração os conflitos se desencadeavam de forma distinta, de acordo com os padrões de vida de cada indivíduo. Se pobres, tínhamos de trabalhar desde cedo. O discurso persuasivo era: “Vamos depressa arrumar um emprego”. Se classe média, o conflito entre o sacrifício dos pais para que seus filhos tivessem boas escolas e o “ócio dos filhos”, que se dedicavam exclusivamente aos estudos graças aos pais, criava pressões para que o jovem entrasse logo em alguma universidade pública. Isso acontecia também se a família era rica, numa relação menos conflitante. A criança que trabalha - recolhendo lixo ou vendendo doces nos faróis - não tem, provavelmente, essa crise, a de saber o que vai ser quando crescer. Ela sabe que já nasceu crescida.

Conflito de gerações e conquista da profissão

Em tempos de Fuvest,⁴⁴ bate-papo com profissionais especialistas entrevistados via internet por crianças de dez anos, perguntado se esta ou aquela profissão dá dinheiro, a angústia de não saber o que ser quando crescer nasce antes mesmo que o indivíduo possa crescer. Na virada do milênio, a diferença entre ser pobre, ser classe média e ser rico se dissipa. O conflito se torna igual para todos, já que mesmo aquele que frequentou boas escolas enfrenta as mesmas dificuldades dos demais para conquistar uma colocação no mercado.

Com o tempo, porém, a vida nos obriga a tomar uma decisão compulsória. Você será o que o mercado de trabalho quiser que você seja, independentemente de escolha ou aptidão para esta ou aquela profissão. Assim sendo, se o indivíduo cursou química, mas conseguiu um emprego de auxiliar de escritório numa empresa de exportação, provavelmente será *trader*; se o sujeito estudou enfermagem e conseguiu um espaço em uma indústria de manufaturados, terá como uma das múltiplas opções ser operário ou administrativo, e assim por diante. O que isto tem a ver com minha opção profissional? Absolutamente tudo!

O fato é que quem determina o que você vai ser quando crescer é o mercado, não os seus desejos e, muito menos, os de seus pais, salvo no caso de filhotes que têm “pai-trocínios”. Nesses casos, a crise de identidade será eterna, pois, se o indivíduo não tiver força interior, jamais saberá quem é quando um dia puder crescer. Isso não quer dizer que, mesmo sabendo elaborar um plano estratégico para nossas carreiras, nossos projetos, nossos desejos não possam se concretizar.

É comum na carreira de um profissional bem-sucedido, respeitado pelos inimigos depois de muita luta, erros e acertos, desabar em crise existencial. Vem aí a pergunta fatal: “Hoje sou finalmente crescido, mas não sei se é isto que eu gostaria de ser!” Na maioria dos casos, o indivíduo apenas se pergunta se sua profissão gerou o suficiente em bens materiais para justificar seu esforço; no caso mais individualista, ele alega que o fez para dar conforto aos filhos, ou que o faz por culpa dos filhos.

De qualquer forma, toda crise se dá exclusivamente por um grande motivo: trabalhamos para ganhar dinheiro para pagar nossas contas

⁴⁴ Fundação Universitária para o Vestibular (São Paulo).

e poder acumular bens. Assim, independentemente de minha felicidade profissional, a meta deve ser alcançada. É o que se denomina comumente “ganhar a vida”, como se a vida precisasse ser ganha e não conquistada ou resgatada.

Mas quem são os profissionais realizados? Será que eles não existem?

É claro que existem! Estes profissionais felizes são geralmente aqueles que, pelas dificuldades e agruras do trabalho, conseguiram reverter a pressão do mercado concretizando seus projetos de vida e de carreira com atividades sociais. Seu plano é dimensionado a partir de uma grande obra; eles vislumbram o todo, tentando, mesmo que previsivelmente, quantificar as pessoas que estarão ajudando, as famílias que serão beneficiadas por isso, o tamanho do seu potencial de crescimento nesta atividade e qual a resposta da sociedade diante do seu competente resultado. Eles querem dividir o seus com os outros. Eles não raciocinam pequeno; tem visão de 360 graus e procuram, a cada instante, um assunto que tenha relação com sua atividade; se não tem, eles criam um. Como? É simples. Eles cruzam um mercado de trabalho com outro. Eles se perguntam o que a água tem a ver com florestas. Em tudo eles veem novas oportunidades; a cada notícia percebem uma nova chance. Cada tombo passa a ser uma deliciosa provocação para continuar, para desafiar, para dizer a todos que eles sabem quem eles são, porque já cresceram e sua maior satisfação é colaborar para que os outros também cresçam.

Gerando negócios socioambientais

Mas quem é um profissional feliz? Ele é gerador de negócios socioambientais. Ele não procura emprego; ele faz o emprego. Ele não perde tempo discutindo e elucubrando sobre o que ganharia com isso se fizer aquilo; sua moeda não é a relação financeira; seus valores de troca são outros. Seu preço é estabelecido pelo prêmio que o mercado de trabalho tratará de valorar. Sua equipe é captada pela sinergia da agregação natural de muitas pessoas ao seu redor.

Ele aglutina e lidera *clusters* – uma teia de relações afetivas muito intensas. Faz do seu hobby profissão e transforma sua profissão em hobby. Ele sabe o que vai ser quando crescer, porque ele cresce buscando saber.

Então, ao escolher sua profissão, ao buscar uma colocação no mercado de trabalho, ao tentar um novo negócio para cooperar e ser feliz pense bem: o que água tem a ver com florestas?

QUE SÃO OS CTAs – CONSULTANTS, TRADERS AND ADVISORS?

São “geradores de negócios socioambientais nos mercados de *commodities*”. Sua tarefa principal é promover assessoria, consultoria e orientação do pequeno e médio produtor, de extrativistas e lideranças de diversas comunidades, podendo também atuar com governos e iniciativa privada, objetivando a defesa dos interesses desses grupos.

Várias edições do curso para habilitação e credenciamento de CTAs e *commodities ambientais* para comunidades foram realizadas em diversas regiões do Brasil. A partir das demandas locais, são o primeiro passo para a instalação de fóruns,⁴⁵ por meio dos quais tais projetos e produtos receberão a outorga de selos.

Comunidade, aqui, significa qualquer grupo representativo de um município ou unidade maior, interessado em realizar atividades com esta rede. A rede, de fato, parte dessa atitude, pois conta com a participação da sociedade na multi e interdisciplinaridade, ou seja, no trabalho conjunto com profissionais de diferentes áreas para a elaboração de projetos com planejamento financeiro que corresponda às necessidades da atividade produtiva, comunitária e associativista.

Os CTAs são economistas, jornalistas, advogados, ambientalistas, agrônomos, biólogos florestais, cientistas, juristas, entre outros, que unem os mais diversos ramos de conhecimento para conferir, por exem-

⁴⁵ Fóruns: Regionais BECE (local) e Aliança RECOs (virtual).

plo, financiamento, certificação, monitoramento e negociabilidade em produtos e projetos antes considerados fora das rotas comerciais.

Tal implementação não pode ser realizada por financistas monetaristas, sob pena de se tornar uma mera rede de cooperação condicionada à realização de lucros imediatistas, como ocorre nas bolsas de valores e mercadorias em geral, em detrimento da proteção dos biomas. Tampouco pode ser simplesmente conduzida por ambientalistas, uma vez que são necessários conhecimentos mercadológicos para gerir este sistema engenhoso e complexo de finanças. Sabe-se, contudo, que, em termos econômicos, não se pode mudar o modo de produção sem mudar o modelo de financiamento e comercialização, com desconcentração da renda nacional, para novos padrões de consumo.

Assim sendo, pretendemos capacitar um novo tipo de *expert* para o mercado de trabalho, dotado de uma visão holística, capaz de acompanhar as operações do berço ao túmulo, ou seja, às condições de seguro, risco, certificação e comercialização dos produtos, além da produção com critérios sociais e ambientais.

Surge aí a importância dos CTAs para que atendam aos anseios das comunidades, cabendo a elas produzir *commodities ambientais e espaciais*, conservando e preservando o meio ambiente como empreendedores sociais.

FALANDO COM SUA EMINÊNCIA PARDA, O MERCADO

Poucas pessoas sabem quem é sua eminência parda, o Mercado. Se-quer tem seu endereço, telefone ou, muito menos, o e-mail de contato. Alguns acreditam que sua eminência parda deva passar o dia numa redoma de vidro, com tapetes vermelhos estendidos para o trânsito de seus súditos: economistas, financistas, empresários, banqueiros e todo o pessoal de gravata, terno, meias finas e saltos altíssimos.

Muito bem, quem é sua eminência parda, o Mercado? Quem é este sujeito poderoso em cujo nome muitos falam, por quem e para quem falam na mídia econômica, na imprensa dos quatro cantos do mundo, vomitando índices, gráficos, taxas, induzindo expectativas, direcionando decisões, estimulando hábitos de consumo, vendendo gato por lebre, e praguejando cobras e largatos?

Sua eminência parda, o Mercado, é VOCÊ.

Está surpreso com o quê? É isso aí, meu amigo, eminência parda. O Mercado é você.

É você quem consome talões de cheques, é correntista dos bancos, compra alimentos transgênicos e/ou prefere os orgânicos, pega ônibus todos os dias, põe gasolina no carro, aplica em fundos de investimentos, compra pão e leite, paga conta de luz, gás, água, condomínio,

frequenta a feira e o supermercado. É você, meu amigo, que tem o poder, porque você é a sua eminência parda, o Mercado.

Não sabia? Saiba que você, cidadão, é quem determina os destinos do sistema financeiro, da economia. Você é quem determina políticas públicas; é proprietário indireto das Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, é também proprietário dos bancos, dos fundos de aplicações e de todos os conglomerados deste país, deste planeta. Doutor Eminência Parda é o Senhor, que tem responsabilidades sobre a administração destes negócios.

Não acredita? Acredite, pois todos os dias você “credita” ao consumir produtos e serviços, mesmo que seja contra sua vontade, mesmo que estes produtos e serviços não sejam os melhores dentro daquilo que você, como consumidor, gostaria de poder ter.

O mercado é constituído de pessoas, e só se forma com a participação delas, porque sem elas não existe “Mercado”. Imagine uma feira sem donas de casas, sem consumidores... não haveria feira. Então, imagine os pregões das bolsas lotados de operadores sem clientes... não haveria bolsas. Imagine um shopping com suntuosas lojas sem uma mosca rondando em volta...certamente iria à falência.

Quando nossos colegas economistas, financistas (é bom esclarecer que nem todo financista é economista, assim como nem todo economista é financista) e administradores falam na imprensa, estão falando sobre os resultados, as expectativas de ações e reações que você, Doutor Eminência Parda, terá diante desta ou daquela decisão de governo, daquela lei, daquele projeto, institucionalizado ou não, ou daquela ação e reação de outro colega seu, também eminência parda, do outro lado do mundo.

Lutar contra o Mercado é lutar contra si mesmo. O que você pode fazer é dizer para si mesmo como gostaria que seu projeto econômico seja gerido, como quer consumir e o que consumir, como quer ser atendido e como deveriam ser os serviços que você consome todos os dias.

Brigar com Sua Eminência Parda é dar murro em ponta de faca, é condenar-se a viver isolado, vestindo uma folha de bananeira numa ilha do Pacífico, sem água doce, fora da realidade e, o que é pior, sem internet.

Mas você, doutor Eminência Parda, tem obrigação de defender o que é seu, de lutar pela melhoria dos serviços e brigar por produtos

éticos, adequados àquilo que deseja o doutor Eminência Parda, e para isso existem os representantes legítimos de Sua Eminência, as ONGs, as associações, os sindicatos, as cooperativas, os institutos de defesa e demais entidades representativas. Será por meio delas que Sua Eminência deverá falar e se fazer representar, e não por meio de interlocutores sem histórico e trajetórias que falam na imprensa, e muito menos por tecnocratas com interesses corporativos individualistas.

Então o que está esperando? Já deveria estar falando como cidadão para e por suas entidades, em vez de brigar consigo mesmo todos os dias. Vamos lá meu amigo, vá falar com Sua Eminência Parda, o Mercado, agora mesmo!

Vá lá falar com sua Consciência; fale com VOCÊ!

FORJADOS NO SOFRIMENTO

Sinto um prazer indescritível ao surpreender o público que comparece às minhas apresentações em seminários, palestras e cursos.

Imagino que as pessoas que se inscrevem para ouvir o que eu – uma economista – tenho a dizer sobre *commodities ambientais* vêm preparadas para se deparar com uma senhora de muita idade, falando tecnicidades ininteligíveis, ilustradas por gráficos e tabelas com índices de seis dígitos, regados a retórica de custos, lucros, prazos, taxas internas de retorno e curvas de riscos.

Instantes antes do início, por trás do microfone, olho para a audiência e sinto que ela está se preparando psicologicamente para decifrar como pretendo explicar a união, na mesma frase, de *commodities* com meio ambiente. É uma desconfiança compreensível, posto que entre as duas palavras existe uma distância do tamanho do Grand Canyon, somente transponível por um cordão humano formado por mãos agarradas umas às outras, unidas por um mesmo propósito.

Afinal, o público vem sendo sistematicamente despreparado por colegas que prestam declarações na imprensa, responsáveis por dificultar o entendimento do tema quando misturam mercado de carbono com mercado de *commodities ambientais*. Afirmam que poluição é *commodity* e tentam convencer o leitor comum que comprar e vender cotas de poluição – direito de poluir - serve como base para a ideia de *commodities ambientais*. Tenho registrado inúmeras entrevistas esclarecedoras para TV e rádio, publicadas em papel *printado*, além de uma centena de e-mails com comunicados, artigos e trabalhos divulgados – material para pesquisador nenhum botar defeito. Então, por saber o que escrevem, tomo o cuidado

de levar para esses momentos todo o processo histórico das *commodities ambientais*, que tiveram início em 1990. Conheço meu rebanho

Depois dos primeiros dez minutos de explanação, sinto a plateia se tranquilizar. Os ambientalistas acomodam-se nas cadeiras e as pessoas, atentas, desarmam-se ao descobrir que a doutora (honoris causa popular) fala de maneira simplificada sobre um tema árido e complicado. Usando de tom coloquial, mostra diagramas com desenhos e trabalha com o resgate dos arquétipos da nossa memória ancestral, desvendado pelo inconsciente coletivo. A economista fala como comunidade para a comunidade e com a comunidade.

Quando finalizo a apresentação, deleito-me com os comentários: alguns dizem que sou uma romântica, que vive no mundo dos sonhos, da poesia. Há quem chore, sensibilizado por algo muito particular. Uns ficam sem palavras e outros saem incomodados, como que se sentindo culpados por algo que não conseguem definir. Cada um à sua maneira, no seu tempo, compreendeu o que eu quis dizer.

A história das *commodities ambientais* é triste, dura, e tem na sua essência muito sofrimento. Se fôssemos colocá-la com a cruzeira como foi desenvolvida, listar os porquês em toda a sua nudez, provavelmente muitos não suportariam ouvir. Elas nasceram das mágoas e das decepções de cada um de nós. São filhas diletas do nosso sentimento de incapacidade, impotência e inércia diante da injustiça social, moral, política e ambiental com a qual convivemos. Tem sua origem nas guerras.

No entanto, uma pergunta não respondida insiste em ficar ressoando: por que tentar revolver o passado e atenuar a dor se podemos nos unir uns aos outros e todos enxergarmos luzes de perspectivas e chances à nossa frente? Sabemos o que queremos e, principalmente, o que não queremos. É inútil sofrermos e nos culpamos pelo que passou. A autocompaixão paralisa. Agora é hora de agirmos proativamente.

Embora eu respeite a opinião daqueles que me veem romântica, afirmo que não existe qualquer romantismo no Projeto BECE, nem na estrutura que formulou seu princípio norteador. O que há é a necessidade premente de harmonizar, gerenciar conflitos e de formar, com todo empenho, uma corrente humana para que desapareça a distância entre o mercado financeiro (*commodities*) e o meio ambiente (*ambientais*).

Se quisermos fazê-lo, não há dúvidas de que conseguiremos. Afinal, fomos forjados no sofrimento!

A INSERÇÃO DOS EXCLUÍDOS NO MERCADO

Apresentei o Projeto BECE, originalmente, durante o I Seminário sobre Recursos Florestais da Mata Atlântica (1999), como uma proposta alternativa para solucionar o problema de extração predatória de recursos florestais da Mata Atlântica. Posteriormente, outros biomas passaram a incorporá-lo – a caatinga, o cerrado, o pantanal, o pampa, o bioma amazônico, os biomas marinhos e costeiros (marismas, manguezais e restingas).

Essas extrações ocorrem pela ação ilegal de interceptadores na cadeia de comercialização, agindo como interlocutores para vender a atacadistas e varejistas. Os extrativistas de palmito, por exemplo, arrancam-no da floresta, vendem aos intermediários a preços baixíssimos e estes, por sua vez, os revendem às indústrias que os processam e colocam no mercado. A extração predatória do palmito, bem como de outras espécies exóticas e em extinção, é uma atividade ilegal. Mas quem vai preso, se for apanhado em flagrante, são os extrativistas.

Se não apoiarmos estas comunidades para que possam produzir e vender de forma sustentável, com alternativas econômicas justas, serão cooptadas pela necessidade e o desespero, passando da degradação ambiental à social, ou seja, inchando as grandes cidades e mendigando por um mal pago emprego ou, lamentavelmente, tornando-se

contraventores por falta de opção digna de sobrevivência.⁴⁶

A injustiça penaliza aquele que mais precisa do meio ambiente, cuja essência natural o faria defensor de sua casa. Todavia, vitimam-no, explorando-o para obter matéria-prima barata para a indústria e o comércio. Esse ser humano necessita de orientação e oportunidades em igualdade de condições com os demais agentes produtivos.⁴⁷

Concluimos, por tudo isso, que era necessário criar um centro de comercialização específico. Não bastava produzir em condições sustentáveis. Era importante criar um local e/ou sistema que tivesse certificação, credenciamento, que capacitasse e orientasse essas pessoas. Era necessário também que as pessoas tivessem acesso à informação, que pudessem formar preço para vender melhor seus produtos.

Enfim, concluimos que não há necessidade de tanto confronto entre meio ambiente e agricultura. No entanto, para que haja perfeita harmonia, será necessário equalizar essas relações. Sabemos que não eliminaremos todos os conflitos, até porque o consenso por imposição é tão perigoso quanto a divergência. O pluralismo de ideias é importante para a democracia, mas o confronto permanente não é saudável. Nosso objetivo é encontrar um ponto de equilíbrio e de convergência nestas relações por meio do diálogo construtivo e pacífico.

O grande motivador desse conflito, o vilão da história, é o dinheiro, o “capetalista”. Os conflitos são muitas vezes provocados por falta de informação dos agentes financeiros e por pressão dos juros abusivos. Este diálogo pretende sensibilizar e conscientizar os agentes financiadores sobre novos paradigmas, trazendo-os como parceiros deste projeto de educação econômico-financeira em que meio ambiente será moeda forte e a produção manejada, lastro real.

Quando o investidor estrangeiro entra hoje com o dinheiro e sai amanhã ao especular com taxas de juros e com câmbio, deixa um rombo desastroso em nossa economia. O resultado final será mais desempregados e famintos, por gerar uma falsa expectativa de crescimento econômico que, por consequência, nos endivida. Este movi-

⁴⁶ TRANCOSO, Elza. Entrevista Amyra El Khalili: “A inserção dos excluídos no mercado”. *Safra – Revista do Agronegócio*, ed. n.º 48. Goiânia, nov. 2003.

⁴⁷ SANT’ANA, Jairo Pitó. Economista propõe alternativa de inclusão social aliada à conservação. Folha do Estado. Cuiabá, 23/8/2004.

mento financeiro, de entrada e saída abrupta de capital estrangeiro, encarece os financiamentos do crédito rural, criando para o produtor obstáculos cada vez maiores para obter financiamento em bancos. Os produtores, em geral, deixam suas fazendas e terras em penhora e, fatalmente, perdem-nas para este sistema, o verdadeiro predador e degradador ambiental.

Quanto aos grandes produtores, detentores de muita terra, estes têm que ter dinheiro para produzir, porque a terra é o item mais barato no processo de produção. Caro é o que você põe em cima dela. O extrativista, este então nem se fala! Essa comunidade nem sabe o que é ter conta bancária. Muito menos sabe o que é ter terra. A floresta é sua poupança.

As ONG's, ou grupos da comunidade, organizam os cursos que consideramos um laboratório. Neste espaço de educação, sem pressões políticas ou partidárias, evitando confrontos e cobranças, falamos sobre quem são seus excluídos e discutimos as razões pelas quais as *commodities ambientais* devem ser socializadas e quais são essas *commodities*.

Da matriz você gera o insumo que produz a *commodity*. Mas quem determina quais são as *commodities* a serem produzidas são as comunidades. Para a produção de *commodities ambientais* é importante que as comunidades se organizem como cooperativas, associações ou ONG's. Quanto maior a organização dos produtores, mais força terão para entrar no mercado.

A comoditização exige regulamentação, tributo pago, classificação, certificação, padronização. Você não produz *commodities* se não tiver recursos, tecnologia e muita pesquisa. A comoditização convencional pressiona os pequenos e é sempre concentrada nos grandes. Consequentemente, produção para atender às demandas para exportação gera altos impactos ambientais com a abertura de fronteiras agrícolas, pastagens em áreas de preservação e conservação de florestas, entre outros impactos. A *commodity convencional* (ou tradicional) é concentrada, pertence a um único produtor. A ambiental é cooperativada, socializada. Temos que priorizar os grupos de maior exclusão (extrativistas, prostitutas, sem-terra, populações carcerárias, comunidades quilombolas, índios, etc.).

Então debatemos questões sociais, ambientais, de mercado, como produzir e o que são *commodities*, o que significa padronizar uma mercadoria para compra e venda. Desta forma se quebram paradigmas, se descobrem

alternativas e se fomentam outros modelos econômicos. Porém, para alcançar êxito, será preciso fazer alguns sacrifícios, como, por exemplo, identificar os legítimos líderes e expurgar os ilegítimos do comando. Muitos deles podem estar na liderança por interesses exclusivamente individualistas, camuflados em discursos sociais e ambientalistas.

É preciso observar com atenção e dar tempo para que a informação circule e surta efeito. Estas lideranças e formadores de opinião são cadastrados na internet para receber nossos boletins. A cada curso aplicado, são produzidos relatórios que contêm as percepções e subsídios dos grupos participantes. Publicam-se na rede para serem distribuídos aos agentes financeiros nacionais e internacionais, para outras comunidades, além de toda a imprensa. O texto passa a ser incorporado ao Dossiê BECE. Após esse ritual, constatada a legitimidade e maturidade das lideranças envolvidas, instala-se um fórum.

Caso haja tentativa de manipulação ou utilização destes fóruns para outros fins, do tipo político-partidário, nosso Conselho Jurídico tem a obrigação de desinstalá-los e refazê-los estrategicamente em outra região, ou na mesma, mas convocando outras lideranças para desbaratar os oportunistas e sabotadores. Não podemos correr o risco de ter um fórum ilegítimo que venha a contaminar os outros fóruns, uma vez que o Projeto BECE representa o conjunto de todos os seus fóruns operando simultaneamente. Esta é a dinâmica de mercado para fortalecer a produção dos excluídos deste sistema convencional. Do contrário, não teremos peso para enfrentar o agronegócio internacional e a globalização de produtos e bens de serviços.

A tarefa: resgatar o verdadeiro sentido da palavra *commodities* (moeda) e torná-la uma única expressão, somando-a a “ambientais” (meio ambiente). Somente os seres humanos poderão fazê-lo; mais ninguém.

CHOCOLATE: DA COSTA DO CACAU À COSTA DO MARFIM⁴⁸

O projeto chocolate verde não impede os prefeitos de exercerem suas atividades na cidade. Se nós nos unirmos, podemos fazer muita coisa. Orlando Filho, ex-prefeito de Buerarema, BA

A importância desta estratégia para o sul da Bahia é até secundária, pois ela é mais relevante para a macroeconomia do Brasil. Por que digo isso? Porque só a partir da decisão regional e das perspectivas de regionalização da economia é que poderemos elaborar um projeto macro para o País. Assim, este fórum tem importância nacional e não só regional.

Ele inverte as posições. O objetivo é descobrir como podemos conduzir a nossa política monetarista a partir da economia regional, porque a verdadeira moeda de um país são suas riquezas naturais e sua agricultura; não os papéis virtuais lançados nas bolsas de valores dos mercados de capitais.⁴⁹

⁴⁸ Palestra proferida no auditório Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), promovida pela Câmara de Vereadores de Itabuna (BA), no dia 31 de março de 2006.

⁴⁹ ALMEIDA LINO, Eurídice Maria de; PINHEIRO, Heloísa Franco; VILANOVA, Kátia Rosa B.; ORNELAS, Antonina. *Commodities ambientais para o sul da Bahia*. Documento base para a Implantação e Instalação do Fórum Regional BECE para o Sul da Bahia. 30/4/2003.

Na região cacauceira, são inúmeras as riquezas que podem ser manejadas como matrizes para produção de *commodities ambientais*. Podemos citar, além do cacau, as orquídeas, as bromélias e helicônias, a farinha e seus subprodutos, o palmito de pupunha, os temperos, as essências tropicais, os enfeites de flores, as riquezas do mar e dos manguezais, dentre outros. Essas riquezas do sul da Bahia podem ser vendidas ao mundo inteiro!⁵⁰

Identificados os recursos naturais, a comunidade deve ver quem são seus excluídos, ou seja, as pessoas que, por um motivo qualquer, estão à margem. Na verdade, todos são excluídos em algum nível. Por exemplo, os pequenos produtores de chocolate são alvo de exclusão quando concorrem com grandes empresas. Da mesma forma, os trabalhadores rurais que viviam do cacau e migraram para as cidades durante a crise são excluídos. Isso porque não têm emprego, moram mal e sobrevivem com dificuldade. Enfim, toda sociedade tem indivíduos que precisam de uma chance para produzir e gerar renda.

Além do cacau, sabemos que os municípios regionais têm outras fontes de renda. A farinha de Buerarema, por exemplo, é uma mercadoria, um potencial econômico. Se for produzida por mulheres de comunidades de assentamentos, mulheres excluídas do topo da pirâmide, irá criar mercado. Se trabalhada, poderá se tornar uma grande moeda, uma enorme *commodity* para a economia regional.⁵¹

Quando você começar a degustar seu delicioso ovo de páscoa, poderá estar colaborando para a inclusão de toda uma população, ou, ao contrário, para a exclusão de um continente inteiro, dependendo da origem do insumo e do preço pago pelas processadoras e industrializadoras para produzir esse chocolate. Neste momento, os produtores do sul da Bahia denunciam a prática degradadora e desumana do *dumping social*.

O *dumping social* é um movimento de mercados que joga os preços das *commodities* (convencionais) para baixo, reduzindo drasticamente a margem de operação dos produtores com o custo de produção, prejudi-

⁵⁰ Jornal *A Região*. Itabuna. "As commodities ambientais são uma opção". 22/03/2003. Disponível em: www2.uol.com.br/aregia>. Acesso em: maio de 2006.

⁵¹ SANTOS, Celina. Riquezas do sul da Bahia podem ser vendidas ao mundo inteiro. IESB – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, mai. 2003. Disponível em www.iesb.org.br. Acesso em: maio de 2006.

cando os investimentos e, em contrapartida, não permitindo que esses produtores possam honrar seus empréstimos com o Banco do Brasil, o principal agente financeiro das lavouras agropecuárias de nosso país.

Neste caso, precisamos ter muito cuidado, pois a nossa economia é atípica, com juro alto e crescente. Lembro da situação econômica brasileira, porque temos uma tendência a copiar modelos já existentes e corremos sempre o risco de implementar os que nunca funcionaram em determinados lugares. Costumo dizer que nos Estados Unidos se podem aplicar determinados modelos porque eles calculam uma taxa linear de juros, o que significa que lá uma pessoa que deve US\$ 100 hoje, daqui a um ano vai pagar US\$ 110, ao contrário do brasileiro que, ao invés de US\$ 10 por conta dos juros – fazendo a conversão para nossa moeda –, pagaria centenas de vezes a mais esse valor.

Enquanto isso, do outro lado do hemisfério norte, a organização invejável dos produtores norte-americanos e europeus, cuja cultura cooperativista é imbatível, recebe subsídios para plantar suas lavouras e produzir *commodities* (convencionais).

Ao contrário dos economistas da chamada *ortodoxia*, que implantavam um projeto macroeconômico para o Brasil e depois o impunham às regiões sem analisar as suas especificidades, defendemos um processo inverso; um trabalho de baixo para cima, não sem antes pesquisar cada região separadamente para definir um projeto que atendesse às necessidades de todo o País.

O Brasil é um país com ecossistemas diferenciados, com extensão territorial continental, diversidade cultural e uma série de características peculiares a cada região, como se houvesse vários países dentro de um só; por isso não devemos aplicar um projeto econômico de cima para baixo.

Exemplifico: ao propor portarias com regras e critérios de classificação de produtos, deveríamos ter como base a experiência de quem produz, suas condições e circunstâncias político-econômicas, e não importar regras e modelos que atendam aos interesses das indústrias multinacionais e *tradings*. Mais uma vez, engolimos imposições, normas e critérios sem a anuência da maioria, mas que tentam se legitimar com o aval da comunidade científica e dos burocratas de ar condicionado.

Agora você imagina a briga de foice entre um produtor do lado de cá com o produtor norte-americano, que não somente tem finan-

ciamentos compatíveis e subsidiados, mas uma logística de frete, impostos, marketing e um arsenal de pesquisa com tecnologia de ponta à sua disposição.

A coisa não para aqui, não!

Quando você começar a degustar seu ovo de páscoa, poderá também estar contribuindo para a miséria dos produtores excluídos da Costa do Marfim e Gana, na África, de onde se origina em torno de 80% da produção mundial de cacau. Existem pessoas que produzem de forma primitiva, além de degradadora e profundamente impactante, em condições sub-humanas, com mão-de-obra escrava, infantil. Várias ONG's denunciaram há anos o trabalho escravo e infantil nesse país. As *Big Four* - Nestlé, Cargill, ADM e Barry - assinaram acordo em 2001 sobre o tema, porém, em 2005, as ONG's novamente denunciaram que nada foi feito. Gostou? Morde mais um pedacinho...

É aí que está o erro.

É uma situação que preocupa, porque as pessoas estão sempre olhando para os itens produzidos em grande escala e menosprezam o trabalho manual, cultural e artesanal que tem um valor espetacular, com mercados também de enorme potencial. Os preços praticados nas bolsas internacionais (Londres, Nova York) têm relação direta com a mão-de-obra escrava e infantil. Porém, não faltam propostas com consistência para a produção de cacau fino e artesanal com valor agregado e preço justo.

A imposição do modelo macroeconômico de cima para baixo cria um impacto social, com enormes vantagens para certos grupos, mas em detrimento de outras comunidades. Por que o modelo ortodoxo não pode dar certo aqui? Porque está baseado no modelo dos Estados Unidos e no europeu, que foi imposto ao Brasil. É extrativista; somente ficou um pouco mais sofisticado, mas a base é a mesma.

O cacau é mais uma moeda para os brasileiros, como o petróleo é para os árabes. O cacau é um produto estratégico para o País e deve ser tratado como tal, com políticas bem fundamentadas para que volte a ser um dos principais itens de exportação.

Por exemplo, há um projeto nesta região que vende o chamado *chocolate verde*. A alternativa dos produtores é convencer o consumidor que, ao comprar aquele produto, está ajudando a preservar a Mata Atlântica. O objetivo desta *troca de figurinhas* é também alertar o excluído sobre os recursos natu-

rais que ele tem para sair da exclusão social. Daí certamente surgirão projetos para transformar as riquezas do lugar em produtos comercializáveis.

A concretização dos projetos socioambientais esbarra também no desafio de colocar os produtos no mercado. Aí se encontram as principais dificuldades, pois mercadorias ambientalmente sustentáveis costumam ser mais caras que as convencionais. Neste momento, os produtores precisam trabalhar para formar consumidores conscientes. Aí é que entra o bom e velho marketing.

É preciso mostrar às pessoas que, ao comprarem esse produto, estão fortalecendo a geração de empregos na comunidade outrora excluída. Ao mesmo tempo, estão contribuindo para a preservação da natureza. As *commodities ambientais* são uma opção, uma alternativa para os problemas do cacau, produto seriamente afetado por falta de uma política regionalizada.

O primeiro passo é repensar como produzir a mercadoria convencional e as *commodities ambientais*. Realizar esse processo é como fazer um tratamento psicológico. É o mesmo que se sentar em frente a esse profissional e começar a dizer: olha, eu errei, acertei, ou então tenho um trauma, uma mágoa. Esse repensar implica você mudar de postura, comportamento, parceiros, fornecedores e sociedade, se organizar, fazer reuniões, sair do casulo, do seu individualismo e se voltar para o coletivo, integrando-se.

Estamos, hoje, numa fase criativa, a de repensar como produzimos. É com esse pensamento que estamos começando a construir os critérios de classificação, certificação, contratos e mercados de *commodities ambientais*.

Existe um trabalho muito forte em tecnologia e pesquisa que podemos agregar ao *chocolate verde*: as fazendas de chocolate experimentais e de referência internacional. Além disso, percebi que há na Costa do Cacau pessoas capazes de elaborar projetos sem a necessidade de importar consultores forasteiros, nem os que parem soluções mirabolantes. Este fórum⁵² fortalece a participação do sul da Bahia no projeto de *commodities ambientais* e com isso são dados os primeiros passos. O Brasil precisa aprender a ser bom negociador. Sabe produzir, mas não sabe

⁵² Fórum Virtual Cacau-1 mailing list, com a participação de 631 inscritos. Moderador: Gonçalo Guimarães Pereira, Ph.D. Professor Associado, Livre Docente. Chefe do Departamento de Genética e Evolução. Laboratório de Genômica e Expressão – IB-UNICAMP (www.lge.ibi.unicamp.br; cacau-1@listas.unicamp.br; www.listas.unicamp.br/mailman/listinfo/cacau-1).

vender. Os projetos macroeconômicos brasileiros estão esgotados.

O curso *commodities ambientais* realizado em 2003 registrou mais uma página do *Dossiê BECE* e veio plantar na comunidade regional uma “semente”.

É possível, sim, preservar a natureza e transformar nossas riquezas naturais em renda para a população local. Estamos no caminho. É longo, porém sustentável!

Feliz Páscoa!

A CAMINHO DE OUTRO MUNDO⁵³

Ela quase me atropelou com a bicicleta no Parque das Águas. Quando percebi, a bicicleta estava estacionada à minha frente, enquanto andava olhando para o céu e ouvindo a música do show que rolava, ecoando um som franco-portunhol no pôr-do-sol da bucólica cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro. Foi logo perguntando se a professora iria palestrar amanhã. Respondi que não, pois meu tempo havia se esgotado. Perguntei se ela entendera o que eu havia dito. Disse ela:

– Entendi tudinho. Gostei das mãozinhas e vou ensinar na escola para meus amigos.

Foi para ela que fiz as mãozinhas – para ela e toda uma geração para a qual desejava arduamente a compreensão do que poderemos fazer e para onde poderemos ir, caso consigamos sair do abismo da ignorância econômica em que nos encontramos.

Uma menina de 12 anos de idade, atenta a cada palavra, gesto e desenho demonstrado no palco. Se consegui “atingi-la” significa que meu objetivo foi alcançado. O resto é consequência. Acionar as chaves “ocultas” do inconsciente será suficiente para que as pessoas possam seguir

⁵³ Palestra proferida no I Fórum Social Regional do Vale do Paraíba “Inclusão e Solidariedade”, realizado na cidade de Resende (RJ), entre os dias 26 e 31 de outubro de 2005, promovido pela prefeitura de Resende, com apoio de organizações da sociedade civil.

adiante com suas próprias mãos, andar com suas próprias pernas, sem medo de decidir, mas com coragem para os enfrentamentos de sempre.

Nenhuma revolução se faz de outra forma. Ou melhor: de outra forma seria pela dor, e talvez nem fosse revolução com evolução. Essa dor a gente conhece profundamente.

Você quer sofrer mais? Pra quê?

Quando perguntei a ela durante minha palestra: “Você acredita em você?”, assentiu com a cabeça, com olhar brilhante. Ela acredita nela; então terá crédito, êxito, sucesso em seu projeto de vida.

O maior obstáculo que encontramos são as crenças. Na realidade, a falta delas. O sistema financeiro fundamentou-se nos códigos de crenças, com palavras-chave como fiança, auditoria, aval, empréstimo, doador, tomador, contratos, entre outras.

Explico. Creditar vem de acreditar, que por sua vez vem de “crença”, que por sua vez vem de “credo”. E assim, creio em Deus Pai Todo-Poderoso. Mas se não creio em absolutamente nada, como posso ter quem credite em mim? Se eu não acreditar em mim, quem poderá creditar em meu projeto de vida? Mas será que tenho um projeto ou uma ideia? Ou será que estou confundindo projeto com ideia e proposta? Qual é a minha proposta? Como uma proposta pode se concretizar num projeto? Onde começa e onde acaba meu projeto?

Mas é de vida ou de morte?

Cada um de nós acaba por idealizar projetos concebidos com estruturas arcaicas, no mesmo paradigma que criticamos e condenamos. Repetimos o modelo como se construíssemos uma casa boa numa região de pântano, sem base, pronta para afundar.

Observo que muitos projetos se ajustam ao interesse do financiador, mas não ao interesse da comunidade. E daí? Onde está a crença? Sem credo, não há crédito. É quando começa o imbróglio e por sua vez nasce o conflito. Tudo fica, então, por demais complicado.

É como amar. Se você não se amar primeiro, como poderá merecer o amor do outro, a sua atenção e positiva cumplicidade?

Falar de economia para jovens é falar sobre perspectivas e sonhos, provocando-os para idealizá-los. É para eles que falo, pois, se eles compreenderem, todos compreenderão por osmose, ainda que exista um fosso de incompreensão e resistência por parte dos adultos.

Inclusão e solidariedade

Este evento reuniu cerca de 30 municípios situados no Vale do Paraíba fluminense e paulista. Discuti e criou estratégias comuns para o enfrentamento de questões sociais, ambientais, culturais e econômicas que atingem os municípios envolvidos, tendo como tema principal Inclusão e Solidariedade. O objetivo era estabelecer as metas do milênio para o Vale do Paraíba, quebrando paradigmas, buscando a construção de um futuro melhor.

Durante a mesa de debates sobre a Agenda 21,⁵⁴ fizemos uma roda e colocamos um copo de água no meio. Falamos sobre conexões, os fragmentos e segmentações dos quais somos prisioneiros incondicionais, dificultando o entendimento do todo. Perceber a potência da Agenda 21, quando ela atinge seu âmago na discussão pública, a clareza de como esta articulação desnuda as deficiências econômicas e políticas e apontar gargalos foi o maior ganho,⁵⁵

Importantes eram também as discussões que aconteciam paralelamente. Quis ser muitas para poder estar em todas as mesas acompanhando, mas não deixei de ir ao Espaço Z - local destinado à exposição e comercialização de produtos manufaturados, produzidos por empreendedores da região -, que se transformou durante o I Fórum Social no Mercado da Economia Regional. Pude encontrar peças artesanais, objetos de decoração confeccionados nas mais variadas técnicas e matérias-primas, artigos de moda, doces e muito mais.

⁵⁴ Temas e debatedores: “Agenda 21 Municipal e Gestão Ambiental Integrada” (Ana Maria Batista da Costa); “Educação Ambiental” (Rosângela Vieira).

⁵⁵ Tema e debatedores: “Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Perspectiva da Inclusão Social” – André Luiz de Paula Marques (Cooperativa Amigos do Lixo/Guaratinguetá); André Pinhel Soares (AMA – Agência de Meio Ambiente do Município de Resende); Emílio Engenheer (Centro de Referência sobre Resíduos Sólidos); João Alberto Ferreira (UERJ); Roberto Adler.

Foi lá que encontrei a “crença”. Encontrei *commodities ambientais*. O crédito da menina da bicicleta, porque inclusão social é reconhecer a capacidade de produção de um povo, dar valor à sua obra e, acima de tudo, amar a si próprio para fazer com que sua moeda local exista, mas esteja lastreada pela solidariedade.

Precisamos que o exemplo de Resende se espalhe por todo o País. Que não fiquemos à espera de um fórum social mundial, quando temos que pensar globalmente e agir localmente, como preconiza a Agenda 21. É também um “ganho” descobrir que estamos a caminho de um outro mundo. Pois só “credita” quem “acredita”.

COREOGRAFANDO UM NOVO MERCADO

É sempre um ritual interessante levar uma companhia de danças para realizar um show. Dedicamo-nos, por meses, à escolha das músicas e à elaboração das coreografias. Organizamos o guarda-roupa, a maquiagem e as sequências de solos, para haver sincronia e apresentarmos à plateia um espetáculo harmonioso e plástico.

Este processo exige muita responsabilidade de todos, mas fica prazeroso porque é embalado pelo som das brincadeiras e risadas dos componentes da companhia que vão estreitando cada vez mais os laços de amizade que nos unem.

Não é fácil dirigir pessoas; mais difícil ainda é dividir os espaços restritos das apresentações, em muitos casos disputados pela participação de outros grupos de dança no mercado de trabalho.

Em 2002, enquanto nos preparávamos para entrar no palco,⁵⁶ em meio a potes de maquiagem e à concentração para entrar em sintonia energética com o público, transportei-me para a sala de aula dos cursos de *commodities ambientais* e revivi os momentos de integração com os participantes.

Nesses momentos não tenho a pretensão de ser a professora de pessoas que dominam assuntos que ainda estudo. Sinto-me ali como a

⁵⁶ Em 2002, no dia 10 de Agosto, a Cia. El Khalili Arabian Dances participou a II Mostra Internacional de Cultura Árabe-Islâmica em Campinas (SP).

catalisadora de ações, uma orientadora de pessoas que, coreógrafas de um novo mercado, debatem ideias, discutem propostas e contribuem para lapidar esta joia preciosa da economia brasileira: o Projeto BECE.

Somos todos protagonistas de uma nova ordem social, introduzindo experiências, agregando valor e construindo um projeto que já se transformou em meta nacional.

O Projeto BECE se constitui numa saudável provocação estratégica ao Banco Central, reconhecendo que a moeda brasileira de lastro internacional são as riquezas naturais, permitindo que a agricultura convencional (*commodities convencionais*) se converta em agricultura sustentável e possibilite que os pequenos produtores, com sua agricultura familiar e extrativista, façam parte deste show.

Quando estamos elaborando os DOCs BECEs, estamos fomentando este novo mercado com a apresentação no palco da Aliança RECOs. A cada publicação de uma etapa do Dossiê BECE, estamos demonstrando aos agentes financeiros e bancos multilaterais que somos articulados, temos propostas, sabemos coordená-las de acordo com as necessidades de cada região, cada qual contando sua história nesta “Dança pela água em missão de PAZ”.

É uma demonstração inequívoca da nossa competência e de nosso poder para fazermos deste espetáculo econômico uma grande apresentação socioambiental de envergadura internacional.⁵⁷

No melhor estilo de “quem dança seus males espanta”, convidamos você para participar deste espetáculo. Sua contribuição é fundamental para a construção do novo cenário latino-americano-caribenho.

⁵⁷ RIBEIRO, Ana Paula. Mercado Verde. Revista *B2B Magazine* (www.b2bmagazine.com.br). Ano 4, nº 44, jul.2004. Pag 56 a 57.

UMA NOVA ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA⁵⁸

Sennet acrescentaria que a reificação das relações gerou a “corrosão do caráter”. Concordo. Ao sonharmos (ainda) com transformações sociais (em sua radicalidade), saímos do campo da angústia e abstrações, e agimos. Somos! Existimos! E certamente isso só é possível, junto a milhares de outros, de forma solidária e ética.

Margarida Barreto

O mercado de *commodities ambientais* é, por concepção, uma rede orgânica, formada por entidades e indivíduos que “abraçam” o Planeta como centro das atenções e cuidados para garantir a sobrevivência da humanidade.⁵⁹

⁵⁸ DOC BECE. Proposta de Plano de Trabalho e Roteiro de Projetos de Commodities Ambientais. “Uma Abordagem Estruturada para Implantação de Projetos de Commodities Ambientais”. Boletim 0363 [BECE-RECOs].30.01.2003.

⁵⁹ Palestra proferida no IV Seminário Internacional das Águas “Cidadania no Uso e Conservação dos Recursos Hídricos”, realizado no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, promovido pelo Ministério Público do Estado do Paraná, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), entre os dias 23 e 25 de maio de 2005, em Curitiba, PR.

As *commodities ambientais* se desenvolveram ao longo da história, mas não estavam conceituadas, nem tampouco valorizadas, pois os interesses econômicos dos grandes capitalistas inviabilizaram o acesso das populações extrativistas e dos mais carentes de informação ao mercado para comercializá-las. O surgimento destas *commodities* do meio ambiente se deu com a existência do ser humano ao trocar o primeiro pedaço de carne por sementes.

Políticas públicas e o aspecto socioeconômico

O mercado de *commodities ambientais* traz conceitos e práticas inovadores, que oferecem alternativas viáveis para contrapor-se ao modelo das *commodities convencionais*, buscando neutralizar os vícios concentradores e predatórios trazidos pelo sistema, pelos quais as grandes corporações e poucos países desenvolvidos, detentores exclusivos de capital e tecnologia de ponta, usufruem de inúmeras vantagens (que vão da economia de escala, com amplitude global, à internalização dos lucros), aliadas à socialização dos prejuízos, agravada pelo fato de que este modelo acentua a exclusão. Neste modelo, busca-se a inserção dos excluídos no mercado, em condições de igualdade com os trabalhadores.⁶⁰

Os projetos, por esta metodologia, potencializam o mercado de trabalho com a formação de equipes multidisciplinares pelo aumento da procura por profissionais especializados com a visão holística de um novo modelo econômico de inclusão das variáveis social e ambiental. Prevê comprometimento com promoção do desenvolvimento sustentável. Conscientiza sobre a importância da preservação de valores históricos, artísticos, culturais, paisagísticos, antropológicos, socioambientais. Promove a inclusão social com a mudança de paradigmas (inserção dos excluídos, aposentados e minorias em geral numa sociedade digna, ética e participativa). Nesta perspectiva, propõe-se transformar estruturas, analisados os efeitos micro e macroeconômicos.

⁶⁰ TORRE, Marina. Entrevista Amyra El Khalili: “Commodities ambientais – economista defende novo arranjo entre meio ambiente, desenvolvimento e justiça social”. *Informativo do Projeto Manuelzão*. Belo Horizonte, Faculdade de Medicina da UFMG, dez. 2001.

Efeitos microeconômicos

Propõe-se:

a) viabilizar a geração de ocupação e renda com inclusão social; b) fomentar a geração de novos mercados, produtos e serviços; c) criar novos hábitos de consumo, potencializando-os; d) provocar o desenvolvimento da atividade local com redução da economia informal; e) educar para a conscientização ambiental; f) aumentar a base da integração social com cidadania e qualificação; g) buscar a melhoria da qualidade de vida; h) vislumbrar melhores perspectivas para gerações futuras; i) criar e fortalecer organizações do terceiro setor; j) incentivar a formação de parcerias para micro-organizações autossustentáveis.

Efeitos macroeconômicos:

Propõe-se:

a) criar riquezas com aumento do PIB; b) aumentar a arrecadação fiscal; c) aumentar a mobilidade social; d) melhorar a distribuição de renda; e) incluir o legislativo como regulador, evitando gastos desnecessários; f) melhorar a saúde pública; g) reduzir a violência; h) reduzir os gastos (custo ambiental e social) com políticas públicas compensatórias; i) reorientar a política fiscal, com incentivo e proteção ao meio ambiente; j) reorientar os investimentos públicos com priorização para saúde; k) promover a educação e preservação ambiental; l) reduzir a carga tributária do País; m) promover a passagem de um país puramente extrativista para um país conservacionista e preservacionista.

Finalmente, *commodities ambientais* é muito mais do que um modelo alternativo para o desenvolvimento sustentável. É o resgate de princípios e valores universais, em que se busca a inclusão social sem o assistencialismo e a dependência sobejamente conhecidos no modelo tradicional.

Na vanguarda dos mercados internacionais

A América Latina e o Caribe detêm, de acordo com os relatórios

“Estado do Mundo”,⁶¹ recursos naturais estratégicos suficientes para abastecer o Planeta. Isto significa que o Brasil está na dianteira deste novo mercado, tanto no aspecto do lastro (moeda ambiental), quanto no técnico-científico.

O mercado de *commodities ambientais* está sendo fomentado de acordo com as Cartas dos Direitos Humanos, dos protocolos e manifestos que estabelecem os direitos básicos para que um cidadão possa viver com dignidade e justiça social. Não é como a produção de uma indústria de sanduíches do McDonald's, ou uma superprodução da Coca-Cola, ou safras recordes de soja e açúcar, mas a valorização de cada grão de milho que vale um milhão, ao explorar com respeito as leis naturais e a biodiversidade espetacular deste País. Os holandeses chegaram aqui e fomentaram o mercado de flores com o Veiling-Holambra. Os japoneses colonizaram o Cerrado através do Projeto Prodecer (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e, hoje, sabem perfeitamente onde erraram ao derrubá-lo para plantar soja em grande escala.

A diversidade da produção agropecuária, com o desenvolvimento sustentável, gera ocupação e renda, dá esperança e pode alimentar outros povos famintos e desesperados. A paz só poderá ser alcançada quando todos os direitos humanos forem respeitados, principalmente os direitos elementares: o direito à água, ao alimento e à moradia – que é o mínimo que se pede.

Sem a parceria sincrônica e harmônica entre informação e educação, porém, não há meios de se realizar, *de forma ética e solidária*, as transformações necessárias na era da tecnologia da informação.

⁶¹ WORLD WATCH INSTITUTE. Venture capitalism for a tropical Forest – the cacao of mata atlantica. Estudo lançado em parceria com o jornal Washington Post, em dezembro de 2003, na embaixada brasileira de Washington. WWI-UMA. Disponível em www.wwiuma.org.br. Acesso em: agosto de 2006.

CAPÍTULO 4 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAIS



O PRESENTE, O FUTURO E O PAPEL DA PESQUISA

PESQUISADORES DISCUTEM COMO ATUAR COM O PROJETO BECE

Quando recebi o convite para palestrar nas comemorações de aniversário da Embrapa, não escondi a emoção. O namoro do Projeto BECE com a Embrapa já dura mais de quatro anos. Oficialmente, começou em 1999.⁶²

Onde entram o futuro e o papel da pesquisa?

Para falarmos do futuro, é necessário recorrer ao passado, ter uma história para contar, um “causo” para narrar. Foi exatamente isso que fizemos também no seminário do MMA, em Brasília, no ano de 1999. Contamos o que aconteceu com a *comoditização* no mundo e como o Brasil estava inserido no contexto do mercado internacional, produzindo e exportando *commodities* (mercadorias padronizadas para compra e venda), e como o Brasil, significativo produtor agropecuário, passou a ser importador de *commodities* que tradicionalmente produ-

⁶² Começou em 1999, com o Seminário “Commodities Ambientais, a experiência Brasileira”, ocorrido na sede do Ministério do Meio Ambiente, promovido pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do MMA.

zia, como trigo, milho, algodão, cacau, frutas... Até as tropicais (que vergonha!), entre outras produções que fogem à lógica de um país de dimensões continentais, com uma das maiores biodiversidades do Planeta e possuindo água em abundância pra dar e vender.

Era então necessário pesquisar, fazer um mapeamento das reais necessidades das comunidades, identificar os gargalos logísticos, as dificuldades e conflitos de interesses, sem contar o grau de conhecimento e informação que estas regiões detinham ou não, para começarmos a responder à questão “Como é possível?” de BECE.

Não há como transformar o modelo produtivo sem conhecer como são produzidos e quais são seus problemas, além, é claro, de saber como os países desenvolvidos produzem suas *commodities*, o que significa a *comoditização* para aqueles produtores que têm conceitos de segurança alimentar, de mercados de capitais, de associativismo e cooperativismo enraizados na sua cultura econômica. Quando estamos competindo no mercado internacional com nossas *commodities* (mercadorias-moeda), estamos também concorrendo com um arsenal de laboratórios de pesquisas, de cientistas bem-alimentados cujas universidades estão estruturadas para receber a pesquisa como investimento potencial para atender à demanda dos mercados. Podemos e devemos discutir a ética da pesquisa, as relações incestuosas entre mercado e ciência, mas temos de compreender que, independentemente das questões éticas, nestes países há efetivamente investimentos em pesquisa. Enfim, o mercado sustenta seus pesquisadores e exige que os resultados sejam patenteados no país que as financiou.

Seria muito triste que as *commodities ambientais* - modelo brasileiro, que está fomentando um mercado para contemplar uma demanda brasileira, em função de uma economia atípica, com taxas de juros exponenciais, altamente especulativa - fossem patenteadas nos EUA. Ficaríamos muito preocupados se tivéssemos de entregar para outras nações os registros destas pesquisas e das demais que estamos incentivando, promovendo e estimulando, só porque nossos governantes (os políticos) nos ignoraram durante tantos anos. O que é pior, alguns desavisados tiveram a coragem de afirmar que *commodities ambientais* são créditos de carbono (bônus), desta forma classificando poluição como mercadoria. E, pasmem, há teses de mestrado, doutorado e graduação, algumas até premiadas, com

estas inadvertidas e mal-pesquisadas informações.

O futuro e o papel da pesquisa nas *commodities ambientais* depende de empresas nacionalistas, como a Embrapa, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Comissão Executiva Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), de universidades públicas, de instituições isentas, para garantir a autonomia do crescimento econômico brasileiro, e que este seja efetivamente sustentável, pois, do contrário, continuaremos a ser o quintal escravagista de um mundo onde o fosso entre ricos e pobres, entre quem tem tecnologia e quem tem recursos naturais estratégicos cada vez mais se divide e se distancia.

Um fosso tão profundo e intrigante quanto o Grand Canyon.

Feliz aniversário Embrapa!

O VALOR DA BIODIVERSIDADE NA “ROTA DA BIOPIRATARIA”

Durante a palestra proferida nas comemorações dos 30 anos da Embrapa⁶³, procurei mesclar a linguagem dos economistas à simplicidade e didatismo de quem está em contato sistemático com os excluídos e sabe que não há dinheiro no mundo que impeça a degradação ambiental. A única saída para a valoração da biodiversidade é transformar os excluídos em artífices do desenvolvimento sustentável. E é ao lado da comunidade, onde as *commodities ambientais* são identificadas, que enxergo a atuação da pesquisa, com técnicos e pesquisadores acompanhando o processo de discussão da comunidade e desenvolvendo projetos a partir de sua demanda.

É possível fazer com que o topo da estrutura de mercado seja ocupado pelos excluídos, em lugar do Mercado Financeiro, e ainda conseguir que este permaneça à direita daqueles? Tenho certeza que sim e, mais uma vez, em 2005, estive palestrando, na Embrapa⁶⁴, sobre a possibilidade de seus técnicos e pesquisadores tomarem parte na concretização dessa aparente utopia.

⁶³ A palestra “Commodities Ambientais: o presente, o futuro e o papel da pesquisa”, foi proferida na tarde de quarta-feira, 23 de abril de 2003, de Brasília, via satélite, para a equipe da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), transmitida para as 38 unidades da empresa, em comemoração aos seus 30 anos.

⁶⁴ Palestra proferida no II Seminário de Experiências Comunitárias de Meios de Vida Sustentáveis no Cerrado, realizado entre 15 e 18 de fevereiro de 2005.

Biopirataria

Segundo o diretor do Instituto de Biologia da Unicamp, Mohamed Habib, esse termo – que ainda não consta dos dicionários – consiste basicamente em “levar material ecológico para fora do país sem permissão das autoridades”. No Brasil, isso é crime, previsto na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98). Existem dois tipos de biopirataria. Um deles é o tráfico de animais e plantas. Essa clandestinidade faz com que a biopirataria faça parte do quarto setor, que compreende tudo o que é ilícito, não regulamentado, nem legalizado. E, consequentemente, torna incalculável o quanto se perde por ano. “Não temos noção do banco genético que possuímos; as coisas saem sem que se perceba. Nós não temos ideia de tudo que já foi tirado do nosso país”, conta Habib.⁶⁵

Seriam necessários vultosos recursos financeiros para impedir a extração ilegal, a biopirataria, e frear o desmatamento nessas regiões. Todavia, tais investimentos não garantiriam sucesso. Entendemos que a única forma de impedi-los nessas regiões seria gerar, com o manejo dessas florestas, ocupação e renda alternativas que atendam às necessidades das populações, seja as comunidades extrativistas, sejam as comunidades de agricultura familiar e de pequena produtividade agropecuária.

Para contrabalançar estas relações, é necessário, nesta concepção, compor conservacionismo (conserva e maneja) com preservacionismo (não toca no meio ambiente). Uma das metas é desenvolver um banco genético de pesquisa, gerar recursos e financiar esta pesquisa, ou seja, aquele que vender o produto da pesquisa destinará, por sua vez, um porcentual (nano-centavos) desse recurso para a pesquisa e para a preservação. Entendemos que há instrumentos de mercado suficientes para manter a pesquisa isenta, patenteada em nosso país, uma vez que a biodiversidade é um bem difuso (bem de uso público) e este banco genético pertence à Nação.

Quando debatemos temas como pesquisa, tecnologia e mercado, o fato de defendermos o financiamento via mercado não significa que estamos propondo a costumeira relação incestuosa da pesquisa com

⁶⁵ RICARDO, Fernanda. Piratas do século XXI. Revista *Aventura & Ação*, ed. 107. São Paulo: Editora Air Press mai. 2003. Disponível em www.guiadeaventura.com.br. Acesso em: março de 2006.

o mercado, caso em que a pesquisa passa a atender apenas aos interesses de um grupo restrito. O que pretendemos, de fato, é atender aos interesses de todo o mercado, que representa os desejos e anseios de todos nós, usuários do sistema financeiro, consumidores, cidadãos, produtores. Somos nós, sua eminência parda o Mercado.

Vejam o caso da Asahi Foods⁶⁶ – que encontrou um jeitinho para registrar o nome “cupuaçu” como uma marca criada por sua empresa para várias classes de produtos no Japão, na União Europeia e nos Estados Unidos. Nos EUA, criou até uma subsidiária com o nome que açambarcou – a Cupuaçu International. A manobra foi possível porque não existe legislação internacional adequada para assegurar aos países e às comunidades detentoras de recursos e conhecimentos genéticos e biológicos, a maioria das quais nações em desenvolvimento, a participação nos rendimentos da exploração dessas riquezas. Há regimes internacionais que tratam de questões relacionadas a essas patentes: a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Tratado sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio Internacional (Trips), de 1995 e, nas Nações Unidas, a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), subscrita pelos participantes da Eco 92 realizada no Rio de Janeiro. A CDB defende a soberania nacional sobre os recursos biológicos e exige aprovação e participação das comunidades locais para sua utilização e repartição de benefícios. O Trips estabelece que os recursos biológicos devem estar sujeitos a direitos privados de propriedade intelectual e não prevê a repartição de ganhos entre o titular da patente e os provedores do material biológico.

Concordo!

Não há como saber os números exatos do mercado ilícito de biopirataria, mas algumas projeções mostram que este é um dos negócios mais rentáveis do mundo, ao lado do tráfico de drogas e da prostituição. Mesmo existindo leis contra a biopirataria, ela não foi vencida, e deve estar ainda longe disto. Isto porque não foram definidos limites para o comércio de espécies da fauna e flora brasileiras. Não foi estabelecido o que pode e o

⁶⁶ PRADO, Antonio Alberto. “Diga cupuaçu em japonês”. *Gazeta Mercantil*, Fim de Semana 8 a 11 de Julho, 2003.

que não pode ser negociado. Enquanto isso, qualquer coisa é mercadoria. Até a arara azul, quando comercializada ilegalmente, vira mercadoria.

Entretanto, se for preservada por meio de um projeto escolhido pela comunidade, com uma porcentagem do dinheiro arrecadado pelo trabalho das pessoas do local, a preservação desta espécie será financiada pela produção de *commodities ambientais*. Escolhemos a **Arara Azul** para ser o símbolo do selo para projetos em *commodities ambientais*.

Por exemplo, se os palmiteiros deixarem essa atividade predatória e passarem a fazer o manejo ou outra forma que promova o desenvolvimento sustentável da região, uma parte desse novo trabalho deles poderá ser reservada para a preservação e o reflorestamento dos palmitos na Mata Atlântica para a pesquisa de espécies da fauna e flora em extinção.

Essa é uma das muitas – e boas – soluções para o problema que poderão se traduzir em inúmeros projetos socioambientais. Além de desenvolver um programa de preservação do bioma da região, as *commodities ambientais* ajudam a integrar os excluídos ao restante da comunidade e promover o desenvolvimento sustentável.

Para que isso seja possível, criamos os selos que reconhecem que aquele produto é feito pela e para a comunidade. Haverá um chip no selo que identifica o produto como uma *commodity ambiental*, reconhecendo que com aquele produto se está fazendo algo pelo meio ambiente e pela comunidade. O chip também mostra todo o caminho percorrido pelo produto, com informações sobre ele e a comunidade envolvida.

Os selos pretendem identificar as informações vitais para a tomada de decisão de investidores, mediante um chip rastreador que apure quantos dos insumos das *commodities tradicionais* produzidos pela engenharia de produção resultaram na inserção dos excluídos no mercado de trabalho, quantas pessoas tiveram acesso a tratamento de saúde, educação, informação, dentre outras ações.

Esses produtos terão o selo dos biomas dos quais se originam suas matrizes e serão exportadas para outros países. Abrem, assim, espaço para o lançamento de outros produtos oriundos destas regiões (*commodities tradicionais*), servindo de convite aos investidores para conhecerem esse ecossistema, sua gente, cultura e história.

Aproximam-nos afetivamente da comunidade e transformam-nos em parceiros fiéis, comprometidos com o crescimento socioambiental a longo prazo. A isto chamamos de turismo integrado, ou seja, turismo ecológico com turismo de negócio.

Assim, o “ecoturismo” formará laços fraternais entre o ser humano e o meio ambiente, representando perspectivas de “mercado consciente”. Neste sentido, a atividade ecoturística responde às necessidades de curto e médio prazo. Escolhemos a **Onça Pintada** para ser o símbolo do selo para projetos em *commodities espaciais*.

SELOS dos Biomas

O ambientalista e historiador Arthur Soffiati⁶⁷ nos apresenta os biomas brasileiros e os respectivos selos *commodities ambientais*:⁶⁸

Bioma é um conceito usado em ecologia para designar um conjunto de ecossistemas correlacionados entre si. No recorte do território brasileiro, foram identificados sete biomas: a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal Mato-grossense, os Campos Sulinos, a Caatinga, a Mata Atlântica e a Zona Costeira. Exemplifiquemos com Amazônia. No bioma existem os ecossistemas fluviais e lacustres; as matas permanentemente inundadas, em que a base das árvores está sempre sob as águas; as matas inundáveis, ora alagadas, ora secas; as matas de terra firme; os campos limpos e sujos e, na costa, as restingas e os manguezais. Tudo forma o Bioma Amazônico, no qual predominam formações geológicas de planície, enormes reservas de água doce, clima equatorial e extensas massas florestais.

Já o Cerrado conta com solos antigos e bastante trabalhados por processos naturais, déficit hídrico, ecossistemas florestais nativos de médio porte, árvores tortuosas e de casca grossa para a conservação da umidade e fauna pujante, sobretudo

⁶⁷ Aristhides Arthur Soffiati é professor da Universidade Federal Fluminense, mestre e doutor em História Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de nove livros sobre meio ambiente e cultura.

⁶⁸ Selos Commodities Ambientais – Criação de Ozeas Duarte, ilustração de Tuco.

alada. Embora predomine a vegetação arbustivo-arbórea, existem as veredas, onde a água é mais abundante, chegando a aflorar, e onde reina a palmeira buriti.

O Pantanal é uma planície alagada e alagável pela bacia do rio Paraguai. A diversidade ambiental é fantástica em termos de ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna. Há ainda rios de água cristalina e de beleza invulgar.

Os Campos Sulinos são mais conhecidos como Pampas, espalhando-se pelo Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Trata-se de uma imensa planície com arroios e originalmente uma vegetação herbácea onde pastavam emas e outros animais.

A Caatinga, por sua formação geológica, seu relevo, seus solos, seu déficit hídrico, apresenta uma vegetação primeva entre savana e estepe adaptada a secas prolongadas e ao aproveitamento máximo da água. Paira o mito de que este mato (caa) branco (tinga) seja pobre em biodiversidade. No entanto, ela era bem elevada no período pré-cabraliano.

A Mata Atlântica que, cada vez mais, é chamada de Domínio Atlântico, é um bioma com florestas úmidas, geralmente acompanhando a Serra do Mar; florestas estacionais nas partes baixas e com menor umidade, florestas mistas e campos de altitude.

Por fim, a Zona Costeira envolve três ecossistemas principais: as restingas, em toda a costa brasileira, os manguezais e as marismas. A vegetação herbácea, arbustiva e arbórea das restingas medra em solo arenoso. Vez que outra, aparecem os costões rochosos, com sua vegetação rupícola. Os manguezais são riquíssimos ecossistemas estuarinos com vegetação exclusiva e adaptável a elevados teores de salinidade. As marismas ocorrem principalmente no Rio Grande do Sul, embora possam aparecer em outros pontos da costa brasileira. Nelas, a salinidade da água limita o desenvolvimento de plantas intolerantes ao sal e estimula as plantas halófilas.



Os principais problemas que afetam o Bioma Amazônico são o desmatamento, as queimadas, as obras de engenharia (como as represas), o garimpo (que vem contaminando os rios com mercúrio), a agropecuária, a caça e o interesse crescente das empresas farmacêuticas pelo valor econômico de sua megadiversidade. Estima-se que, de 1500 aos dias de hoje, os ecossistemas florestais amazônicos tenham sofrido um decréscimo de 15%. Para ele, foi escolhido como símbolo o Peixe Boi.

Já a situação do Cerrado inspira mais cuidados. A partir da segunda metade do século 20, o bioma perdeu 50% de sua vegetação nativa na abertura de novas fronteiras agropecuárias. Dentre as muitas atividades rurais, as mais incremen-

tadas são: a soja e o gado para exportação. Há também um considerável processo de urbanização depois da transferência da capital do país para Brasília, em 1960. Hidrelétricas, dutos e estradas completam o quadro preocupante do Cerrado, que tem por símbolo o **Lobo Guará**.

Era inimaginável que o Pantanal, com tanta água, pudesse ser vítima de grandes agressões ambientais. Mas está sendo. A supressão da vegetação nativa aumenta para dar lugar a pastos, muitos deles extensivos. Os teores de poluição já começam a assustar os especialistas. A pesca e a caça já ultrapassam os limites da sustentabilidade dos ecossistemas. Há ameaças à biodiversidade. Simboliza-o Tuiuí.

Já os Campos Sulinos passaram por mudança tão radical com o estilo de vida europeu que pouco restou de sua composição florística original. Os arroios estão poluídos e a fauna nativa foi expulsa pelo gado. Seu símbolo é a Ema.

A Caatinga sofreu muitas agressões antrópicas. Sua tendência à aridez começou a ser intensificada já em fins do século 16, quando o gado do litoral começou a se deslocar para o interior a fim de não competir com a cana e o algodão plantados no Domínio Atlântico e na Zona Costeira. As imensas fazendas de gado subiram o rio São Francisco e desceram o rio Parnaíba, principalmente. Progressivamente, as secas foram se tornando mais intensas e destacaram o Nordeste no cenário nacional. Luiz Gonzaga as imortalizou em suas tristes canções. Simboliza-a o Calango.

Um dos mais atingidos biomas foi o Domínio Atlântico. Com cerca de um milhão de quilômetros quadrados em 1500, tem sua superfície atual reduzida a 7% da original. As principais cidades brasileiras cresceram em seu âmbito. Hoje, habitam nele mais de 80 milhões de pessoas. Os custos ambientais do extrativismo vegetal, da agropecuária, da industrialização e da urbanização foram altos. Majestosas florestas transformaram-se em lenha ou em madeira nobre. Nascentes secaram, rios se tornaram turbidos, assoreados e poluídos. As famosas biodiversidade e beleza da Mata Atlântica, tão caras a Tom Jobim, desaparecem rapidamente, transformando o Domínio Atlântico num dos mais ameaçados do planeta. Escolhemos como símbolo para ele o Sagui.

O conceito mais usual de bioma diz que se trata de um conjunto de vegetação nativa que alcançou situação clímax, ou seja, um grau de maturidade avançado. Neste sentido, o conceito não se aplicaria aos ambientes marinhos e insulares, nem mesmo, na verdade, ao bioma costeiro, com suas formações vegetais pioneiras.

No entanto, outro conceito, mais geral, entende um bioma como um conjunto de ecossistemas interligados por razões pedológicas, climáticas e latitudinais. Por este prisma, podemos acrescentar mais dois biomas aos sete reconhecidos pela WWF no Brasil: o oceânico e o insular oceânico.

O primeiro é formado pelos vários ecossistemas marinhos afastados da costa. No Brasil, estes ecossistemas se caracterizam pela temperatura amena e pelas correntes oceânicas. O bioma oceânico brasileiro localiza-se no Oceano Atlântico e abriga muitas espécies de clima tropical que nele vivem o tempo todo, ou nele vêm se acasalar ou ainda procriar e passar parte a sua vida infantil e juvenil até poderem retornar aos seus ambientes de origem. É o que ocorre com algumas espécies de baleias e peixes. Seu símbolo é a Baleia de Franca.

Já o bioma insular oceânico é constituído pelas poucas ilhas oceânicas em domínio marinho brasileiro. As que mais se destacam são o Rochedo de São Pedro e São Paulo, o arquipélago de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e as ilhas de Trindade de Martin Vaz. O isolamento delas permite, por um lado, o desenvolvimento de espécies distintas das continentais. Por outro, sua fragilidade é muito grande, pois apenas uma espécie introduzida nelas pode causar grande desequilíbrio ecológico, como ocorreu com a introdução de cabras na Ilha de Trindade. Seu símbolo é a Tartaruga-Verde ou Aruanã.

Para encerrar, a Zona Costeira; a primeira parte do território do futuro Brasil a sentir o peso do pé europeu. Área de baixada, regada por rios que descem das montanhas, ela também sofreu destino idêntico ao do Domínio Atlântico: extrativismo mineral, vegetal e animal, implantação indiscriminada da agropecuária, urbanização e industrialização. Praticamente todos os seus rios e lagoas estão poluídos, assoreados e eutro-

fizados. As praias sofreram uma ocupação desordenada que as descaracterizou. Os manguezais estiolam. Seu símbolo é o Aratú, típico dos manguezais.

Quinhentos anos de colonização europeia destruíram os biomas brasileiros incomensuravelmente mais do que o fizeram os povos nativos em 15 ou 20 mil anos de ocupação e uso de uma natureza luxuriante. Voltar às origens não é mais possível, mas é viável reverter parcialmente o processo de destruição, restaurando ecossistemas e biomas para estabelecer um *modus vivendi* equilibrado entre a sociedade brasileira e seu meio ambiente.”

O poder de produção das comunidades

Faz-se necessário avançarmos em direção a uma nova concepção em segurança alimentar, que resultará da integração da agricultura familiar com desenvolvimento sustentável, tomando por base o conceito de territorialidade e, por prioridade, as riquezas destes biomas brasileiros.

Esta concepção, segundo o diretor adjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o economista Gustavo Gordillo, associa aspectos como acesso e disponibilidade adequada de alimentos e estabilidade de abastecimento à sua qualidade nutritiva. O modelo tradicional dos sistemas de pesquisa agrícola – de caráter vertical e unidirecional -, em vigor há três décadas, não conseguiu promover mudanças duradouras ou vincular produção de alimentos com redução de pobreza e respeito ao meio ambiente.

Fundada em 26 de abril de 1973, a Embrapa tinha como objetivo principal dar maior dimensão às pesquisas agropecuárias desenvolvidas no País e gerar conhecimentos e tecnologias avançadas que mudassem o processo de agropecuária do Brasil. Depois de 30 anos, os desafios são bem maiores.

Nesta ocasião, o professor da Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e codiretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, Ignacy Sachs, defendeu que a agricultura familiar é a base fundamental da estratégia rumo ao novo ciclo de desenvolvimento rural brasileiro. Segundo o professor, recente estudo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos mostra que o Brasil tem

uma área de cerca de 200 milhões de hectares em terras cultiváveis, clima favorável e pesquisadores de classe internacional, condições que projetam o País como celeiro da humanidade. Mas qual a estratégia de utilização dessas terras? Destiná-las às culturas altamente mecanizadas? O economista questionou e em seguida avaliou: para definir a forma de uso das áreas cultiváveis, “o Brasil deve ter o emprego como porta de entrada na discussão de estratégias para promover um desenvolvimento includente”. Ignacy Sachs sugeriu que a Embrapa desenvolvesse programas de pesquisa tendo como referencial os ecossistemas (o Ibama catalogou recentemente quase 60 ecossistemas).⁶⁹

Nas últimas três décadas, os pesquisadores dos 40 centros, estrategicamente localizados em todo o território nacional, conseguiram gerar novidades que mudaram a cara da agricultura brasileira. Culturas tradicionalmente voltadas para o clima temperado (como soja, trigo, girassol, frutas e hortaliças) invadiram o solo do Cerrado – hoje considerado o mais novo celeiro de grãos do mundo.

Agricultura irrigada e técnicas de plantio e de manejo provaram que é possível conviver com a seca do Semiárido nordestino e exportar frutas tropicais de qualidade para o mundo. Agora, na rota da biopirataria, estes pesquisadores encontram novos desafios, ou seja, promover as inter-relações entre o “agronegócio e o econegócio”, utilizando-se da conservação para sustentar a preservação ambiental destes ecossistemas.

Vamos exportar esta pesquisa e tecnologia com a marca Embrapa do Brasil para o Mundo!

⁶⁹ COSTA, Valéria. Embrapa completa 30 anos buscando novos desafios. EMBRAPA, 25.04.2003. Disponível em www.21.sede.embrapa.br. Acesso em: março de 2006.

OS BIOMAS BRASILEIROS – PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Em dezembro de 1999 palestrei no seminário “*Commodities Ambientais – A Experiência Brasileira*”, no MMA,⁷⁰ como alternativa para solucionar o problema de extração predatória de recursos florestais e demais biomas.

Essas extrações ocorrem pela ação ilegal de interceptadores na cadeia de comercialização, agindo como interlocutores para vender a atacadistas e varejistas, conforme já analisamos com respeito aos extrativistas de palmito.⁷¹

Estas comunidades extrativistas ficam com todo o prejuízo e risco pela extração ilegal e predatória das florestas. Os centros de comercialização convencionais não exigem a certificação de origem. Não há interesse em certificar o que é ilegal e/ou também não há interesse, por parte dos interceptadores, em legalizar esta atividade. A comercialização não é transparente; não se pagam impostos. Assim como as comunidades extrativistas, os pequenos e médios produtores sofrem também vários riscos, como: mudanças climáticas, riscos de safra, altas taxas de juros dos financiamentos para compra de

⁷⁰ Em dezembro de 1999 realizou-se o seminário “Commodities ambientais – a experiência brasileira”, na sede do Ministério do Meio Ambiente, promovido pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Cfr.

⁷¹ Cfr. p. 88, em *A Inserção dos Excluídos no Mercado*.

insumos, preços baixos na venda de suas mercadorias, entre outros. Os extrativistas, as comunidades de pequenos produtores, trabalhadores que vivem na exploração desumana, entre outros excluídos, não têm outras opções de sobrevivência.

Seriam necessários incalculáveis recursos financeiros para impedir a extração ilegal e frear o desmatamento nessas regiões. Mas tais investimentos não garantiriam sucesso. Os bancos multilaterais, entre outras instituições, investiram, durante anos, muitos recursos e não conseguiram impedir o desmatamento. Não há dinheiro que impeça o desmatamento dos biomas. Entendemos que a única forma de impedi-lo nessas regiões é gerando ocupação e renda alternativas com o manejo dessas florestas e recuperando áreas degradadas. E que atendam às necessidades destas populações, tanto as comunidades extrativistas, quanto as comunidades para agricultura familiar e de pequena produtividade agropecuária.⁷²

Se há alguém que pode impedir este desmatamento desenfreado é a população nativa e o próprio produtor rural. A comunidade nativa é guardiã da floresta. O produtor rural sabe muito bem o que significa “meio ambiente”! Hoje, comunidade e produtor rural são vistos como degradadores, porém, se o fazem, é por necessidade. Amanhã serão estas comunidades as maiores defensoras do meio ambiente, pois conhecem profundamente os ecossistemas em que vivem. Ali nasceram e ali desejam morrer.

O tripé: educação, informação e comunicação

Era fundamental que a discussão sobre finanças e investimentos socioambientais pudesse ser levada adiante nos mais diversos fóruns. Todavia, para “formar” era necessário “informar”; para “informar” era necessário “comunicar”. Comunicar significava, então, encontrar uma linguagem simples, didática e atraente que despertasse no leitor a curiosidade e o instigasse ao debate. Nestes anos todos, com muita dificuldade e atropelos, conseguimos encontrar esse código de comunicação através da participação de centenas de articulistas cujos ar-

⁷² SCHELLER, Fernando. “A salvação (ecológica) da lavoura”. *A Gazeta Mercantil do Paraná*. Curitiba. 27/06/2000. Pag 1 e 7.

tigos e trabalhos foram publicados e amplamente debatidos na virada do século XX para o XXI.

Era preciso escrever de forma simples e didática, sem perder o técnico-científico. Era preciso traduzir o biólogo para o economista e cruzar estas informações com profundas reflexões sobre o real significado de “desenvolvimento sustentável”; explicar expressões-chave do ambientalês como Gestão Ambiental, Ecoeficiência, Legislação Ambiental, Agenda 21, Rio+10, entre outras, produzindo documentos, esclarecimentos, orientações, reflexões, bibliografias.

Durante todos esses anos, as mídias ambientais têm fornecido conteúdo gratuito sobre as mais diferentes faces do tema “direitos humanos *versus* meio ambiente frente ao meio ambiente *versus* mercado financeiro”. Alimentam as redes de internautas que unificam produtores e difusores de informação, procurando promover sua sustentabilidade financeira com a construção deste novo mercado de trabalho e oportunidades.

Fóruns regionais BECE

O objetivo é instalar centenas de fóruns pelo País. Eles serão geridos com um conselho formado por vários acordos de cooperação técnico-científica.

Antes da instalação do fórum, porém, as comunidades precisam estar capacitadas. Para isso, as estamos habilitando de modo que saibam como o mercado se comporta. É importante que sejam capazes de definir preço das mercadorias e captar recursos, como também aprender a importância de diversificar a produção e de não depender de um único comprador. Do contrário, os fóruns cairão novamente no mesmo sistema de manipulação da concentração de renda, que tanto criticamos. A implantação é tão ou mais importante que o funcionamento do fórum. Identificar as legítimas lideranças e seus atores tem sido o maior desafio!

A ideia é permitir que pequenos produtores ou cooperativas vendam suas mercadorias em leilões virtuais pela internet, ou mesmo localmente, para compradores do Brasil ou do exterior, a preços justos e sem intermediários. Será possível ainda que um investidor na Alemanha faça uma operação futura para adquirir, em espécie, a próxima safra do coco babaçu de uma determinada comunidade no Ma-

ranhão, por exemplo. O pagamento antecipado servirá para financiar a produção, como acontece com as safras agrícolas.⁷³

Há uma enorme demanda de transnacionais e consultorias querendo participar dos fóruns, mas a estamos analisando com muito cuidado, pois não podemos ficar dependentes do poder do capital, nem sofrer qualquer tipo de interferência e ingerência que deponha contra sua legitimidade, credibilidade e ética, uma vez que estamos tratando com bens difusos (uso público): a megadiversidade e seus recursos naturais estratégicos, os bens que pertencem à nação altamente cobigados por fortes interesses econômicos. No Oriente Médio, áreas com recursos naturais são demarcadas como áreas de segurança nacional. Aqui ainda não entenderam o que isso significa!

Informação é *commodity*!

O Projeto BECE é irreversível. Avança a passos largos. Devemos este sucesso, sem dúvida, às parcerias com as mídias alternativas capazes de lançar um olhar ambiental sobre as pautas jornalísticas. Estas mídias mantêm-se independentemente da boa vontade do governo e das agências de publicidade pela persistência voluntarista do trabalho cotidiano de seus editores. As mídias ambientais estão comprometidas; seguem existindo apesar de suas dificuldades financeiras. São propulsoras alavancas para o revés da revolução econômica na América Latina e no Caribe.

É com base na informação (*space commodity*), através de ferramentas inovadoras, criativas e baratas — sem precedentes —, que investidores, empresas e usuários do sistema financeiro, a sociedade toda, enfim, poderão atenuar as incertezas do ambiente e da economia e encontrar soluções.

Os sistemas de reconhecimento de padrões e prospecção de cenários por jornalistas que atuam com meio ambiente e direitos humanos são os olhos da sociedade sobre o que acontece em um país continental como o Brasil. Com atenção, permitem avaliar, monitorar e fiscalizar continuamente instituições, pessoas e mercados. Desta forma, é

⁷³ BARBOSA, Mariana. “Commodities ambientais vão ganhar bolsa”. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 09 fev. 2004. Caderno Economia, Seção Comércio Exterior, p. B4.

possível romper o círculo vicioso da informação manipulada e degradadora. Esta sim está ameaçada de extinção por falta de conteúdo, credibilidade e, em especial, por ser extremamente onerosa.

Será esta mídia emergente, de caráter social e ambiental, capacitada para estimular e demonstrar os números que podem impactar na tomada de decisões de investidores, empresas e governos.

São as mídias alternativas, nossas parceiras, que poderão nos fazer promover essa mudança de comportamento.

METODOLOGIAS PARA A VALORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O “Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica”⁷⁴ trouxe a público uma pesquisa que identificou produtos com características ambientais singulares, de alto valor econômico para populações extrativistas e que vivem das e nas florestas – orquídeas, bromélias, erva-mate, xaxim, palmito, plantas medicinais, caixetas, etc. –, cuja comercialização exigia um novo mercado financeiro que atendesse a estes excluídos.

Seguindo a minha experiência como operadora de *commodities* e derivativos, propus a criação de um sistema pelo qual seriam negociados esses produtos, com entrega física a vista, bem como entrega física futura, e com financiamentos nos prazos e parâmetros adequados ao desenvolvimento sustentável.

Tal proposta foi amplamente discutida por seis anos nos mais diversos fóruns, tanto nacionais quanto internacionais, angariando com isso o apoio da opinião pública e uma vasta contribuição para o

⁷⁴ I Seminário Nacional de Recursos Florestais da Mata Atlântica. Este seminário foi parte integrante do Projeto “Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica”, patrocinado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio, associado ao Banco Mundial). Teve a coordenação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, juntamente com a Fundação SOS Mata Atlântica, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Embrapa-Cenargen.

avanço de uma economia solidária e ambientalmente sustentável na América Latina e no Caribe.

Salvaguardas e garantias – um seguro de risco

Com inspiração no sistema que realiza leilões diários de flores adotado pelo Veiling Holambra – a unidade de flores da Cooperativa Agropecuária de Holambra (SP) -, fica estabelecido que os produtos reconhecidos com os selos *commodities ambientais* destes biomas não poderão ser financiados nem comercializados se não alcançarem os critérios de padronização estipulados por estes fóruns públicos, que devem ter a participação da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e dos governos. Com este objetivo, estamos estimulando e fomentando a realização de negócios conscientes por meio de redes solidárias, estudando e pesquisando o desenho e a regulamentação de instrumentos econômicos para viabilizá-los.

No caso dos financiamentos, criamos alguns protótipos de papéis, como as Cédulas de Produto Ambiental (CPA's). A exemplo das CPR's, as ambientais garantiriam a entrega do item no prazo estipulado, na quantidade e na qualidade especificadas. Os produtos destes biomas seriam certificados com a comprovação de que foram produzidos em condições sustentáveis e não explorados ilegalmente além da distribuição dos lucros. Entre os potenciais interessados na construção deste sistema, estão laboratórios farmacêuticos, colecionadores, produtores e pesquisadores de espécies nativas e indústrias, além de fundos de investimento em projetos socioambientais. Estamos falando dos insumos essenciais para a produção industrial e agrícola, oriundos das matrizes ambientais.

A CPR é um contrato de venda futura de mercadoria, conhecido como contrato a termo, avalizado, entre outros, pelo Banco do Brasil. Em uma das modalidades da CPR, o agricultor se compromete a fazer a entrega do produto pelo preço combinado com o comprador, que paga a vista para receber durante a safra. Dessa forma, o agricultor consegue recursos para financiar o custeio da lavoura. Infelizmente, poucos produtores têm acesso a esse tipo de financiamento porque estão inadimplentes com o Banco do Brasil. A expectativa era de que organismos estrangeiros também se interessassem em financiar os produtos destes

biomas. Muitas instituições estrangeiras, como o FDA (órgão que regula remédios e alimentos nos EUA) e a Usaid (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) investem a fundo perdido no meio ambiente, o que não acontece com a agricultura convencional.

É o que também propomos como instrumento e políticas públicas para lastrear os instrumentos econômicos ambientais, dando-lhes base monetária. Evitamos, assim, cair erroneamente na superficialidade especulativa dos títulos e contratos que giram exponencialmente nas bolsas de derivativos, como ocorreu com os fundos de *commodities* (convencionais), os contratos de boi gordo e tantos outros instrumentos que deveriam financiar a agropecuária e não alimentar o setor financeiro na manutenção de altas taxas de juros.

A princípio, essa rede promoveria no mercado internacional todos esses produtos, provocando pressão para que fossem a leilão no sistema financeiro com o aval de bancos estrangeiros, inclusive papéis do Banco do Brasil. Sem o Banco do Brasil, nenhum banco estrangeiro financia o “Risco Brasil” e é necessária a participação do governo nesse processo.⁷⁵

Entendemos também que o escambo (troca) deveria ser a metáfora de uma economia dos “Povos e para os Povos”. Reciprocidade, solidariedade, mútuo entendimento, simetria e cooperação seriam os seus signos. Fatores como moeda social, economia solidária, comércio justo, em sincronia com as novas tecnologias da informação e das comunicações, constituem as coordenadas que oferecem este sistema a municípios, regiões e países latino-americano-caribenhos.

Esta perspectiva gera, a partir dos novos conceitos de gestão ambiental, a mobilidade dos recursos disponíveis de nossas economias locais e regionais. Também facilita a implementação das “moedas de crédito cidadão” propostas pelas Nações Unidas. Por isso chamamos de *projeto*, um código real de projetar algo, projetar uma Bolsa Brasileira de *Commodities Ambientais*.⁷⁶

⁷⁵ CHEVRAND, Danielle. “Protocolo de Quioto leva gás carbônico para as bolsas de mercadorias”. Fundação Banco do Brasil – *Repórter Social*, ed. 1/2/2005. Disponível em www.bb.com.br/appbb/portal/bb/cd/rpsc/rptg/reportagem.jsp. Acesso em: março de 2006.

⁷⁶ BARBOSA, Mariana. “Commodities ambientais vão ganhar bolsa”. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Economia – Seção Comércio Exterior. São Paulo, p. B4. 09/2/2004.

CAPÍTULO 5 – **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MERCADOS**



O QUE SÃO CRÉDITOS DE CARBONO?

CERTIFICADOS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES (CERs)

Créditos de carbono são *Certificados de Redução de Emissões* (CERs) que autorizam o direito de poluir. O princípio é simples. As agências de proteção ambiental reguladoras emitem certificados que autorizam emissões de toneladas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e outros gases poluentes. Inicialmente, selecionam-se indústrias que mais poluem no país e, a partir daí, são estabelecidas metas para a redução de suas emissões.

As empresas recebem bônus negociáveis na proporção de suas responsabilidades. Cada bônus, cotado em dólar ou euro, equivale a uma tonelada de poluentes. Quem não cumpre as metas de redução progressiva estabelecidas por lei tem que comprar certificados das empresas mais bem-sucedidas. O sistema tem a vantagem de permitir que cada empresa estabeleça seu próprio ritmo de adequação às leis ambientais. Estes certificados podem ser comercializados através das bolsas de valores e de mercadorias, como, por exemplo, do *Clean Air* de 1970 e dos contratos na bolsa estadunidense (Emission Trading — Joint Implementation).

Há várias empresas especializadas no desenvolvimento de projetos que reduzem o nível de gás carbônico na atmosfera e na negociação de certificados espalhadas pelo mundo, vendendo cotas dos países

subdesenvolvidos e países em desenvolvimento que, em geral, emitem menos poluentes, para os que poluem mais. Enfim, estão negociando contratos de compra e venda de certificados que conferem aos países desenvolvidos o direito de poluir.

Segundo Sergio Besserman Vianna, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “O aquecimento global é uma realidade inegável. Se ele não for tratado pelo mercado financeiro, algum outro mecanismo terá de ser criado para fazê-lo”, disse para a *Folha de S.Paulo*.⁷⁷

Por sua vez, Eduardo Viola, professor titular do Departamento de Relações Internacionais e Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), analisa:

Está claro hoje que para proteger o ambiente precisamos ir além dos mecanismos rígidos de comando e controle que predominaram no mundo nos últimos 30 anos.

A criação de mecanismos de mercado que valorizam os recursos naturais é uma extraordinária inovação cujo primeiro exemplo deu-se nos EUA com a emenda de 1990 ao Clean Air de 1970. Por causa dessa Emenda de 1990, que criou as cotas comercializáveis de poluição nas bacias aéreas regionais dos EUA, a poluição do ar diminuiu numa média de 40% nos EUA entre 1991 e 1998. Várias iniciativas, seguindo o mesmo princípio, estão em processo de ser adotadas em vários países e internacionalmente (o Protocolo de Kyoto 1997 estabelece as cotas de emissões de carbono comercializáveis entre os países do Anexo 1 e o Clean Development Mechanism entre países desenvolvidos de um lado e médios e pobres do outro).

Os volumes do mercado de carbono têm estimativas das mais variadas. Na maior parte das matérias publicadas pela imprensa, os índices não batem. Cada fonte indica um dado diferente - desde US\$ 500

⁷⁷ ÂNGELO, Claudio. “Ong propõe ‘commodity ambiental’”. *Folha de São Paulo*. Caderno Ciência. 18 de Agosto de 2000. Pag. A16

milhões até US\$ 80 bilhões por ano. Os analistas de investimentos consideram algumas destas estimativas insignificantes, comparadas com alguns setores que giram volumes equivalentes num mês. Por outro lado, existem outras estimativas com valores astronômicos em relação ao número de projetos credenciáveis. Há também quem esteja prevendo a formação de uma bolha ambiental.

O que está ocorrendo é uma forte demanda por países industrializados e uma expectativa de que esse mercado esteja sendo um “grande negócio”, uma fonte de investimentos, do ponto de vista estritamente financeiro. Neste caso, a posição do Brasil é estratégica, em função de uma série de considerações que faremos adiante.

Qual a posição do Brasil?

Acontece que, no caso do Brasil, como também no da África, se exige uma série de certificações e avais em função dos riscos de crédito - o chamado “Risco Brasil” -, por todas as questões de credibilidade. O Brasil não é considerado no mercado internacional um bom pagador. Já tivemos escândalos financeiros que assustaram investidores sérios, atraindo ao País investimentos de curtíssimo prazo, capital especulativo e volátil, além dos chamados farejadores das Ilhas Cayman, que adoram negócios “nebulosos” para ancorar as operações de lavagem de dinheiro.

Tudo isso entra na contabilidade dos empréstimos internacionais. O risco que corremos é de acontecer que o dinheiro com taxa baixa ou a fundo perdido chegue às mãos do pequeno com taxas altíssimas. Não se deve esquecer, ainda, da vulnerabilidade deste indivíduo diante de contratos complexos, projetos duvidosos e pressões de especuladores, interessados em comprar terras abaixo do preço do mercado para se credenciar a esses investimentos.

Existem grandes diferenças entre os *Clean Development Mechanism* (CDM) e as *commodities ambientais*. Os CDM's ou MDLs (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) são, em síntese, alternativas que implicam assumir uma responsabilidade para reduzir as emissões de poluentes e promover o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um mecanismo de investimentos pelo qual países desenvolvidos podem estabelecer metas de redução de emissões e de aplicação de recursos financeiros em

projetos como reflorestamento e produção de energia limpa. As empresas, por exemplo, ao invés de utilizar combustíveis fósseis, altamente poluentes, passariam a utilizar energia produzida em condições sustentáveis, como é o caso da biomassa. Existe, enfim, uma gama enorme de projetos ambientais e operações de engenharia financeira que podem ser desenvolvidos no Brasil, proprietário das sete matrizes ambientais (água, energia, biodiversidade, madeira, minério, reciclagem e controle de emissão de poluentes — água, solo e ar).

Nem toda operação financeira com MDL gera necessariamente uma *commodity tradicional* e muito menos uma *commodity ambiental*. Explico: a troca de créditos de cotas entre países desenvolvidos, que estabelecem limites de “direitos de poluir” (*joint implementation* e *emission trading*), pode ser transformada em títulos comercializáveis em mercados de balcão (contratos de gaveta — *side letters*) ou em mercados organizados (bolsas, interbancários, intergovernamentais, etc.). Mas afirmar que poluição é mercadoria é um absurdo conceitual, e chamá-la de *commodity ambiental* é uma contradição.⁷⁸

Em primeiro lugar, a poluição não pode ser considerada mercadoria, ainda mais quando se deseja eliminá-la. Em segundo, não serão os pequenos produtores os contemplados nesta troca, porque ela é realizada entre grandes corporações nacionais e transnacionais. Além disso, só é possível realizar tais trocas em um mercado fortemente globalizado, já que esses títulos migrarão de um país para outro com a mesma velocidade com que migram os investimentos globalizados, num círculo restrito de países mais ou menos desenvolvidos, o que vai contra os princípios e metas dos ODM’s (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas).

Se, de um lado, as *commodities ambientais* têm como seu principal diferencial o modelo da pirâmide, no qual os contemplados pelos recursos financeiros devem ser os diretamente excluídos, o *trading emission* (compra e venda de créditos de carbono) atende ao tradicional modelo das operações financeiras que todos nós já estamos cansados de conhecer. Será a repetição um mecanismo já explorado, falacioso, trazendo o argumento ambiental e causando confusão de conceituação?

⁷⁸ BERNA, Vilmar . Entrevista Amyra El Khalili: “O que são commodities ambientais?” Revista *Nelore do Brasil* (www.nelore.org.br). Informativo da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil. São Paulo. Edição 1, abr./ mai. 2001.

Mas os Créditos de Carbono (Certificados de Redução de Emissões – CERs) podem e devem ser aplicados na produção de *commodities ambientais*, observadas duas condições: que o projeto de controle de emissão de poluentes gere uma *commodity* como energia (biomassa), madeira, biodiversidade, água, minério, reciclagem, e que o modelo promova a geração de ocupação e renda e financie educação, saúde, pesquisa e preservação de áreas protegidas. Em outras palavras, precisa também atender às reivindicações do movimento ambientalista e de grupos de direitos humanos, engajados nesta luta ingrata para preservar o meio ambiente. Nesse sentido, um projeto de reflorestamento com pínus, eucalipto ou soja e gado, não pode invadir uma área como a Amazônia, ainda que a comunidade científica prove com todos os meios que pínus e eucaliptos, por exemplo, captam mais carbono do que uma floresta nativa.

Faca de dois gumes

Veja, então, a diferença. Não importa para as *commodities ambientais* o que capta mais carbono. Importa o que gera mais ocupação e renda, que promove a inclusão social e mantém mais áreas de preservação. O novo modelo econômico que propomos debater é exatamente produzir uma trava que impeça que um ecossistema seja prejudicado para favorecer a exploração comercial do outro. O marketing dos países ricos, prometendo dinheiro aos projetos ambientais dos países pobres, pode ser uma faca de dois gumes para o meio ambiente.

Existe o risco de os certificados de carbono serem transformados apenas numa operação financeira para dar lucros aos seus investidores e acabar não gerando nenhuma vantagem para o meio ambiente e muito menos para as comunidades envolvidas. Os instrumentos econômicos seriam apenas uma promessa de captura de carbono no futuro. Isto, de fato, já ocorreu muitas vezes no caso dos incentivos florestais, quando muita gente pegou dinheiro subsidiado do governo para plantar, mas não plantou, ou recebeu dinheiro para plantar mil hectares e terminou plantando somente 200 hectares. Nestes casos, as travas para se proteger dos especuladores mal-intencionados estão sendo articuladas com o sistema de produção das *commodities ambientais*.

Sempre existe esse risco quando lidamos com o mercado financeiro. Um dia após o outro, criam-se contratos com cláusulas complexas e expressões em inglês que não raras vezes escondem negócios de interesses obscuros.

Se isso já é muitas vezes difícil de entender para os especialistas da área, o que se dirá do pequeno produtor ou do proprietário de uma área florestal que deseja tornar sua floresta um projeto com viabilidade econômica, devendo respeitar as leis de conservação, códigos florestais e outras exigências? Estamos cientes de que a certificação é um caminho, mas não a solução do problema. Para certificar o produto, é necessário produzir em condições sustentáveis, o que requer investimentos. Tudo isso é caro, leva tempo e dinheiro.

O que acontece é uma concorrência desleal com as altas taxas de juros. Qualquer negócio a longo prazo no Brasil torna-se incompatível com os lucros que os títulos financeiros garantem sem preocupação com chuvas, investimentos em produção, plantação, colheita ou pagamento de funcionários. Isso explica por que, ao invés de ser aplicado diretamente na produção, o dinheiro subsidiado migra para a especulação financeira.

Isto só acontece com a participação de agentes que não são da atividade produtiva, até porque o produtor sozinho, que sequer sabe como captar o recurso para sua lavoura, sabe tampouco atuar no mercado. Ele tem muitas vezes seu CPF ou o CNPJ da cooperativa usado em operações de lavagem de dinheiro. E quando quebra, prejudica a credibilidade de todos: vide a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Exportadora das Cooperativas Brasileiras (Eximcoop). Nem precisamos ir muito longe; agora temos mais escândalos financeiros com fraudes bilionárias que revoltaram os mercados de capitais e jogaram as bolsas de valores no chão.

A crise no mercado de ações tem sido comparada aos colapsos provocados pelo *crash* de 1929 e pelas crises do petróleo em 1973 e 1974. Os créditos de carbono, se mal regulamentados e lançados no mercado em clima de euforia, apenas para suprir uma expectativa de captar investimentos internacionais, podem mascarar a ação de muitos “oportunistas de negociatas”.

Ao fomentar o Projeto BECE, estamos tentando descobrir os meios de resolver o problema. Eliminar o risco é impossível, uma

utopia. Mas podemos minimizá-lo, identificando quem realmente merece ser receptor deste dinheiro, traçando com a comunidade uma estratégia de elaboração, fiscalização e monitoramento de projetos com comprometimento, para que os produtores e diversas comunidades obtenham investimentos sem que os recursos passem pelas mãos de “inimigos ocultos”, expertos na arte de desvirtuar projetos socioambientais.

Por isso formamos a Aliança RECOs, iniciativa genuinamente brasileira, já que este é um problema brasileiro. Precisamos mapear as nossas reais necessidades e fazer a lição de casa para então também conseguirmos adotar uma postura mais séria e fazer propostas mais concretas nas relações com a OMC, a ALCA, o Mercosul, o Protocolo de Kyoto, entre outros. Olhando de frente com coragem e determinação os nossos problemas, chegaremos mais rápido às soluções, sem ter de enxugar lágrimas por termos tido nossos produtos excluídos dos acordos internacionais.

Outro aspecto crucial de nosso debate é como chegar aos pequenos e fazer com que eles tenham as mesmas oportunidades de financiamento de seus projetos, seja na área de educação, saúde, meio ambiente, ou da agropecuária. Estamos, em suma, falando da reformulação econômica do País. Os projetos para produção de *commodities ambientais* podem ser soluções potenciais num momento em que estamos fartos de somente enxergar problemas.

○ Projeto BECE fará das palavras de Eduardo Viola sua missão:

O Século 20 nos ensinou, com alegria e tragédia extremas, como o mercado é o mais eficiente mecanismo alocativo inventado pela humanidade. Também nos ensinou que um mercado sem pleno Estado de Direito e sem indivíduos educados e autorreflexivos produz uma sociedade extremamente materialista que bloqueia as potencialidades de evolução humana. Precisamos avançar na direção de um mercado transparente e conscientemente regulado pela sociedade, onde não exista espaço para informações privilegiadas, nem cláusulas ad hoc para favorecer alguns dos competidores, nem possibilidades de lavagem de dinheiro procedente de atividades ilícitas. (...) Acredito que o BECE merece um apoio incisivo do conjunto

da comunidade ambientalista para que se realizem urgentemente estudos sistemáticos econômicos, ecológicos e jurídicos com o objetivo de sua implementação. Poderia ser uma grande contribuição iniciada no Brasil para o desenvolvimento sustentável em escala planetária.

Com a Aliança RECOs e a formação de CTAs — Geradores de Negócios Socioambientais nos Mercados de *Commodities* —, estaremos colocando a preservação ambiental na contabilidade como ativo/investimento e não como passivo/prejuízo, tentando mudar, hoje, a visão do sistema financeiro em relação à questão socioambiental, especialmente onde as *commodities ambientais* poderiam ajudar no engajamento pelo combate ao efeito estufa, que está comprovadamente aquecendo o planeta e provocando prejuízos enormes com o agravamento de secas, chuvas e tempestades.

NAMASTÊ KATRINA!

O QUE ESTAMOS APRENDENDO DE KYOTO

São tantos os e-mails de estudantes preocupados em elaborar dissertações sobre o Protocolo de Kyoto e desenvolver estratégias para o mercado de carbono que, às vezes, ficamos sem respostas diante das consultas, muitas vezes pela ansiedade de contemplar os interesses desses jovens à procura de um mercado de trabalho, de oportunidades em outra perspectiva de vida. O que faz com que tantos jovens tenham interesse no tema?

De fato, explorando com ênfase as catástrofes climáticas divulgadas nos últimos anos, a mídia tem enfatizado o acordo de Kyoto (ratificado inclusive pela Rússia), que consiste no compromisso entre governos e nações de reduzir os gases do efeito estufa – que impactam na camada de ozônio e provocam fortes e incontroláveis mudanças climáticas. Por sua vez, os jovens, preocupados com seu futuro, com o mundo em que vivem, sensíveis ao caos da miséria, da desumanidade, da degradação ambiental e da total ignorância proposital dos poderes públicos, ficam fascinados com as perspectivas que se abrem a partir deste tratado.

Estão procurando, sim, através de uma nova forma de pensar, uma maneira de sobreviver tendo respostas para as incertezas que os cercam. Perguntam-se como conseguirão reverter este quadro de desolação, do reaquecimento da guerra fria, do desemprego e das inseguranças econômicas. Não querem ficar indiferentes, nem omissos, diante do quadro político da globalização mundial.

As promessas de recursos para o Protocolo de Kyoto, com a formação de um mercado de carbono, sensibilizam empresas, governos e banqueiros no pragmatismo imediatista “do que é que eu ganho com isso?” Por sua vez, os jovens, quando nos consultam, vêm com este ranço vicioso de uma expectativa, de também poderem ganhar algo com isso.

Se os outros ganham e pensam desta forma, por que eles, que representam o futuro, não poderiam ganhar?

Acontece que os jovens, quando se deparam com uma dialética aprofundada sobre o tema, em que o ser humano e o meio ambiente passam a ser o maior ganho com tudo isso, são perspicazes na compreensão de que ninguém ganhará absolutamente nada com isso tudo se também não se mudar a forma de contabilizar estes ganhos. Se não se mudar a maneira de agregar esses ganhos, transformando a máxima de “quanto é que eu ganho com isso” para “quanto e quando é que todos nós ganharemos com isso” e “como é que o Planeta responderá a tudo isso...”

No entanto, o acesso às informações ainda é muito restrito. Assim, ao realizar um estudo sobre as consequências do Protocolo de Kyoto na sociedade internacional, mais precisamente sobre o impacto econômico do comércio de emissões de carbono (*emission trading*) na economia brasileira, é fundamental entender como se dão esses impactos, identificá-los e, a partir daí, com fatos científicos e comprobatórios, passar para a área do “cálculo”.

Muitos dos que nos procuram caem em armadilhas da escola econômica ortodoxa ao tentar analisar primeiro os números, produzir modelos matemáticos, quando estas réguas são apenas instrumentos e não objeto.

Exemplifico: o furacão *Katrina* é consequência de quê? É um fenômeno natural pura e simplesmente, ou está associado a alguma alteração climática? Ainda que seja um fenômeno natural, por que causou tantos estragos na cidade de Nova Orleans? Quais são os números destes estragos?

Números diretos: prejuízos materiais. Números indiretos: as externalidades, com saúde, fome, mortes, traumas, desagregação de pessoas, crises humanitárias, êxodos, entre outros.

Estes últimos números, as externalidades, podem ser muito superiores aos estragos materiais; às vezes nem temos como calcular.

Por exemplo: quanto vale a vida de um negro? E os brancos, quanto valeriam? Por que estas ajudas não foram eficientes por parte do governo dos EUA? Se fosse na ilha de Manhathan, será que o tratamento não teria sido outro?

É o questionamento que está agora na mídia: é o que chamamos de *environmental justice*, justiça ambiental, movimento que começou nos EUA porque as minorias eram ambientalmente penalizadas. Moram nos piores lugares, onde há riscos, onde há contaminações, onde ninguém quer viver.

Este é um pequeno exemplo. Procurem levantar os principais estudos de caso sociais e ambientais destes impactos e, a partir daí, comecem a calcular.

Lembrem-se: primeiro refletimos, filosofamos... para somente depois pragmatizar em números. Nunca façam o contrário, senão cairão na armadilha “reducionista econômica”, como diria a sábia professora de economia Maria da Conceição Tavares.

O professor Laércio Antônio Gonçalves Jacovine, da Universidade em Viçosa, questiona:

Com uma visão estratégica sobre o tema, e muito conhecimento no agrobiologês, sobre um estudo de caso concreto muito interessante, uma intrigante e provocativa lacuna do Protocolo de Kyoto: se um produtor rural preservou mananciais e cobertura vegetal em detrimento do aumento de área de produção, por que está sendo penalizado, não podendo ser contemplado pelos critérios do Protocolo de Kyoto? E se outros produtores desmataram para plantar grãos, por que estes podem vir a ser contemplados pelo Protocolo de Kyoto por outras vias?

O mercado que tem curva de ascensão é o mercado de energia renovável, e não propriamente o mercado de carbono, uma vez que a função dos “créditos de carbono” limita-se a reduzir emissões. Assim sendo, o título “crédito de carbono”, cumprida sua função, ou seja, reduzir emissões, deverá desaparecer do mercado, tornando-se, no linguajar dos *brokers*, um título “podre”.

Explico: os títulos podres perdem validade com o passar do tempo, até zerarem o preço. Daí o nome “podre” – de apodrecer, até deteriorar.

Quem paga hoje um valor alto pelo título do crédito de carbono perderia, a princípio, o valor com o tempo. De 200 cairia para 100. De 100 cairia para 50. Até zera. Acontece que o princípio de um mercado que tende a zera é começar com preços altos; e não o contrário, com preço baixo para depois subir. É o que está acontecendo com a cotação dos créditos de carbono no mundo, isto é, que está iniciando sua trajetória de baixo para cima e não de cima para baixo.

Observe o “Veiling Holambra” (leilão de flores, em holandês) da cooperativa agrícola de flores de Holambra (SP). A cotação das flores começa de cima para baixo, porque flores são perecíveis. Apodrecem, deterioram se não forem vendidas rapidamente, em tempo hábil.

Então, para se ter um mercado de carbono, um mercado que efetivamente cumpra a função de reduzir emissões de poluição, deveria haver então um relógio que praticasse a cotação de cima para baixo e não se abrir um leilão a qualquer preço, sem um “regulador de mercado”.

Por que a Holambra começa de cima para baixo?

Porque no tempo da febre das tulipas holandesas uma flor de tulipa chegou a custar o preço de uma mansão. O mercado ficou histérico, irreal, fez uma bolha, lançando sobre uma flor, a tulipa, todo tipo de insatisfação pessoal, crises políticas, incertezas, traumas econômicos. A febre das tulipas foi um dos primeiros casos de *crash* das bolsas no mundo.

Então o mercado delira, perde a razão, a noção da realidade, porque mercado é um conjunto de ações e reações de humanos para humanos. Não um jogo sistêmico de cálculos e variáveis, que são somente instrumentos, ferramentas. Se está irracional ou quando se limita a isso, não é mercado; é manipulação, estelionato, agiotagem. Os mercados conversam, os mercados dialogam, os mercados vibram, porque neles você encontra interlocutores para tudo. Para qualquer coisa. Para discutir amor, futebol, carnaval, política, meio ambiente. Mercados sem palavras não existem, não se sustentam. Neste contexto que acabo de narrar, mercado de carbono é insustentável.

O que, então, seria sustentável? O mercado de energia renovável.

Há grandes diferenças entre os mercados de carbono e os mercados de *commodities ambientais*. Este último é objeto de nosso estudo e implantação na América Latina, a partir da experiência pioneira no Brasil.

Se entendermos que estamos aqui, eu respondendo tantas consultas, e os nossos co-listados, por sua vez, lendo agora o que estou escrevendo, estamos sustentando um mercado, provocando um diálogo, formando uma base mercadológica em que nossos desejos, nossas vontades, determinam ações e reações. Percebam a dinâmica dos mercados: eles falam, os mercados conversam. Fale com sua eminência parda, o Mercado.

Essas serão as lições de grande valia para que essas dissertações não se percam no tecnicismo e procurem realizar um estudo humanitário sobre o assunto, tendo por objetivo traçar uma visão geral sobre os mercados ambientais no Brasil e seus instrumentos econômicos. Se bem trabalhadas, as dissertações serão, sem dúvida, instrumentos de inserção social.

Namastê, Katrina!

SOB O SIGNO DE KYOTO – AS SEMENTES ESTÃO LANÇADAS!

A autonomia da razão surge da eliminação dos preconceitos quando nos libertamos da moral vigente e começamos a manifestar princípios éticos a partir de nós mesmos.

Simone Vicente de Azevedo

Uma coisa são os preceitos da Convenção de Kyoto, que, de forma simplificada, defende que a redução das emissões dos gases do efeito estufa seja um compromisso assumido pelos governantes do mundo, como são os tratados contra a proliferação de armas químicas, as convenções dos Direitos Humanos, os acordos de Oslo sobre o Direito de Estado do Povo Palestino, entre tantos outros acordos e convenções internacionais, que não se resumem apenas à boa vontade de governos e governados. Outra coisa são os fortes interesses econômicos, as mudanças de comportamento e postura, as muitas concessões de todos os lados. A essência é manifestada pela preocupação de diversos cientistas e ambientalistas sobre os impactos desses gases na camada de ozônio, como os descongelamentos das calotas polares (icebergs), os descontroles do clima que provocam superaquecimento, como ocorreu recentemente na França, os desastres ambientais com tufões,

furacões e enchentes decorrentes das abruptas mudanças de clima.

Os prejuízos destas mudanças são incalculáveis, pois vão desde gastos públicos com saúde (socorro às vítimas das encostas de morros e montanhas, populações ribeirinhas, indigentes desprotegidos do frio ou do excesso de calor, idosos e enfermos, cuja saúde comprometida não suporta alterações climáticas; crianças com deficiência pulmonar, gestantes afetadas pela poluição do ar), às alterações climáticas que podem afetar diretamente a agricultura na semeadura e na colheita, com secas intermináveis, ou chuvas torrenciais que a tecnologia humana não tem como controlar. Na indústria, os prejuízos se manifestam no racionamento de energia elétrica pela falta de chuvas que abasteçam os reservatórios das hidrelétricas, na troca inconsequente de energia por água, resultando num tapa-buracos, ou seja, em energia gasta com a água que deveria abastecer cidades inteiras, e tantos e tantos outros aspectos impactantes de profunda preocupação que envolvem a importância do Tratado de Kyoto. Pensar que apenas trata da atmosfera é o primeiro erro estratégico dos acordos internacionais. Seria tratar este acordo com muita superficialidade.

A questão vai muito além de “Sequestrar o Carbono”, expressão do biólogos que significa reduzir o gás carbono lançado na atmosfera, que pode ser executado de várias formas: pelo solo, pelas águas, pelos vegetais — de forma natural -, e pela redução do carbono emitido com a troca da matriz energética de poluente (fóssil) para uma nova matriz menos ou não tão poluente, pela implementação de novas tecnologias na gestão das indústrias, pela racionalização, reprocessamento e reutilização das matrizes ambientais.

Esta questão envolve a inter-relação destas matrizes e a maneira como serão utilizadas antes da bacia hidrográfica e depois da bacia hidrográfica. No no agronegócio, falamos antes da porteira e depois da porteira; na indústria,, falamos do berço ao túmulo.

A ausência da assinatura dos Estados Unidos tem um significado: que eles entendem que o Mercado de Carbono — resultado da implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo — resolve todas estas questões pela força do próprio mercado. O ex-presidente George W. Bush, ao não assinar este tratado, assim como tantas outras convenções, estava apenas sendo coerente com sua posição proglobalização, incentivadora do mercado de armas por admitir a política de

ocupação de países do Oriente Médio e com ela compactuar, fazendo vista grossa sobre a desocupação dos territórios palestinos.

A pergunta é: quem são os *players* (jogadores) deste mercado? Quem são os realmente interessados em modificar padrões de produção e consumo? Onde estão e quem são os políticos a quem poderemos confiar tamanha responsabilidade, sem que o *establishment* os corrompa?

Perceba quantos interesses há por detrás desta convenção. Se não dependesse de governos, com certeza os governados já teriam encaminhado uma solução muito mais eficiente e dinâmica do que sustentar a mídia com as declarações e estardalhaços dos que estão mais interessados em aparecer do que em botar a mão na massa.

Se dependesse apenas de governados, a Convenção de Kyoto teria avançado; no entanto, muita coisa depende mesmo da gente. Com ou sem a ratificação de todos os países envolvidos, as coisas acontecem. Uma questão é analisar a indústria no hemisfério norte, que detém tecnologia e capital para realizar estas transformações, e temos exemplos de casos de sucesso lá fora, em especial no próprio território americano. É importante não fazermos uma generalização entre governos e governados. George Bush é uma pessoa, o povo americano são outras pessoas. Ainda que o povo americano tenha votado em Bush, deu inúmeras demonstrações de insatisfação com este programa de governo, de que não compactua com seus métodos, indo para as ruas contra a guerra no Iraque.

No que diz respeito ao nosso continente, muitas ações podem ser contabilizadas como estudos de caso e transformações. Basta ver a quantidade de prêmios, concursos, eventos, palestras, seminários, cursos, MBAs que proliferam pelo País afora sobre o tema socioambiental, que até há bem pouco tempo era coisa de ambientalistas extremistas, verdinhos, e chatos. Hoje não é desta forma que se olha esta questão. Então o “olhar” sobre o tema é a maior prova de que a Convenção de Kyoto, a Agenda 21, as convenções dos direitos humanos, entre outras, avançaram na virada do século XXI, numa velocidade surpreendente, impossível em outras frentes nas quais militamos há mais de 20 anos. Algumas até pararam ou simplesmente saíram da pauta dos movimentos sociais.

Isto se deve ao conjunto de mobilização da sociedade brasileira, que não engole mais brejos inteiros; quiçá alguns sapos ainda teremos

que engolir, mas o brejo, jamais. Outro fator que colabora para esse avanço são nossas redes de comunicação via internet, a democratização da informação que promovemos e defendemos com unhas e dentes, diante de todo tipo de pressão — seja a financeira, ou mesmo a tradicionalíssima censura que opera de diferentes formas —, com intimidação, coação, desqualificação profissional e/ou moral, processos e interpelações judiciais. A outra questão diz respeito a como e a quem somos perante a opinião pública.

Eu sou um ser humano inteiro, e não pela metade, que pode se apresentar ao debate público com a nudez dos valores que defendo. É assim que a sociedade quer ser - inteira e não pela metade -, pois quer saber exatamente o que isso tem a ver com aquilo, que interesses estão sendo de fato defendidos quando se racionam energia, água, alimentos, saúde, escola, enfim, o que lhes foi imputado como condição e sacrifício para que se continue a produzir e sobreviver neste planeta.⁷⁹

Qual a conta?

Existem duas leituras contábeis: a primeira, a que diz respeito à contabilidade do que eu gasto e a quanto eu ganho monetariamente, atrelada ao prazo, a que diz respeito a quanto eu poderia ganhar (mais ou menos dependendo de onde o dinheiro esteja aplicado).

Esta é imediatista, míope, porque não enxerga este gasto como investimento, mas como prejuízo. A segunda, diz respeito à visão estratégica de investimento, que contabiliza o quanto eu gasto hoje com luz elétrica, utilizando uma lâmpada que consome X de energia, e quanto eu vou gastar amanhã se trocar a lâmpada, comprando uma mais cara, mas que resultará em redução de consumo de energia na minha conta de luz.

Foi providencial o racionamento de energia, pois nunca tivemos uma oportunidade como esta para mostrar a governos e governados o que representava a questão socioambiental, o que significava ficar sem luz. É claro, porém, que estamos falando da classe média, e não

⁷⁹ LEITE, Luciano. Protocolo de Kyoto e a importância da mobilização social. Entrevista Especial para a Rebia com a Economista Amyra El Khalili. *Boletim [BECE-RECOs]*, 0704. *Portal do Meio Ambiente*, 27 out. 2004. Disponível em: www.portaldomeioambiente.com.br.

dos pobres. Estes sabem muito bem o que é meio ambiente; vivem na pele a falta de energia, de água, de gás, de alimentos, de remédios, de moradia, entre outros. Então as empresas sentiram no bolso e na bolsa; suas ações caíram, bem como o consumo; estagnou-se o mercado, além de se paralisar a produção para desespero de empresários e investidores. As coisas são assim. Se, de um lado, foi prejudicial para a economia desenvolvimentista, de outro, o meio ambiente respondeu com sua força descomunal — desafiando a ciência e os seres humanos com todo seu aparato tecnológico.

O Brasil viveu nestes últimos 20 anos a síndrome da megalomania, executando grandes projetos para atender a milhões de usuários urbanos, desprezando os pequenos projetos que poderiam gerar empregos e suprir as necessidades básicas de geração de energia nas comunidades. Não foi diferente no resto do mundo. O mercado de bioenergia (biomassa) pode ser uma excelente e saudável alternativa em tempos de crise financeira, desde que haja um programa macroeconômico voltado à capacitação e inserção dos excluídos na produção e no credenciamento destes mesmos projetos.

No entanto, é essencial que a biomassa seja compreendida não como uma simples mercadoria, mas como uma “*commodity ambiental*”, uma “mercadoria originária de recursos naturais, produzida em condições sustentáveis que constituem os insumos vitais para a indústria e a agricultura. Essas matrizes são bens difusos, de uso público; delas se originam as *commodities ambientais*, cuja produção e recursos devem ser socializados, ao contrário das *commodities tradicionais*, que são bens privados, que tendem à concentração dos recursos.”⁸⁰

A matriz energia e a matriz água formam os dois principais indicadores para o desenvolvimento sustentável, processo no qual a comunidade, através de projetos microrregionais em energia renovável e na otimização da água enquanto *commodity ambiental*, é que dará as diretrizes a estes indicadores econômicos. Mas, atenção neste ponto. Quando o assunto é crise energética, devemos entender que a água é um insumo vital para a sobrevivência da agricultura e da indústria, vital para nossa sobrevivência e do meio ambiente. Não é possível analisar a crise energética sem

⁸⁰ BAGLIONE, Marcelo. *Revista Brasileira Bioenergia*, CENBIO - Centro Nacional de Referência em Biomassa Brasil, ano I, n. 1, Edição Bilingue. Lançada no dia 26 ago. 2002 – na abertura da Cúpula Rio+10 Investimento verde Sinal livre para o mercado de biomassa. Entrevista com Amyra El Khalili entre outros.

planejamento estratégico para o setor de recursos hídricos. Bioenergia, ou biomassa, é a fusão de raios solares com a água. Este somatório é fundamental para a produção da biomassa. Sem o sol e sem a água não se faz biomassa. Também não podemos tratar a atmosfera dissociada da água e do solo; estão inter-relacionadas, pois uma coisa depende da outra e interage com a outra nos ecossistemas. Se ocorrer um impacto na atmosfera, resultará em impacto sobre as águas e o solo. Os produtores agropecuários são os que mais sofrem com o conjunto destes impactos.

Padrões de produção e de consumo

O consumidor já paga muita coisa. Não é justo repassar-lhe o preço da poluição, pois quem deveria pagar pelo que polui é o poluidor. A preservação ambiental (não toque na floresta) pode ser paga pela conservação ambiental (manejo florestal). Se uma indústria do setor siderúrgico, por exemplo, pratica mineração numa área de bacia hidrográfica, em leito de rios, perto de nascente, que venha a provocar a poluição e contaminação, esta indústria deveria implementar processos de gestão ambiental e investir diretamente em projetos socioambientais no bioma que explorou. O problema é que a indústria sempre teve os recursos naturais “de graça”; nunca ou pouco pagou por estes recursos, e agora não tem nem uma coisa nem outra, mesmo que tenha muito para pagar. A exploração irracional e desequilibrada provocou a escassez destes recursos. O que estamos propondo é que os créditos de carbono, isto é, os títulos que resultam nestas trocas entre países, sejam direcionados aos projetos e às comunidades que representam altos riscos socioambientais, como as que vivem em lixões, as ribeirinhas, as que vivem em encostas, os índios e quilombolas, as comunidades extrativistas, os pequenos produtores agropecuários, as comunidades infratoras ou em regime de liberdade de privação (População Carcerária e Febem), entre outras. Este preço será diluído e toda a sociedade estará pagando por ele, porque não representará para nós um prejuízo, mas certamente lucro, uma vez que estaremos promovendo a segurança alimentar, pública e de saúde, sem contar com a segurança socioeconômica, a mais impactante, porque ninguém a vê.

A indústria automobilística internacional começa a exigir padrões de produção e a modificar a sua planta para atender a estas demandas. Note

os modelos de carros lançados recentemente: são menores, a álcool, com filtros, e os vendedores não apenas argumentam sobre a beleza do carro - cor, velocidade na estrada -, mas falam principalmente sobre sua “economia”. Economia de espaço, economia de combustível, economia de manutenção. Economia nunca esteve tanto na boca do povo como agora.

Antigamente, carro pequeno era coisa afeminada, coisa de mulher. Hoje veem-se os machões rendendo-se às nossas reivindicações femininas. É nos comportamentos e posturas que temos as respostas para as nossas questões amplamente debatidas. Na esteira da concorrência internacional, a indústria automobilística brasileira não pode ficar atrás, correndo o risco de ficar defasada e fora de moda, com uma série de carros parados no pátio. Tem que pôr a roda para girar, e se souber pegar o gancho socioambiental, além de colaborar para a redução da emissão de gases do efeito estufa, estará se inserindo no mercado com uma nova perspectiva de vendas.

As prefeituras são mais ágeis. São mais sensíveis a estas questões por não terem verbas. Os Créditos de Carbono podem ser uma alternativa para financiamentos de conversão de lixões em gás metano, em saneamento básico (como tratamento de efluentes e esgotos), uma vez que as prefeituras são, depois da agricultura, as que mais poluem os recursos hídricos e os aterros sanitários não possuem recursos e investimentos diretos para convertê-los.

Alguns governos estaduais assumiram posições pró-ativas, como é o caso de Santa Catarina, com a implementação da Agenda 21. Em outros, esse assunto passa pelo imediatismo de como ganhar dinheiro com poluição. Há governos que simplesmente desejam trocar a dívida do estado por suas florestas, ou jogar o ICM Ecológico no pagamento de contas gerais, ao invés de destiná-lo à conservação e preservação ambiental, assim como ocorre com os *royalties* do petróleo, em muitos casos mal-aplicados, e pouco se sabe como são destinados.

Entendemos que este tema não diz respeito apenas ao governo, mas, e principalmente, à sociedade civil organizada (terceiro setor e empresários). Estes não podem esperar pelo fim do mês, nem pelas eleições; têm que pôr a roda para girar. Têm que agir e estão agindo, cada qual à sua maneira, mas agindo. Basta olhar a quantidade de projetos e propostas divulgados em nossas redes de informação.

Agir com ambiência, gestão e responsabilidade!

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ENTRE ERROS E ACERTOS

Certa vez atravessei o Viaduto do Chá, em São Paulo, com uma profunda sensação de vitória. Foi numa tarde, logo após o fechamento das operações na BM&F, quando administrava a conta de *commodities* e derivativos da Rosafer S/A, holding da Bombril S/A, Grupo Vicunha, entre outras tão imponentes como as do Banco Central e do Banco do Brasil. Tinha apenas 21 anos e me sentia dona do mundo, de certa forma poderosamente imbatível por conseguir conquistar uma margem de 70% de acertos nos “mercados de risco”, num momento em que poucos conseguiam acertar com as taxas de juros exponencialmente crescentes.

Do Viaduto do Chá vislumbrava, no fim de tarde, o Vale do Anhangabaú, com o pôr-do-sol baixando em meio à nebulosidade da poluição paulistana. Sentia-me poderosa e imbatível por ser tão jovem e girar diariamente duas toneladas de ouro, mais da metade do volume total de contratos negociados na bolsa.

Quando somos jovens, talentosos, não acreditamos que podemos errar. Somos resistentes às críticas, e nos fechamos diante de muitas oportunidades. É neste momento que ficamos vulneráveis a todo tipo de assédio - as raposas percebem intuitivamente a presença da presa. Elas agem como vampiros, apropriam-se dos argumentos, dos sonhos e das esperanças dos jovens para arbitrar grandes negócios e roubar-lhes a alma.

Nestes anos conheci muitos jovens que perderam tudo nos mercados de capitais, desde dinheiro até o nome, tendo suas credibilidades manchadas - esta última, irrecuperável; a primeira, a de menor importância. Alguns não suportam a pressão do mercado financeiro, que tem suas próprias regras – é o seu protetor e algoz – e cometem suicídio. Perdi muitos amigos, alguns de forma misteriosa, estranha; outros se acabaram nas drogas, no álcool, se atolaram nas dívidas; alguns, mais felizes, se recuperaram, saindo do mercado em tratamentos terapêuticos ou agarrando-se a uma religião.

Sobrevivi ao Viaduto do Chá, à Avenida Paulista e aos assédios, mas não escapei dos golpes de estelionato, das liquidações extrajudiciais dos bancos, dos cheques-dólares sem fundo, dos funcionários incompetentes de instituições financeiras e das apropriações indevidas de argumentos, trabalhos, cursos, palestras e operações que realizei nestes mais de vinte anos de mercados futuros e de capitais. Também fui vítima de vampiros, oportunistas de negociatas, políticos corruptos e líderes ilegítimos como qualquer jovem ambicioso pode ser. Não mergulhei nas drogas; não me afoguei no álcool e não me prostituí porque tenho valores morais e espirituais muito sólidos, simplesmente porque tenho a consciência de missão latente, sem falar na obstinada determinação.

Durante muito tempo me puni por ter errado nos mercados, por me achar ingênua, romântica e, comumente falando, uma boba. Cobrei-me e me puni diversas vezes pelos meus erros. Caí em crise depressiva e sentia-me assassina por comandar ordens de compra e venda de toneladas de ouro quando, para cada dólar ganho, proporcionalmente morriam alguns árabes, judeus, africanos ou curdos em alguma parte do mundo. Certo dia, juntei todos meus trabalhos para atear-lhes fogo. Por um instante, pensei no meu filho e recuei. Foi quando recebi um convite do Conselho Regional de Economia (Corecon-SP) para palestrar na semana do economista em diversas universidades com o tema: “O papel do economista no mercado de capitais”. Juntei aquela papelada toda e decidi que faria um grande desabafo; contaria aos jovens sobre os erros e acertos. Estava amarga, decepcionada e traída.

Quando coloquei os pés no auditório, numa das faculdades, com 700 alunos de economia, administração e contabilidade, após distribuirmos o material didático doado pelas bolsas, olhei para os olhos dos jovens

cheios de sonhos. Ao ser apresentado meu currículo, fui aplaudida antes de começar a falar. Foi quando me vi no Viaduto do Chá, jovem, poderosa e dona do mundo. Entendi que realmente era uma vitoriosa. Permiti-me, neste dia, ter o direito de errar, mas entendi também que não tinha o direito de tirar destes jovens as expectativas de sonhos e realizações, e que eles também tinham o direito de errar – faz parte do risco. Todo *broker* (operador) é jogador de pôquer.

Quando faço críticas ao MDL, em especial ao instrumento econômico denominado Créditos de Carbono, o faço porque sei exatamente onde foi que erramos. Não tenho a intenção de tirar os sonhos dos jovens que o defendem fervorosamente como se fosse a salvação do Planeta. O objetivo é impedir que os aproveitadores de plantão se apropriem dos argumentos e propostas que me fizeram recuar no momento em que pretendia atear fogo nas experiências de erros e acertos.

Com as questões ambientais, um erro pode prejudicar muita gente. As perdas não serão registradas apenas em valores monetários ou credibilidade. Neste tema, as perdas serão de vidas, muitas vidas, de forma instantânea, apenas com o aperto do gatilho de um teclado informatizado, o que equivale a teclar uma ordem emitida nos sistemas das *clearing houses* – casa de compensações de operações financeiras.

Meus queridos, o tempo está passando e é curto demais. As próximas gerações estão chegando. Hoje meu pequeno filho começou a trabalhar como estagiário no seu primeiro emprego. Tenho longos fios de cabelos brancos e estou em dúvida se devo cortá-los ou mantê-los o comprimento. No espelho, percebo que o corpo não aguenta mais as grandes maratonas de passar dias e noites sem dormir, ir dançar em festas, ou até mesmo namorar.

Hoje decidi continuar consciente nesta caminhada, consciente de que para seguir é necessário estar aberta à possibilidade de novos erros. Desta vez, porém, tenho como mensurá-los; sei como fazê-lo, pois foi destes erros e acertos que nasceu o Projeto BECE.

Decidi que vou cortar o cabelo, e quero ser feliz por acertar sem medo de errar!

CRÉDITOS DE CARBONO PARA QUEM?

A HISTÓRIA SE REPETE

Créditos de carbono para quem? Novamente a história se repete. A Aliança RECOs também está tentando descobrir a resposta a esta pergunta!

Defendemos a construção de um “novo mercado” que traga investimentos diretos para as populações carentes e excluídas da pirâmide das *commodities convencionais*, inserindo-as no processo produtivo das *commodities ambientais*, oferecendo-lhes acesso ao mercado. Na estrutura hoje vigente, o indivíduo desempregado ou sem renda fica totalmente fora do mercado; não tem acesso à água potável, à eletricidade, ao tratamento do esgoto, aos bens, enfim, que compõem as matrizes ambientais.

Entendemos que se não gerarmos ocupação e renda para as populações que vivem das florestas, para as comunidades excluídas, as minorias, os sem-expectativa-de-vida, os pequenos produtores, os extrativistas, os desempregados em geral, não há como preservar o meio ambiente. Tampouco é possível controlar a emissão de poluição, que vai desde os esgotos lançados em rios, córregos e mares, até os gases do efeito estufa (dióxido de carbono, gás metano, entre outros) lançados na atmosfera por todos os setores produtivos envolvidos.

Acreditamos que o Brasil tem enorme potencial para desenvolver projetos socioambientais que atendam a interesses maiores do que

os de uma classe social, de um ou outro grupo. O País ainda tem condições de expandir esse projeto para outros países, dado o aspecto humanitário que ele envolve.

Por que acreditamos nisso? Porque o Brasil não é um país pobre, e nunca foi, sendo detentor das matrizes ambientais (água, energia, minério, madeira, biodiversidade, reciclagem e controle de emissão de poluentes - água, solo e ar).

O que propomos se sustenta na trilogia **legitimidade-credibilidade-ética**. Supõe uma participação consciente na promoção de uma economia justa, socialmente digna, politicamente participativa, ecologicamente correta e integrada dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Estamos preocupados com a maneira como as reuniões e debates sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Mercado de Carbono vêm sendo conduzidas. A tendência que temos observado é, infelizmente, de que os créditos de carbono repitam novamente os modelos centralizadores, arriscados, limitados e desgastados sob os quais se estabeleceram os contratos de derivativos, as *commodities convencionais* e os títulos nos grandes centros financeiros.

Se o Fórum Econômico em Davos tem como oposição o Fórum Social Mundial, as bolsas convencionais e o atual sistema financeiro, enraizado no modelo neoliberal, desumano e injusto, terão como contraponto o Projeto BECE, para que a sociedade possa intervir e corrigir as distorções que estão se institucionalizando.

Depois não digam que não avisamos; aliás, denunciemos!

CAPÍTULO 6 –
CONFLITOS POLÍTICOS-SOCIAIS



CARTA ABERTA AO SENHOR OPORTUNISTA!

EM DEFESA DAS SETE MÃES AMBIENTAIS

Aprende a pagar o bem com o bem e o mal com a justiça.
Se pagares o mal com o bem, com o que pagarás o bem?
Confúcio

Desenvolvemos instrumentos econômicos (instrumentos, entenda-se, que o sr. “Oportunista” chama de “novo instrumento de captação”) discutindo com os maiores especialistas no assunto, sejam do governo, de ONG’s, sejam economistas e ambientalistas, contando ainda com a experiência desta filha de Allah de mais de duas décadas nos Mercados Futuros e de Capitais. Em tempo: foi também consultora da BM&F e da Bolsa de Cereais de São Paulo. Aliás, o debate se realiza há já alguns anos...

A revista que publica os artigos do sr. Oportunista em questão constitui um meio de comunicação que atinge um amplo leque de leitores, muitos dos quais não detêm conhecimento técnico sobre as legislações ambientais vigentes e desconhecem a realidade ambiental; outros conhecem meio ambiente, mas não entendem de finanças. Ao tomarmos conhecimento da “proposta” publicada pela referida revista, os ambientalistas cobraram imediatamente o seu direito de

esclarecimento sobre a publicação das “novas” propostas “sugeridas” pelo sr. Oportunista. Isso porque são propostas debatidas entre os movimentos sociais, ambientais e setores do governo (conforme matérias divulgadas pela grande imprensa) e, principalmente, entre diversas comunidades, lideranças ambientalistas e especialistas da área financeira em meio ambiente, em eventos promovidos por entidades como a Ecolatina, o Consulado Geral dos EUA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia – entre outros -, dos quais a idealizadora e autora deste trabalho participou como debatedora.⁸¹

Por que o sr. Oportunista não nos procurou para expor suas “brilhantes ideias”, uma vez que este projeto esteve aberto ao debate público? Por que o sr. Oportunista publicou artigo sem citar fontes, ignorando sumariamente a existência desta proposta internacionalmente reconhecida?

Se o sr. Oportunista fez meses de pesquisas, não seria ele profundo conhecedor do Projeto BECE, amplamente divulgado pela imprensa, seja em matérias impressas, seja em entrevistas de rádio e TV, ou por palestras, cursos, debates e seminários desta escriba?

Se o sr. Oportunista está realmente preocupado em exercer papel relevante como cidadão (pessoa física), por que não procurou a ONG CTA, que realiza acordos de cooperação técnico-científica, parcerias e fóruns, para disponibilizar o seu precioso trabalho voluntário?

Por que o sr. Oportunista optou por publicar no veículo de comunicação no qual tem interesses comerciais e denominou a proposta de “nova”, além de redigir uma minuta sem pé nem cabeça de anteprojeto de lei?

Por que, mesmo assim, o sr. Oportunista segue apresentando publicamente sua “nova proposta” na condição de salvador da pátria, gênio da lâmpada?

O sr. Oportunista julga “bizarras” algumas afirmações do artigo “A responsabilidade socioambiental do sistema financeiro”,⁸² veiculado em várias publicações técnicas, incluindo sites do governo e apresentado a diversos especialistas em valoração de bens ambientais. Não

⁸¹ Ecolatina 2000. “Brasil é o 1º país do mundo a criar ‘commodity ambiental’”. Belo Horizonte - MG. 27/10/2000. www.ecolatina.com.br

⁸² Artigo escrito em parceria com o jornalista Flávio Gut, originalmente publicado no site do Grupo de Estudos e Negócios de Marketing em Agribusiness (Genoma) da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Fev/1999.

cita, porém, em seu artigo, as referidas fontes. Julga-se, ao atribuir tal adjetivo (bizarra), mais capacitado do que qualquer outro ser para avaliar as conclusões de uma equipe de economistas, líderes ambientalistas, técnicos do governo e empresários.

O sr. Oportunista apropriou-se de uma iniciativa de terceiros com o objetivo claro de liderar um debate sobre “novos instrumentos” para o desenvolvimento sustentável. Substituiu a palavra *commodities* por *derivativos*, tendo o cuidado de adaptar-se aos interesses comerciais. Foi, porém, um “cuidado” que demonstra sua ignorância em torno do assunto. Se seu desejo era realmente contribuir para o desenvolvimento sustentável como cidadão (pessoa física), tendo-se realmente dedicado por meses à pesquisa do *valuation commodities*, saberia que a palavra *derivativos* soa como palavrão aos ouvidos do movimento ambientalista brasileiro. Saberá que o termo chega a ofender o movimento ambientalista internacional, que, em conjunto com os ativistas dos direitos humanos, marchou em Seattle, Washington e Praga contra os mercados de futuros e de capitais (2000).

Se o sr. Oportunista fosse realmente um profissional preocupado com o *social*, saberia que a palavra *commodities* foi banida dos documentos de Haia, na Holanda, e que os representantes de ONG's internacionais e nacionais vêm debatendo conosco um novo modelo, oposto ao que ele propôs em sua equivocada e perigosa tese, confundindo propositadamente conceitos mercantis.

Se o sr. Oportunista estivesse realmente preocupado em promover um debate democrático, por que não contestou publicamente as afirmações que considerou *bizarras e inconsistentes* na palestra proferida no BNDES (2000),⁸³ evento que foi destacado com reconhecimento público em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, com a presença de membros do governo e especialistas internacionais em questão financeira para o meio ambiente e desenvolvimento social⁸⁴?

⁸³ Palestra proferida na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Bndes (2000), promovida pelo Consulado dos EUA, que contou com a presença do fundador e ex-presidente da Associação dos Banqueiros Ambientalistas dos EUA e vice-presidente para Meio Ambiente do Bank of América, sr. Evan C. Henry.

⁸⁴ ÂNGELO, Claudio. Ong propõe “*commodity ambiental*”. Jornal *Folha de São Paulo*. Caderno Ciência. 18 de Agosto de 2000. Pag. A16.

O sr. Oportunista também não teve o cuidado de verificar que a proposta BECE foi publicada pelo Consulado Geral dos EUA, ativo participante no debate para o desenvolvimento das *commodities ambientais*. Também foi descuidado ao não verificar que foi o Consulado Geral dos EUA que publicou uma série de artigos técnicos que tratam da *valuation environmental commodities*.

Todos os documentos, entrevistas, seminários e palestras por mim escritos, concedidos e proferidos, nacional e internacionalmente, estão em diversos sites na internet. As discussões sobre o tema estão postadas em lista pública⁸⁵, com centenas de artigos e boletins informativos de autores nacionais e internacionais, dentre os quais figura o World Watch Institute, que divulga relatórios de caráter semi-oficial e edita o “Estado do Mundo”, a bíblia da economia ambientalista.

As colocações sobre os fatores de soberania nacional contestados pelo sr. Oportunista são também conhecidas de todos os especialistas no que diz respeito à complexidade de se construírem instrumentos econômicos para ativos ambientais, como é o caso das medidas provisórias editadas pelo presidente da República (FHC), além de diversos manifestos da sociedade civil organizada: movimento contra transgênicos, acordo bioamazônia com Novartis, Código Florestal, agressões aos índios Pataxós, direito sobre a exploração de terras indígenas e dos quilombolas, as RPPN’s (áreas de propriedade privadas de florestas), Agência Nacional das Águas – ANA -, embalagens tóxicas agroindustriais, tráfico de animais silvestres e exóticos, extermínio de cetáceos, exploração de reservas ambientais, contaminação por químicos tóxicos, emissão de gases poluentes (efeito estufa), lançamento de dejetos de agronegócios em rios, lagos e mar, entre outras infinitudes de especificidades que fogem à competência de um único mortal que se aventure a propor uma minuta de anteprojeto de lei, ou qualquer debate “personalista”.

O sr. Oportunista, mesmo depois de ter tido ciência de que este projeto tem a assinatura de uma economista de reconhecido “notório saber” pela comunidade acadêmica e científica, desafiou e desrespeitou uma rede de mobilização social e ambiental. O que mais se poderia dizer sobre uma pessoa que, num individualismo egocêntrico,

⁸⁵ Boletins da Aliança RECOs: <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos>

numa atitude no mínimo condenável, apresenta, em sua “original” minuta de anteprojeto de lei, um projeto de “novo investimento”, que simplesmente ignorou um debate aberto e democrático?⁸⁶

O sr. Oportunista ou não está em seu perfeito estado de juízo mental, ou realmente agiu de má-fé, aproveitando-se do poder, do tráfego político e institucional dos veículos de comunicação de revistas especializadas para se promover, apropriando-se indevidamente de um trabalho elaborado por uma centena de profissionais. Registre-se, ainda, o acompanhamento da imprensa, que documenta passo a passo cada conquista do País, numa parceria internacional, multidisciplinar e, sobretudo, de aprendizagem, muito ao contrário do que se verifica na torre de arrogância em que se encontra o sr. Oportunista, típica, aliás, de pseudoprofissionais individualistas que falam em nome de sua eminência parda, o “Mercado”, e que prejudicam o destino de milhares de jovens e demais profissionais no mercado de trabalho.

Trabalhamos em parceria, com simplicidade e dignidade, respeitando os que trabalham voluntariamente, além de outros profissionais em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Trata-se de um assunto do qual o sr. Oportunista nem por perto passa.

Uma última pergunta: se o sr. Oportunista está tão coberto de razão, por que não propôs na Eco 92 o mercado de *commodities ambientais*?

Onde estava o senhor?

P.S.: Qualquer semelhança com a realidade não é teoria da conspiração!
São Paulo, dezembro de 2000

⁸⁶ SCHARF, Regina. “Commodities ambientais chegam às bolsas”. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 4 de Maio de 1998.

QUEM É O DONO DA ÁGUA?

Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso, diz:
Procuro refúgio junto ao Senhor da Alvorada
Contra o mal das criaturas que Ele criou
Contra o mal das trevas quando se estendem
Contra o mal das feiticeiras quando sopram sobre seus laços
Contra o mal do invejoso quando inveja.
O Alcorão – Surata 113
A Alvorada

Experimente atravessar o deserto sem um beduíno. Provavelmente, após algumas horas de peregrinações, com o sol fervendo nas ideias, verá a cena antológica de “roliúdi”: um oásis com lindas palmeiras, um mulherão de biquíni, um carro Mercedes estacionado ao lado de um poço artesiano borbulhante, alguns amigos com copos de uísque, bebericando com o tal camelo bonitão da propaganda de cigarros.

Sinto, porém, informar que se trata de uma mera ilusão de ótica, fenômeno muito comum devido aos fortes reflexos de luz e ao efeito-espelho da corrente dos ventos desérticos. Mas você, a esta altura, estará pagando uma fortuna por uma gotícula de água. E danem-se o mulherão, o uísque, o cigarro e principalmente os amigos, que nessas horas você começa a questionar se são, de fato, seus amigos.

Diz a lenda oral dos povos nômades do deserto que os verdadeiros

amigos se conhecem diante de um poço de água, no meio do nada.

Muitos sabres cortaram a cabeça dos traidores de Allah, desses que tentaram tomar a água que a Deus pertence. A lenda conta também que aquele que contaminar, poluir, roubar o sêmen sagrado do Senhor será condenado a doenças horríveis, conhecerá a cólera, os males, sofrerá bárbaras torturas e será vitimado pelas traições dos seus pseudoamigos e familiares.

O ecossistema desértico ensinou ao povo nômade o poder de cura pela água da vida, a água que é produzida pelo nosso próprio organismo - a urina -, tanto a nossa e como a dos camelos. No deserto, você aprende a beber a sua água da vida, bem como a daquele de quem realmente será ali seu melhor amigo: o camelo.

A água da vida também serve para proteger-nos de doenças maquiavélicas e indomáveis como a malária. Muitas freiras missionárias adotaram a urinoterapia contra esta infecção mortal. Para os povos nômades, os poços de água são presentes divinos: são protegidos pelos escorpiões, pelas serpentes e por aves com enormes asas bordadas com ouro puro.

Cada ponto de água constitui uma rota de comercialização das mercadorias que estes povos levam de um lado a outro há milênios. Faz parte, inclusive, de uma espécie de ritual de negócios, de encontro de tribos e de casamentos entre jovens prometidos. Infelizmente, ao contrário dos valores dos povos nômades, a água é o principal instrumento econômico, presente em acordos de guerra, tão potencial e voraz quanto o petróleo.

O Fórum Mundial das Águas, realizado em Haia, debateu exaustivamente a questão da titularidade da água sob vários aspectos. O que gerou maior polêmica – dentre outros, como o místico, o dos direitos humanos e o filosófico - foi o aspecto mercadológico (comercialização da água), que lhe atribuiu um tratamento igual ao de qualquer mercadoria negociada nos pregões das bolsas de valores e de mercadorias. A água seria, então, classificada como *commodity* – mercadoria padronizada para compra e venda, tendo seu preço determinado pelo livre mercado.

O sêmen de Allah, a água, porém, é uma oferenda que não pode ser desprezada, nem controlada por alguém que queira fazer monopólio desta riqueza. Mas nunca, na história dos desertos, a água deixou de fazer parte da vida comercial, parte de tudo que nasce e circula no mundo dos mercadores. É com água que se brinda nos grandes

negócios, se curam as chagas e se honram os fiéis.

No Ocidente, brinda-se com o sangue de Allah, o vinho, e o bom vinho só pode ser produzido com boa água. No Oriente, as melhores e mais caras propriedades sempre foram aquelas que estavam próximo a rios e córregos ou os poucos poços artesianos que existem. O Ocidente estabeleceu seu crescimento econômico, suas cidades, em torno da água doce.

É difícil acreditar que essas regiões, com a conivência de governantes latinos, estejam sendo colocadas em segundo plano. É isto que se vê pela multiplicação de loteamentos à beira de rios, pela alocação da miséria, que se mistura com o esgoto, e pelo empobrecimento de um ativo que representa riqueza em todo o mundo oriental. Infelizmente, ao contrário dos valores dos povos nômades, a água é o principal instrumento econômico, presente em acordos de guerra, tão potencial e voraz quanto o petróleo.

Seria pura ingenuidade ressaltar aqui a falácia de que apenas bens pertencentes à sociedade – como a água – não deveriam ser comercializados ou dizer que o mercado deve ser dominado por princípios éticos e valores morais. É necessária, sim, a compreensão de que este bem, o sêmen de Allah, a Ele pertence, e que neste momento o debate sobre a propriedade da água é de suma importância. Tanto que, a partir desse debate, esperamos de fato poder reconstruir nossas cidades, replanejar a economia pela sustentabilidade, dividindo equitativamente o bem natural que representa este ecossistema.

Tratar a água, o solo e o ar simplesmente como “mercadoria”, como qualquer outro ativo comercializado nas bolsas de valores e derivativos, é literalmente entregar o “ouro” ao bandido, ou melhor, permitir que os outros de fora determinem a política de gestão e comercialização desses recursos naturais potencialmente brasileiros. Nenhum ecossistema cuja propriedade pertença à sociedade, ou seja, aos cidadãos, e cuja função seja otimizar o usufruto aos demais cidadãos e seres vivos do Planeta pode ter um tratamento meramente financeiro. Transformar água, solo e ar em papel é fácil. Qualquer *yuppy* recém-formado pode fazê-lo. Quero ver, porém, fazer disso *commodity ambiental*!

Detalhe: o tratamento financeiro para *commodities* em países onde a taxa de juros é estável é bem diferente do de países com juros altos – como é o caso brasileiro -, nos quais toda iniciativa produtiva é inviabilizada pela especulação financeira.

Esse é o temor das ONG's internacionais e nacionais, de intelectuais e

cientistas e, acrescento, também de economistas e advogados, promotores e juízes, enfim, de gente séria que pensa sério sobre o que é patrimônio nacional, propriedade privada versus bens difusos, o que é o Estado de Direito.

A água pode ser tratada como uma *commodity ambiental*, ou seja, mercadoria originada de recursos naturais em condições sustentáveis somente se as variáveis sociais – nível de educação, distribuição de renda, saúde, empregabilidade – dos cidadãos forem levadas em consideração e se houver a participação da sociedade na manutenção, destinação, administração e, principalmente, na comercialização em acordo às leis claramente estabelecidas. Isto preservaria a soberania nacional dos povos e também contribuiria para erradicar a fome e a miséria em nível global, com respeito às leis naturais.

A expressão *commodity ambiental* não nasceu do acaso para privilegiar o marketing financeiro ou para dar aval a novos negócios virtuais nos mercados de futuros e de capitais. Nem para captar dinheiro no mercado internacional a taxas baixíssimas e a fundo perdido, com o objetivo de repassá-lo às taxas de mercado interno.

Muito menos é herança do colonialismo econômico-financeiro internacional. É fruto da criatividade brasileira, do debate que está por envolver a população por meio de suas entidades representativas. Somente assim será possível o desenvolvimento econômico integrado, por meio de um longo, participativo e permanente debate sobre os direitos humanos frente ao meio ambiente versus meio ambiente frente ao mercado financeiro.

A expressão *movimento mercadológico*, que naturalmente constitui o fomento das *commodities ambientais*, nasceu para lavar, depurar e estimular atividades produtivas, fazer o que os mercados financeiros deveriam ter feito e nunca fizeram: financiar a produção agrícola, industrial e social, respeitando o meio ambiente e promovendo a democratização do capital.

Pouco importa se o nome disto é socialismo, comunismo, capitalismo. O que interessa é provar que a existência das *commodities ambientais* e sua viabilidade econômica são tão cristalinas quanto a fonte mais pura dos mananciais.

Esta é uma estratégia de mobilização pelo desenvolvimento limpo de um novo mercado financeiro. É a guerra biofinanceira pela sobrevivência do ser humano e do Planeta. Só não enxerga quem não quer ver!

A QUEM PODEM INTERESSAR AS GUERRAS?

Quando faço esta pergunta nos cursos e palestras que ministro, alguns alunos me respondem: aos radicais e terroristas religiosos.

Respondo: errado. Interessa aos empresários bélicos, às corporações transnacionais e às multinacionais com interesses escusos, a políticos inescrupulosos; interessa a esse sistema econômico que mantém a concentração de renda e, para tanto, nada melhor do que a exclusão social.

Todavia, para conseguir essa façanha que é tão difícil de realizar quanto promover a inclusão social, é necessário gerar um ambiente de conflito permanente. Explica-se: por piores que sejam a ganância humana, o individualismo, os mais cruéis dos sentimentos, nenhum coração resiste a um cafuné.

O ser humano é solidário na essência e só deixa de sê-lo quando é incitado por interesses egocêntricos e por outros desvios psicológicos, ou por formação demasiadamente materialista, conforme Michel Foucault explicou ao analisar psicanaliticamente inúmeros casos, entre os quais o do jovem Pierre Rivière, que degolou a mãe, a irmã e o irmão no século XIX. Uma história contada todos os dias nos noticiários brasileiros. O fim que levou a família Rivière nos faz pensar que um problema doméstico pode ser o reflexo de um grande conflito social.

As guerras são financiadas por quem tem interesses econômicos em alimentá-las. Basta levantar os números dos serviços que as guerras produzem para concluirmos esse fato: estelionato, extorsão, prostituição, pedofilia, drogas, álcool, armas, política corrupta. São lugares-comuns nas guerras. Aceitamos sem questionar argumentos frouxos, sejam religiosos, raciais, ou simplesmente os clichês preconceituosos que procuram justificar por que estão sendo fomentadas as discórdias no mundo.

Segundo o juiz Walter Fanganiello Maierovitch, fundador do Instituto Giovanni Falcone de Ciências Criminais, o comércio de seres humanos rende de US\$ 7 bilhões a US\$ 13 bilhões por ano, resultado da imigração clandestina – movimento de pessoas que são obrigadas a fugir de seus países de origem devido à miséria, a guerras intestinas ou a perseguições étnicas e políticas. A Organização das Nações Unidas (ONU) detectou um crescimento de 400% nesse mercado nos últimos dez anos. Há 200 milhões de clandestinos no Planeta; cerca de 30 milhões de mulheres são escravizadas. Veja a pedofilia: só o mercado de vídeos de crianças rende US\$ 280 milhões por ano. No mercado internacional, órgãos humanos também são *commodities*. Uma córnea vale US\$ 4 mil; um rim, US\$ 3 mil; meio fígado, US\$ 6 mil. Os números da miséria humana transformada em bilhões são impressionantes.⁸⁷

Os conflitos inter-raciais e políticos produzem também a adrenalina que buscam os especuladores com sucessivas e agressivas altas e baixas nos mercados de capitais, nas bolsas de valores e derivativos do mundo inteiro. Quando alguém sai ganhando, outro, inevitavelmente, sai perdendo. Os atentados de 11 de setembro, a questão palestino-israelense e a invasão do Iraque que o digam!

Existem em torno de 50 milhões de refugiados em êxodo de guerra, sem contar os clandestinos fugitivos de perseguições étnicas, políticas e religiosas. A ONU atendeu 27 milhões. Mas, ainda assim, não pode resolver o problema: no máximo, pode entregar alguns pacotes de comida e tentar providenciar asilo em algum país mais misericordioso. Para cada 115 pessoas no mundo, uma é vítima das guerras.

⁸⁷ SANTOS, José Maria dos. “Miséria humana transformada em bilhões”. Entrevista com o Juiz Walter Maierovitch. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 8/6/2001. Disponível em www.jt.com.br/suplementos/domi/2001/07/08/domi007.html. Acesso em: março de 2006.

O número total de pessoas refugiadas sob o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR - passou de 17 milhões em 1991 para um recorde de 27 milhões em 1995. Em 1º de janeiro de 1999, o mesmo número tinha baixado para 21,5 milhões. Apesar da redução acentuada, esse número representa uma em cada 280 pessoas do Planeta. Nele se incluem refugiados, retornados e pessoas deslocadas internamente nos seus países.

Um refugiado é definido como uma pessoa que teve de abandonar o seu país devido a um receio fundado de perseguição em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a um determinado grupo social, e que não pode ou não quer regressar, incluindo os refugiados das secas e da fome, vítimas das mudanças climáticas e demais impactos ambientais, como, por exemplo, os atingidos por barragens para construção de hidrelétricas.⁸⁸

A PAZ é um bom negócio!

O Brasil é um território de dimensões continentais; além de pluralismo religioso, abriga diversas etnias. Mesmo os grupos mais sectários e reacionários conseguem um diálogo racional, com um bom senso existente em poucos países. Sim, tem sérios problemas raciais, sociais, ambientais, econômicos e políticos. Também tem suas guerras internas, mas, felizmente, está longe de ser o caos que impera na crescente indústria do terrorismo nos grandes centros urbanos e que se alastra como pólvora pelas principais capitais financeiras, bolsas de valores e de derivativos dos países ditos ricos... Por enquanto!

As “condições sustentáveis” dizem respeito fundamentalmente à questão da gestão dos recursos naturais, à manutenção e à divisão das receitas obtidas com as divisas dos bens naturais. Dividir, repartir, doar recursos e, acima de tudo, garantir espaço para a emergência de manifestações religiosas, étnicas, de gênero, ideológicas, sociais ou de qualquer outro tipo, constitui a tão esperada “condição sustentável”. Raros são os países do resto do mundo que as possuem.

⁸⁸ ACNUR e os Refugiados – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Disponível em www.cidadevirtual.pt/acnur/un&ref/un&ref.htm. Acesso em: março de 2006.

Porém, as “condições sustentáveis” que o Brasil possui, na dianteira das potências econômicas, atribuem também ao País uma responsabilidade para com os povos em guerra. Temos o dever de dividir o pão, a água e o paraíso com os que sofrem no inferno por não tê-los, numa verdadeira missão de paz.

Essa bandeira tem nome: *commodities ambientais!*

ÁGUA E PETRÓLEO, MESMA MOEDA⁸⁹

A América Latina e o Caribe vive hoje uma guerra intestina, mas silenciosa, em pequenos focos espalhados pelo continente, que, se não estivermos preparados para novos enfrentamentos econômicos e políticos, poderão eclodir a qualquer momento num emaranhado de ações e convulsões sociais.

As águas da América Latina de hoje poderão ser, num futuro próximo, objeto de disputas sangrentas, como é hoje o petróleo do Oriente Médio.

Se o Oriente Médio sofre por ter seus recursos naturais espoliados, a América Latina sofre com a servidão ao sistema financeiro internacional. Sofre com a usura das altas taxas de juros, com a especulação financeira, com o endividamento e por ser vítima de corrupção endêmica.

A América Latina detém a maior biodiversidade do Planeta, as maiores reservas de água doce do mundo. É rica em minérios; abriga as maiores florestas tropicais; tem extensos litorais paradisíacos, solo e climas diversificados, que garantem o vigor da produção agropecuária nos 365 dias do ano.

⁸⁹ EL KHALILI, Amyra; ELIAS, Eduardo Felício; GARCIA, Além. *Boletim* 0999 [BECE RECOs] Cúpula do Cairo: Tratado Água e Petróleo, a mesma moeda. Pronunciamento encaminhado por Claude Fahd Hajjar ao Primeiro Congresso Fearab, Federação das Entidades Árabes Americanas e Liga de Estados Árabes, realizado no Cairo, Egito, entre 10 e 12 de julho de 2006 (Documento BECE), 6 ago. 2006.

Construímos na América Latina a nossa cultura americano-árabe, agregando valor à cultura miscigenada dos povos latino-americanos. O carisma, a vontade de trabalhar, a diplomacia e nossa maneira de ser deram a nós, árabes e descendentes, uma vantagem comparativa para negociar e realizar parcerias.

É esse exemplo de integração que nos dá a certeza de que só com o apoio, a união dos vários países, árabes em especial, nos investimentos, parcerias e *joint-ventures* que sairemos da servidão financeira que nos é imposta por um modelo econômico degradador e desumano pelos países ditos desenvolvidos.

Não faz sentido que os recursos obtidos pela exploração do petróleo árabe funcionem como lastro para o sistema financeiro que hoje os bombardeia.⁹⁰

Contra o capital excludente, somente um novo capital inclusivo.

Contra uma globalização que tenta extorquir nossos recursos naturais e estratégicos, somente uma nova globalização cultural, inter-racial e inter-religiosa.

A América Latina possui todos os recursos naturais estratégicos que os países desenvolvidos necessitam para produzir bens de consumo na indústria, comércio e serviços. O Brasil tem posição estratégica na América Latina por sua dimensão continental, por sua miscigenação e por concentrar o sistema financeiro do continente.

O mundo árabe tem sua economia centrada nos recursos energéticos não-renováveis, um “privilégio” pago com milhares e milhares de vidas. Faz-se estratégico e vital migrar para a energia renovável, com todo conhecimento e tecnologia acumulados ao longo de décadas pelos produtores de petróleo.

Por não ter água, o mundo árabe não consegue produzir o que consome, nem gerar excedentes para exportação. Por isso é franco comprador de mercadorias *in natura* e industrializadas.

Infelizmente, pouco exportamos em linha reta para o mundo árabe, pois as rotas de comercialização ou foram reduzidas ou foram fechadas para os países em desenvolvimento. Produzimos laranja no Brasil, exportamos *in natura* ou em suco para a Itália,

⁹⁰ MISLEH, Soraya. Do Oriente à América Latina, a cobiça por recursos naturais. Revista Al Urubat - Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo. Nº 785. Fev 2007. Pag 6 a 8. www.sbmsp.org.sp

onde é reprocessada e embalada com a marca “made in Italy” e reexportada para os países árabes. Assim, ficamos com todos os riscos da produção, os custos de financiamento, os encargos e tributos, enquanto as indústrias estrangeiras ficam com a parte gorda dos lucros.

Temos fortes laços culturais que, se aliados à capacidade e ao desenvolvimento de tecnologias, poderiam se traduzir em grandes operações de troca entre os países árabes com um intercâmbio e, consequentemente, aquecer as economias árabes e latino-americanas.

Os fundos islâmicos não aplicam em juros, mas podem muito bem financiar a produção de longo prazo, desde que tenhamos também, nesses contratos, a contrapartida dos investimentos de base em educação, saúde, agricultura, ciência, cultura, cooperativas de produção, entre outros.

Estudar uma estratégia para as rotas marítimas e aéreas é imprescindível para que as relações entre o Oriente Médio e a América Latina se fortaleçam e intensifiquem, com ganhos para os dois lados.

No âmbito nacional e continental, é vital que parcerias e acordos garantam a preservação e o uso público e social das bacias hidrográficas e águas subterrâneas transfronteiriças. Trata-se não só de uma questão ambiental e social, mas de soberania e segurança internacional. A crise hídrica mundial que se prenuncia pode transformar o ora pacífico continente no cenário de disputas cruentas como as que têm lugar hoje no Oriente Médio.

Outro aspecto importante é aprofundar o estudo crítico das questões intrínsecas do Protocolo de Kyoto, recomendando cautela com negócios nos mecanismos de desenvolvimento limpo. O estabelecimento do mercado de carbono, por meio de créditos compensatórios, simplesmente reproduz o modelo econômico que é alvo de nossas críticas.

A alternativa é a estruturação de uma rede de investimentos, parcerias e comercialização, que garanta o monitoramento, a fiscalização e a orientação de negócios e projetos socioambientais na América Latina.

Para debater esta questão na América Latina criamos a Aliança RECOs (Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras), que tem como objetivos o intercâmbio de experiências, a promoção e o

fomento da produção de bens e serviços das comunidades regionais. O projeto atende às reivindicações da Agenda 21 (Pense Globalmente e Aja Localmente), com a implantação da responsabilidade social empresarial, do comércio justo e da sustentabilidade em diversos programas educacionais.⁹¹

⁹¹ Estes são, em resumo, os principais pontos do pronunciamento elaborado por Amyra El Khalili, Eduardo Felício Elias e Além Garcia e encaminhado por Claude Fahd Hajjar ao Primeiro Congresso Fearab América-Liga de Estados Árabes, realizado no Cairo, Egito, entre 10 e 12 de julho de 2006. Esperamos que sirvam de ponto de partida para um amplo debate sobre o futuro deste nosso planeta. Ler comentários em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/agua-e-petroleo-a-mesma-moeda/>

RECONSTRUINDO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Ao descer no aeroporto de Beirut, no Líbano, surpreendi-me com a recepção inesperada. Um tumulto ansioso! Soldados armados numa tarde totalmente escura. Ainda eram 15h00. Estranhamente, observei minha bagagem na esteira revirada. Os pacotes rasgados e olhares desconfiados, quando um homem entrou gritando: Amyra, ialáh, Amyra!

Respirei mais aliviada, pois alguém estava à minha espera. Que loucura! O país está em guerra. O que vim fazer aqui? Todos os libaneses no Brasil diziam: a guerra acabou; estamos em paz; está tudo bem. Vá conhecer seu povo! O ar - sentia-o no olhar dos soldados sírios - estava impregnado de adrenalina,.

Era a 1ª Expo Brazil-Beirut de Produtos e Serviços Brasileiros. Foi em 93 e por isso eu estava lá. Uma feira que pretendia aproximar as relações comerciais entre o Brasil e o Líbano no pós-guerra, ou pensávamos que estávamos no pós-guerra. Eles todos acreditavam que a guerra havia acabado, menos eu.

Atravessamos as barricadas do território do Hezbollah. O Líbano é dividido territorialmente por facções religiosas. Por fim, chegamos, no lado muçulmano sunita, em Ras Beirut, próximo ao centro na capital. Não pude deixar de olhar, atônita, todos os cartazes pregados com as fotos do premier Sírio. Tanques de guerra espalhados em pontos estratégicos nas ruas, nas esquinas. Barricadas por toda a

cidade e prédios levantando-se do nada em meio aos escombros.

O quarto da hospedaria era confortável. Da cama via-se o mar através da enorme janela de vidro que ocupava toda a parede. Pela madrugada, os navios atravessavam com cargueiros trazendo prédios semiprontos, vigas, casas pré-fabricadas, num trânsito de fazer inveja à Avenida Paulista. Pensei: que mercado! No meio de tiroteios, bombas, chuvas e trovoadas, esses caras não param de comprar e vender. Trader é trader. Quem nasce trader morre trader.⁹²

Pela manhã, saímos em nossa missão. À busca do desembaraço de mercadorias da Cerâmicas Porto Bello no Porto de Beirut, entre outras. Que cena: quase fico de fora. Não fosse meu nome e a leve semelhança da pronúncia do sobrenome com o nome do primeiro ministro do Líbano - Hariri -, que rima com Khalili, teria passado despercebida; a “patriçaiada” achou que eu era parenta do grandão. Desta fria escapamos, eu e a Cerâmica Porto Bello.

Após muita cantada e uma longa conversa de abobrinhas com o fiscal da alfândega (do tipo: minha mãe é argentina, adoro mulheres latinas) a tal mercadoria foi liberada. Alguns mostruários de pisos e azulejos que vinham de outra exposição da Itália. O material brasileiro não deixou nada a desejar perto dos famosos revestimentos italianos, enlouquecendo os exigentes arquitetos árabes.

O Brasil representa a terceira maior comunidade árabe no mundo, perdendo apenas para o Canadá, em primeiro lugar, e a França, em segundo. Estima-se em torno de cinco milhões o número de descendentes de libaneses no Brasil, sem contar os de outras origens árabes, além da miscigenação natural dos mouros com negros e índios que migraram desbravando os mares latinos para o Brasil nos tempos do descobrimento. Os árabes sempre foram bons navegadores e detentores das melhores tecnologias de navegação.

Beirut era reconhecidamente a Suíça do Oriente Médio. A denominação se deu pela força corporativista que o sistema financeiro libanês ganhou com o câmbio livre e o comércio exterior. Assim, o país permitia a negociação e cotava todas as moedas possíveis. Esta proeza se deve à competência dos árabes na compra e venda de *commodities* por estas terras a fora, à velocidade com que negociavam com diversos países e à sua

⁹² Comprador e vendedor de mercadorias - *commodities*.

capacidade de aprender várias línguas com muita facilidade. Isto é decorrência do alfabeto árabe. Por ser uma língua das mais difíceis, compõe diversas sequências semânticas na estrutura do vocabulário. É comum, no mundo árabe, principalmente no Líbano, falarem até oito idiomas simultaneamente. Ocorreu também a influência das dominações francesa e grega na região, tanto na língua quanto nos dogmas religiosos.

A habilidade de se comunicar e a herança nômade dos beduínos fez com que estes povos se deslocassem constantemente. O mesmo ocorre também com outras civilizações, como as dos sírios, sauditas, armênios, egípcios e turcos, entre outros donos de uma diplomacia e simpatia sem igual, amantes de obras faraônicas e de construções suntuosas, sedentos por conquistar um padrão de vida que possa sustentar coisas de muito bom gosto. Há quem diga que as mulheres árabes são cafonas, mas ninguém dispensa as roupas cheias de brilho e lantejoulas, muito menos seus confortáveis castelos.

Bem, não cabe aqui dar aulas de história, até porque não existe engenheiro ou arquiteto que não tenha estudado as deslumbrantes obras do mundo árabe. Cabe, porém, ressaltar que a praticamente inexistente barreira de comunicação, a percepção e a perspicácia nos negócios fizeram com que estes povos de origem persa, fenícia, hicsa, etc., adquirissem tamanho poder financeiro que foram à banca rota, detentores de “matrizes ambientais não-renováveis” e carentes das matrizes renováveis necessárias à sobrevivência do ser humano e do Planeta, a verdadeira causa das guerras.

Se tivéssemos que creditar a alguma parte do mundo a inspiração do conceito *commodities ambientais*, esta sem dúvida seria o Oriente Médio, que é onde, junto com a África, começa nossa história. O argumento que destruiu todas estas nações será agora o responsável por sua reconstrução: o poder financeiro (que compra qualquer coisa, que determina o que será da vida de milhares pessoas). O do desfrute e de regalias foi lastreado nas riquezas naturais destes povos. Nestas mãos se encontram as “matrizes ambientais não-renováveis” que sustentaram o sistema capitalista: petróleo, ouro e diamante. Estas “matrizes”, que representaram a moeda destas nações e agregaram valor à moeda do Ocidente, também as levaram à autofagia, à destruição e ao genocídio. Seu argumento, transvestido de religião, na verdade sempre foi a questão econômico-financeira.

Voltemos à solução, já que o problema todos nós conhecemos. Estávamos indo para o centro velho de Beirut, a região bombardeada onde se encontravam as tradings (escritórios de exportação e importação). Incrível, o Líbano! Não tem indústrias, petróleo, agricultura; há alguma coisa no vale do Bekar. Vive exclusivamente de comércio e é, sem dúvida, um dos países mais modernizado do Oriente Médio, apesar da destruição. Bem, a caminho do centro, as vilas estão cobertas por prédios destruídos, mas a arquitetura se choca com as imagens de lojas lindíssimas em prédios horrorosamente destroçados. Nelas você encontrará de tudo: camisas de todos os países, lenços, perfumes, lingerie, meias, joias. As lojas ficam expostas sem guardas ou seguranças. As joalheiras ficam abertas sem nenhuma proteção. Afora as lojas de materiais de construção civil, azulejos de todos os países, argamassas, parafusos, pias, revestimentos, etc.

É impressionante a velocidade com que a reconstrução avança em meio aos bombardeios. É uma relação compulsiva de resistência. Parece que quanto mais derrubam os edifícios, mais rápido e melhor os libaneses os levantam. A propósito: os operários são sírios, hindus, paquistaneses. É a mão-de-obra que se encontra no Líbano.

Os programas de televisão transmitiam imagens de documentários, reportagens jornalísticas sobre guerra, coberturas contínuas sobre as regiões de conflito mais críticas em meio a shows de dança do ventre e cantores árabes em jantares e festas regadas a champanhe francesa, arak e comidas típicas intercalando-se com a grande novidade novelística mexicana, “Maria Mercedes”. O curioso é que ninguém se abalava com as coberturas de guerra; no entanto, as lágrimas rolavam com a tal novela mexicana, que o Brasil, diga-se de passagem, só foi assistir quase dois anos depois, graças ao Sílvio Santos.

O Oriente Médio é um potencial consumidor de novelas mexicanas. Nestas novelas, as mulheres são mais recatadas; as estorinhas mais sóbrias e a maquilagem, muito parecida com a das mulheres árabes. Elas se identificavam com a personagem novelesca. Tentamos vender uns pacotinhos de novelas brasileiras, mas nada feito. São consideradas agressivas e racistas demais para o povo árabe, já cansado de atrocidades e consciente sobre questões políticas, raciais, religiosas e econômicas. Se é para sonhar, então que seja com as mexicanas. Cada cultura com seu paradoxo; há de se respeitar, se se quiser fazer negócio.

Pois sim, nisso a Sadia é campeã. Exporta para o Oriente Médio algumas toneladas de frango congelado, sem rodeios, em linha reta, por conseguir adaptar seu produto aos cânones do Alcorão, o abate islâmico. O animal é degolado (mas a embalagem não pode conter sangue), é abençoado pelo sacerdote muçulmano e certificado de acordo com as exigências da religião. Resultado: ponto pra Sadia! Mercado para o Brasil.

Por falar em cabelos bem penteados das mulheres mexicanas, lembrei-me dos cabelos das mulheres árabes e da tremenda dificuldade de lavá-los com água dessalinizada, que normalmente acaba por entupir os chuveiros por excesso de cloro, que cristaliza e empedra, dificultando a passagem da água. Água dessalinizada, que queima a pele e endurece os cabelos, sem contar o gostinho de sal que fica impregnado no paladar. Triste, dura experiência para uma pessoa acostumada a ingerir dois litros de água doce por dia, a tomar longos banhos de jorrar água da cabeça aos pés, a poder jogar os cabelos para todos os lados sem o auxílio de laquês e outros cacarecos de *sprays*.

Neste momento, acabo de ouvir uma notícia sobre um petroleiro que se chocou nas rochas perto da França. Salvaram-se 26 pessoas, mas não se sabe sobre o rombo ambiental do petróleo que vazou! Esta cena é comum no mundo árabe. Por coisas menores, os custos de navegação, os seguros dos fretes marítimos para embarcar as *commodities* agropecuárias e industriais brasileiras, atingem patamares que empurram para fora deste mercado potencial o Brasil, que tem fortes laços afetivos por ocupar a posição de terceira maior colônia libanesa em êxodo de guerra.

Pergunte ao libanês ou ao sírio que aqui vive se quer voltar para lá. Sim, para visitar ou fazer a ponte aérea São Paulo-Beirut-Damasco, mas morar, nem pensar! Só o Najib da novela, porque é na novela, minha nega.

Por mais atraente que seja o Oriente Médio, os árabes que aqui se instalam constroem raízes, famílias, casam-se com mulheres brasileiras e vice-versa. Acabam por constituir uma relação e construir no Brasil a suntuosidade com o cheiro sensual de suas festas vibrantes. Também herdamos a escória, a corrupção e outras encrencas, mas, entre mortos e feridos, de certo salvaram-se todos. Naquela ocasião, ouvimos rumores de que o premier libanês Rafic Hariri fora

indicado para o cargo de primeiro ministro por ser um grande comerciante. Sua missão era reconstruir o país, custasse o que custasse. O projeto da sua empresa, a Solidare, era espetacular. Previa um grande centro de esportes com marinas na grande Ras Beirut; um aterro (que já estava avançando sobre o mar); a retomada do centro financeiro com ações negociadas na Bolsa do Líbano (a primeira coisa, inclusive, que fizeram ao imaginar um projeto financeiro para captar fundos para a retomada do país⁹³).

Tudo leva a crer que temos as condições ideais para romper com as barreiras que impedem as negociações diretas com o Oriente Médio, a África e o Leste Europeu pelos países desenvolvidos, desde que o nosso mercado esteja potencialmente organizado e bem-articulado, não deixando, portanto, que nossas “matrizes ambientais” caiam nas mãos de outras forças econômicas e assim possamos impedir que este continente se torne uma segunda Faixa de Gaza.

Afinal, o Brasil é o maior centro financeiro da América Latina!

Alhamdulillah! (Graças a Deus!)

⁹³ O ex-primeiro ministro do Líbano, Rafik Hariri, morreu numa explosão de um carro-bomba na capital do país, Beirute, no Líbano, em 2005. Este atentado comprometeu todo o processo de paz na região e, em especial, a integração do continente Latino-Americano com o Oriente Médio.

QUBLÁT FALASTINÍA⁹⁴ – OS MÁRTIRES DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO

Centenas de mulheres fizeram a “Dança pela água em missão de PAZ!” nos quatro cantos do Brasil. Destacou-se a força das mulheres de Campo Grande (MS), não somente com a dança, mas com os cursos *Commodities Ambientais*.⁹⁵

Neste trabalho ímpar, de profunda sensibilidade com a condição feminina, constroem-se os documentos BECE. O trabalho é brilhantemente coordenado pela cientista da Embrapa, Maria Ribeiro, por Áurea da Silva Garcia, presidente do Mupan, e pela engenheira, especialista em recursos hídricos, Synara Aparecida Olendzki Broch.

Estes documentos apontam os problemas e enfrentamentos sociais a que estão diariamente submetidas. Vão desde assoreamento

⁹⁴ Qublát Falastinía: “Besos Palestinos” ou “Beijos Palestinos”. Agradecimentos a Carlos Tebecherani Haddad, professor e pesquisador do idioma árabe da Universidade Católica de Santos (SP).

⁹⁵ “Commodities Ambientais: perspectiva de gênero e lideranças comunitárias”, pelo Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), entidade presidida por Áurea da Silva Garcia, e “Commodities Ambientais: o Produto Pantaneiro – Bacia do Alto Paraguai”, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com apoio da Embrapa Gado de Corte. Campo Grande, 4, 5 de março de 2004.

dos rios, conflitos entre alguns grupos ambientalistas com grupos dos movimentos sociais, empresários e governos. Demonstram a fragilidade destes ecossistemas, mas apontam soluções e fazem propostas pró-ativas para atenuar a tensão na região, que parecia um barril de pólvora na iminência de explodir.⁹⁶

O descaso de suas reivindicações foi observado por muitos nos últimos quatro anos, sem que ao menos se prestasse a devida atenção aos seus anseios. Os conflitos só aumentaram. Quando retornei a Campo Grande, também enfrentei ataques e acusações infundadas sobre o nosso trabalho na região.

Tenho acompanhado desde então uma série de suicídios de índias, assassinatos e perseguições em todo o estado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, com a derrubada de matas inteiras, de florestas centenárias, para produção de soja e criação de gado.

Mas essas mulheres, em seus documentos, em hipótese alguma propuseram algo que fosse contra a atividade produtiva e o desenvolvimento do estado; muito pelo contrário. Estavam preocupadas em conciliar o meio ambiente com a agropecuária e o desenvolvimento sustentável, com a inclusão dos menos favorecidos e com uma aliança pacifista num estado de guerra explícita.

Quando soube da notícia de que um ativista que se havia imolado, não prestei atenção. Achei que era alguém na Europa, no Oriente Médio, em qualquer outra parte do mundo; nem me dei conta do que se tratava. Como palestina nascida no Brasil, ativista desde jovem, já não me assusto com os mártires.

Passei da fase de me entristecer. Num ritual costumeiro, quando me deparei com “mais um”, procuro rezar para que esta alma passe para o lado de Deus e continue sua luta em comunhão com os que aqui ficaram. Meu sofrimento maior, porém, é pelas mulheres que ficam sem seus homens. Ou por outros, tão inocentes quanto os que vão junto em algum ato suicida.

⁹⁶ GARCIA, Aurea da Silva; BROCH, Synara Aparecida Olendzki. Percepções e subsídios para o crescimento agroambiental do estado do Mato Grosso do Sul e do pantanal sul-mato-grossense. Apostila do curso Economia Social das Commodities Ambientais Sul-Mato-Grossenses – DOC-BECE. Orientadora: Amyra El Khalili. Campo Grande, 4, 5 de março de 2004. <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos>

No caso do protesto suicida do jornalista e ambientalista Francelso⁹⁷, ocorrido em Campo Grande, aparentemente não houve outras vítimas. Mas, com certeza, a maior vítima do conjunto de fatos serão suas mulheres, seus entes queridos que aqui ficaram e que também ficarão com a missão de dar continuidade à sua luta, de perpetuar sua memória, de continuar sua caminhada.

Dentre todos esses, as que mais sofrem são as mulheres. Nenhuma mãe quer ver seu filho imolado, seja qual for a causa. Nenhuma mulher quer perder seu homem. Eu soube de algumas que se juntaram a eles em ataques suicidas pelo simples desespero de perdê-los. A vida sem eles é o pior martírio. Dão seu corpo à bala para preservar seu amor. Na Índia, em muitos rituais, quando o marido morre, a mulher entra na pira para se imolar com o corpo em chamas.

Não queremos mártires, nem que nossos homens se doem a uma causa sem fim, mas queremos que o mundo entenda a decisão de nossos homens de se imolarem. Por que o fazem e por que continuam fazendo? É preocupante que nossos jovens comecem a idolatrar tal prática como se fosse a única saída – a única saída por omissão dos governos e de miopia da mídia.

Uns se imolaram, outros foram atingidos por pragas e pestes; há os que são covardemente assassinados; outros se estrangulam em depressão profunda. Muitas mulheres enterraram seus homens, que morreram lentamente. E muitas meninas índias se enforcam para que ninguém possa ouvir seus gritos. As mulheres morrem em silêncio, agonizando aos poucos.

Se quisermos modificar este estado de coisas sem sentido, precisamos respeitar e acatar o que muitas mulheres têm registrado como proposta de vida: projetos de sustentabilidade.

A história do estado do Mato Grosso do Sul e do Pantanal Sul Mato-grossense está registrada, assinada e sacramentada nas lágrimas dessas mulheres.

Tenham certeza que, se depender do “Movimento Mulheres pela P@Z!”, elas não ficarão mais uma vez sozinhas. Elas sabem o que dizem, porque pensam e vibram. Pensem nisso!

Qublát Falastinía.

⁹⁷ Francisco Anselmo Gomes de Barros, 65, da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (Fuconams)

MONSANTO: A DEMONIZAÇÃO DE UMA MARCA

Coloquei o cartão na caixinha e o sistema me pediu uma senha. Decodifiquei e saquei uma graninha. Era pouco, mas o suficiente para pagar o táxi e tomar um café. Noutro tempo, quando colocava o cartão na caixinha e o sistema me pedia uma senha, eu sacava uma gorda graninha. Dava pra comprar um carro, um apartamento, muita roupa boa na boutique e perfume importado.

Estes dias ouvi dizer que, porque nossas redes de informação deram espaço às respostas da empresa Monsanto, a economista palestina Amyra El Khalili tinha sido cooptada. Que as *commodities ambientais* não seriam mais sustentáveis; agora eram todas transgênicas.⁹⁸

Fico me perguntando por que temos de mudar de posição e dizer “amém” para algum grupo, seja pró ou contra os transgênicos. Sim, digo transgênicos porque aprendi debatendo, depois de muita discussão, que biotecnologia quer dizer muita coisa, e que transgenia é apenas uma parte da história da biotecnologia. A gente aprende um bocado quando ouve a versão do outro.⁹⁹

⁹⁸ FRANKLIN, Leonardo. “Discussão sobre transgênicos não pode se restringir à soja. Bolsa de commodities ambientais pode alavancar agricultura orgânica”. *Gazeta do Paraná*. 22/10/2004

⁹⁹ TRANCOSO, Elza. “Transgênicos marcam a nova era da biotecnologia. Exploração da diversidade é mais saudável. Economista condena a monocultura e defende a ética e a pesquisa pública”. Suplemento Cerrado. *Jornal de Brasília*. págs. 3, 4, 5 e 6. 19/11/2004.

Mas naquele tempo, quando eu colocava o cartão numa caixinha e sacava uma gorda graninha, eu aprendi que em todos os setores existem interesses econômicos, seja do lado pró, seja do lado contra. Aprendi que, para fazer dinheiro, nada melhor que uma boa confusão de conceitos e ideias, pois, quanto mais confusa a informação para a imprensa e a opinião pública, mais espaço terão os agentes intermediários.

Aprendi que as *tradings* ganham dinheiro de qualquer lado, seja dos prós, seja dos contras, porque ganham quando o mercado sobe, ao venderem *commodities*, e ganham quando o mercado cai, ao comprar *commodities*.

Difícil demais foi dizer para o movimento ambientalista que meio ambiente também tem seus interesses econômicos, ainda que na mentalidade de muitos ativistas eles estejam acima do bem e do mal. Encarnei a economista do diabo, a “capetalista”, falando palavras amaldiçoadas como *commodities*, mercado, marketing, lucro, prazos, taxas... E com o tempo, exorcizei a expressão *commodities ambientais*, que cunhei com lágrimas e sangue.

Fiz a rota da soja em 1995. Foram mais de 40 voos e 30 mil quilômetros rodados em nove estados brasileiros, correndo o Cerrado de cabo a rabo. Quando voltei, desisti do mercado de *commodities*. Estou falando das *commodities convencionais*, porque aprendi que de tudo que é lado há interesses econômicos, seja dos prós, seja dos contras.

Foi a melhor lição que aprendi. Se me permitem uma análise mercadológica deste grande debate sobre a Lei de Biossegurança, seja para os lados pró, seja para os lados contra, percebo que a indizível empresa, amaldiçoada pelos movimentos ambientalistas e dos direitos humanos, corre o grande risco de ficar à deriva de todo o processo de comunicação da qual foi responsável e, conseqüentemente, se vitimou.

Em breve muitos de seus concorrentes lançarão suas variáveis transgênicas a reboque da regulamentação deste mercado potencial. Então, teremos os transgênicos dos pró, que evidentemente serão os da Monsanto; e teremos os transgênicos dos contra, de seus concorrentes. Os transgênicos dos contra serão melhores que os da Monsanto, porque são do bem. Os transgênicos dos pró serão amaldiçoados por toda a eternidade. Excomungados e demonizados, representarão o código e signo de uma mão que veio para salvar o mundo da fome e encarnou o inferno em forma de marca.

Para os agricultores, esta mão se estende num momento em que a competição internacional os expurga para fora do mercado, com os subsídios da agricultura estadunidense, a formação de uma OMC europeia e o fortalecimento das moedas estrangeiras do primeiro bloco. Para estes agricultores, os ambientalistas paralisam, atrapalham e os jogam no fundo do poço com suas exigências de certificações ambientais, critérios e manejos, o que também não deixa de ter fortes interesses econômicos. Esta mão santa para esses agricultores é uma bênção.

Para os movimentos ambientalistas e sociais, a indizível empresa é a personificação do cão em forma de multinacional, detentora de patentes poderosas com seus genes e seus *royalties*, a perfeita imagem do capital ianque, que expurga os pequenos e exclui a tudo e a todos das decisões e dos mercados. Para esses grupos, é uma mão pesada que vem para detonar o meio ambiente, a saúde humana e privatizar os recursos genéticos. A mão demoníaca para essas lideranças é um inferno.

Caberá à insigne empresa compreender o que está produzindo e que imagem pretende fortalecer. Quem realmente quer atingir, e que riscos deseja correr. Qual o jogo que pretende movimentar no tabuleiro de xadrez, e que peças daqui por diante moverá. Se me permite uma análise mercadológica, e se a maldita fosse minha cliente, eu lhe diria: “Não subestime a inteligência dos consumidores, pois estes escolhem a lata de leite condensado no supermercado, identificando-a através de uma moça com um balde na cabeça. Marca, imagem, é coisa séria. Seja para o bem, seja para o mal.”

Dei meu conselho graciosamente porque prefiro continuar colocando meu cartão na caixinha, sacando o suficiente com dignidade para pagar o táxi e o cafezinho.

Ah, como eu queria ser cooptada pela Monsanto...

SOBRE PROSTITUTAS E PATROCÍNIOS

Sempre defendi a regulamentação da profissão de prostitutas, com sindicato nos moldes europeus, por meio do qual estas profissionais possam reivindicar o direito a tratamento de saúde, orientação psicológica, proteção e educação para seus filhos, sem que estes sejam discriminados e marginalizados.

Não sou contra as prostitutas. Sou contra a prostituição, pois sei que isto não implica simplesmente deitar-se com um estranho e se submeter às taras e manias de gente carente ou psicótica. Minha questão vai muito além. Inúmeras vezes, as prostitutas são agredidas, têm seus nomes utilizados como laranjas em operações ilícitas, são envolvidas em tráfico de drogas, estelionato e extorsão quando não têm um “painhu” para defendê-las – digo, um cafetão bem mercador. Sim, digo mercador porque também não faltam os que negociam o fato para fazer mal à mercadoria.

Há uma grande diferença entre ser prostituta ou estar prostituída. Ser prostituta é conviver com as circunstâncias que a vida impõe. Estar prostituída é aceitar as circunstâncias que a conveniência determina.

Tenho observado este comportamento com muita atenção nas relações entre o ambientalismo e o empresariado.

Quando defendo a regulamentação da profissão de prostitutas, estou defendendo a organização de uma classe profissional para que

estas mulheres não sejam mulas do ilegal e tenham seus direitos humanos respeitados.

O ambientalismo vive uma crise entre ser prostituta e estar prostituído quando se encontra diante da possibilidade de ter como parceiro o setor empresarial. Luta com a consciência, amedrontado ao se deparar com o cachê de um significativo patrocínio daquele que combate – o degradador ambiental. Age como se estivesse sendo assediado para um ato espúrio e reage em confronto permanente contra tudo e contra todos que tentam dialogar com os setores produtivos e sensibilizá-los para as causas ambientais.

Esta postura não colabora para o avanço e a execução dos projetos tão disputados e denominados com a marca “desenvolvimento sustentável”, que pedem a participação do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Disse bem: ORGANIZADA. Continuo defendendo a formação do sindicato das prostitutas, mas nem por isso me sinto prostituída, leviana ou colaborando para o aumento da prostituição.

Quando estimulamos a consciência ambiental, interessa-nos sensibilizar aquele que está na contramão do que pregamos. Não o contrário. Não precisamos sensibilizar ambientalistas, nem tampouco sensibilizar ativistas dos direitos humanos para as causas sociais. São os empresários, banqueiros, empreendedores, políticos e governos que devem ser sensibilizados.

Que o ambientalismo fique tranquilo: quando sensibilizamos os degradadores para o eco-eficiência, não há como se prostituir – o sindicato das prostitutas não arbitra em causas sensíveis, somente quando os direitos trabalhistas não estão sendo cumpridos.

Não se confunda ser prostituta com estar prostituída. Se você tiver um bom projeto, comprometido com seus valores morais e éticos, com regras e objetivos bem definidos, não há por que ter crise existencial, o que não quer dizer que você possa se deitar com qualquer um!

CAPÍTULO 7-

OS DESAFIOS DA ALIANÇA RECOs



AS DISCUSSÕES ELETRÔNICAS E SUAS ESTRATÉGIAS

É fundamental que a discussão sobre finanças e investimentos socioambientais possa ser levada adiante nos mais diversos fóruns. Muitas pessoas não têm conhecimento técnico sobre o assunto e ficam inibidas de se apresentarem ao debate, de contribuir para os trabalhos porque pensam não ter condições de manter o nível técnico dos financistas.

Se pretendermos fazer deste debate um nicho de técnicos e especialistas, será muito difícil ampliá-lo para que o tema “finanças sociambientais” chegue às comunidades e à mobilização da sociedade em busca de soluções. Daí a importância em traduzir e esclarecer o significado da palavra inglesa *commodities* e toda a gama de expressões que compõem a dialética econômico-financeira.

Tal debate deve acontecer sem que ocorram boicotes a palestras e cursos, acusações levianas e interferências nas metodologias das atividades educacionais que propomos. Há uma histeria ideológica que abomina a palavra *commodities* e mascara a essência da discussão. Estamos numa economia de mercado; então, é justo que todos possam compreender como agem as forças que determinam esse tão famigerado sujeito “capitalista” chamado mercado.

Classificamos tais atitudes reacionárias, dos que tentam obstruir nossa caminhada, como sintomas da mais profunda xenofobia do século

XXI. É natural, sintomático, perfeitamente compreensível o pavor da palavra *commodities*, mas é necessário, também, entendermos a posição de quem está tentando caminhar para a discussão. Sob hipótese alguma deve haver constrangimentos nem falsas interpretações, uma vez que os Fóruns BECE não dependem de governos para sobreviver, nem tampouco estão sob o domínio da iniciativa privada. É uma proposta da sociedade civil organizada, o que garante a legitimidade e sustentabilidade em longo prazo dos trabalhos, independentemente dos atropelos e desentendimentos das autarquias e interesses econômicos de alguns particulares que tentam inutilmente nos boicotar.

Temas como a implementação do MDL — Mecanismo de Desenvolvimento Limpo — são também bastante subjetivos. Localizar o ponto exato da formação dos créditos de carbono é apenas um entre outros aspectos que envolvem conhecimento técnico científico multi e interdisciplinar; este, e os outros, precisam ser tratados didaticamente pelo respeito ao direito de informação dos mortais cidadãos.

Entendemos que todos têm seus pontos de vista e enfoques técnicos que merecem atenção; assim é que vamos consolidando uma nova visão. Estamos empenhados em discutir propostas concretas para encaminharmos soluções econômicas, eminentemente brasileiras, sem que seja necessário — sempre — comprarmos inventos e tecnologias dos estrangeiros.

Nossas inquietações poderão ser mais bem e e mais competente-mente atendidas se trabalharmos coletivamente, com princípios éticos, se dividirmos, se compartilharmos conhecimento. O que certamente contribuirá para a manutenção do nível técnico dos debates, publicamente constatado no mundo real por muitos dos que fazem parte desta grande teia. Afinal, o processo de discussão é uma prática de desenvolvimento pessoal e coletivo. O problema das mudanças climáticas e demais problemas ambientais possuem uma envergadura biosférica. É por isso que os problemas são mundiais, de todo o gênero humano. Por isso transcendem as mesquinhas raciais e invejeiras, que corroem o desenvolvimento de uma consciência verdadeiramente planetária.

Outros, ainda, necessitam de encorajamento, não só para participarem ativamente, mas também para receberem orientação de quem tem as informações, para poderem dar continuidade aos projetos e pesquisas que estão realizando e construindo. Os que puderem, que

assessorem os que estão necessitando de luz — informação e orientação competente — para encontrar caminhos dentro dos conceitos genuinamente brasileiros de proatividade e cidadania.

Temos, particularmente, todo interesse em discutir políticas de guerra, compra de armamentos e impactos dos gases emitidos na camada de ozônio e, em especial, o impacto dos títulos “Créditos de Carbono” no mercado financeiro. É possível que para alguns “emissão de guerras” não tenha nada a ver com mudanças climáticas ou lavagem de dinheiro no sistema financeiro. Alguns até podem achar que estamos querendo fazer provocações ou criar um debate fora do contexto ambientalista. Por quê? Porque somos palestinos, judeus, alemães, negros, amarelos, etc.?

Sem restrições, somos todos, “euroasiafroamericanos”, filhos da biosfera. Como tais, devemos ampliar nossa percepção e tolerância para compreendermos algo fundamental e que está além das separatistas fronteiras raciais: o gênero humano.

De que adiantam os esforços da ONU? Qual o valor das marchas feitas por milhões de terráqueos pela paz mundial e de todos os esforços de cidadania e solidariedade humana se o cowboy texano — o imperador teleguiado da indústria petroleira americana — fez o que quis e bem entendeu, ignorando tudo e a todos? Vamos esperar o desfecho e ver se os prognósticos lúgubres se confirmam? O mundo está estupefato e paralisado de horror. Hiroshima, Nagasaki, Gaza, Cisjordânia, Iraque, Líbano, entre outros, são fantasmas que não assustam os senhores do conflito e das armas. Eles se alimentam disso. Vivem disso... desse negócio.

Sabemos que a inteligência e a competência brasileiras são tão boas — ou melhores — que as dos estrangeiros que têm sabido, em muitas nações, valorizar a existência de pesquisadores autodidatas, gente que sabe fazer e realizar e que muitas vezes é barrada no baile. Os nascidos depois de 1980 estarão, certamente, no centro desse turbilhão que são as mudanças atmosféricas e cujo colapso é previsto para as décadas de 2020 em diante.

Brasildade, liderança sul-americana, cidadania, orgulho nacional e autoestima são alguns novos diplomas que começamos — felizmente — a reconhecer e a utilizar sem desconforto ou medo. Quantas pessoas importantes e de excelente formação técnica e profissional estarão se apresentando para esta ocasião? Uma infinidade!

Vamos formar a nova identidade brasileira. A que veio, não para se subjugar; a que está chegando, para dizer quem somos de verdade. O Brasil e a questão socioeconômico-político-ambiental.

A inteligência brasileira tem amplas condições de sair da subserviência em que se encontra. Sabemos quanta competência, quanta gente importante — técnica e intelectualmente — está à disposição do povo brasileiro. Poderemos promover essa mudança de comportamento? É claro que sim!

Com certeza, os que participam deste encontro são pacifistas por natureza; do contrário, aqui não estariam. Enfim, vamos em frente que atrás vem muita gente!

OS EFEITOS ECONÔMICOS DA POLUIÇÃO DAS GUERRAS

Esses e outros temas, ausentes tanto dos debates quanto da mídia especializada dos agronegócios e finanças, devem imediatamente ser colocados em discussão, visando ao aprendizado contínuo com os demais setores da sociedade brasileira.

Todos sabemos perfeitamente o que significa a destruição da camada de ozônio; sabemos, também, que as condições de vida de humanos e demais seres vivos vão piorar. Grande parte da raça humana corre o risco da extinção.

Necessitamos muito da manifestação dos doutores, e demais especialistas em química da atmosfera, para que nos mostrem os reais perigos que essas emissões de guerras e químicos têm causado ao equilíbrio do planeta, mas, principalmente, aos seres humanos.¹⁰⁰

Pouco se conhece sobre os efeitos dos produtos químicos lançados sobre o pobre e inocente povo iraquiano, e libanês, e palestino e outros povos árabes. Os armadores são tão agressivos que a atmosfera mundial está seriamente comprometida, sem contar com as vítimas das guerras quando deflagrados conflitos incontroláveis no Oriente Médio. A li-

¹⁰⁰ CANAL SAÚDE. “Os rumos da Terra a partir do Tratado de Kyoto”. Entrevista com Amyra El Khalili, Vilmar Sidnei Demamam Berna, André Trigueiro e Rubens Born. Apresentação de Renato Farias. 7/4/2004. Disponível em www.canalsaude.fiocruz.br. Acesso em: março de 2006.

beração do brometo de metila é algo insignificante diante do que está para acontecer em termos de destruição da atmosfera e da camada de ozônio. Isso sem falar na economia que entrará em recessão...

Quanto um caça F16 emite? E os obuses? E as armas pesadas? Quanto a população iraquiana já engoliu de fumaça e químicos pesados lançados tanto agora como no passado? Quanto naquela noite do bombardeio “cirúrgico dos aliados” que apareceu nas telas das TVs do mundo inteiro?

E o povo palestino, o que tem suportado diariamente desde a Segunda Intifada? Nós, brasileiros, jamais tivemos aulas sobre uso de máscaras que protegem de gases letais. Esse tipo de aula está sendo dado há anos em muitos países do hemisfério norte - USA, Canadá, Iraque, Israel, Alemanha, etc.

Estamos falando da mesma recessão econômica que culturalmente impõe os métodos dos saqueadores das riquezas dos outros povos – a economia da Terra está sofrendo gigantescos revezes. A história do Brasil registra quanto de ouro foi roubado na colonização desta América, e quantas nações indígenas foram extintas enquanto suas terras e suas águas eram rapinadas.

Quando faltar água no primeiro mundo, tenham certeza, chegará a vez do Brasil e sua Amazônia, que guarda a água da humanidade, levando-se em consideração a escassez da água doce, que já é um problema enorme na Europa e em outras tribos. O controle sobre as águas tem o poder de fazer nações e governantes se ajoelharem diante do neocolonialismo. As facilidades que terão chamam-se novos produtos pelo poder do petróleo e da água doce, que são mais eficientes para subjugar um povo do que porta-aviões cheios de aviões supersônicos e carregados de foguetes.¹⁰¹

Enquanto perdurar esta visão econômico-belicista, será muito difícil impedir que o primeiro mundo – a corte – continue a poluir e a ditar as regras nos países extrativistas – tais como Kosovo, África do Sul, Oriente Médio e os latinos, incluindo-se, principalmente, o Brasil.

Todos sabemos dos muitos envolvimento em questões ambientais, da competência técnica que auxilia muitos dos nossos representantes no governo federal para evitar um novo saque das nossas riquezas na-

¹⁰¹ CAMPOS, Marcio Antonio. Entrevista com Amyra El Khalili: “Água para promover a paz”. Caderno ESPECIAL: Dia Internacional do Meio Ambiente. 5 de junho de 2005. *Gazeta do Povo Paraná*. <http://tudoparana.globo.com/gazeta-dopovo/brasil/conteudo.phtml?id=466569>

turais.¹⁰² Lembramos que o setor de mineração, em especial o siderúrgico, é o maior beneficiado com as guerras, pois, para operacionalizá-las, são necessárias toneladas de minérios – plutônio, tungstênio (no caso de Kosovo), ferro, gusa, aço e muito mercúrio, entre outros metais - para construção de tanques de guerra, aviões, jatos e armamentos. O estado de Minas Gerais e seus impactos ambientais que o digam!

Mais alguns subsídios de Gert Roland Fischer sobre o brometo de metila:

1- *Trata-se de um produto que extermina com a vida; não é seletivo e é de amplo espectro.*

2 – *Foi, ou ainda é, utilizado pelas empresas fumaceiras brasileiras na esterilização das sementeiras do fumo.*

3 - *As indústrias do hemisfério norte o usam como quem usa água para tomar banho. Esterilizam o solo com o auxílio de grandes tratores agrícolas, acoplados aos quais estão tanques de 3, 4, 6 mil litros ou mais do brometo de metila que desce por tubulações, através de aivecas que cortam profundamente o solo, e lá embaixo – 50 cm ou mais -, liberam o líquido que é coberto com a movimentação do trator, evaporando-se ou volatilizando-se nas partículas do solo que se encontram acima, matando sementes, bactérias, fungos, actinomicetes, minhocas, vermes, etc. e etc., enfim, tudo o que encontram pelo caminho em direção à atmosfera. Ao chegar à atmosfera, essas moléculas voláteis do brometo de metila começam uma lenta, mas persistente subida de mais de 45 km, em direção à camada de ozônio. Nessa subida, que pode levar meses e mesmo anos, ao encontrarem o O₃ ou ozônio, reagem com ele em forma de cadeia, e, numa reação que não mais tem fim, vão destruindo os O₃, formando complexos estáveis e instáveis. São mais virulentos que os CFC's – cloro flúor carbonos –, gases que escapam das reações térmicas que ocorrem na moldagem do poliuretano e de isopor. O plástico se estabiliza, passando a ter formas definidas e o veículo que permitiu a expansão do plástico, dando-lhe porosidade, escapa e vai também destruir as moléculas de O + O + O = O₃.*

¹⁰² NANNI, Sara. Royalties de petróleo: recursos para a sustentabilidade ou instrumento de barganha política? ComCiência n. 39. Disponível em: <www.comciencia.br>. Acesso em: março de 2006.

MDL e agronegócio

Os projetos de MDL não deveriam se restringir somente ao plantio de árvores e co-geração de energia se sabemos que o setor do agronegócio brasileiro é o que sai disparadamente na frente e é o maior sequestrador de carbono no Brasil. Esses títulos poderiam ser transformados em subsídios aos pequenos agricultores brasileiros para poderem fazer frente aos baixos preços subsidiados aos agricultores estadunidenses, entre outros. O setor de agronegócios perderá o direito de se beneficiar com os créditos de carbono se não incorporar os princípios de produção das *commodities ambientais*, estabelecendo compromisso com a sustentabilidade dos agronegócios brasileiros; se não modificar o papel da mídia nos agronegócios em relação às mudanças climáticas, decorrentes do aumento da temperatura; se não esclarecer os produtores sobre os riscos de continuar plantando soja nas tradicionais regiões e sobre o que poderá ocorrer com o clima nestas regiões a partir do ano 2015.

É o momento de todos unirmos nossas forças, sem distinção, sem preconceitos, sem rótulos e nos mobilizarmos contra o desenfreado aquecimento global. Entender como sofreremos menos. Evitar postergar o suicídio em massa dos povos que perderam a cidadania e estão sufocados por dívidas. Impedir o aumento da criminalidade, da fome e da sede. Não permitir a autofagia de uma economia que pode nos fazer ficar mais pobres do que já somos, ter muito mais desempregados do que já temos, pagar muito mais impostos do que já pagamos.

Todos estamos na mesma trilha. Sejam os colaboradores e não apenas espectadores de uma história que podemos escrever a muitas mãos. Cabe a nós estabelecer uma rede científica – lembrando que cientistas não são somente aqueles que passaram um século em universidades; são, sim, aqueles cuja sabedoria e inteligência foram capazes de contribuir para mudar o rumo da história – que possa contribuir com administradores e governantes e orientá-los para que este país saia definitivamente deste abismo intelectual e social.

A nova identidade brasileira está se construindo *democraticamente*.

A hora e a bola da vez pertencem ao Brasil!

A FOME COM A VONTADE DE COMER CARBONO

Créditos de carbono são bônus, não são *commodities* (mercadoria padronizada para compra e venda) nem derivativos (derivado de ativos). Podemos desenhar um derivativo sobre um Título da Dívida Pública, ou uma TDA (Títulos da Dívida Agrária), ou um precatório. Créditos de carbono são contratos transferíveis e podem ser títulos tais quais os precatórios, tais quais os Títulos da Dívida Pública, tais quais as TDAs. Trata-se de um acordo, de um compromisso em que uma das partes se compromete a reduzir a emissão do gás carbônico e a outra parte paga por este compromisso. Assim, poluição não é mercadoria, ainda mais quando se deseja eliminá-la, pois a *comoditização* pressupõe estoques, ou seja, nós somaremos na engenhoca e não diminuiremos. Troque os sinais: ponha + no lugar de - = (-). Se você inverter o cálculo, estará promovendo estoques de CO₂ e não redução de CO₂.

Não confunda, por favor, tomada com focinho de porco. Ou será que fizeram toda essa confusão na mídia propositadamente, com o objetivo de se apropriarem das garantias reais caso o compromisso não seja cumprido? Garantias estas, como, por exemplo, terras, fazendas, áreas de preservação ambiental, mananciais, águas subterrâneas, banco genético, bens mobiliários, aval, fianças bancárias, e até mesmo — por que não — empréstimos a juros escorchantes? Como alguém tão despreparado, que nunca trabalhou ou negociou na mesa de uma

corretora de valores e mercadorias, ou sequer atuou com profundidade no mercado financeiro, pode assumir compromissos em nome de uma nação neste “mecanismo” de finanças tão engenhoso? A não ser que esse alguém, sabedor desta engenhosidade, tenha acordado a entrega de tais garantias reais, como, por exemplo, a Amazônia.....!

Vamos nos engenhando para ajudar a esclarecer a opinião pública sobre o que está por trás da cortina de fumaça.

Mecanismo vem de mecânico, engenharia, a mais pura engenharia. Juntando os créditos (bônus) + os fundos = MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Estamos falando de engenharia financeira. Ora pois, o MDL nada mais é do que um conjunto de ações e reações do mercado que estabelece um mecanismo de engenharia financeira para os mercados de capitais propostos no modelo do antigo paradigma, ou seja, na premissa de que o mercado resolve tudo pelas forças do próprio mercado.

Vejam esta equação: temos mais um ativo (ecossistemas) para adicionar à estratégia de arbitragem: fome + água + petróleo = monocultura + água + carbono. É um formato sedutor para tradings a serviço das transnacionais que migram de um país para outro, sem compromisso com o investimento nas comunidades e com o meio ambiente que exploram. A coincidência vai favorecer, talvez, a proximidade das indústrias dos agroquímicos com operações casadas nos mercados de insumos.

Agora, tente decodificar esta equação e entenda como os operadores montam esta negociação nas bolsas. Quando o assunto é tributo, aí a coisa fica mais complicada. É o caso do ICMS, cuja lógica está incorporada ao modelo convencional de produção, ou seja, tributo sobre bens privados ou serviços; porém, quando nos referimos a matrizes ambientais, não podemos utilizar a mesma lógica cartesiana se estamos tratando de bens difusos.¹⁰³

Negócio da China

De tudo o que se sabe e vê, não estariam, infelizmente, alguns desesperados e mal-informados cambistas por aí vendendo gato por lebre, ou, pior, definindo poluição como *commodities*, imaginando abocanhar parte

¹⁰³ NANNI, Sara. “ICMS Ecológico - Recursos para a sustentabilidade”. Revista *Ciência e Cultura*. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Cienc. Cult. v.55 n.4. São Paulo out./dez. 2003 – <http://cienciaecultura.bvs.br>

da gorda mesada que as bolsas generosamente sustentaram nos índices agropecuários (derivativos — bois, soja, milho, açúcar, álcool, etc.)?

Muitos investidores estão totalmente descrentes em relação a estes contratos agropecuários — que representam menos de 3% do volume negociado nas bolsas —, preferindo apostar nos contratos financeiros, como, por exemplo, os índices de câmbio, as taxas de juros, as ações, entre outros títulos que fazem a festa dos banqueiros. Têm questionado, é claro, sua eficácia, fazendo com que alguns técnicos e pesquisadores voltassem suas atenções para o desenho de um novo contrato, que pudesse manter a generosa ajuda financeira das bolsas e captar recursos dos países do hemisfério norte, além de outras benesses. Estes índices agropecuários não deram os retornos esperados, acumulando prejuízos em mais de 20 anos de investimentos, resultando daí a necessidade, para a manutenção da generosa mesada, de produzir criativamente “novos contratos”, entre eles os cobiçados índices de gases do efeito estufa, em especial o CO₂, e o que a criatividade mercadológica permitir, esperando que estes papéis venham a se tornar em breve o grande negócio da China. Aliás, a China não fica atrás; está fortalecendo sua moeda com sua própria bolsa de carbono.

Por falar em “negócio da China”, atendem para os acordos entre o Brasil e a China e seus impactos ambientais, uma vez que a soja transgênica é utilizada no mercado interno chinês, e a convencional é reprocessada e vendida com alto valor agregado para países da Europa e ao Japão, que não aceitam os transgênicos. A arbitragem consiste em alcançar estrategicamente os mercados da China financiados pelos créditos de carbono e aumentar significativamente a produção de soja para atender à demanda desse potencial mercado asiático.

Precisamos reconhecer que estamos conferindo uma importância absurda aos créditos (papéis), sem nos preocuparmos em lastrear este papel com a moeda real — mercadoria, *commodity* — e que esta *commodity* seja “ambiental”, pois, do contrário, estaria apenas repetindo o modelo convencional, que é insustentável. Somos nós que faremos as coisas acontecerem, como também os responsáveis por fiscalizar as ações em projetos e atitudes de mercado.¹⁰⁴

¹⁰⁴ FREITAS JR., Gerson Alves. *O mercado do aquecimento global*. Agrinova. Ed. n. 46, ano 5. São Paulo: IT Mídia, abr. 2005.

Quanto à experiência e pelos equívocos já concretizados nesses projetos de abrir fronteiras no Centro-Oeste, na presença das poucas e últimas preciosas áreas de preservação permanente, estaríamos repetindo os equívocos que estão totalmente na contramão, credenciando projetos inconsequentes, com benefícios mal-explicados, sem respostas por parte dos técnicos cientistas (consultores ambientalistas!?) que elaboraram tais propostas, viabilizando a derrubada de todo o Cerrado, da Amazônia, detonando todo o patrimônio cultural, genético e logístico brasileiro ainda remanescente.

Com toda boa vontade, sem querer ser pessimista, mas dar créditos de carbono para engrossar a monocultura do biocombustível, acreditando que eles possam ser revertidos em benefícios para os nossos irmãos famintos - tipo educação, planejamento familiar, geração de ocupação e renda -, é o mesmo que dar mais bônus para a miséria socioambiental brasileira. No caso da miséria, a fome é apenas uma modalidade que alimenta corruptos desde que o Brasil é colônia e cada vez mais esvazia as barrigas de milhões de cidadãos brasileiros.

Se, junto com o cartão da fome, digo, “créditos de carbono”, se distribuíssem educação e instrução a respeito das mais diversas orientações para o planejamento familiar, em pouco tempo estaríamos ensinando nossos compatriotas a aprender lições básicas de economia e finanças e colaborando para isso. Mas, repito, nada disso se faz sem educação. É passar o pires desavergonhadamente, sem que nesta cesta básica estejam no mínimo as esperanças e expectativas que elegeram as bases do Programa Fome Zero.

No entanto, uma das maiores vivências — senão a maior de todas — na luta ambiental e na proposição biosférica está na multidependência, na interdisciplinaridade e na solidariedade que a todos — e a tudo! — pode unir, sejam advogados, esportistas, artistas, economistas (financistas ou não), jornalistas, agrônomos, cientistas, donas de casa e leigos, pois somos todos, sem exceção ou exclusão, “filhos eleitos da biosfera”.

Se o ar que eu respiro é o mesmo ar que você respira, eu lanço gases na atmosfera. Então elaboro um projeto pelo qual vou deixar de lançar estes gases. Serei premiado por fazê-lo? Para que servirão os créditos de carbono? O que poderá vir a ser o mercado sustentável debatendo estratégias com as comunidades para seus projetos?

Exemplifico. O CO₂ absorvido pelas árvores, transformadas em lâminas, vigas, tábuas, móveis, casas, fica sequestrado no lenho mais que 50 anos, quando retorna. Esse ciclo do carbono de fator 50 é importante. A floresta queimada, como é feito na Amazônia brasileira, é a forma mais grotesca e ignorante de uso dessa nobre matriz para produção de *commodities ambientais*.

Esta constante e obrigatória interpenetração, gerada pela vivência na defesa do meio ambiente, proporciona o seguinte reflexo no tecido social no qual “vivemos e nos movemos”: ninguém sabe tudo, embora participe do todo (o meio ambiente, a biosfera). É necessário, portanto, humildade para aprendermos a depender e para conhecer o que nos é estranho, ou, por ora, difícil.

Devemos promover a mudança do modelo econômico, quebrando velhos paradigmas e estabelecendo novos rumos e parâmetros para orientar a nova sociedade, a sociedade que caminha para o modelo sustentável, conforme definido na Agenda 21. Precisamos de uma política econômica de longo, não de curto prazo, paliativa, que privilegia soluções estritamente financeiras em detrimento das necessidades socioambientais. O modelo sustentável não poderá caminhar estrangulando produtores com altas taxas de juros e apenas repetindo o velho, e cansado, sistema já comprovadamente falido e sem credibilidade.

As mudanças do clima acontecerão. O planeta Terra continuará o seu destino e promoverá, inexoravelmente, seus reequilíbrios, com ou sem a espécie humana.

A esperança e o bom senso serão os últimos a morrerem... de fome!

NOVOS RUMOS NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO BRÁSIL

Sabemos perfeitamente que aqueles que se propõem a debater – democraticamente e sem discriminações – a questão do clima e sua atual entropia planetária devem ter algumas pautas como chaves fundamentais para o seu natural desenvolvimento.

Concordamos, do mesmo modo, com todas estas inteligências, a sua, a nossa, a de todos. Será um time imbatível, com amplas possibilidades profissionais para todos. Neste sentido, estamos todos juntos no que tange à construção da nossa “verdadeira” independência; logo, do resgate de nossa cidadania emergente. Ou até quando o Brasil será pagador de *royalties* pelos milhares de patentes que utiliza dos estrangeiros porque não valorizaram a prata da casa (cientistas, pesquisadores e inventores)?

Somos tão afortunados, somos uma nação tão rica que possuímos em abundância os três elementos básicos para o sucesso que pode nos tornar o berço planetário da biomassa e exemplo mundial no estabelecimento de uma nova matriz energética limpa e renovável: água, sol e recursos vegetais dos mais variados para o êxito de uma nova ordem energética no mundo.

Não é sonho ou nacionalismo barato. É uma simples verdade, avaliada pelas maiores autoridades de nossa terra, como o professor Bautista

(fruto cultural, com sabor luso-afro-indígena). O Brasil poderá vir a ser o “alfa e o ômega” de uma nova ordem econômica neste novo milênio.

A água e os recursos hídricos (superficiais e subterrâneos, por exemplo) são um destes temas imprescindíveis. A água doce, acessível e em condições próprias para consumo, é condição elementar para a sobrevivência dos seres vivos.

Como podemos falar do estabelecimento de vias energéticas alternativas sustentáveis, um novo paradigma que determinará a transição da Era Fóssil para a Era Solar em nossa civilização Pré-Planetária, tais como a biomassa, sem que o tema água seja incluído com absoluto destaque? Consideramos isso impossível. Mas é evidente que se debaterão as questões que vêm a seguir, conforme análise de Gert Roland Fischer:

PETRÓLEO > COMBUSTÍVEIS DERIVADOS (DIESEL, GASOLINA, QUEROSENE) > MOTOR > CO² > AQUECIMENTO GLOBAL. Este modelo gera aquecimento da atmosfera. É o que acontece no momento com a frota dos países desenvolvidos, que mais poluem a atmosfera do Planeta.

Veja o ciclo que acontece nas outras coqueiras: CARVÃO MINERAL (fóssil) > coqueira > CO² > aquecimento global. Este processo não é sustentável.

Já o caso da cana-de-açúcar, geradora do álcool combustível...

CANA > ÁLCOOL > MOTOR > CO² > CANA. Neste ciclo, o CO² volta novamente para a cana e assim não há aumento do efeito estufa neste setor.

Os Fóruns Regionais BECE

Debater e consolidar publicamente os critérios e a operacionalização da certificação, classificação, distribuição (logística), comercialização, dos padrões de consumo e da produção das *commodities ambientais* é papel dos Fóruns BECE.

As florestas não são apenas carbono e madeira. Conservam uma incalculável diversidade biológica e cultural que não necessariamente

te sobrevive com o manejo, principalmente se realizado como atualmente, de forma ilegal e predatória¹⁰⁵.

Segundo o pesquisador Kenny Tanizaki Fonseca, além dessa diversidade, elas ajudam a regular mananciais hídricos e estruturam o solo, evitando a perda de sua fertilidade e o assoreamento dos rios. Também fornecem inúmeros produtos não-madeireiros – fármacos, lenha para cozimento, temperos, matéria-prima para artesanatos e utensílios domésticos – que auxiliam na qualidade de vida das populações florestais. Alguns trabalhos estimam que 40% das necessidades de uma família podem ser fornecidas pelo manejo doméstico.

Temos plena consciência de que alguns suspeitos e desavisados madeireiros fazem qualquer negócio para terem acesso às áreas de toras que se transformam em dinheiro, desta forma colocando em risco a credibilidade de toda uma categoria de profissionais capacitados para o manejo florestal. Não podemos, portanto, permitir a devastação inconsequente da floresta amazônica, bem como o de todos os outros paraísos florestais brasileiros ainda existentes. Engana-se, no entanto, quem pensa que nada está sendo feito aqui no Brasil.

Registramos, na estruturação de novos e mais eficientes padrões para Certificação de Manejo Florestal para Produtos Florestais Não-madeireiros, em Remanescentes da Mata Atlântica, a participação do Workshop de Vitória, consolidada em 20 de setembro de 2002 após profundas avaliações, testes de campo e contribuições, revisados pelo Grupo de Trabalho da Mata Atlântica (GTMA) em 20 de agosto de 2002, assim como a do Workshop de Florianópolis, cujos critérios foram amplamente debatidos.

Compreendemos que para viabilizar a produção de *commodities ambientais* de acordo com os padrões de certificação discutidos em Florianópolis, no item “Princípio # 4 - Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores”, seria necessário adotar os critérios de certificação comunitários e extrativistas do P&C do Forest Stewardship Council (FSC).

¹⁰⁵ Ver os trabalhos do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), na época do declínio do cacau e da elaboração dos planos de manejo florestal, onde 80% eram irregulares.

A introdução desta série de documentos expressa cristalinamente o que pensamos a respeito desta significativa questão:

É amplamente aceito que os recursos florestais e as áreas por eles ocupadas devam ser manejados para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais de gerações presentes e futuras”. A crescente conscientização do público sobre a destruição e degradação das florestas tem levado consumidores a exigir que suas compras de madeira e outros produtos da floresta não contribuam para esta destruição, mas ajudem a assegurar os recursos florestais para o futuro. Em resposta a estas exigências, proliferam no mercado os programas de certificação por terceiros e/ou de autocertificação.

O FSC (sigla em inglês que significa Forest Stewardship Council) ou Conselho de Manejo Florestal, é uma entidade internacional que credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações. O processo de certificação começa por iniciativa voluntária dos proprietários de operações florestais e responsáveis pelo manejo florestal. São eles que solicitam os serviços de uma organização certificadora. O objetivo do FSC é promover o manejo das florestas do mundo de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. Isso é feito através do estabelecimento de um padrão mundial de Princípios de Manejo Florestal amplamente reconhecido e respeitado.

O processo de construção da democracia implica o acolhimento de opiniões contrárias, ou não seria uma construção democrática. O debate permanente, construtivo e aberto, é o que desejamos, estimulando um processo inteligente de moldagem de um pensamento coletivo que muito irá contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso país e do nosso planeta.

A ECONOMIA NO MERCADO DE EMISSÕES E O FUTURO DO PLANETA

(TRADING EMISSION)

Se, de um lado, posicionamentos antagônicos, tais como o da maior potência econômica do Planeta (os EUA), ao cumprimento do Protocolo de Kyoto têm frustrado os objetivos da convenção, por outro, a formação de um Mercado de Emissões (*trading emission*) lhes dá legitimidade para argumentar que as vias do mercado resolvem tudo. Então, partindo da lógica da defesa acalorada do MDL, tudo o mercado resolverá. Se for assim, pergunto: **Se sua eminência parda – o Mercado - tudo resolve, por que os estadunidenses deveriam assinar o Protocolo de Kyoto?**

No Mercado de Emissões, os créditos de carbono poderão se tornar mera especulação virtual, se é que já não o são, caso tenham sido estruturados dentro de uma arquitetura financeira ímpia, portanto, duvidosa, em reuniões *privées e petits comités*, sem a participação e o conhecimento públicos, praticada por uma minoria de plantão e oportunista que pretende enriquecer da noite para o dia, operando uma fagia financeira voraz, sob os mais diversos rótulos, como, por exemplo, salvar o planeta do aquecimento global à custa das nações sul-hemisféricas ou advogando “pilantropicamente”

uma economia justa e solidária em nome do Estado de Direito.¹⁰⁶

Sabemos que este é um dos maiores perigos deste jogo financeiro, em que o crupiê e a banca não gostam de perder. Este direito - comprar e vender cotas de poluição -, ou modo de postergar as questões ambientais pelas vias do mercado, utilizando-se dos esforços e, logicamente, da exploração das nações sul-hemisféricas, só tende a acentuar o hiato civilizatório entre ambas, bem como o processo histórico de “Secessão Mundial”. É algo semelhante à guerra civil ocorrida nos EUA no século XIX, quando houve um sangrento confronto entre o norte, industrial e abolicionista, e o sul, escravocrata e agrário.

No entanto, também compreendemos que existem percepções legais e filosóficas bastante apuradas sobre esta questão: a formação de um mercado de créditos de carbono, seja no balcão (informal) ou bursátil (nos mercados de bolsas) e todas as variáveis que envolvem o debate sobre o quadro de mudanças climáticas no Brasil e no mundo.¹⁰⁷

Uma das valiosas contribuições veio da professora Simone Vicente de Azevedo, idealizadora e autora de um trabalho lúcido e de grande alcance reflexivo para quem lida com a questão do clima e do mercado de créditos de carbono. A autora escreveu:

*Esses tratados internacionais geram deveres e obrigações. Surgem daí diversos dispositivos legais oriundos de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental e, em particular, afinados com as questões relativas ao clima, que tornam o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) juridicamente viável no futuro.*¹⁰⁸

¹⁰⁶ RAMOS, Jaqueline Barbosa. “MDL, a licença para poluir”. *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Ano 12, nº 103. Ago/set 2002. Pags. 20 a 21.

¹⁰⁷ SOARES, Marcia. “Créditos de Carbono: proteção ambiental no mercado financeiro”. *Revista ComCiência Ambiental*. Editora Casa Latina. Ano 1, nº 1, jul./2006.

¹⁰⁸ AQUINO, Renata. Protocolo de Kyoto e empreendedorismo. Universia. Disponível em www.universia.net. Acesso em: abril de 2006.

A percepção global da magnitude da questão e de todos os seus reflexos econômicos, políticos, sociais e ambientais é um dos maiores desafios já enfrentados pela humanidade, pois sua solução efetiva exige um grande esforço no sentido de uma mudança paradigmática na relação homem-natureza.

Por isso, seria ilusório crer que apenas medidas de política econômica, ou mesmo transformações dos padrões energéticos, seriam suficientes para superar a crise ecológica provocada pelos valores que norteiam a relação atual do ser humano com a natureza potencializada a partir da revolução industrial.¹⁰⁹

Portanto, também concordamos com a autora:

Concluímos, então, que a única solução de fato para a crise ecológica mundial (sem desmerecer a utilidade e necessidade de mecanismos como o MDL) seria por meio de um processo paulatino de conscientização para o qual poderiam colaborar a reflexão filosófica a longo prazo, as práticas educativas a médio prazo e a aplicação da lei a curto prazo, no sentido do desenvolvimento de uma Ética Ambiental que se manifestasse naturalmente em todos os seres humanos do planeta. ... a adesão aos mecanismos de um desenvolvimento mais limpo e sustentável seria apenas a consequência natural de uma Ética voltada para a proteção do meio ambiente, sem que os interesses econômicos vigentes pudessem interferir tão negativamente, posto que a relação harmoniosa entre os habitantes do Planeta e o seu meio ambiente seria uma convicção e um desejo de todos.

Bônus versus mercadoria = juros versus produção

Commodities ambientais não são papéis voláteis. São mercadorias padronizadas para compra e venda dentro de critérios e princípios de produção do desenvolvimento sustentável. Existem concretamente.

¹⁰⁹ JOCKYMAN, André. Lucro Verde. Revista da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais – Abamec, Rio de Janeiro. Ano 31/ nº 3, 2003. Pag. 14 a 17

O que se pretende é uma mudança efetiva nos meios de produção e na matriz energética mundial. Tais mudanças poderiam proporcionar à humanidade e ao meio ambiente motivações econômicas com benefícios - a economia regional -, como preconiza a Agenda 21, com o lema: pense globalmente, aja localmente.

Muitos outros temas ainda não fazem parte – apenas por enquanto – da grande mídia e das editorias da grande imprensa econômica. Mas em breve, muito em breve, esses temas andarão de mãos dadas, em benefício do esclarecimento da opinião pública, visando simplesmente ao contínuo aprendizado com os mais diversos setores da sociedade brasileira.

A REVOLUÇÃO ECONÔMICA

- INVADIREMOS SUA MENTE POR TERRA, ÁGUA E AR¹¹⁰

Somos testemunhas do nascimento de um privilegiado e nobre Fórum de Discussão Virtual, espaço criado para o debate, a reflexão e a concreta viabilização de propostas socioambientais e econômicas. Iniciativa e criação multidisciplinar, genuinamente brasileira, com raízes em nossa histórica formação, a miscigenação – racial, cultural e espiritual –, condição sem a qual este espaço virtual estaria fadado ao insucesso, pois somos brasileiros (nativos daqui e de outros rebanhos) e temos como característica básica a “arte de saber misturar”.

Como bem disse o revolucionário ambientalista Apolo Heringer Lisboa:

“... não se governa sem a alegria e a energia indomáveis do povo, nem este se substitui pela inércia burocrática.”

É esta alegria que nos move e comove – não apenas no futebol, na música e no carnaval –, que nos torna uma nação ímpar em todo

¹¹⁰ Releitura adaptada da coletânea “Desafios do Fórum Social Brasileiro de Mudanças Climáticas”, produzida por mim em parceria com Gert Roland Fischer, Maria Helena Batista Murta e Marcelo Baglione, num momento em que sofri perseguições político-ideológicas e discriminação racial, sexista e religiosa por defender os interesses econômicos das minorias.

o mundo. Não há nada que se compare com o nosso “jeito de ser”, alegre, afetivo, gente pacífica – nunca passiva!

Esta será, com toda certeza, a cara da nossa rede: uma Grande Taba de Vera Cruz, com tribos e ritos de muitos outros distritos, onde será falada uma única língua, comum a todos os povos da Terra: a da solidariedade. Esta característica do fórum pacifista, traço natural de nossa gente, faz com que estejamos em intensa sintonia com as ideias do físico ambientalista Délcio Rodrigues, que, dentre muitas coisas, diz:

Quais seriam os principais eixos de discussão para a formulação de um programa brasileiro que faça frente às questões colocadas no jogo das mudanças climáticas globais?

Lembrando que a questão ambiental é política, já que se trata de decidir qual grupo social ou espécie se apropria ou se apropriará dos recursos naturais para seu proveito, são dois os principais eixos: o primeiro, internacional, sendo de como o Brasil pode proteger a socioeconomia e a cultura brasileiras das consequências das mudanças climáticas, como tomar partido das oportunidades que aparecerão (e como passar ao largo dos problemas que certamente virão), ter clareza das nossas vantagens e fraquezas e, principalmente, desenvolver um projeto político para fazer frente a tudo isso.

O segundo, vinculado ao anterior, refere-se ao interior de nossas fronteiras, e passa por como seguir com o projeto de criação de uma sociedade mais equânime no meio de toda esta turbulência internacional, pois não podemos perder de vista as disparidades existentes na nossa sociedade e quanto mal estas trazem a todos nós, brasileiros, praticamente não importando a posição em que nos encontremos na pirâmide social.

Sabemos que nada disso se faz sem “relação”, melhor dizendo, inter-relação – seja ela virtual, ou não –, em que normalmente nos deparamos com alegrias, prazeres, traições e tudo de bom e não bom que ora nos une, mas que também nos separa não somente do semelhante, mas do nosso verdadeiro destino. É o destino desta aliança

está claro: é comunicar, informar, construindo, orientando, educando os vários segmentos e nichos de nossa sociedade, todos ávidos de esclarecimentos abalizados e voltados para a nossa realidade socioambiental, onde nada será imposto, pois na Grande Taba de Vera Cruz todos têm tijolo, cimento e talento para reconstruir, bastando para tanto apenas participar, trabalhar e relacionar-se. Como discorre nosso amigo, o padre irlandês, Patrick Leonard:

Um relacionamento humano exige conhecimento. Não posso ter um relacionamento com uma pessoa da qual não tenho nenhum conhecimento. A verdadeira amizade é resultado de um conhecer, dinâmica que abrange o ser inteiro de duas pessoas. Exige a comunicação, não somente das palavras, pensamentos e ações das duas, mas também as imagens, emoções e desejos que são a parte mais íntima do ser humano.

Pessoas, com a melhor das boas intenções, sentem-se no direito de decidir, determinar, controlar e distribuir aquilo que é de todos, porque têm uma função e compreensão de algo vital: sem água não há vida, sem ar é impossível respirar e sem terra... é impossível sobreviver dignamente. Sabemos que muitos estão nesta lida e que muitos se sentem objeto de outros que consideram os elementos terra, água e ar, assim como qualquer recurso natural, bens de uso exclusivamente privativo, podendo decidir sobre eles. O Chefe Seattle, em espírito, nos alerta, em seu discurso sobre o uso inconsequente dos bens difusos:

Sou um homem vermelho e nada compreendo. O índio prefere o suave sussurro do vento a sobrevoar a superfície de uma lagoa e o cheiro do próprio vento, purificado por uma chuva do meio-dia, ou recendendo a pinheiro. (...) O ar é precioso para o homem vermelho, porque todas as criaturas respiram em comum - os animais, as árvores, o homem. O homem branco parece não perceber o ar que respira. Como um moribundo em prolongada agonia, ele é insensível ao ar fétido. Mas se te

vendermos nossa terra, terás de te lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar reparte seu espírito com toda a vida que ele sustenta. O vento que deu ao nosso bisavô o seu primeiro sopro de vida, também recebe o seu último suspiro. E se te vendermos nossa terra, deverás mantê-la reservada, feita santuário, como um lugar em que o próprio homem branco possa ir saborear o vento, adoçado com a fragrância das flores campestres.

Estaria o Chefe Seattle falando das RPPN's - Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Unidades de Conservação - doadas (moeda de troca) em garantia para operações no mercado de carbono? A questão das águas é uma delas, tão importante quando a climática ou a posse das terras. E é mais séria que os próprios interesses econômicos de qualquer outra nação. Recordemos, então, alguns trechos do discurso feito pelo Chefe Seattle ao presidente Franklin Pierce em 1854, depois de o governo norte-americano ter dado a entender que desejava adquirir o território da tribo.

Ele trata sua mãe – a terra – e seu irmão – o céu – como coisas que podem ser compradas, saqueadas, vendidas como ovelha ou miçanga cintilante. Sua voracidade arruinará a terra, deixando para trás apenas um deserto. Esta água brilhante que corre nos rios e regatos não é apenas água, mas sim o sangue de nossos ancestrais. Se te vendermos a terra, terás de te lembrar que ela é sagrada e terás de ensinar a teus filhos que é sagrada e que cada reflexo espectral na água límpida dos lagos conta os eventos e as recordações da vida de meu povo. O rumorejar d'água é a voz do pai de meu pai. Os rios são nossos irmãos, eles apagam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar e ensinar a teus filhos que os rios são irmãos nossos e teus, e terás de dispensar aos rios a afabilidade que darias a um irmão.

A água, a terra, assim como o ar que respiramos e os recursos naturais, renováveis ou não, devem estar à disposição de todos, mesmo que tutelados, justamente por serem de todos. Entretanto, isto ainda

não ficou claro para muitos e é chegado o momento desta conscientização. Não existem gregos ou troianos. Existe apenas uma grande multidão que necessita destes recursos e que tem direitos sobre eles, embora jamais lhes tenham sido formalmente concedidos, reconhecidos e outorgados. Faz-se urgente antes que ninguém mais possa usá-los. O físico ecologista Fritjof Capra analisa:

Com efeito, no mundo inteiro, membros da comunidade acadêmica, líderes comunitários e ativistas sociais têm levantado a voz para nos dizer que temos de “virar o jogo”, e também para sugerir maneiras concretas de fazê-lo... Entretanto, as mesmas redes eletrônicas de fluxos de finanças e de informação podem ser programadas segundo outros valores. O problema não é tecnológico, mas político.

É chegada a hora de sabermos explicar e ordenar, por meio de um processo de comunicação honesto, transparente, comprometido, um dos fundamentos mais importantes da nossa futura sociedade planetária: a solidariedade. Doar conhecimento e trabalho voluntário é uma forma sublime de manifestá-la. Faz parte do processo de crescimento conviver com todo este desalinho e rever toda uma ordem de valores, conceitos; quebrar paradigmas e criar redes de pensamentos diversos que irão ao final construir a grande teia da vida.

As mudanças estão acontecendo de forma muito rápida. É como água que passa por nossas mãos e escorre pelo chão, sob nossos pés. Não temos tempo de raciocinar, de compreender o que está se passando diante de nós, tamanha é a pressa com que os fatos acontecem, especialmente os de magnitude histórica e biosférica. Vemos muita informação fragmentada e fazemos uso dos valiosos fragmentos que aos poucos nos ajudam a formar o quebra-cabeça da lógica e da compreensão.

Jamais se cogitou do valor de um raio de sol, ou de uma fonte cristalina que jorra do seio da Terra, do alimento que nutre o solo e faz germinar uma semente, ou do que mata a sede das mulheres, dos homens, dos animais e faz viver a humanidade e todos seres vivos. Pergunte-se: quanto vale a vida do meu filho?

Dar valor à vida

Foi para isto que viemos. É para isto que crescemos, estudamos e compreendemos o que nos chega. A grande diferença será estabelecida entre aqueles que souberem discernir e aplicar sabiamente os princípios da verdadeira sustentabilidade em sua própria comunidade, levando-a a um processo evolutivo que lhe permitirá mudar sua qualidade de vida, valorizando-a para que efetivamente seja possível a construção de uma economia justa, socialmente digna e politicamente participativa e integrada.

Não alcançarão estes objetivos todos aqueles que persistirem erroneamente em não acionar honestamente o dom divino dos sentidos: ver, ouvir, tocar, degustar, sentir e falar, excluindo-se, desta forma, a si próprios!

“Aqueles que entram na guerra de egos caem nas armadilhas da busca.”

CAPÍTULO 8 –
CULTURA E PAZ, QUEBRANDO PARADIGMAS



“QUÍMICA DE PELE” É UMA QUESTÃO DE AMOR¹¹¹

SÃO PAULO, 16 DE NOVEMBRO DE 1996

Querida Tia Irmã Maria do Carmo,

Envio-lhe, conforme prometido à minha mãe, a coleção de revistas de trabalhos manuais. Entre elas estão os livros “Mãos maravilhosas” que herdei de tia Geralda, guardados com muito amor e carinho durante 20 anos.

Tinha então apenas doze anos, quando minha tia me presenteou com seus preciosos livros. Foi um estímulo para motivar-me a tricotar e a “crochetar”, quando então invejava a habilidade dos dedos de suas alunas na igreja onde lecionava e sentia-me envergonhada por não sabê-lo fazer. Afinal, era a sobrinha da poderosa e consagrada professora. Como se não bastasse, a vergonha piorava, porque, além de poderosa e consagrada, a digníssima era também casada com o então não menos poderoso e consagrado tio Geraldo. Isto mesmo, o sr. Geraldo Costa, das Indústrias Matarazzo. Não era

¹¹¹ O pequeno Gustavo é descendente afro-árabe. Estudava na Unicamp desde os três anos de idade, quando afirmou que seria doutor para ajudar crianças pobres. Hoje é um jovem católico, praticante, catequizador de crianças carentes onde mora, desde então, num modesto bairro cercado por favelas na comunidade de São Marcos, no entorno da cidade de Campinas (SP). Gustavo é feliz... É o meu “Prêmio Nobel da Paz”.

dono do império, mas tinha fama e delegava mais que o próprio.

Ora, querida tia, não me pergunte por quê. É tudo muito simples: poder, fama e consagração de fato não se conseguem com dinheiro, mas com credibilidade, muito trabalho e um histórico de vida construído com humanismo e muito respeito ao próximo.

Foi assim a vida deste casal. Foi também esse o espelho de família que um dia quis dar ao meu filho Gustavo. Viver uma vida simples, humilde, porém digna, ser feliz com o que tem e brigar pelo que lhe é de direito comunitariamente. Não com o umbigo.

Mas o destino não foi tão generoso comigo. Não fui feliz com o parceiro. O Sérgio era muito desorientado, triste e amargurado, também não tinha nenhum referencial de família. Era filho de uma mulher negra com um homem branco muito racista, que nunca o assumiu. Sempre carregou no coração muita mágoa e conflitos. Quando o menino nasceu, as coisas pioraram. As dívidas aumentaram e perdi o controle sobre as contas, porque tinha que dar atenção ao bebê.

Minhas tias Geralda e Maria do Carmo, devotas em seu sacerdócio, sempre me ensinaram a rezar para conquistar serenidade e equilíbrio nas soluções dos problemas. Segui seus conselhos e tomei decisões radicais, como, por exemplo, me separar, trocar de profissão (de dançarina de shows para economista), e voltar para a casa da dona Elisa.

Voltar para a casa da dona Elisa foi a parte mais complicada. É um capítulo que não interessa. Você assistiu àquela novela mexicana Maria Mercedes? Isto mesmo, se encaixa. Vamos pular esta parte.

Como todos nós assistimos em Maria Mercedes, muita choradeira, pouca reza e nada de útil. Mais uma vez o espelho de família se refletiu no meu consciente. Meninos precisam de pai, meninos são pequenos homens... meninos, meninos, meninos. Bem, o casal Costa tinha três meninos lindos. Era apaixonada por todos eles; então projetei para o meu ter a criatividade e a sensibilidade do Eduardo, o espírito empreendedor e determinado para os negócios do Maurício e a disciplina e conduta do Zé Airton, temperado com a paciência e predisposição da tia Geralda, e uma boa pitada de credibilidade e liderança do tio Geraldo, sem a teimosia, é claro, da dona Elisa. Dela ele levaria a metodologia e a técnica.

– Ora, mas como?

Que pergunta, minha tia! É muito simples. Tudo isso só é possível com uma família normal, com pai, mãe, irmãozinhos, hora para co-

mer, lazer, escola e todos os predicados que o casal Costa tem.

Minhas tias Geralda e Maria do Carmo sempre me disseram que tudo o que você pede pra Deus ele manda. Cuidado pra não pedir besteira!

Pedi uma família pro meu menino, e Deus mandou uma Mãe Di e um Pai Lico através da linda Dulce, e, por ironia do destino e inconformismo dos racistas, eles são belissimamente negros, lindamente africanos e orgulhosamente guerreiros.

– Quanto ao meu menino?

Está ótimo. É devoto de Nossa Senhora Aparecida. Tem a criatividade e a sensibilidade do Eduardo, o espírito empreendedor e perspicaz para os negócios do Maurício, a disciplina e a conduta do Zé Airton, temperado com a paciência e a predisposição da tia Geralda. Está conquistando na escola e na vila a credibilidade e a liderança do tio Geraldo; a metodologia e a técnica da dona Elisa está adquirindo na Unicamp, mas a teimosia, é impossível tirar.

Bem, ninguém é perfeito!

Te amo muito, minha querida. Sua sobrinha (que responsabilidade!)

Amyra

In Memoriam

Irmã Maria do Carmo Costa

Genésio Silveira da Costa

Geraldo Onofre Costa

Carlos Eduardo Silveira de Costa

Maria Helena Silveira da Costa

DANÇA PELA ÁGUA EM MISSÃO DE PAZ!

DANÇA, IDENTIDADE E GUERRA

Eu só poderia acreditar num Deus que soubesse dançar!

F. Nietzsche

A *Raks el Chark*¹¹² foi popularmente denominada no Brasil como “dança do ventre” por consequência dos movimentos de dobradura da moeda no abdômen, imagem que impressionou os latino-americanos e os americanos. Em inglês, “belly dance” (dança do ventre), e, pelos franceses, com muito mais distinção, como “bela dança” (*belle danse*)¹¹³. A “dança do leste”, ou “dança oriental”, tradução do árabe para o português, desenvolveu-se no Brasil muito diferente das autênticas técnicas orientais, misturando samba, bolero, ballet e até lambada, sem a necessária base técnica. Algumas dançarinas, mal-orientadas, chegam a confundir músicas folclóricas e religiosas com músicas de dança. Para os eufóricos leigos, tudo é lindo!

¹¹² Raks = dança Charq = leste, oriente. Charqi = oriental, portanto, Raqsa Ach-Charq (ou Ash-Sharq) é Dança do Oriente, Dança do Leste; Raqsa Charqiyi = Dança Oriental. Raqsa Ash-Sharq é a pronúncia correta sendo Raqsa Al Sharq, para os egípcios e Raqsa Charkiyi para os libaneses. Agradecimentos a Carlos Tebecherani Haddad, professor e pesquisador do idioma árabe da Universidade Católica de Santos (SP).

¹¹³ Belle Danse em francês = bela dança e Belly Dance em inglês = dança do ventre.

Levam-se em média quinze anos para formar uma dançarina profissional no Oriente Médio. É uma dança milenar, registrada em torno de 5.000 a.C., desde o reino da antiga Mesopotâmia. Tem cerca de 3.000 movimentos possíveis de serem executados pelo corpo feminino. Sua base histórica tem origem nas danças beduínas em rituais de homenagem aos ecossistemas habitados pelos povos nômades. Essa história começa por volta de 11.000 a.C., em Jericó-Palestina, quando as beduínas passaram a desenvolver o cultivo agropastoril.

Elas¹¹⁴ observavam com atenção os répteis – jacarés e crocodilos –, pois, sempre que subiam em cardumes o rio Jordão (e, noutras regiões, o Nilo, o Tigre e o Eufrates), traziam as chuvas que, por sua vez, deixavam húmus nas margens dos rios. Observando que nestas margens crescia o trigo, passaram a manejá-lo, plantando sementes em outras áreas, juntando o húmus como adubo.

Foi assim que as beduínas, com seus companheiros, começaram a desenvolver a agricultura. Estes répteis passaram a ser considerados deuses, uma vez que traziam a mensagem de quando poderiam realizar o manejo do trigo em função das cheias dos rios. Neste período, também desenvolveram a armazenagem do cereal por longos períodos de seca; posteriormente, o Ocidente veio a adotar este sistema. Os graneleiros, hoje também conhecidos como silos, representaram a solução com a preocupação conceituada como “segurança alimentar”.

A fertilidade de Gaya – Mãe Terra

Seriam os sete anos de vacas gordas e magras uma preocupação dos nossos ancestrais com a segurança alimentar?

As beduínas podiam, a partir da armazenagem do trigo proporcionada pelo período de semeadura e colheita, realizar o planejamento familiar. Assim sendo, neste período optavam pela gravidez, pois ha-

¹¹⁴ São consideradas semitas todas as tribos beduínas, incluindo-se a etnia hebraica, cuja religião é o judaísmo. Com a migração destas tribos nômades entre outras que se miscigenaram, originam-se os ciganos do Ocidente; com a perseguição dos hebreus no Oriente Médio, advém a expressão “judeu errante”, ou seja, refere-se aos judeus que partem em busca de uma terra, uma nação. (Lactho Drom – Michele Ray-Gravas. *La Musique des tsiganes du monde de l'Inde a l'Espagne*).

via a garantia de alimento necessário pelos cinco primeiros anos de vida de suas crianças. Esta decisão, a de ter filhos, de ordem exclusivamente feminina, era compartilhada pelo companheiro em todo ritual de semeadura, plantio e colheita. O planejamento familiar estava intimamente ligado aos ciclos hidrológicos. Água, um bem sagrado que fertiliza a terra e permite que as mulheres decidam sobre sua fertilidade, dando-lhes a opção de terem quantos filhos a terra pudesse alimentar. Água, o sêmen de Allah!

As beduínas, agradecidas, dançavam à beira dos rios de águas doces enquanto realizavam a semeadura e colheita do trigo e cantavam para os deuses. A prosperidade da tribo era determinada pelos ciclos hidrológicos, bem como o equilíbrio entre riquezas naturais e seres humanos. O que ocorreu desde então com a humanidade?

As mulheres perderam a sua relação íntima com os ciclos hidrológicos e, conseqüentemente, entre tantos outros fatores (guerras, doenças, empoderamento), aconteceu o inevitável: desequilíbrio entre riquezas naturais e seres humanos. Hoje, recursos naturais de menos e gente demais.

As danças beduínas aplicadas na oficina “Dança pela água em missão de PAZ” objetivam resgatar a memória ancestral que todas as mulheres possuem das suas relações com o ciclo hidrológico e menstrual por meio dos movimentos executados pelas beduínas quando agradeciam aos deuses pelo presente que lhes traziam de bons ventos, boas águas e boas colheitas.

Estas mulheres construíram mundos riquíssimos como o dos faraós, a matemática, a agricultura, a astrologia, a medicina, o mercado, enfim, os valores culturais, políticos e sociais que são os pilares do Ocidente, ao lado dos seus companheiros, peregrinando pelo mundo árabe, na África, no Leste Europeu e na Ásia.

A verdadeira essência desta dança também navega por outros mares. É, especialmente, para a mulher madura, aquela que viveu todas as alegrias e frustrações do amor, transformando suas experiências de vida afetiva em movimentos. Movimentos somente possíveis com a explosão de sentimentos honestos e sinceros. Sentimentos plenamente cantados e visíveis aos olhos do povo de nossa origem: *o árabe*.

São necessários muitos anos de audição para captar as constantes alterações rítmicas das músicas orientais, apurado senso do signifi-

cado do que se está dançando e uma boa dose de conhecimento do que representam os sofrimentos das guerras e os preconceitos na vida do povo árabe.¹¹⁵

Essencialmente femininas, essas danças podem ser acompanhadas por homens, com movimentos masculinos, destacando-se o tórax, os ombros e os braços. A dançarina deve ser soberana, elegante, manter postura antes, durante e depois da apresentação. Ter simpatia, charme e, principalmente, muita humildade.

Quanto mais experiente a dançarina, mais sucesso faz. A cultura árabe respeita a mulher madura, a exalta e admira. Não discrimina a mulher de idade. Tem preferência pela mais cheinha, do tipo gostosa, matreira e vaidosa. Em casas noturnas, restaurantes e festas árabes é muito comum homens convidarem as mulheres para dançar. É o desafio do homem em provocar a sensualidade da mulher. Um jeito árabe de flerte (paquera), uma vez que os costumes e valores morais da cultura são extremamente rígidos.

O povo árabe é totalmente contra os padrões estéticos do Ocidente, que impõe à mulher ser jovem e magra, tornando a maioria delas infelizes. Isto sim é submissão! Os valores espirituais da cultura abominam a vulgaridade, considerando-a ofensiva. Enaltecem a autoestima feminina. Exaltam a virilidade masculina com suas músicas e danças de muita sensualidade.

No Brasil, em 1979, as danças étnicas árabes foram introduzidas pela mestra palestina Shahrazad Shahid Sharkid, que então iniciava um trabalho único no mundo, pela Raks el Chark. A meta de seu trabalho era a pesquisa e o estudo minucioso do corpo feminino pelo registro das mutações ocorridas a partir da aplicação de exercícios de

¹¹⁵ O histórico das tribos beduínas está registrado na cultura oral. Encontram-se narrativas em suas músicas, nas danças, nos contos que passam de pais para filhos, nos livros sagrados como O Alcorão, nas escrituras Baha'i, na Bíblia, no Talmud etc.; encontram-se também nos poemas de Rumi, Gibran Kalil Gibran, entre outros poetas árabes e persas. Os cantos beduínos enaltecem o meio ambiente e a mulher; relatam o amor do povo nômade pelos ecossistemas desérticos e suas paixões. A cantora egípcia Om Kalthoun expressou com toda essência de sua belíssima voz a história desses povos que encantam o mundo por sua passividade, benevolência e profunda sabedoria milenar. Om Kalthoun morreu cultuada como a "Mãe do Egito". Uma ativista feminina amada e respeitada. Jamais conseguiram fazer-lhe calar a voz!

sua criação. Há também, no trabalho de Shahrazad, enorme preocupação com a formação de crianças e adolescentes para a dança do ventre, procurando não confundir o trabalho corporal adulto com o infantil, ao respeitar seus espaços e suas mentes, tendo o cuidado de aplicar cronologicamente exercícios de fisioterapia para não provocar o universo infantil com o estímulo prematuro para a vida sexual.

Estas mutações são parte do cuidadoso trabalho de anatomia da mestra artesã, uma escultora de corpos, sempre com a preocupação de estabelecer limites ao corpo, o que não acontece com algumas danças ocidentais, quando, para alcançar a desenvoltura exigida, é necessário provocar contusões, quebrar ossos, forçar tendões, tensionar músculos além do suportável, o que torna cartesiano (reto, linear, quadrado) o corpo feminino, colocando-o em uma moldura onde todas ficam iguais.

Toda dança tem, evidentemente, um cunho sagrado, apesar de o Ocidente se apropriar indevidamente da técnica e da história para vender sexo, impor padrões estéticos e para a exploração do corpo da mulher e infantil, profanando os arquétipos religiosos. O homem sempre desejou aquilo que era de Deus e tenta adquirir, pelo manto da “comoditização erotizada”, valores que não lhe pertencem.

Danças folclóricas e de raízes

As “danças folclóricas e de raízes” possuem um poder indiscutível de aglutinação, pois se constituem na manifestação do comportamento cultural, histórico e social dos indivíduos. Refletem em sua construção coreográfica a soberania, o direito a viver dignamente, a cultura e hábitos dos povos das mais diferentes etnias, cores e credos, além de contribuir diretamente, pelo prazer que proporcionam, para a integração e educação de crianças e adolescentes. Estas danças resgatam e elevam a autoestima.

Portanto, devemos ter muito respeito por estas manifestações, que, por sua importância de trabalho em grupo, são verdadeiros alicerces para o desenvolvimento social. São instrumentos necessários para a formação do caráter cultural e intelectual, além de apurar o senso crítico pela observação e audição como formas de sensibilização.

No artigo do semanário Al-Ahram, o coreógrafo Omar Barghouti discute o significado da cultura e educação na preservação da identidade

nacional e o espírito humano ao mesmo tempo. A criatividade e o aprendizado são vitais ao projeto de sobrevivência, argumenta Barghouti, descrevendo como, mesmo sob o cessar fogo, o povo da sua vizinhança de Ramallah precisa de livros, música e jogos. Mesmo nos campos de refugiados, os pais, cujas vidas e posses foram dizimadas, estão preocupados em restaurar as escolas para seus filhos. Mesmo com esta cidade ocupada e destruída, Omar Barghouti mantém sua atuação na dança.

Barghouti põe esses valores num contexto histórico. Os palestinos, forçados a fugir de suas casas em 1948, são assombrados por seu fracasso em resistir, ele diz. Ele explica que esse fracasso é atribuído à “consciência limitada” do tempo, “a qual, nesse contexto, entende-se como uma combinação de ignorância, analfabetismo, falta de aptidões essenciais, como também falta de um sentido claro de identidade. Portanto, cultivar uma tradição de educação e a prática da cultura são a chave para a sobrevivência dos palestinos como um povo: “os palestinos não podem se dar ao luxo de não fazer parte da reabilitação cultural na sua batalha ampla de reconstrução e luta pela emancipação,” ele escreve. Neste ensaio comovente, Barghouti nos supre com a imagem da dança como um símbolo da sobrevivência e renovação palestina.

Nossa história sobre as danças étnicas árabes é muito mais longa, mas deixo esta contribuição para a reflexão e conto com todos para acompanharem este resgate da memória ancestral em busca da equidade social, dos valores comunitários e coletivos e da determinação de se construir uma economia justa e equilibrada como foi a dos nossos antepassados, quando a felicidade era pautada por uma “segurança alimentar” ordenada e coordenada pelas forças da natureza, com seus ciclos hidrológicos, ao cultivar a sensualidade como uma dádiva de Deus e exorcizar o erótico profanador e degradador da natureza humana.

Num tempo em que o ser humano fazia parte do ambiente e não o partia ao meio!

UÍSQUE, FINGIMENTO E SODA

Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem, ladrões escavam e roubam; mas ajuntai para vós outros tesouros no céu, onde traça nem ferrugem corroem, e ladrões não escavam nem roubam; porque onde está o vosso tesouro, aí estará, também, o vosso coração.

(Mt 6:19-21)

– Minha filha, inveja mata! – respondeu-me uma senhora religiosa ao telefone. Ela estava preocupada e me telefonou para contar um sonho que tivera comigo naquela noite.

Fora um sonho com algumas pessoas que tramavam minha morte: queriam roubar minha “joia de cristal”. Repetidamente, esta “sensitiva” respondia que a inveja matava e que eu deveria tomar alguns banhos de sal grosso com ervas e fazer umas rezas.

Perguntei-lhe, então, o porquê de sua preocupação. Ela respondeu:

– Você está mexendo com gente perigosa, pessoas que estão batendo nas suas costas, fingindo-se de amigas, enquanto fazem calúnias sobre sua pessoa, além de comentários duvidosos sobre sua competência, integridade moral, chamando-a de promíscua, entre outras difamações. É coisa de mulher despeitada. Minha filha, inveja mata!

Desliguei o telefone, pensativa, tentando desvendar o recado desta senhora, mas, de certa forma já, tinha descoberto parte da charada.

Imediatamente me lembrei dos dias de festas, quando trabalhava no mercado financeiro, dos coquetéis de lançamento dos contratos

da BM&F. Entre um uísque e outro, inimigos mortais, concorrentes, se confraternizavam, dando tapinhas nas costas, enquanto cochichavam nos ouvidos dos colegas o quanto odiavam aquele fulano.

Com o passar do tempo, estes ambientes passaram a me causar náuseas. Estavam longe de ser um ponto de encontro para negócios; mais pareciam um desfile de vaidades e demonstração de poder do que um espaço agradável para distribuir cartões de visita e fazer novos amigos.

Pensei que, livrando-me de alguns colegas engravatados dos mercados de capitais, me libertaria desta encenação vazia e fútil.

Será que me enganei?

Infelizmente, tenho encontrado no ambientalismo e nos grupos dos direitos humanos, principalmente entre os homens da justiça, as mesmas cenas e comportamentos que abomino no mercado financeiro. E, o que é pior: sem uísque, mas com muito fingimento e soda.

Lembrei-me, novamente, da senhora sensitiva que me alertava sobre a inveja; aquela traíçoera que mata.

O sucesso do Projeto BECE está lastreado em muitos anos de trabalho, conhecimento e – acima de tudo! – muita ética.

Poucas são as pessoas que podem questionar o sistema financeiro com a tranquilidade e a segurança com que o faço, e o faço porque tenho um passado limpo e honesto. Poucos têm coragem de fazê-lo. Não foi de qualquer forma que conquistei o reconhecimento. Meu nome e carreira estão esculpidos em cada tijolo da BM&F. Estão em cada centímetro dos mercados futuros e de capitais; em cada gota de suor dos operadores de pregão; em cada emoção na construção de BECE.

Se hoje estou na mídia, é porque tenho um trabalho de interesse internacional. Porque desenvolvo, com isenção, mercados emergentes, socioambientais, à frente deste projeto que idealizei e comando. É também por ter dedicação exclusiva e muita doação. Aos 33 anos, doei os direitos autorais do meu conhecimento para a organização que fundei; aos 36 anos, doei ao povo brasileiro o trabalho que me tem custado a vida, os mais de 20 anos valiosos da minha juventude, meus preciosos cristais: as *Commodities Ambientais*.

Apesar de algumas decepções, pretendo doar muito mais!

No reino da princesa (Amyra, em árabe) de Hebron (El Khalili) não faltam joias, fama, fortuna e elegância. Isto tudo é insignificante diante da grandeza que representa meu respeito pela humanidade.

Mágoas... tenho muitas, mas nada que me impeça de perdoar a mediocridade e o caráter mesquinho e duvidoso de algumas sombras.

Não devemos nos esquecer que o mesmo veneno que mata... é o que cura.

Em busca da cura, continuo acreditando na oportunidade de ter amigos fiéis e de conquistar fontes de conhecimento inesgotáveis. É por essas e outras coisas que eu ainda confio na força do Amor.

Então, Pedro, aproximando-se, lhe perguntou: Senhor, até quantas vezes meu irmão pecará contra mim, que eu lhe perdoe? Até sete vezes? Respondeu-lhe Jesus: não te digo que até sete vezes, mas até setenta vezes sete. (Mt 18:21-22)

POSFÁCIO

TEMPOS DE CRISE, HORA DE MUDANÇAS

Nos últimos anos, testemunhei constantemente os questionamentos sobre eventual mudança do paradigma econômico vigente, em virtude dos trabalhos desenvolvidos por Amyra El Khalili, relacionados ao Projeto BECE e seu objetivo de desenvolvimento de mercados de “commodities ambientais”. Como é de seu feitio, Amyra não foge de sua responsabilidade e, por intermédio das ideias contidas nesta obra, sinaliza a necessidade de inclusão de agentes econômicos para compartilhar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, o que se justifica em face do iminente colapso social, econômico e ambiental dos tempos atuais.

É marcante como o livro tece conjecturas sobre o ambiente pouco amistoso em que vivemos. E, por mais que os artigos tenham o intuito de debater o cenário latino-americano-caribenho, você pode ter notado que o conteúdo da obra pode ser bem aproveitado por outros leitores espalhados pelo mundo na solução de seus problemas locais.

Um atento economista poderia perguntar: será demasiado concluir que gerações de excluídos das relações econômicas formais pressionam o atual modelo de desenvolvimento? De fato, essa pressão se materializa tanto pela redução de mercados e fatores de produção (efeitos econômicos), quanto pela crescente ameaça à ordem pública (efeitos sociais), o que se pode constatar pelas

ilhas de prosperidade que flutuam em águas agitadas pela miséria, violência e poluição. É o quadro só tende a se tornar mais instável: a mão-de-obra é pouco valorizada; as relações internacionais naufragam em meio a desacordos e barreiras ao livre comércio; o endividamento é alto e concentrado em poucas contas credoras. Os recursos migram de forma significativa da economia real para a financeira, privilegiando uma minoria bem informada e não muito afeta aos anseios de uma maioria ressentida por mais investimento. A alavancagem financeira? Bem, esta é capaz de produzir grandes oscilações no preço de papéis que pouco representam o comportamento de bens e serviços transacionados na economia real. Criados com o propósito de conferir suporte e proteção às variações de preços, esses papéis passam a impactar os resultados corporativos em magnitude inquietante. Daí a forte lógica econômica que justifica o debate que se pretende reavivar nessa obra.

“Reavivar” é o termo, pois alguns conceitos aqui presentes já fazem parte, por exemplo, da agenda estratégica de empresas e governos que tentam exercitar conceitos como ética empresarial e responsabilidade social. Mas o problema é maior do que se podia imaginar há algumas décadas. Começa a ruir a crença de que podemos crescer indefinidamente, mesmo à revelia dos recursos naturais, desde que permaneçamos protegidos pela aura do avanço tecnológico. A escassez de fatores de produção, tais como a água ou o solo e sua fertilidade, bem como a alteração do clima e de suas condições estáveis de temperatura, são resultado da degradação ambiental, agravada pelo processo de poluição. Infelizmente, não mais conseguimos controlar os efeitos devastadores da degradação ambiental somente com ações paliativas, sem que novas externalidades¹¹⁶ negativas venham à porta cobrar um alto preço.

Por isso, Amyra mostra que é imprescindível estabelecer novas alternativas de organização. É preciso valorizar os recursos naturais de que dispomos e estabelecer limites à ciranda financeira. Mas por que é tão difícil mudar o rumo da nau, mesmo com a tempestade que se vislumbra no horizonte? Suspeito que mesmo que as águas inva-

¹¹⁶ Externalidade é um conceito econômico, que se define pela imposição involuntária de benefícios ou custos a terceiros a partir de uma determinada atividade, sem que haja pagamento pelo benefício ou ressarcimento pelo dano.

dam os porões do nosso navio, haverá outro aguardando os oficiais mais graduados. Sempre haverá dinheiro para resgatar os poucos privilegiados capazes de girar novamente o círculo vicioso de um modelo em crise. Será que a dificuldade em se implantar uma forma de desenvolvimento mais justo e equitativo tem origem na própria natureza do ser humano e de suas relações? Se pudéssemos reviver as mudanças sociais e econômicas ao longo da história, poderíamos constatar que são geralmente conduzidas a partir de processos de dominação e exploração. A natureza humana tem-se revelado em exemplos perniciosos de desenvolvimento, em que os pares são subjugados pelas armas ou pelo capital. Apesar do aprimoramento tecnológico conquistado ao longo de séculos, os valores basilares sobre os quais estão alicerçadas as relações humanas parecem seguir um lento processo evolutivo.

Esse comportamento revela a insistente hostilidade presente em nossa sociedade. A hostilidade não se resume à agressão física; ela é também de natureza moral. A hostilidade se revela na busca ilimitada por objetivos pragmáticos e estritamente pessoais, frequentemente conduzindo a ações que ferem os preceitos mais elementares da ética; no excessivo sentimento de apego materialista, que dificulta a orientação humana para a visão de mundos mais harmônicos e justos; na indiferença e no descaso para com a condição precária de seu semelhante, refletindo falta de solidariedade e generosidade.

Assim, o debate que esta obra se propõe provocar não se limita, como visto, à mera revisão de modelos e conceitos socioeconômicos, mas trata também de evocar e invocar velhos valores, que devem ser intrínsecos a qualquer forma de desenvolvimento. Se analisarmos o princípio de criação, produção e negociação das “commodities ambientais”, estaremos envolvidos por uma rede de solidariedade social caracterizada por mútua cooperação, defesa do meio ambiente e reconhecimento do valor do trabalho. Esse cenário conduz não somente à criação de novos mercados produtores ou consumidores, mas, principalmente, a uma justa divisão de riquezas, fomentando melhor condição de vida e convivência entre os povos.

Há que se ter em mente, portanto, que o surgimento de novas oportunidades econômicas, pavimentadas com valores éticos e morais, é remédio eficaz não somente para os povos americanos,

mas também para outros que, não obstante as diferenças éticas, religiosas e culturais, ainda convivem, da mesma forma que nós, em um ambiente hostil.

RODRIGO PEREIRA PORTO

Servidor do Banco Central do Brasil, é pós-graduado em Finanças pelo IBMEC e mestre em Economia pela Universidade de Brasília (Unb)

A ESTRATÉGIA É MUDAR O SISTEMA

REVISTA *NOVA CONSCIÊNCIA* Nº 3

Dedicada à causa ambiental, dos direitos das minorias e pela paz entre as nações, a economista Amyra El Khalili realiza projetos que buscam desenvolver uma economia solidária.

Por Léia Tavares

Atuando por duas décadas no mercado de capitais, trabalhando como operadora da BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), a economista Amyra El Khalili já realizou transações gigantescas, negociando contratos e títulos, além de moedas, ouro, petróleo, gado, café e outros insumos. De ascendência palestina – seu pai veio refugiado do Oriente Médio em 1960 – e, tendo conhecido a fundo as mazelas sociais e os mecanismos perversos de exploração da natureza também do homem pelo homem, Amyra sempre esteve engajada na luta pelos direitos das minorias, pelo equilíbrio ambiental e, principalmente, pela paz, razão pela qual já foi indicada para o Prêmio Bertha Lutz 2007, e para o Prêmio Mil Mulheres, ao Nobel da Paz 2004. Lidando diretamente com as grandes especulações internacionais e conhecendo a fundo esse jogo em que tanto se ganha quanto se perde em milhões num mesmo dia, ela passou a estudar a relação direta entre as guerras e o mercado financeiro: “Percebia que a cada vez que o petróleo su-

bia, estourava uma guerra em algum lugar, o que, conseqüentemente, tinha correlação direta com a morte de pessoas. Quando os banqueiros estão ganhando dinheiro de um lado, proporcionalmente estão morrendo milhares do outro”. Isso serviu para aproximar Amyra das questões que envolvem o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Não compactuando com a frenética atividade predadora do mercado financeiro, preferiu lançar-se a novos desafios, dentre eles o de fazer valer a ética nas macrorrelações econômicas. Se havia quem estivesse lucrando com o petróleo e as guerras, sua proposta foi a de desenvolver um modelo econômico mais justo e solidário.

E foi assim que ela, em 1996, fundou o Projeto BECE – Brazilian Enviromental Commodities Exchange -, sigla em inglês para Bolsa Brasileira de *Commodities* Ambientais, que tem como base o tripé educação, informação e comunicação. Com sua união à REBIA - Rede Brasileira de Informação Ambiental -, formou-se a parceria BECE-REBIA. O projeto BECE busca estimular não apenas a produção de pequenos agricultores, como também desenvolver atividades de valorização cultural de pequenas comunidades. Todo o trabalho desenvolvido por sua organização pode ser mais bem conhecido no portal Meio Ambiente, e também por meio de sua publicação, a *Revista do Meio Ambiente*. Amyra acredita que só por meio da informação é que poderemos construir uma economia mais solidária, respeitando-se as diferenças culturais, multirraciais e religiosas. Mas para isso é preciso uma nova consciência no meio econômico.

Durante duas décadas atuando no mercado financeiro, como você se especializou na questão ambiental?

Estudando o binômio água-energia e constatando que o grande problema do Oriente Médio não era só petróleo, senão a escassez de água. Foi por isso que me senti sensibilizada pelo sofrimento de tanta gente. Entendi que estava diante de uma grave questão ambiental. “Percebia que a cada vez que o petróleo subia, estourava uma guerra em algum lugar, o que, conseqüentemente, tinha correlação direta com a morte de pessoas. Ao mesmo tempo em que isso gerava em mim um enorme mal-estar, junto dele aflorou uma consciência mais ampla, que me levou a pensar: “Assim não é possível! Esse sistema financeiro, responsável por tantas mortes, deveria estar favorecen-

do a vida”. Quando os banqueiros estão ganhando dinheiro de um lado, proporcionalmente estão morrendo milhares do outro. E há uma lógica nessa relação; ela não é mera coincidência.

As guerras no Oriente Médio estão diretamente ligadas à questão do petróleo e da escassez de água. Na América Latina, quais são nossos maiores problemas ambientais?

A América Latina é abençoada por Deus. Encontramos em nosso país, por exemplo, a maior biodiversidade do Planeta. Temos, inclusive, água abundante e terras férteis, que os outros continentes já não têm. Contudo, as mesmas preocupações que os meus irmãos árabes têm com as guerras no Oriente Médio, poderão ser as nossas daqui a alguns anos, justamente por conta da escassez da água. Costumo dizer que água e petróleo são hoje a mesma moeda, e logo a água estará ainda mais cara. Outro problema a ser tratado é o de nossa cultura de servidão ao sistema financeiro internacional, essa aceitação passiva de uma subserviência que nos torna sempre vítimas da usura do capital estrangeiro, que só faz fomentar a corrupção endêmica que infelizmente nos assola. Em Cochabamba, por exemplo, já houve convulsão social por causa da água. Já no Uruguai foi necessária uma reforma legislativa para que ela voltasse às mãos do governo e da sociedade, pois estava sendo privatizada. Ora, a água é um recurso natural de uso público chamado *bem difuso*; pertence, pois, a todos e à Nação. A iniciativa privada não pode simplesmente cercar uma bacia hidrográfica e dizer-se dona dela. Antes de tudo, deve-se prover água suficiente para a agricultura, para os animais e toda a população. Somente seu excedente poderia, em hipótese, ser comercializado. A lei ambiental é clara nesse aspecto. E, além disso, ainda há toda uma série de problemas hídricos que deve ser sanada pelo Brasil a fora.

Poderia exemplificar algum?

Temos o Nordeste inteiro na seca e há regiões que têm água, onde esta, por estar contaminada, não pode, ser consumida. Isso sem falar dos problemas de saneamento básico, dos poluentes, dos dejetos, do material inorgânico e dos resíduos químicos que vão parar nas águas! Hoje os maiores contaminadores de águas no

Brasil são as próprias prefeituras. As indústrias, devido à enorme pressão judicial, já começam a ter filtros. Diria que hoje são elas as que menos poluem, salvo exceções. Mas ainda há muito dejetos sendo jogado diretamente na água. Recentemente, por meio de nossas redes de informação, a bióloga ambientalista Rose Dantas denunciou o maior desastre ambiental no Rio Grande do Norte, a contaminação, por resíduos químicos, de vários mangues que deságuam nos rios da região. Resultado: 40 mil toneladas de peixes mortos, isso sem contar as pessoas que se alimentaram deles e que morreram por intoxicação, e do quanto isso tem afetado toda a rede de saneamento básico do estado.

E esses casos não são amplamente divulgados...

Na grande mídia, não. Divulgamos por aqui, pelas nossas mídias ambientais, mídias alternativas. Por isso é que ainda estou em pé, pois acredito na importância da informação colocada de forma honesta e transparente. É preciso torná-la ainda didática para que a sociedade possa pensar melhor seus fatos. De novo me vem à mente a palavra *consciência*; não adianta fugir dela, e gosto particularmente da expressão *nova consciência*, porque não podemos querer que as coisas continuem sendo feitas ou resolvidas com base nos padrões ultrapassados das velhas meias verdades, por meio de modelos cada vez mais desgastados. Qual a consciência dos que querem ganhar dinheiro e lucrar a qualquer preço, atropelando, para isso, tanto a ética quanto as pessoas envolvidas em seus negócios?

E como podemos ter uma economia mais solidária?

As negociações deveriam servir para fortalecer as comunidades envolvidas no mercado, propiciando, assim, maior inclusão social às minorias; mas, infelizmente, o que vemos são sempre os grandes devorando os pequenos e desrespeitando suas liberdades e direitos. Numa economia solidária, há maior compromisso entre as partes, que primam, sobretudo, por lisura. Por exemplo, se eu tenho uma rede de comércio e a aceito como parceira, devo, é claro, prestar-lhe orientação e assistência. Diante das falhas, ouvimos as queixas e conversamos, aprendemos juntos a lidar com nossas dificuldades e estamos sempre repensando bilateralmente a nossa relação. Isso

é uma relação particular de economia solidária. Extrapolando o exemplo para as redes internacionais de negociações, para acordos comerciais firmados entre países, uma economia solidária é aquela que sabe levar em conta as muitas diversidades, como a questão religiosa, as diferentes culturas envolvidas, as situações socioeconômicas de cada país, etc.... fatores determinantes de uma relação de mútuo respeito, com a qual bem se pode promover a paz e encontrar sempre saídas de conciliação diante dos impasses econômicos. É perfeitamente possível associar afetividade a relações econômicas. É basicamente o que propõe nosso projeto BECE.

Fale um pouco do projeto BECE.

O BECE tem a função de projetar o que existe no mercado financeiro, sua estrutura, seus *modus operandi* de comercialização e de negociação contratuais, enfim, tudo o que se faz numa bolsa convencional [Bovespa, BM&F], de modo a promover a inclusão social de pequenos e médios produtores. Nesse sentido, nossa experiência nas bolsas é bastante útil, e nos preocupamos em desenvolver um programa voltado a uma nova economia financeira, mediante a qual seja possível ajudar a sanear nosso país. Cunhamos uma nova expressão: *commodities ambientais*, e assim começamos a desenhar uma *commodity* não-convencional, como a soja, o milho, o café, etc., voltadas somente para grandes mercados.

E o que são *commodities ambientais*?

Muita coisa pode se inserir neste conceito. Por exemplo, são *commodities ambientais* as plantas medicinais, as árvores, os alimentos típicos, os artigos artesanais... praticamente tudo aquilo que não vai parar nas mãos das grandes indústrias, nem aquilo que se produz em escala industrial. São artigos e insumos feitos por pequenos produtores. As *commodities* têm de estar regulamentadas de acordo com um padrão de mercado legal – para compra e venda interna ou até para exportação -, de modo que não fiquem presas somente ao mercado informal. O conceito de *commodities* compreende uma “mercadoria padronizada para compra e venda”. Embora não sejam artigos produzidos em série, devem estar padronizados dentro de determinado nível de qualidade e de alguns critérios homogêneos.

Qual a maior implicação da diferença entre as *commodities* convencionais e as ambientais?

As *commodities* convencionais geram altos impactos no meio ambiente. Elas determinam monoculturas intensivas do solo, enormes escalas de produção, mais tecnologia e menos mão-de-obra. Já com as *commodities* ambientais ocorre o contrário: há diversidade da produção, pequenos produtores se organizam em cooperativas e desenvolvem produtos diferenciados, como frutas (cacau), plantas medicinais. Tal produção, em menor escala, pode ser ambientalmente manejada de modo sustentável; pode ser exportada ou vendida internamente e passa a gerar empregos e renda para toda uma população. Agindo assim, cada vez mais trazemos para a vida econômica saudável pessoas que estariam alijadas do mercado, submetidas ao exclusivo jogo de interesses dos grandes investidores.

Poderia nos dar um exemplo prático disso?

Claro! Vejamos o que foi feito com a ayahuasca, bebida atrelada a toda uma história religiosa e própria de algumas culturas indígenas. O que fizeram com ela? “Comoditizaram-na”, isto é, ela foi patenteada nos EUA. Agora, há uma luta jurídica internacional para a derrubada dessa patente, ilegal, a meu ver, posto ser esta bebida um patrimônio da cultura indígena. Quando “comoditizamos”, estamos trazendo algo de uma relação cultural para o mercado. As *commodities* ambientais são exatamente isso; mas, claro, não para sustentar os interesses financeiros dos empresários ou de grupos lobistas e de certos governos. As *commodities* visam a trazer benefícios para a própria comunidade que as produz. Afinal, quem deveria ganhar dinheiro com a comercialização da ayahuasca? Seria certo isso? Nem as igrejas que se utilizam da planta como bebida sagrada querem obter lucro algum com ela, ponto este que deveria ser respeitado. Idem em relação às demais plantas medicinais indígenas, que não deveriam estar sendo objeto nem de pirataria ambiental, nem de comercialização por parte dos laboratórios farmacêuticos.

Qual a importância da informação nesse processo?

Trabalhamos com as comunidades, escorados sobre o tripé informação, educação e comunicação. É nessa linha que caminha o projeto BECE. A comercialização em bolsa não é necessariamente o nosso objetivo final, senão o de implantar um novo modelo econômico para

a América Latina e o Caribe, onde a moeda seja a produção e não a especulação financeira. Para isso, faz-se necessário que atuemos junto às bases, com pessoas que não têm acesso à internet, que não recebem fácil informação, posto que moram em áreas afastadas, ou em locais onde há exclusão social. Nosso trabalho consiste, ainda, em conscientizar essas populações para que não sejam tolas presas nas mãos dos especuladores, que as levam a assinar contratos absurdos de modo a melhor explorar suas riquezas e matéria-prima. Quando chegamos nesses lugares e falamos ao indivíduo comum, no sentido de melhor orientá-lo, aos poucos vamos inibindo a ação predatória dos grandes especuladores, oportunistas. A única forma de mudar esse modelo econômico deteriorado e disseminado pelo mundo é a partir da ação em pequena escala. Para acabar com a autofagia financeira, é preciso levar aos cidadãos comuns a informação e a educação econômica de forma transparente e isenta, para que cada um saiba melhor se defender e decidir seus caminhos.¹¹⁷

¹¹⁷ Ler comentários em: <http://www.viomundo.com.br:80/opinio/a-iniciativa-privada-nao-pode-simplesmente-cercar-uma-bacia-hidrografica-e-dizerse-dona-dela/>

TODOS PODEM FAZER A DIFERENÇA

REVISTA *UNIVERSO ESPÍRITA* Nº 57

Se algum dia lhe disseram “não, você não tem como mudar o mundo”, esqueça. Não é verdade. Cada um pode usar o que tem e o que sabe para transformar o planeta num mundo melhor.

Por Vivian Palmeira

Colaboração e entrevista de Léia Tavares

Cresce a cada dia a lista de pessoas famosas, ricas e influentes que passaram a dedicar parte de seu tempo à resolução de problemas ambientais e sociais do mundo. Angelina Jolie é uma delas. Além de atriz, ela também é conhecida pelo mundo como embaixadora da ONU (Organização das Nações Unidas). Viaja a vários países e se reúne com autoridades para tratar de questões sociais e de combate à pobreza e à violência. Quem também faz do seu trabalho um instrumento para promover uma sociedade mais justa é o cantor Bono Vox, do grupo de rock U2. Com eles, outros tantos artistas, empresários e esportistas integram a lista dos famosos solidários. Recentemente, foi o bilionário Bill Gates que se despediu da Microsoft e passou a se dedicar a atividades filantrópicas.

Mas o de que poucos tomam conhecimento é o trabalho de milhares de pessoas, talvez não tão conhecidas pelo mundo, que, com recursos ou não, têm oferecido seu talento e esforço visando à mesma causa. Entre elas está Amyra El Khalili, de 44 anos. Ela resolveu usar

seu conhecimento, de mais de 20 anos no mercado financeiro paulista, a favor do meio ambiente e da sociedade. Abandonou a carreira de operadora da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e fundou, em 1996, o Projeto BECE (Brazilian Environmental *Commodities Exchange* -, sigla em inglês para Bolsa Brasileira de *Commodities Ambientais*). Mais tarde, juntou-se à Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA), dando origem a um novo projeto, o BECE-REBIA. A parceria busca, por meio da educação, informação e comunicação, estimular extrativistas, pequenos agricultores e diversas comunidades a desenvolver atividades de valorização cultural e ambiental.

Conheça um pouco mais das ideias progressistas de Amyra El Khalili, que também é professora de pós-graduação e MBA em Economia Socioambiental. Por suas ações, já foi indicada ao Prêmio Bertha Lutz e ao Prêmio Mil Mulheres para o Nobel da Paz.

Quando a senhora percebeu que poderia usar seus conhecimentos sobre mercado financeiro em favor do meio ambiente?

Comecei minha carreira no mercado financeiro como recepcionista da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), na época em que foi fundada. Com o tempo, ocupei várias posições em diversos departamentos. Foi quando me convidaram para trabalhar na corretora do presidente da Bovespa. Tive oportunidade de fazer vários cursos, pois, para cada iniciativa, ganhava uma bolsa de estudos. Então, por empenho e dedicação, recebi um convite para trabalhar na mesa de operações da BM&F. Em menos de dois anos me tornei um dos maiores operadores do mercado. Cheguei ao estágio máximo de conhecimento e passei à posição de consultora da BM&F, entre outras instituições. Mas sentia que o meu conhecimento não era para aqueles fins. Estávamos no mercado financeiro especulando fortunas ao mesmo tempo em que havia muita pobreza e miséria no Brasil. Não me sentia bem com isso. Alcancei, nesta etapa, um grau de consciência muito profundo, vivenciando guerras e conflitos. Foi quando comecei a estudar o binômio água e energia, e a co-relação entre as guerras e o sistema financeiro.

Como a senhora avalia a questão dos créditos de carbono como paliativo para os problemas de aquecimento global?

Começar a comercializar poluição é o último nível da degradação

ambiental e humana. O chamado “compra e venda de créditos de emissão” é a coisa mais negativa que pode existir no “mercadismo” que o ser humano conseguiu produzir. O movimento deveria ser o contrário: buscar mecanismos financeiros para eliminar a especulação que resulta na degradação ambiental. Hoje, ocorre o oposto, que é financiar para matar. Queremos um sistema que financie a vida.

No futuro é possível que tenhamos conflitos entre países pela luta de recursos naturais?

Estamos vivenciando atualmente, só que de outra forma, na América Latina e no Caribe. Mas isso já acontece no oriente Médio, por exemplo. O exército nacional ainda não está na rua em decorrência dos conflitos pela água, mas em Cochabamba, na Bolívia, houve convulsão social por causa da água, e no Espírito Santo, aqui no Brasil, foi registrado um caso de morte por disputá-la. No Uruguai, tiveram de reformar a legislação para que a água voltasse para as mãos do governo e da sociedade, pois as águas estavam todas na mão da iniciativa privada; assim, foi feito um plebiscito sobre a reforma hídrica para devolver as águas à população. Água é um bem de uso público, pertence à nação. Você não pode simplesmente cercar uma bacia hidrográfica e dizer-se dono da água, determinando que a beba quem você quer!

Quais são os principais problemas ambientais que o Brasil enfrenta hoje?

Temos problemas seriíssimos, como saneamento básico. No Nordeste inteiro há seca. Algumas regiões têm água, mas ela não pode ser consumida pela população porque está contaminada. Nessas bacias hidrográficas, por exemplo, despejaram efluentes, ou seja, dejetos como urina, fezes, esgoto químico sem tratamento. A água, o rio, o mar, não devem ser canais para despejarmos nossos excrementos, resíduos industriais e lixo. Estima-se que os maiores degradadores de águas no Brasil sejam as próprias prefeituras. A indústria passou por uma pressão tão violenta que, por força de lei, precisou desenvolver sistemas de gestão ambiental com filtros, reciclagem e reutilização de água, sendo hoje o setor que menos polui. Mas isso não quer dizer que não haja indústrias que não poluam. No Rio Grande do Norte, no Nordeste, muito dejetos *in natura* está sendo despejado diretamente no mangue,

nos rios e no mar. Recentemente, foi denunciado por Rose Dantas, uma bióloga ambientalista, o maior desastre ambiental no Rio Grande do Norte: 40 mil toneladas de peixes foram mortos, e as pessoas que comeram os peixes contaminados estão morrendo. Lançaram resíduos químicos no mangue indiscriminadamente. O mangue deságua nos rios e, conseqüentemente, contaminou o Rio Potengi, a principal fonte de abastecimento da cidade de Natal. Eles acham que o mangue é lugar de coisa suja. Escondem facilmente o despejo ilegal de dejetos no mangue por causa do odor característico do lugar. E os pescadores de mariscos, de ostras, que vivem da pesca, como ficam? O mangue é rico, produz muitas espécies e mantém o equilíbrio biológico da costa marítima, entre outros benefícios ambientais e sociais.

Como economista e educadora, a senhora acredita que o planejamento econômico atual incentiva o consumismo exacerbado e contribui para a degradação do meio ambiente?

A economia de mercado não é uma virtude ou um defeito do capitalismo, é um modelo de sobrevivência político. Não devemos dissociar a política da economia, porque os economistas apresentam, por exemplo, o melhor plano econômico, mas se o político não aceitar, não há como implantar a proposta, por melhor e mais legítima que ela seja! Definitivamente, o mercado financeiro está com câncer. E o que faz uma célula cancerígena? Metástase. Ela se propaga no corpo da economia e vai destruindo, matando-a aos poucos, com muito sofrimento. Para que o mercado financeiro seja fruto de uma economia saudável, é importante desenvolver uma célula com o mesmo movimento que a metástase. Se essa célula for introduzida no corpo da economia, ela propagaria o Bem. É preciso combater a exclusão social e a degradação ambiental como parte dos resultados dessa economia. Quando excluímos o outro somos, todos nós, sem distinção, impactados diretamente. Estamos também nos excluindo por algum motivo e sentindo as dores desse processo.

Como é possível mudar essa realidade?

É necessário projetar na mente das pessoas imagens positivas, de autoestima, de valores humanos e espirituais, trabalhando a consciência. É um processo de resgate, de cura, não de culpa – porque so-

mos sempre bombardeados pela grande imprensa com essa noção de culpa. Vivemos um modelo de sucesso materialista onde Ter é melhor que Ser. Que mensagem estamos passando para os nossos jovens? O que nós estamos dizendo para a sociedade quando a gente só propaga a doença, o mal, a violência, o oportunismo? Tenho crenças! É por isso que ainda estou em pé, fazendo coisas. Acredito no poder da informação. Uma informação clara, transparente e didática. Podemos ter opiniões, mas não vamos decidir pela sociedade. É na palavra *consciência* que está o poder de decisão, e não adianta fugir dela. Gosto muito da expressão *nova consciência*, porque não podemos dizer que as pessoas não estão conscientes; elas estão, mas num padrão de verdade antigo, velho, desgastado. Existe consciência, sim, mas consciência de que eu preciso ganhar dinheiro, de que é preciso pagar as contas, de que é preciso lucro, lucro a qualquer preço. É uma consciência profundamente doente, em estado terminal.

Então, é a partir da informação que a sociedade saberá se posicionar e transformar o mundo?

Exatamente! O que impede que se manipule a população é a democratização da informação. Quando uma revista como a *Universo Espírita* faz entrevista com quem pensa e se expressa diferente, quebra-se o ciclo vicioso do maniqueísmo. É quando essa informação chega às comunidades, às pessoas que não têm informação com opções. A camada mais humilde da sociedade, em especial, está assinando contratos sem saber o que assinou e acaba se comprometendo com um arsenal de instrumentos econômicos e jurídicos tornando-se escrava deles. Quando traduzimos essas informações, as colocamos à disposição da sociedade; passamos a inibir a ação de especuladores e oportunistas. A única forma de mudar esse modelo materialista e consumista que vivemos, combater esta autofagia financeira, é a informação disponibilizada democraticamente, de forma transparente e isenta, para que o cidadão possa decidir sobre seu destino.¹¹⁸

¹¹⁸ Ler comentários em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/todos-podem-fazer-a-diferenca/>

INDICAÇÕES

CONFEDERAÇÃO DAS FEDERAÇÕES DE ENTIDADES ÁRABES BRASILEIRAS – FEARAB/BRASIL

São Paulo, 16 de Julho de 2007

EXMA . SRA . SERYS SLHESSARENKO
D.D. SENADORA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SENHORA SENADORA,

Em atendimento ao solicitado, nós, da CONFEDERAÇÃO DAS FEDERAÇÕES DE ENTIDADES ÁRABES BRASILEIRAS – FEARAB/BRASIL -, temos a honra de indicar a economista doutora AMYRA EL KHALILI para concorrer à outorga do Diploma Mulher Cidadã BERTHA LUTZ - Edição 2007, por se tratar de grande batalhadora das causas do meio ambiente, além de profícua atuação pela paz mundial, defendendo a questão de gênero e a diversidade étnica em nosso país.

A professora AMYRA EL KHALILI, assessora econômica da FEDERACIÓN DE ENTIDADES AMERICANO-ÁRABES (FEARAB/AMÉRICA), juntamente comigo, EDUARDO FELICIO ELIAS, e o doutor ALÉM GARCIA, está conduzindo o mais impor-

tante debate econômico-socioambiental no tema “*Água e Petróleo, a mesma moeda*”, tratado apresentado na Cúpula do Cairo, no Egito, em 12 de Julho de 2006, que pode representar uma luz na construção de uma paz justa e duradoura entre árabes e israelenses, judeus e palestinos, a partir desta América Latina e o Caribe.

Conforme convocatória, anexamos o formulário de inscrição e currículo completo de AMYRA EL KHALILI para credenciamento junto à mesa do Senado Federal.

Com protestos de estima e consideração, firmamos mui
Atenciosamente,

EDUARDO FELÍCIO ELIAS
Vice-presidente

A COMUNIDADE BAHÁ'I DO BRASIL

Embora a alegria tenha sido enorme, também não me surpreendeu a “indicação” de nossa amiga Amyra El Khalili para o Prêmio Bertha Lutz 2005, feita pela Comunidade Bahá'í, pois, se tem algo que anda de mãos dadas com os bahá'ís e Amyra, é credibilidade.

Amyra e a Comunidade Bahá'í (do Brasil e do exterior) são amigos de longa data.

A despeito de não ser bahá'í, credito a esta religião o “mais amplo” respeito, não só por sua história, mas também pela envergadura espiritual, fundamentada pelos seus sábios profetas, que sempre me encantaram, pelos quais nutro uma sincera e humilde devoção.

O reconhecimento do trabalho e da obra de Amyra, feito pela Comunidade Bahá'í do Brasil (uma religião amplamente difundida e reconhecida em todo o mundo), é mais uma concretização das sábias palavras e proposições de Bahá'u'lláh, segundo as quais a unidade do gênero humano se dá por meio da “interdisciplinaridade” e da multi-congregação racial, socioeconômica e política de todos os povos.

Ela é palestino-brasileira, mas bem poderia ser judia, africana ou mesmo tibetana, pois seu trabalho está muito e muito distante, senão

totalmente desligado, de qualquer fanatismo ou segregação, típicos de nossos tempos, que tanto têm perseguido e estigmatizado esta vencedora. Apesar das correntezas que enfrenta em sua vida pública e em seu trabalho, Amyra permanece imune à corrupção ou a qualquer outra destas indignidades.

Portanto, respeito e credibilidade são coisas que não se enraízam num ser humano do dia para a noite. Tanto da Fé Bahá'í, como de Amyra El Khalili, não se poderia esperar outra coisa senão isso: a convergência para a paz e a unidade entre os povos.

Mas se você ainda não teve a oportunidade de conhecer o pensamento econômico... melhor dizendo, biofinanceiro da professora Amyra, veja o importantíssimo artigo “Quem é o dono da água?”.

Este valioso texto, redigido por ela em terras brasileiras, está pleno de contemporaneidade e certamente possui uma abrangência transcontinental, porque foi escrito e publicado, primeiramente, pela Aliança Recos no fim do ano de 1999. Portanto, bem antes da 2ª Intifada Palestina e do fatídico 11 de setembro. Publicado com destaque na revista ECO 21, este mesmo artigo fez parte da edição especial “Gestão das Águas – Um desafio da saúde pública”, da revista Canal Saúde (maio/junho de 2004 ano 5 número 25), que constitui projeto permanente da presidência da Fundação Oswaldo Cruz e do Ministério da Saúde.

Como a própria autora diz, “... *os verdadeiros amigos se conhecem diante de um poço de água, no meio do nada*”.

Quem a conhece sabe que esta postulante indicada a diversos prêmios é amiga de Gaia, da água e de todos os povos. Povos estes que hoje morrem não só de sede, mas também de abandono e de falta de justiça.

MARCELO BAGLIONE
Publicitário e escritor

A UMA PRINCESA PALESTINA

No dia 9 de dezembro de 1999, recebi a seguinte carta:

Arthur Soffiati, estamos distribuindo seu excelente artigo em nossa Rede de Comunicação, que atinge vários países de língua portuguesa, além de outros países onde se encontram brasileiros que traduzem os textos para a língua local, procurando não modificar o sentido da língua portuguesa. Abaixo, envio-o à Rede CTA e, se não se opuser, estamos cadastrando-o em nossa rede de informações. Abraços” Amyra El Khalili, Projeto CTA – Sindicato dos Economistas – SP

A palestino-brasileira Amyra El Khalili referia-se ao meu artigo atacando o projeto de lei do deputado federal Moacir Micheletto, que pretendia alterar o Código Florestal em favor dos ruralistas e desmatadores. Este foi o passo inicial de uma amizade profunda entre duas pessoas que nunca se encontraram pessoalmente e que aguardavam esta oportunidade para um fraterno e ardoroso abraço.

Com o tempo, meus artigos passaram a frequentar a Rede de Comunicação competentemente coordenada por Amyra. Ela não apenas publicava meus escritos, como me pedia que produzisse matérias analisando os acontecimentos relacionados às questões ambientais. Da parte dela, recebi convites e cobertura plena para publicar artigos acerca da onda de acidentes produzidos pela Petrobras na Baía de Guanabara, no rio Iguaçu, na plataforma de Campos e sobre os mais diversos assuntos.

Que Amyra me desculpe, mas não posso mais ocultar do público uma confissão: amo esta mulher, por sua integridade, por sua honestidade intelectual, por sua capacidade de trabalho, por sua luta em favor do seu oprimido povo e - por que não declarar? - por sua beleza integral – física e moral. Mais que amigo, tornei-me seu fiel escudeiro. Certa vez, vilipendiou-a ferozmente um sionista fundamentalista, mas a dignidade de seu caráter não impediu que a carta fosse publicada por ela. Considerei a ofensa inominável e lancei mão de minhas armas para defendê-la, muito embora eu tivesse plena consciência de sua capacidade de se defender por conta própria. Amyra é uma princesa guerreira.

A distância, travamos lutas em defesa do meio ambiente, da cultura, dos palestinos e de uma solução justa para seu povo e para os judeus. Amyra goza de respeito e admiração entre todos: ecologis-

tas, artistas, judeus - sionistas ou não -, árabes, brasileiros, minórias, etc. Ela mesma é artista, exímia profissional de danças étnicas árabes. Mas até a sua arte é colocada a serviço das causas nobres, sobretudo a serviço da paz.

Suas raízes são palestinas, mas a copa frondosa de sua árvore é brasileira. Ninguém melhor do que ela para estar incluída entre aquelas dignas de receber o prêmio Nobel de 1.000 Mulheres pela Paz. Seria injusto ela ficar de fora das trinta mulheres brasileiras a concorrer a esta láurea. Daqui, ficarei torcendo por ela na minha condição de admirador, amigo e fiel escudeiro, sempre a seus pés, pronto para entrar em luta.

Que Deus a proteja, Princesa.

ARTHUR SOFFIATI

MULHERES AMBIENTALISTAS

Março de 2005

O **Centro de Referência do Movimento da Cidadania Pelas Águas, Florestas e Montanhas Iguassu - Itereí** –, neste início do decênio internacional para as ações em prol da “A água, fonte de vida - 2005/2015”, na qual a água passa a ser objeto de ações coordenadas pelo Departamento de Assuntos Socioeconômicos das Nações Unidas, reitera a indicação de Amyra El Khalili, idealizadora e fundadora do Projeto BECE – Bolsa Brasileira de Commodities Ambientais - e da Aliança RECOs, para o “1.000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz”, posto que a economista e espiritualista vem tratando pioneiramente este tema com o mesmo enfoque, de forma abrangente e integrada pela Paz, pela Vida e pela Terra.

O **Iguassu Itereí** reconhece a importância das ações de Amyra em prol da água, que é vital para a saúde e o bem-estar das pessoas, para a saúde do meio ambiente, a biodiversidade, a produção de energia, o desenvolvimento industrial e a produção alimentar, além de fundamental em muitas culturas e religiões.

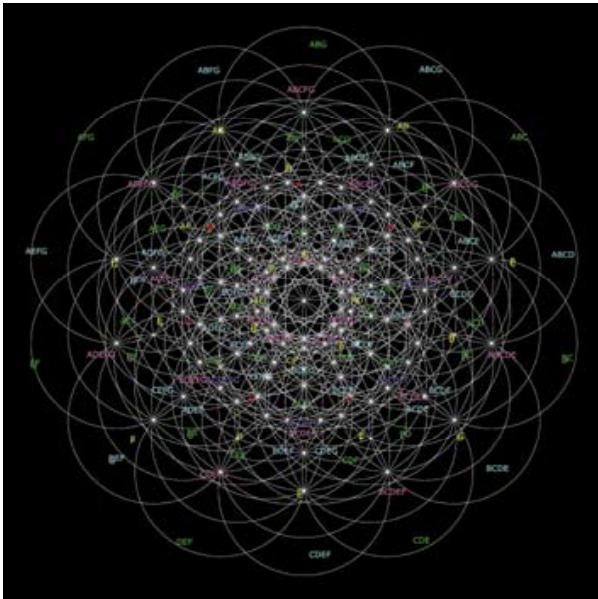
A mandala¹¹⁹ abaixo é uma engenharia que Amyra elaborou com o cruzamento das sete matrizes ambientais, tendo a **água como eixo central**. São elas: água, energia, biodiversidade, madeira, minério, reciclagem e controle de emissão de poluentes (água, solo e ar).

Cada ponto branco (escuro) é água e cada hiperesfera é uma fórmula matemática. Ou seja: água x biodiversidade x energia x madeira, e assim por diante, 128 combinações do cruzamento das sete matrizes.

Água é o eixo; sem ela, não é possível construir o fractal.

Você encontrará este hipercubo na sétima dimensão das egrégoras, pois é a teia da vida, calculada e engenhada, decodificada e intraestelar.

O geometrista Miguel Oscar a desenhou para Amyra a partir da fórmula matemática que ela criou. É um código importante, segundo Amyra. É tal qual uma metástase “benigna” no corpo doente da economia. Deve ser disseminada imediatamente para curar o paciente. Quanto mais seguir adiante, mais rápido o paciente poderá se restabelecer.



¹¹⁹ SOUZA, Miguel Oscar. Hiperesferas Mandala Commodities Ambientais. Geometrista e hidrólogo. Alegrete (Rio Grande do Sul). Fluxograma de Marillac. Arte e Gráficos Ozeas Duarte. Boletim 0780 [BECE RECOs]. 21.03.2005.

Esta ação está em consonância com os princípios do Iguassu Itereí, que:

- visa popularizar os conhecimentos sobre Águas, Florestas e Montanhas, e sensibilizar sobre sua importância para a humanidade, como elementos e matrizes ambientais;
- valoriza a ação preventiva sobre a curativa, prevê o envolvimento das comunidades da Montanha e Bacia Hidrográfica do Caçador e entorno, da sociedade civil, assim como a inclusão de todos atores;
- almeja uma atuação consolidada no conhecimento, pesquisa e tecnologia e, localmente, no diagnóstico socioambiental participativo.

Dentro deste dinamismo e de uma visão quântica e holística, o Iguassu **Itereí** se propõe a:

- contribuir para a formação de uma sociedade sustentável;
- cuidar e preservar a integridade atual da Montanha e Bacia Hidrográfica do Caçador e cabeceiras do Manancial Itereí;
- superar conflitos através de avanços;
- interagir com autonomia, com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBHRB -, e demais colegiados e fóruns;
- ser “empowerment” e semente para outras ações congêneres...

LEA CORREA PINTO

Centro de Referência do Movimento da Cidadania Pelas
Águas, Florestas e Montanhas Iguassu Itereí.

LISTA DE SIGLAS

- ABAG: Associação Brasileira de Agribusiness
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
ANA: Agência Nacional de Águas
BECE: Brazilian Environmental Commodities Exchange / Bolsa Brasileira de *Commodities Ambientais*
BM&F: Bolsa de Mercadorias & de Futuros
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa: Bolsa de Valores de São Paulo
CDM: Clean Development Mechanism
Ceplac: Comissão Executiva Plano da Lavoura Cacaueira
CPA: Cédulas de Produto Ambiental
CPR: Cédulas de Produto Rural
Cenargem: Centro Nacional de Pesquisa em Recursos Genéticos e Biotecnologia
Corecon/SP: Conselho Regional de Economia no Estado de São Paulo
CTA: Consultants, Traders and Advisors (Geradores de Negócios Socioambientais nos Mercados de Commodities: ONG)
CTA: Commodities Trading Advisors
Ecomídias: Associação Brasileira de Mídias Ambientais
Emater-MG: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Minas Gerais
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Eximcoop: Exportadora das Cooperativas Brasileiras

Farsul: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FDA: Food and Drug Administration
Fearab /Brasil– Federação das Entidades Árabes Brasileiras
Fearab/América: Federação das Entidades Árabes Americanas
Febem: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
Fenaj– Federação Nacional dos Jornalistas
Finep: Financiadora de Estudos e Projetos
Fuconams: Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul
Funbio: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FDL: Fundo de Desenvolvimento Limpo
Fuvest: Fundação Universitária para o Vestibular
ICMS Ecológico: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços: Ecológico
IESB: Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IECE: International Environmental Commodities Exchange
IGAM: Instituto Mineiro de Gestão das Águas
ISER: Instituto de Estudos de Religião
MDL: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
Mercosul: Mercado Comum do Sul
Mupan: Mulheres em Ação no Pantanal
MOSC: Organização da Sociedade Civil
NEJ/RS: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul
OMC: Organização Mundial do Comércio
ODMs: Objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas
OSC: Organização da Sociedade Civil
ONU: Organização das Nações Unidas
Prodecer: Programa de Desenvolvimento do Cerrado
Rebia: Rede Brasileira de Informação Ambiental
RECOs: Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras
RBJA: Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SMEA: Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos
Sinima: Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
Sindecon/SP: Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo
Sisnama: Sistema Nacional do Meio Ambiente
UCDB: Universidade Católica Dom Bosco

UnB: Universidade de Brasília

Unicamp: Universidade Estadual de Campinas

Unipaz: Universidade Internacional da Paz

USAID: United States Agency for International Development

WWI: World Watch Institute

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR e os Refugiados – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Disponível em www.cidadevirtual.pt/acnur/un&ref/un&ref.htm. Acesso em: março de 2006.

ACHCAR, Yuri. *Bolsa de Valores Ambientais*. Tribuna do Brasil. Brasília. 09.06.2005.

ÂNGELO, Claudio. “Ong propõe ‘commodity ambiental’”. *Folha de S. Paulo*. Caderno Ciência. 18 de Agosto de 2000. Pag A16

ALMEIDA LINO, Eurídice Maria de; PINHEIRO, Heloísa Franco; VILANOVA, Kátia Rosa B.; ORNELAS, Antonina. *Commodities ambientais para o sul da Bahia*. Documento base para a Implantação e Instalação do Fórum Regional BECE para o Sul da Bahia. 30/4/2003.

AMARAL, Marina. “As mulheres fortes do Islã – um outro lado feminino”. Revista *Caros Amigos*. Ano 1, n. 5, ago. 1997. Disponível em www.carosamigos.com.br. Acesso em: agosto de 2006.

AQUINO, Renata. “Protocolo de Kyoto e empreendedorismo”. Universia. Disponível em www.universia.net. Acesso em: abril de 2006.

ARAÚJO, Maria Ribeiro. *O potencial do bioma do pantanal sul-mato-grossense*. Apostila do curso Economia Social das Commodities Ambientais Sul-Mato-Grossenses – DOC BECE. Orientadora: Amyra El Khalili. Campo Grande, 4, 5 de março de 2004.

A REGIÃO. Itabuna. “As commodities ambientais são uma opção”. 22/03/2003. Disponível em: www2.uol.com.br/aregiao. Acesso em: maio de 2006.

ASAZU, Claudia. Ouro ainda é refúgio, diz analista. Folha de S. Paulo, Caderno Dinheiro. São Paulo, 11/7/1999.

_____. “Mata atlântica poderá ter produto negociado em bolsa”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro. São Paulo, 13/10/1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. *Segurança Alimentar: uma abordagem de Agribusiness*. Edições Abag – São Paulo, 1993.

ATHAYDE, Eduardo. “O chocolate da mata atlântica”. *A Tarde Online*. Salvador, 7/10/2002. Disponível em www.atarde.com.br. Acesso em: maio de 2006.

_____. “Ouro na floresta de chocolates”. *A Tarde*. Salvador, 21/03/2006.

_____. “Reservas legais ou ‘terra nua?’” *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 26/4/2005.

BAGLIONE, Marcelo. “Investimento verde: sinal livre para o mercado de biomassa”. *Revista Brasileira de Bioenergia*. Ano I, n. 1, ed. bilíngue. São Paulo: CENBIO – Centro Nacional de Referência em Biomassa, 26/8/2002.

BARBOSA, Mariana. “Commodities ambientais vão ganhar bolsa”. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Economia – Seção Comércio Exterior. São Paulo, p. B4. 09/2/2004.

BARGHOUTI, Omar. “Sobre a dança, identidade e guerra”. Trad. Osmar de Almeida Santos. Disponível em www.jewishvoiceforpeace.org e www.ahram.org.eg/weekly/2002/590/fe1.htm. Acessos em: agosto de 2006.

BARRETO, Margarida. “Assédio moral: a necessidade de romper-se com o silêncio”. Assédio Moral. Disponível em www.assediomoral.org. Acesso em: abril de 2006.

BELMONTE, Gecy. Economistas propõem criação de bolsa de commodities ambientais. O Estado de S. Paulo, Caderno Economia & Negócios. São Paulo, 7/12/1999.

BERNA, Vilmar . Entrevista Amyra El Khalili: “O que são commodities ambientais?” *Revista do Meio Ambiente - Niterói*. Ano VI , nº 63 e 64. Rio de Janeiro. mar/abr de 2001. Pag 7. Disponível em: www.portaldomeioambiente.org.br. Acesso em: agosto de 2006.

_____. Entrevista Amyra El Khalili: “O que são commodities ambientais?” *Revista Nelore do Brasil*. Informativo da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (www.nelore.org.br). São Paulo. Edição 1, abr./ mai. 2001.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE ECONOMIA. Computação do IE/UFRJ com o Prossiga/CNPq, provedor de informações especializadas em economia que seleciona, classifica e comenta sites do interesse de professores, pesquisadores, estudantes e técnicos da área: www.prossiga.br/nuc. “Rede CTA Business: Mailing list que tem por objetivo a discussão de temas sobre a gestão econômica ótima do meio ambiente (incluindo instrumentos econômicos), tais como, commodities ambientais sobre água e reciclagem de resíduos industriais”. Link: www.prossiga.br/nuca-ie-ufrij/economia/

BIDERMAN, Iara. “Paz, substantivo feminino”. *Revista Criativa* (www.criativa.globo.com). Editora Globo. Ano XIII, nº 152. dez. 2001.

BITTENCOURT, Ana Cris. “Agenda a favor da paz”. Agência IBASE. Disponível em www.ibase.org.br. Acesso em: março de 2006.

BOEIRA, Sérgio Luís. *Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. Editora Univali, Itajaí, 2002. 476 p.

_____. “Commodities ambientais versus tabaco”. Revista Digital Pangea – Quinzenário de política, economia e Cultura. Fórum de discussão. São Paulo. 03/08/2001. Acesso em: fevereiro de 2008. www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=52&ed=9

CAMPOS, Marcio Antonio. Entrevista com Amyra El Khalili: “Água para promover a paz”. Caderno ESPECIAL: Dia Internacional do Meio Ambiente. 5 de junho de 2005. *Gazeta do Povo Paraná*. <http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/brasil/conteudo.phtml?id=466569>

CANAL SAÚDE. “Os rumos da Terra a partir do Tratado de Kyoto”. Entrevista com Amyra El Khalili, Vilmar Sidnei Demamam Berna, André Trigueiro e Rubens Born. Apresentação de Renato Farias. 7/4/2004. Disponível em www.canalsaude.fiocruz.br. Acesso em: março de 2006.

“CARDELÍQUIO, Sandro Caetano. Entrevista Amyra El Khalili: Água e petróleo, a mesma moeda”. Revista Eco Spy (www.ecospy.com.br). Editoria Risc. São Paulo. Ano 2, nº 07 – Nov /2006. Pags. 10 a 13.

CAVALCANTE, Talita. “Subsistência que vem da natureza”. *Jornal de Brasília* (www.jornaldebrasil.com.br), Caderno Cerrado 04/03/2005.

CHEVRAND, Danielle. “Protocolo de Quioto leva gás carbônico para as bolsas de mercadorias”. Fundação Banco do Brasil – *Repórter Social*, ed. 1/2/2005. Disponível em www.bb.com.br/appbb/portal/bb/cd/rpsc/rptg/reportagem.jsp Acesso em: março de 2006.

COSTA, Valéria. “Embrapa completa 30 anos buscando novos desafios”. Assessoria de Comunicação da Embrapa – 25.04.2003. www21.sede.embrapa.br

EATON, Janet. “Fórum Social das Águas abre com tema de Água e Paz”. CIM – Brasil, Centro de Mídia Independente. Disponível em www.midia independente.org. Acesso em: março de 2006.

ECOLATINA 2000. “Brasil é o 1º país do mundo a criar ‘commodity ambiental’”. Belo Horizonte - MG. 27/10/2000. www.colatina.com.br

EL KHALILI, Amyra. *Projeto de Reconstrução Econômica do Líbano*. Feira de Produtos e Serviços Brasileiros – Expo Brasil 1993. American Lebanese Shipping. Beirute – Líbano. Nov.1993. mimeo.

_____. Projeto “Novas receitas *versus* desenvolvimento e marketing”. Bolsa de Cereais de São Paulo – BCSP. São Paulo. Jul.1995. mimeo.

_____. *Milho e soja: o potencial do mercado de grãos nos mercados futuros*. Bolsa de Mercadorias & de Futuros – BM&F. São Paulo. Jul.1995. mimeo

_____. Coletânea: “Dialogando com a Rede BECE-RECOs, de 1998 a 2006”. Disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos> Acesso em: março de 2008.

_____. “A filosofia de Sharahzad”. Revista *Orient Express*. São Paulo. Ano 2 n. 9, jun. 1998.

_____. “Commodities ambientais em missão de paz!” *Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente*. Ano XI, n. 15, jul./set. 2000.

_____. “O potencial do novo mercado de commodities ambientais”. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Ciência e Meio Ambiente. São Paulo, 20/10/2000. Disponível em: www.estadao.com.br/ciencia. Acesso em: março de 2006.

- _____. “A sociedade e as commodities ambientais”. *Revista Senac e Educação Ambiental*. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Ano 10, nº 3, set./dez.2001. www.senac.br
- _____. “Créditos de carbono para quem?” *Jornal do Economista*. Informe do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo – São Paulo. Ano VI, nº 94 - São Paulo – SP . Abril/2001. Pag. 2B
- _____. “A paz é um bom negócio!” *Revista OLAM Ciência & Tecnologia*. V.1, no 1, jul. 2001. Disponível em www.olam.com.br/abstract1/sumario.htm. Acesso em: março de 2006.
- _____. “Shalom, Salam, Peace: Loving thy neighbour”. *Revista Digital InfoBrasil*. 28 de Julho à 03 de Agosto de 2001. www.infobrasil.com.br
- _____. “A proposta BECE e a Responsabilidade Socio-Ambiental”. *O Empresário*. Informativo da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha. Ano VII , nº 32 – Rio Grande do Sul. mai./ jun. 2003. Pag. 19
- _____. “O potencial do novo mercado de commodities ambientais”. *O Empresário*. Informativo da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha. Ano VI , nº 29 – Rio Grande do Sul. nov./dez. 2003. Pag. 12
- _____. “A importância das ‘commodities ambientais’ para o exercício da responsabilidade socioambiental das empresas”. In: *Agir, Percepção da Gestão Ambiental*, Valéria Sucena Hammes (editora técnica). São Paulo: Editora Globo, 2004. (Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, v.5).
- _____. “Ciência, Tecnologia para Inclusão Social: O Projeto Bece”. *Sexta com Ciência*. Secis - Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social - MCT. Ministério da Ciência e Tecnologia. 17 de setembro de 2004. *Boletim [CTA-JMA]*, 0682, 12 jul. 2004.

- _____. “Os desafios da SECIS-MCT com a Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social”. *Boletim [CTA JMA]*, 0686, 16 jul. 2004.
- _____. “A inter-relação entre agronegócios e econegócios”. *Revista Gerenciamento Ambiental – Projetos e Soluções*. Ano 6, n. 31. Especial Agronegócios com Respeito Ambiental. 20/11/2004.
- _____. “A saga do grão de soja – História da soja em Mato Grosso”. Pós-fácio do livro sobre o documentário de Cosme Heinar, um vídeo de 52 minutos, com produção executiva de Andréa Glória, da Cor Filmes. 2005.
- _____. “Sob o signo de Kyoto – Commodities Ambientais: as sementes estão lançadas!” Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 5, n. 25, jan/fev 2006.
- _____. “Mídias ambientais: por que financiá-las?” Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 5, n. 26, mar/abr 2006.
- _____. “A importância das commodities ambientais para o exercício da responsabilidade socioambiental das empresas”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 5, n. 27, mai/jun 2006.
- _____. “Chocolate: da costa do cacau à Costa do Marfim”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA. Belo Horizonte, ano 5, n. 28, jul/ago 2006.
- _____. “Mídias ambientais: financiando uma ‘economia sustentável’”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 5, n. 29, set/out 2006.
- _____. “Agroenergias renováveis, biodiesel, Hbiodiesel e Gás: outras fontes de energia – Etanol e Metanol”. *Jornal e Revista Ecoturismo e Agroenergias Renováveis*. Edição 158, Ano 16, nov/dez 2006. São Paulo. Edição Internacional. Pags. 7 a 8.

- _____. “Os desafios dos Fóruns BECE-REBIA. As discussões eletrônicas e suas estratégias”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 6, n. 34, p. 7-8, jul/ago 2007.
- _____. “Marketing ambiental: educação, informação e comunicação – O case parceria BECE-REBIA”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 6, n. 35, set/out 2007.
- _____. “A fome com a vontade de comer carbono”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 6, n. 36, nov/dez 2007.
- _____. “Quem é o dono da água?” Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 7, n. 38, mar/abr 2008.
- _____. “O que são créditos de carbono?” Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 7, n. 39, mai/jun 2008.
- _____. “Os biomas brasileiros: sua importância na inclusão social”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 7, n. 40, jul/ago 2008.
- _____. “Água e petróleo, a mesma moeda”. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 7, n. 41, set/out 2008.
- _____. “Uma análise estrutural para implantação do ‘mercado de commodities ambientais’ no norte do estado do Rio de Janeiro e sul do estado do Espírito Santo”. Coordenação geral Ângela Cristina Felipe Carneiro Fraga, Sheila do Canto Carvalho, Viviane Machado de Lima. Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA, Belo Horizonte, ano 7, n. 42, nov/dez 2008.
- _____. “Commodity ambiental. Para que servem os créditos de carbono? Biomas brasileiros - Sua importância na inserção dos excluídos no mercado. Commodities Ambientais. O presente, o futuro e o papel da pesquisa”. Marketing Ambiental e Agricultura

Sustentável. Coleção: *Empresa, Meio Ambiente e Responsabilidade Socioambiental*, Valéria Sucena Hammes (editora técnica). São Paulo. Embrapa Meio Ambiente. 2008 (no prelo).

EL KHALILI, Amyra. ELIAS, Eduardo Felício. GARCIA, Além. “Um tratado para a Cúpula do Cairo: Água e Petróleo, a mesma moeda”. Pronunciamento encaminhado por Claude Fahd Hajjar ao Primeiro Congresso da Federação das Entidades Árabes Americanas (Fearab América) e Liga de Estados Árabes, realizado no Cairo – Egito, de 10 a 12 de Julho de 2006. Boletim 0999 [BECE RECOs] 06/08/2006. <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos>

EL KHALILI, Amyra *et al.* “Commodities Ambientais: o Estado da Arte”. Revista *Eco 21*. Rio de Janeiro. Ano XI, nº 60, nov 2001. www.eco21.com.br

_____. “Água como Commodity Ambiental”. Encarte especial – *Revista Ligação*. Empresa de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. São Paulo. Ano III, nº 10, mai/jun 2000.

_____. « Problemas ambientais: o conflito entre a norma e o fato que compõe o dossiê Direito Ambiental”. Revista *Plúrima*. Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF. Rio de Janeiro. Ano 2001, nº 5- Rio de Janeiro. Pags. 109 à 112.

_____. « Commodities Ambientais”. Intituto Terra da Gente. 1º Simpósio Nacional de Meio Ambiente, Marlusse Pestana Daher (organizadora). Vitória, ES, jun 2002.

_____. “Problemas ambientais: o conflito entre a norma e o fato”. Revista *Pecuária de Corte*. São Paulo. Ano XIII, nº 122, dez. 2002. www.nelore.com.br/pecuariadecorte

_____. “A questão ambiental – desenvolvimento e sustentabilidade”. Antonio Carlos Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Funenseg, 2004.

EMBRAPA. *Pesquisa agropecuária e qualidade de vida: a história da Embrapa*. Embrapa. Brasília, DF, 2002.

FONSECA, Álvaro O.L.; GAZANI, Flavio H.R.; SANTOS, Simone, V.A. *Mudanças climáticas / Efeito estufa. Implementação do mecanismo de desenvolvimento limpo – MDL – no Brasil*. Monografia de conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu* Especialização em Direito Ambiental, das Faculdades de Direito e Saúde Pública da Universidade de São Paulo. CEDA II, ago. 2001. Disponível em www.futurasgeracoes.com.br. Acesso em: março de 2006.

FRANKLIN, Leonardo. “Discussão sobre transgênicos não pode se restringir a soja. Bolsa de commodities ambientais pode alavancar agricultura orgânica”. *Gazeta do Paraná*. 22/10/2004.

FREITAS JR., Gerson Alves. “O mercado do aquecimento global”. *Agrinova*. Ed. n. 46, ano 5. São Paulo: IT Mídia, abr. 2005.

GARCIA, Aurea da Silva; BROCH, Synara Aparecida Olendzki. *Percepções e subsídios para o crescimento agro-ambiental do estado do Mato Grosso do Sul e do pantanal sul-mato-grossense*. Apostila do curso Economia Social das Commodities Ambientais Sul-Mato-Grossenses – DOC-BECE. Orientadora: Amyra El Khalili. Campo Grande, 4, 5 de março de 2004. <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos>

GATTI, Alexandra. Entrevista com Amyra El Khalili. *Ambiente Brasil*, 03/9/2003. Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em: abril de 2006.

GUNTHER, Max. *The Zurich AXIOMS. Os axiomas de Zurique. Os conselhos secretos dos banqueiros suíços para orientar os seus investimentos*. Editora Record – Rio de Janeiro, 1995.

GRIPPI, Sidney. *Atuação responsável & desenvolvimento sustentável: os grandes desafios do Século XXI*. Prefácio de Amyra El Khalili: Interciência – Rio de Janeiro, 2005.

GÓES, Hércules. “Amyra El Khalili: 8 de Março- Dia Internacional da Mulher”. *Jornal e Revista Ecoturismo*. Edição 151, Ano 16, mar/2006. Pag. 28. www.revistaecoturismo.com.br

HEINER, Cosme. *A saga do grão de soja – História da soja em Mato Grosso*. Documentário de Cosme Heinar (2005), um vídeo de 52 minutos, com produção executiva de Andréa Glória, da Cor Filmes.

JOCKYMAN, André. “Lucro Verde”. *Revista da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais – Abamec*, Rio de Janeiro. Ano 31, nº 3, 2003. Pags. 14 a 17.

LEITE, Luciano. “Protocolo de Kyoto e a importância da mobilização social”. *Revista do Meio Ambiente*. 27/10/2004. Disponível em www.portaldomeioambiente.org.br. Acesso em: março de 2006.

LOBO, Marcos. “Commodities ambientais: democratização do capital e preservação do meio ambiente”. Rede de Informações para o Terceiro Setor. 11/8/2001.

MATHERON, Lucas. “O fator clima na Bolsa”, *Revista Eco 21*. Rio de Janeiro. Ano XI, nº 58, set/2001. Pag. 50

_____. “No Brasil, surge um novo modelo econômico para o desenvolvimento sustentável”. Disponível em www.audev.org. Acesso em: abril de 2006.

MEGIDO, José Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. *Marketing & Agribusiness*. Editora Atlas – São Paulo, 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Comércio e Meio Ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável*. Antonio Sérgio Braga e Luiz Camargo de Miranda (Organizadores), Brasília: Ministério do Meio Ambiente – MMA/ Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SDS, 2002.

MISLEH, Soraya. “Do Oriente à América Latina, a cobiça por recursos naturais”. Revista *Al Urubat* – Sociedade Beneficente Muçulmana de São Paulo. Nº 785. Fev 2007. Pag 6 a 8. www.sbmosp.org.sp

MOREIRA, Nelson. Entrevista Amyra El Khalili: “Commodity Ambiental”. Revista Rural. Ano III – nº 24. nov 1999.

MULHERES E O ISLÃ. Boletins Webislam. Disponível em www.webislam.com/webislam. Acesso em: agosto de 2006.

MURPHY, Priscilla. “Embrapa adota desenvolvimento sustentável. Estatal de pesquisa agropecuária comemora 30 anos e realiza ciclo de palestras”. Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 24 de Abril 2003.

NANNI, Sara. “ICMS Ecológico Recursos para a sustentabilidade”. Revista *Ciência e Cultura*. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. v. 55, n. 4. São Paulo out/dez 2003 . <http://cienciaecultura.bvs.br/>

NANNI, Sara. “Royalties de petróleo: recursos para a sustentabilidade ou instrumento de barganha política?” *ComCiência* n. 39. Disponível em: www.comciencia.br. Acesso em: março de 2006.

O ESTADO DE S. PAULO. “Commodity ambiental: bolsa brasileira será debatida. Amyra El Khalili, considerada uma das maiores referências brasileiras em commodities ambientais no Ministério da Ciência e Tecnologia”. Economia Agrícola. Agenda 17/09/2004. Acesso em 2008 www.estadao.com.br/arquivo/economia/2004/not20040917p48.htm

PALMEIRA, Vivian. Colaboração e entrevista de Leia Tavares. “Todos podem fazer a diferença”, incluindo entrevista com Amyra El Khalili. Revista *Universo Espírita*, nº 57. set/2008.

PETTI, Carin Homonnay. “Commodities ambientais podem ganhar bolsa”. *O Estado de S. Paulo*, Agrocast – Agronegócios, 12/7/2000.

- PINTO, Lea Correa. “Decênio internacional para ações em prol da ‘água, fonte de vida’”, 2005-2015. Centro de Referência do Movimento da Cidadania Pelas Águas, Florestas e Montanhas Iguassu Itereí. *Boletim BECE-RECOs* 0782, 23/3/2005. <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos>
- PRADO, Antonio Alberto. “Diga cupuaçu em japonês”. *Gazeta Mercantil – Fim de Semana*. São Paulo, 9/7/2003.
- RIBEIRO, Ana Paula. Mercado Verde. *Revista B2B Magazine*. Ano 4, nº 44, jul.2004. Pag 56 a 57. www.b2bmagazine.com.br
- RAMOS, Jaqueline Barbosa. “MDL, a licença para poluir”. *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Ano 12, nº 103. agos/set 2002. Pags. 20 a 21.
- RICARDO, Fernanda. “Piratas do século XXI”. *Revista Aventura & Ação*, ed. 107. São Paulo: Editora Air Press. mai. 2003. Disponível em www.guiadeaventura.com.br. Acesso em: março de 2006.
- SÁ, Xico. “Samba do ventre põe Jorge Ben Jor no Alcorão”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Ilustrada. São Paulo, 1996.
- SAMPSON, Anthony. *O negro e o ouro: magnatas revolucionários e o apartheid*. Tradução de Joaquim Palacios. Companhia das Letras –São Paulo, 1988.
- SANT’ANA, Jairo Pitó. Economista propõe alternativa de inclusão social aliada à conservação. *Folha do Estado de Cuiabá*, 23/8/2004.
- SANTOS, Celina. *Riquezas do sul da Bahia podem ser vendidas ao mundo inteiro*. IESB – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, mai 2003. Disponível em www.iesb.org.br. Acesso em: maio de 2006.
- SANTOS, José Maria dos. “Miséria humana transformada em bilhões”. Entrevista com o Juiz Walter Maierovitch. *Jornal da Tarde*.

São Paulo, 8/6/2001. Disponível em www.jt.com.br/suplementos/domi/2001/07/08/domi007.htm Acesso em: março de 2006.

SCHARF, Regina. “Commodities ambientais chegam às bolsas”. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 4/5/1998.

_____. “Milhões de reais em recursos florestais na mata atlântica”. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 6/7/999.

SHELLER, Fernando. “A salvação (ecológica) da lavoura”. *A Gazeta Mercantil do Paraná*. Curitiba. 27/06/2000. Pags. 1 e 7.

SCHERER, Fernando. “Economista de origem palestina lidera movimento pela paz”. *Gazeta do Povo*, Caderno Mundo. Curitiba, 30/3/2003. Pag. 3

SIL, Antônio Carlos. Entrevista Amyra El Khalili: “Ou renovamos ou barbarizamos”. *Revista Brasil Energia*, n. 246. Rio de Janeiro, mai 2001.

SILVA, Jairo. Entrevista Amyra El Khalili: “Uma profissional de visão e ações ecléticas”. *Jornal do Economista*. Conselho Regional de Economia, 2ª Região /Corecon SP. São Paulo. nº 138. ago/2000. Pag. 11.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL – SGA. I Workshop Conhecendo Sistemas de Gestão Ambiental. *Revista Meio Ambiente Industrial* – Curitiba. Ano VI, nº 32 - set/out. Paraná. 2001. Pag. 17

_____. I Workshop Conhecendo Sistema de Gestão Ambiental: “Produtos brasileiros em bolsa verde”. *Revista da Madeira*. Curitiba. Ano 10, nº 58, ago 2001. Pags. 76 a 77.

SOUSA, Cleber. “Dumping social: o cacau da Costa do Marfim e Gana”. Disponível em www.cacaudoBrasil.org. Acesso em: maio de 2006.

Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais / Luciana Lopes Simões e Clayton Ferreira Lino (organizadores).

São Paulo : Editora SENAC – SP. 2002.SOUZA, Miguel Oscar. “Hiperesferas, mandala, commodities ambientais”. *Boletim BECE-RECOs* 0780, 21/3/2005.

SOARES, Marcia. “Créditos de Carbono: proteção ambiental no mercado financeiro”. *Revista ComCiência Ambiental*. Editora Casa Latina. Ano 1, nº 1, jul/2006. www.casalatina.com.br

SPÍNOLA, Noenio. *Como exportar e dialogar melhor com o mercado financeiro na alvorada do E-trade*. Futura, São Paulo, 1998.

TALITA, Sitta. “Jornada ensina a lidar com crise e ter responsabilidade socioambiental. Palestras deram dicas a servidores e ao público externo de como se comportar durante período de tensão econômica e mostraram ligação direta entre sistema financeiro e meio ambiente”. Assessoria de Imprensa do Banco Central do Brasil. TV Bacen. 05/12/2008. Acesso em 2008. www.bcb.gov.br

TAVARES, Leia. “A estratégia é mudar o sistema”. Entrevista com Amyra El Khalili. *Revista Nova Consciência*. nº 3, dez/2007.

TORRE, Marina. Entrevista Amyra El Khalili: “Commodities ambientais – economista defende novo arranjo entre meio ambiente, desenvolvimento e justiça social”. *Informativo do Projeto Manuelzão*. Belo Horizonte, Faculdade de Medicina da UFMG, dez. 2001.

_____. Entrevista Amyra El Khalili: “Commodities ambientais – desenvolvimento e justiça social”. *Revista Pecuária de Corte*. Ano XIII, nº 122 . dez 2002. Pags. 20 e 21.

TRANCOSO, Elza. Entrevista Amyra El Khalili: “A inserção dos excluídos no mercado”. *Safra – Revista do Agronegócio*, ed. n. 48. Goiânia, nov. 2003.

_____. “Transgênicos marcam a nova era da biotecnologia. Exploração da diversidade é mais saudável. Economista condena a

monocultura e defende a ética e a pesquisa pública”. Suplemento Cerrado. *Jornal de Brasília*, págs. 3 a 6. 19/11/2004.

VIOLA, Eduardo. “O Regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n° 50. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, out. 2002, pp. 25-46.

VILHENA, Valéria. “Commodities ambientais é o tema desta Sexta com Ciência Ministério da Ciência e Tecnologia”. 16/09/2004. “Produção sustentável promove inclusão social”. Assessoria de Imprensa do MCT. 17/09/2004 - Entrevista com Amyra El Khalili. *Boletim [CTA JMA]*, 0686, 16 jul. 2004. Disponível em: <http://agenciact.mct.gov.br>.

WESTCOTT, Kathryn. “Filme palestino sobre suicidas estreia em Israel”. BBC Brasil. Disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/051114_suicidefilmfn.shtm>. Acesso em: maio de 2006.

WORLD WATCH INSTITUTE. “Venture capitalism for a tropical Forest – the cacao of mata atlantica”. Estudo lançado em parceria com o jornal Washington Post, em dezembro de 2003, na embaixada brasileira de Washington. WWI-UMA. Disponível em www.wwiuma.org.br. Acesso em: agosto de 2006.

LISTA DE SITES PESQUISADOS

Editora Fórum de Direito Urbano e Ambiental: www.editoraforum.com.br

Boletins BECE-RECOs: <http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos>

BBC Brasil: www.bbcbrazil.com.br

Instituto da Cultura Árabe – Icarabe: www.icarabe.org

Portal do Meio Ambiente: www.portaldomeioambiente.org.br

Revista do Meio Ambiente: www.rebia.org.br

Biblioteca Virtual de Economia. Mailing list que tem por objetivo a discussão de temas sobre a gestão econômica ótima do meio ambiente (incluindo instrumentos econômicos), tais como, commodities ambientais sobre água e reciclagem de resíduos industriais”. <http://www.prossiga.br/nuca-ie-ufrj/economia/>

Agência CT, Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em www.agenciact.mct.gov.br. Acesso em: agosto de 2006.

Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM). Disponível em www.abrasem.com.br. Acesso em: maio de 2006.

Agrinova. Disponível em www.agrinova.com.br. Acesso em maio de 2006.

Adami Advogados Associados. Site do escritório que oferece assessoria e consultoria em direito empresarial, civil, trabalhista, público e ambiental, com diversos artigos e estudos sobre meio ambiente. Acesso em maio de 2006. www.adami.adv.br.

Business Travel Magazine. Site que oferece notícias, informações, ferramentas e serviços sobre turismo. Acesso em abril de 2006. www.businesstravel.com.br

Blog do Altino Machado: <http://altino.blogspot.com> Acesso em: maio de 2006.

EcoSecurities – Carbon credits, origination to commercialization: www.ecosecurities.com Acesso em: março de 2006.

EcoSecurities & Standard Bank – Carbon Facility: www.essbcarbonfacility.com Acesso em: março de 2006.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: www.embrapa.br Acesso em: abril de 2006.

Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM: www.espm.br Acesso em março de 2006.

Eco 21 – Revista de Ecologia do Século 21: www.eco21.com.br Acesso em agosto de 2006.

Envolverde. Revista Digital de Ambiente, Educação e Cidadania: www.envolverde.com.br Acesso em março de 2006.

Geocities: www.geocities.com/RainForest/Andes/8032/page16.html. Site que contém o discurso feito pelo Chefe Seattle Duwamish ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, em 1854, depois de o governo norte-americano ter dado a entender que desejava adquirir o território da tribo. Refere-se à transcrição da publicação americana original do Dr. Henry Smith, em 1887, que está disponível em www.geocities.com/RainForest/Andes/8032/page16.html#anchor766793 Acesso em: junho 2006.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: www.ibama.gov.br Acesso em: março 2006.

Instituição Toledo de Ensino. Bauru, São Paulo: www.ite.edu.br Acesso em maio de 2006.

Lucas Traduções. Página de serviços de tradução de francês-português e português-francês de Lucas Matheron, professor, educador sócio-ambiental e presidente-fundador da ONG Flora Brasil. www.lucas-traduction.trd.br Acesso em: março de 2006.

Projeto Manuelzão. Projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais que tem por objetivo promover a revitalização da bacia do Rio das Velhas. Tem como eixo de atuação a promoção da saúde, do ambiente e da cidadania, e atua nos 51 municípios da bacia. www.manuelzao.ufmg.br Acesso em maio de 2006.

Revista *Panorama Rural*: www.panrural.com.br Acesso em: março de 2006.

Unicamp/Wima – Universidade de Campinas/Workshop Internacional sobre Microbiologia Ambiental: www.fea.unicamp/wima Acesso em: abril de 2006.

Vi o Mundo – site multimídia do jornalista Luiz Carlos Azenha: www.viomundo.com.br



Esta edição foi produzida em São Paulo, SP, Brasil, para distribuição eletrônica gratuita. O texto principal foi composto em Goudy Old Style 11/13, as citações em Goudy Old Style 11/13,5, as notas de rodapé em Goudy Old Style 9,5/11 e os títulos em Helvetica Neue 20/21. A edição executiva é de Cristian Fernandes. A revisão foi feita por Juarez Segalin. A foto da autora foi tirada por Andréa Camargo. A programação visual da capa foi elaborada por Fred Aguiar. O projeto gráfico do miolo foi desenvolvido por Bruno Diogo Prandini Tonel.

MAIO DE 2009

COMMODITIES AMBIENTAIS EM MISSÃO DE PAZ

NOVO MODELO ECONÔMICO
PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

ISBN 978-85-60223-38-1

AMYRA EL KHALILI

ESTE *E-BOOK* CELEBRA a trajetória pacifista de três décadas da economista e ambientalista Amyra El Khalili, como resultado dos primeiros dez anos da construção econômica socioambiental na América Latina e no Caribe. Trata-se da compilação de alguns de seus principais artigos e entrevistas reproduzidos, discutidos e apresentados em listas na internet, em diversas publicações, palestras, debates, congressos, conferências e seminários no Brasil e no exterior.

Nesta obra, você refletirá sobre temas como economia de mercado, meio ambiente e finanças sustentáveis, redes solidárias e suas estratégias, mudanças climáticas e mercados emergentes, financiamentos de projetos e negócios socioambientais, conflitos sociopolíticos, espiritualidade e esperança, guerra e paz.

Amyra é um exemplo de ativismo a serviço da paz entre os povos, entre os gêneros masculino e feminino, entre progresso e preservação ambiental. Sua militância pela dignidade humana, pelo respeito à mulher, contra a discriminação de ordem racial e étnica, tem merecido o respeito e a admiração de quantos privam de sua amizade e daqueles que leem os seus artigos. Como economista, Amyra empenhou-se, acima de tudo, em demonstrar que é possível conciliar uma economia de mercado com a proteção do meio ambiente.

AMYRA EL KHALILI é beduína palestino-brasileira, da linhagem do Shayk Muhammad al-Khalili.*

É economista. Presidente da ONG CTA, idealizadora e fundadora do Projeto BECE e da Aliança RECOs. É também professora de pós-graduação e MBA em várias universidades e colaboradora de diversas revistas especializadas em meio ambiente, direitos humanos e economia.

Foi indicada por diversos grupos, com endosso de pacifistas israelo-palestinos, para o Prêmio “Mil Mulheres para o Nobel da Paz” 2004. Foi indicada ainda para o Prêmio Bertha Lutz 2005 pela Comunidade Bahá’í do Brasil e, em 2007, pela Confederação das Fearab-Brasil.

Foi homenageada pela Rádio Câmara dos Deputados (DF) no Dia Internacional da Mulher 2006 e, em 2008, com outras personalidades (homens) de origem árabe, na comemoração dos 56 anos de fundação do Clube Sírio-Libanês de Santos.

Trabalhou no projeto de reconstrução econômica no Líbano, que apoiou o Estado Palestino nos Acordos de Oslo (1993).

É assessora econômica da Fearab-América. Conferencista e palestrante em diversos seminários para ministérios e forças armadas, no Brasil e no exterior.

É fundadora do Movimento Mulheres pela P@Z! e membro-fundadora do “Movimento Portas Abertas: dois estados para dois povos”.



* Nascido no primeiro mês muçulmano de Shaban do Híjra do ano 1139, que corresponde ao ano A.D. 1724, era o líder da Irmandade Qadiri Sufi e talvez o “homem santo” mais famoso do seu tempo na Palestina.